

Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública

GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA em segurança pública



COLETÂNEA 2003-2009

GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA
Coletânea 2003-2009

INSTITUCIONAL

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Justiça

Tarso Genro

Secretário Nacional de Segurança Pública

Ricardo Brisolla Balestreri

Subsecretário Nacional de Segurança Pública

Alexandre Augusto Aragon

Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos – Substituto

Reinaldo Las Cazas

Coordenador Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada/SUSP

Wilquerson Felizardo Sandes



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública

GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA
Coletânea 2003-2009

1ª edição

Brasília
2009

Informações

Telefones: (61) 2025-3339/3465; Fax: (61) 2025-9324

<http://www.justica.gov.br>

Endereço

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, 5º andar, sala 506

CEP: 70064-900; Brasília – DF

B823g

Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Gabinetes de gestão integrada em segurança pública : coletânea 2003 - 2009 / Secretaria Nacional de Segurança Pública ; Elaboração : Wilquerson Felizardo Sandes, João Bosco Rodrigues, Eraldo Marques Viegas. – Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

343 p. : il., color.

ISBN: 978-85-85820-02-2

1. Segurança pública, política, Brasil. 2. Criminalidade, prevenção, Brasil. 3. Violência, prevenção, Brasil. I. Secretaria Nacional de Segurança Pública. II. Sandes, Wilquerson Felizardo. III. Rodrigues, João Bosco. IV. Viegas, Eraldo Marques. V. Título.

D 363.10981

© **2009 Ministério da Justiça**

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou para qualquer fim comercial.

Tiragem: 1ª edição – 2009 – 2.500 exemplares
Impresso no Brasil

Edição e Distribuição

Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública

Supervisão

Reinaldo Las Cazas
Guaracy Mingardi

Elaboração

Wilquerson Felizardo Sandes
João Bosco Rodrigues de Góz
Eraldo Marques Viegas

Colaboração

Alexandre Augusto Aragon
Andréia Luciana Francisco Rocha
Ângela Cristina Rodrigues
Cristiano Curado Guedes
Cristina Gross Villanova
Daniel Meireles da Rocha
Emerson Soares Batista Rodrigues
Eunice Rossi
Juarez Pinheiro
Luciana Caetano Silva
Magda Fernanda M. Fernandes
Marcelo Ottoni Durante
Márcia Telles Chaves
Mateus Couto Santana
Rafael Carlos de Oliveira
Rafael Rodrigues de Souza
Ricardo Neves Romcy Pereira

Roberta Shirley Alves
Rômulo Gomes Fonini
Sidney Moacyr Jaques Pereira
Suelen Sales
Vicente Trevas
Vinicius Vasconcellos Cósta
Willian Augusto Bomfim

Revisão Técnica

Claudio Galeno de Miranda Soares Filho

Vagner Jorge Santino da Silva

Jaqueline de Souza Targueta

Luiz Carlos Garcia Gomes

Antonio Marcos de Souza Reis

Domingos Sávio Fernandes de Brito

Marcus Vinicius Ferreira Gomes

Maria do Socorro Pereira do Nascimento

Expedito Teixeira de Carvalho Filho

Adécio Luis Vieira

Apoio do Projeto BRA/04/029

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Serviço de elaboração de resenhas e consolidação da coletânea

Cidart Cidadania e Arte, por Carolina Coelho Krause

Impressão

Supernova Gráfica. Revisão de texto: Ricardo Magalhães Boucault. Projeto gráfico, diagramação e capa: Patrícia Weiss Martins de Lima

Reconhecimento Especial

Idealização e Implantação do Projeto GGI 2003

Marcio Thomáz Bastos

Luis Eduardo Soares

Zaqueu da Silva Teixeira

Suamy Santana da Silva

Consolidação do Projeto GGI 2004-2005

Luiz Fernando Correa

Valmir Lemos de Oliveira

Eraldo Marques Viegas

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO: INTEGRALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA	15
PARTE I: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA NO BRASIL	25
1. PRIMEIRA FASE: ORIGEM	27
2. SEGUNDA FASE: IMPLEMENTAÇÃO	33
2.1 TERMO DE REFERÊNCIA 2003	35
2.2 MODELO DE REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA	43
2.3 ATIVAÇÃO DOS GGIs PELO BRASIL	50
2.4 RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	51
3. TERCEIRA FASE: ENCONTROS REGIONAIS	54
3.1 ENCONTRO DA REGIÃO CENTRO-OESTE	54
3.2 ENCONTRO DA REGIÃO NORTE	59
3.3 ENCONTRO DA REGIÃO NORDESTE	67
3.4 ENCONTRO DA REGIÃO SUDESTE	74
3.5 ENCONTRO DA REGIÃO SUL	81
3.6 II ENCONTRO DA REGIÃO CENTRO-OESTE	86
3.7 VISITAS AOS ESTADOS	86
3.8 FLUXOGRAMA DA CRIAÇÃO DO GGI	91
4. QUARTA FASE: ATIVIDADES REALIZADAS PELOS GGIs NOS ESTADOS (2005-2006)	92
5. QUINTA FASE: O GGI NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (PRONASCI), EM 2007 E 2008	97
5.1 O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DO GGIM NOS MUNICÍPIOS: MEMORIAL DESCRITIVO PARA IMPLANTAÇÃO DOS GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA	98
6. SEXTA FASE: ENCONTROS REGIONAIS E TEMÁTICOS DE GESTÃO INTEGRADA DAS REGIÕES SUL, SUDESTE, NORDESTE, CENTRO OESTE E NORTE – 2008	118
6.1 REGIÕES SUL E SUDESTE	118
6.2 REGIÃO NORDESTE	120
6.3 REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE	121
7. SÉTIMA FASE: CONSOLIDAÇÃO DO DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO DOS GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA (2007-2011)	123
8. PROPOSTAS DE INDICADORES DE DESEMPENHO DOS GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA	148
PARTE II: ANAIS DO FÓRUM NACIONAL DE GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA (2005)	153
9. INFORMAÇÕES GERAIS	155
10. PROGRAMAÇÃO	156
11. RESENHAS DAS PALESTRAS PROFERIDAS DURANTE O EVENTO	160
11.1 Palestra Magna: Gestão Integrada de Segurança Pública e Justiça Criminal – Análise Conjuntural das Novas Tendências – Luiz Fernando Corrêa – Senasp	160
11.2 Apresentação do kit de suporte tecnológico para os GGIs dos estados – Eraldo Maques Viegas – Senasp	161
11.3 Divulgação do resultado dos vencedores do Concurso Nacional de Polícia Comunitária promovido pela Senasp–Motorola e Entrega de certificados e troféus (Marina Rejman – Motorola)	161
11.4 Reflexos da Segurança Pública nos Investimentos Econômicos do País	163

11.4.1	Marcelo Ottoni Durante	163
11.4.2	Maurício de Andrade Ramos	164
11.4.3	Joélcio Campos Silveira	165
11.5	Experiências de integração de Segurança Pública e Justiça Criminal no combate ao crime organizado no Estado do Mato Grosso	166
11.5.1	Blairo Borges Maggi	166
11.5.2	Rodney Rocha Miranda	167
11.6	Ações Integradas de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual	168
11.6.1	Márcio Costa de Menezes e Gonçalves	168
11.6.2	Valquíria Souza Teixeira de Andrade	169
11.6.3	Carlos Alberto de Camargos	171
11.7	Práticas Exitosas de Enfrentamento Integrado nas Ações de Segurança Pública	172
11.7.1	Théo Espíndola Bastos	172
11.7.2	Célio Wilson de Oliveira	173
11.7.3	João Batista Meira Braga	174
11.7.4	Manoel Santino Nascimento Junior	175
11.7.5	Fabio Medina Osório	176
11.7.6	Rogério de Oliveira Filipeto	177
11.7.7	Carlos Eduardo Ferreira	179
11.7.8	César Amorim Krieger	179
11.7.9	Rogério Cotta	180
11.8	Estratégias Inteligentes para a Integração das Ações dos GGLs	181
11.8.1	Jozanes Neres de Assunção	181
11.8.2	Maria Antonieta	183
11.8.3	Eraldo Marques Viegas	184
11.8.4	Marciano Queiroz	185
11.8.5	Romel Luiz dos Santos	186
11.8.6	Aurélio Luiz Figueiredo Martins	187
11.9	Sistema Prisional	188
11.9.1	Télio Leão Ayres	188
11.9.2	Nelma Tereza Padilha	190
11.9.3	Joaquim Cláudio Ferreira Mesquita	191
11.9.4	Isnard Alves Ferreira	192
11.9.5	José Bezerra de Mello	193
11.10	Apresentação de resultados do grupo de trabalho 01 – Diretrizes para Composição da Câmara Nacional Integrada contra Homicídios	194
11.11	Apresentação de resultados do grupo de trabalho 02 – Diretrizes para Composição da Câmara Nacional Integrada contra o Crime Organizado	196
11.12	Apresentação de resultados do grupo de trabalho 03 – Diretrizes para Composição da Câmara Nacional Integrada de Inteligência em Segurança Pública	197
11.13	Apresentação de resultados do grupo de trabalho 04 – Diretrizes para Composição da Câmara Nacional Integrada contra Roubo e Furtos de Carga	198
11.14	Apresentação de resultados do grupo de trabalho 05 – Diretrizes para Composição de uma Doutrina Nacional dos GGLs no Gerenciamento de Crises	200
11.15	Apresentação de resultados do grupo de trabalho 06 – Diretrizes para Composição de uma Doutrina Nacional Referente à Participação dos Municípios em Políticas Públicas de Segurança	201
11.16	Apresentação de resultados do grupo de trabalho 07 – Diretrizes para Composição de uma Doutrina Nacional dos Corpos de Bombeiros nas Ações Integradas de Segurança Pública	202
11.17	Apresentação de resultados do grupo de trabalho 08 – Diretrizes para Composição de uma Doutrina Nacional tendo a Mídia como Fator de Integração entre a Sociedade e a Segurança Pública	203

12. CONSOLIDAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO **205**

PARTE III: ANAIS DO FÓRUM INTERNACIONAL DE GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA (2007) **215**

13. INFORMAÇÕES GERAIS **217**

14. PROGRAMAÇÃO **218**

15. RESENHAS DAS PALESTRAS PROFERIDAS DURANTE O EVENTO **222**

15.1	Palestra Magna: Gestão Integrada em Segurança Pública – Cenários e Tendências – Antônio Carlos Biscaia – Senasp	222
15.2	Ações Integradas contra o Tráfico de Drogas e Armas – Roberto Cicliatti Troncon Filho	223
15.3	A Integração da Polícia Federal com as Polícias Estaduais na Investigação de Crimes – Luiz Fernando Correa	224
15.4	Ações integradas contra o Turismo Sexual e Tráfico de Pessoas – Roscio Aguiar Rebouças	225
15.5	Gestão Orientada por Resultados: Criação do Sistema Nacional de Indicadores de Desempenho das Ações de Segurança Pública – Marcelo Ottoni Durante	227
15.6	Análise Criminal e Mapeamento da Criminalidade – GIS – Luiz Carlos Magalhães	228

15.7	Operação Tio Patinhas – Antônio Roberto de Sá	229
15.8	A Criação dos GGIs Municipais no Âmbito do PRONASCI – Vicente Carlos Y Plá Trevas	230
15.9	Painel 1: Experiências Municipais em Gestão Integrada	232
15.9.1	Fernando Roberto de Souza	232
15.9.2	Carlos Roberto Santana da Rosa	233
15.9.3	Orlando Zaccane	234
15.10	O Papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública como Indutora de Políticas Públicas – Ricardo Brisolla Balesteri	235
15.11	Combate aos Ilícitos Transnacionais – Romero Luciano de Menezes	236
15.12	Encontros Técnicos de Cooperação Internacional no Mercosul – Segurança Cidadã e Trabalho Especializado em Matéria Digital	238
15.12.1	Rafael Paternain – Uruguai	238
15.12.2	Enrique Sach – Argentina	239
15.12.3	Pehks Jones Gomes Silveira	240
15.13	Ações de Segurança Pública nas Faixas de Fronteiras	241
15.13.1	Luiz Alexandre Gomes da Silva	241
15.13.2	Salomão Kiermes Tavares	242
15.13.3	Carlos Brito de Lima	244
15.13.4	Wantuir Francisco Brasil Jacini	245
15.13.5	Robson Rubim Silva	246
15.14	Intercâmbio dos Estados/ Unidades Federativas na Segurança Transfronteiriça	247
15.14.1	Antônio Monteiro Neto	247
15.14.2	Paul Domingo Monar Arias – Peru	248
15.14.3	David Alberto Murakami – Bolívia	249
15.14.4	Aldo Alves Ferreira	251
15.14.5	Enrique Jorge Holub – Argentina	252
15.14.6	Adelino Roberto Toigo	253
15.14.7	Sérgio Flores	255
15.14.8	Douglas Sabatini Dabul	256

PARTE IV: ARTIGOS

259

16. ESPECIAL: GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA: GÊNESE; IMPLANTAÇÃO; DESDOBRAMENTOS	
Luiz Eduardo Soares	262
17. ESPECIAL: GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL: UMA ALTERNATIVA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA	
Juarez Pinheiro e Magda Fernanda M. Fernandes (Assessoria Federativa do Ministério da Justiça)	269
18. AÇÕES INTEGRADAS DE COMBATE À PIRATARIA	
Carlos Alberto de Camargo	273
19. PLANO DE GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Jozanes Neris de Assunção e Maria Antonieta Fernandes	275
20. INSTRUMENTOS DE INTELIGÊNCIA E INTEGRAÇÃO DOS ORGANISMOS DE REPRESSÃO À CRIMINALIDADE ORGANIZADA	
Marcelo Zenkner	277
21. O PAPEL DOS GGIs NO GERENCIAMENTO DE CRISES	
Rodolfo Pacheco	288
22. REDUÇÃO DE HOMICÍDIO	
Antônio Benedito de Campos Filho e Milton Teixeira Filho	290
23. PRÁTICAS EXITOSAS DE ENFRENTAMENTO INTEGRADO NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Théo Espindola Basto	292
24. PRÁTICAS EXITOSAS DE ENFRENTAMENTO INTEGRADO NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Rogério Filippetto de Oliveira	294
25. MATRIZ DOUTRINÁRIA PARA A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Priscila Antunes	296

26. ESTRATÉGIAS INTELIGENTES DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DO GGI NO RIO GRANDE DO SUL Áureo Luiz Figueiredo Martins _____	298
27. ESTRATEGIAS INTELIGENTES PARA DAS AÇÕES DO GGIs – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL Isnard Alves Ferreira _____	300
28. ESTRATÉGIAS INTELIGENTES PARA A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DO GGI Romel Luiz dos Santos _____	304
29. REFLEXOS DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS INVESTIMENTOS ECONÔMICOS DO PAÍS Joelcio de Campos Silveira _____	305
30. MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: GESTÃO INTEGRADA E DEMOCRÁTICA Carlos Roberto Sant’Ana da Rosa _____	310
31. AMAZONAS – PRÁTICA EXITOSA DO GGI NO MUNICÍPIO DE PARINTINS Francisco Sá Cavalcante, Ary Renato Oliveira da Silva e Ana Maria Agra Pereira _____	312
32. DISTRITO FEDERAL – PRÁTICAS EXITOSAS DO GGI Valmir Lemos de Oliveira e Telir José Deponti Fumaco _____	314
33. ESPÍRITO SANTO – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL Rodney Rocha Miranda e Antônio Marcos de Souza Reis _____	316
34. GOIÁS – A POLÍTICA GGI Ernesto Roller e Vicente Carvelo Jr _____	318
35. DESOCUPAÇÃO DA ÁREA DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO - UHE Adécio Luís Vieira _____	320
36. RIO GRANDE DO NORTE – AÇÕES DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA Agripino Oliveira Neto e Durval de Araújo Lima _____	324
37. RORAIMA – AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA NO PERÍODO 2003-2008 Cláudio Lima de Souza, Cel. PM Cezar Augusto dos Santos Rosa, Cel. QOPM Jairo Francisco Moura Elgaly, Cel. QOPM Paulo Sergio Santo Ribeiro, DPC Eduardo Wainer Santos Brasileiro, Cel. QOPM Gerson Chagas, Cel. QOPM Gleisson Vitória da Silva, Insp. Marco Aurélio Almeida Pinto, Dpf José Maria Fonseca, Cel QOPM Ronan Marinho Soares, Cap. Crésio Aparecido Pinheiro, Cícero Hério Carreiro Batista _____	326
38. O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA EM MATO GROSSO Diógenes Gomes Curado Filho, Vagner Jorge Santino da Silva, Antonio Roberto Monteiro de Moraes _____	329
39. ESTADO DO TOCANTINS – GGI-TO EM AÇÃO Gisele Lacerda Ferreira _____	331
40. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA Edson Oliveira Goularte e Cláudio Roberto da Cunha Machado _____	332
CONSIDERAÇÕES FINAIS: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS QUANTO À TRAJETÓRIA DOS GGIs	335

PREFÁCIO

A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça tem a satisfação de publicar a primeira Coletânea dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública. Esta obra inédita traduz seis anos de esforços em articular instituições das diversas esferas de governo sobre um tema comum: redução da violência e criminalidade. O primeiro Termo de Referência dos GGIs apresentou a importância do tema, refletindo que “sem gestão não há política de segurança pública e política de segurança pública implica em articulação sistêmica das instituições”.

Os Gabinetes de Gestão Integrada surgem no contexto do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), articulados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que é o órgão responsável pela indução de políticas de segurança pública. O GGI é um fórum executivo e deliberativo, que tem como missão integrar sistemicamente os órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, priorizando o planejamento e a execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade. Visa, ainda, avançar em torno de um paradigma em segurança pública com enfoque em boas práticas de gestão por resultados.

As instituições precisam de sistemas integrados e inteligentes com foco direto na melhoria dos serviços prestados à sociedade. Não há possibilidade de construir um sistema de segurança pública eficiente sem o compartilhamento de conhecimento e a cooperação entre as instituições. Os GGIs são espaços que congregam instituições heterogêneas em torno de um mesmo objetivo: o bem da sociedade.

Parafraseando o gênio Albert Einstein: “Não há nada mais insano do que fazer todos os dias as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”. Lamentavelmente, o paradigma da segurança pública dos últimos 40 anos foi pautado por fazer mais do mesmo, além da fragmentação e reatividade das instituições, sem muita antecipação e planejamento e pouca visão preventiva.

Assim, uma alternativa na busca de resultados diferentes foi a criação, em 2003, do Sistema Único de Segurança Pública, que avançou no sentido de articular políticas integradas de redução da violência e criminalidade. Em consonância com o Susp, foi lançado em 2007 o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que combina repressão qualificada e políticas sociais, focando nas questões centrais da prevenção, educação e acompanhamento de jovens e adolescentes. Com o PRONASCI, os municípios são mais incentivados a constituir GGIs, estes como fóruns deliberativos, compostos por representantes da sociedade

civil, poder público das diversas esferas e as diferentes forças de segurança pública, com atuação local.

Atualmente, os GGIs constituem uma rede nacional, nos níveis regional, estadual e municipal. Possuem uma dinâmica funcional heterogênea, pois alguns avançaram em termos de resultados, enquanto outros seguem em um processo de ambientação com um modelo de gestão participativa orientada para resolução de problemas. É sabido que a transformação cultural exige um processo de adaptação e muita paciência, pois mais difícil do que implementar novas idéias, é a libertação do antigo senso comum, que conduziu, durante 40 anos contemporâneos, as fracasadas práticas na área de segurança pública.

No momento atual, a boa vontade das instituições em manter uma relação dialógica é a primeira vitória rumo à construção de um modelo participativo de gestão focada no cidadão. Também é necessário instigar a integração dos serviços de base desempenhados pelos operadores de segurança pública nos diversos níveis de gestão, principalmente naqueles perceptíveis pela comunidade. É vital desenvolver mecanismos capazes de disseminar a filosofia GGI e suas práticas nos trabalhos de rotina, por meio de cursos, malhas curriculares e outros processos intrainstitucionais e interinstitucionais.

Assim, esta obra é repleta de conhecimento acumulado por profissionais e suas instituições. Aponta um caminho em direção ao portal aberto rumo a um recente modelo de fazer segurança; acena para uma realidade objetiva, para que, sem nenhum exagero, possamos daqui alguns anos perceber a redução nos índices de violência e criminalidade em todos aqueles lugares onde a gestão integrada de segurança pública caminha em passos largos e com muito entusiasmo.

Ricardo Brisolla Balestreri

Secretário Nacional de Segurança Pública

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea representa uma trajetória dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública, no período de 2003 a 2009. A obra é composta de quatro partes distintas. A primeira parte compreende o processo de criação e implementação dos Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais, entre o período de 2003 a 2007, como instrumento de coordenação do Sistema Único de Segurança Pública nos Estados. Inclui também, com destaque, a composição de uma agenda virtuosa entre os GGIs estaduais e os GGIs municipais, estes em especial com enfoque e protagonismo local, criados e implementados, entre 2007 a 2009, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Na segunda parte, constam os Anais do Fórum Nacional de Gabinetes de Gestão Integrada, ocorrido em 2005. Este evento foi consolidado por meio de gravações de palestras e conteúdos de diversos grupos de trabalho, tendo como enfoque as boas práticas nacionais sobre o tema integração. A terceira parte, denominada Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada, ocorrido em 2007, segue a mesma linha da parte anterior, todavia com maior enfoque na temática segurança pública na faixa de fronteiras. Na quarta e última parte, constam artigos individuais e coletivos escritos em momentos distintos, com uma participação especial de Luis Eduardo Soares, que narra a gênese do GGI no Brasil. Com efeito, esta obra visa registrar a história e as boas práticas em torno do tema Gestão Integrada em Segurança Pública no Brasil, bem como constituir uma ampla base de dados para futuras pesquisas na área de segurança pública.

INTRODUÇÃO: INTEGRALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA¹

O desafio de lançar este ensaio sobre a integralidade na Segurança Pública tem como objetivo a reflexão crítica do tema e do fluir de suas práticas nas organizações que pensam e operam o sistema.

Ouvimos, lemos, falamos sobre “integralidade”, integração, intersectorialidade e interface. Mas, o que significam realmente esses conceitos? Como é possível senti-los? Como surgem? Em que momentos ocorrem?

No decorrer da vida em sociedade, as pessoas seguem normas, regras, códigos. Em um momento, questiona-se, mobiliza-se à reflexão e percebe-se que a dinâmica social, da segurança pública impõe exigências de origem muitas vezes desconhecida. Na verdade, isso está sendo produzido e reproduzido. Algumas contradições e conflitos presentes nessa dialética vivencial promovem, até por uma questão de sobrevivência, a decisão de quais princípios, crenças e preconceitos devem ser trilhados, o que num primeiro momento mobiliza e, em outro, transforma. Essa dialética faz parte da vida. Um eterno questionar.

Integralidade, segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, em sua terceira edição revista e atualizada, quer dizer: (Do lar. Méd. *integralitate*) s.f. Qualidade de, condição, ou atributo do que é integral: totalidade, total, inteiro. Integrar: completar, tornar inteiro (*inteirar-se*, *completar-se*) e totalidade (De *total* + (*i*)dade) s.f. 1. O conjunto das partes que constituem um todo; soma. 2. filos. Unidade de partes; sistema.

O atual campo social nos aproxima, para início de conversa, da construção de uma sociedade justa e cidadã. Essa é uma diretriz básica do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição de 1988, que embora em seu texto não utilize a expressão integralidade², esse termo é utilizado correntemente para designar a diretriz da política de saúde.

Fazer as palavras previstas “andarem”, arcabouço institucional do SUS, reflexo da luta pela redemocratização do país, de reivindicações da Reforma Sanitária e da construção de uma sociedade solidária, isto é, adquirir efetividade

1 João Bosco Rodrigues de Góz: Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), psicólogo e especialista em Saúde Mental Coletiva.

2 Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal-Centro Gráfico; 1988. Brasil, Art 198.

no campo da política pública foi além da diretriz do SUS. Integralidade permeou e deu sentido a uma “bandeira de luta”, com enunciados propositivos do Sistema, de suas instituições e de suas práticas desejáveis. Integralidade busca falar de um conjunto de valores por que vale lutar, pois se relacionam a um ideal de civilidade.

A imagem da integralidade tenta indicar a direção para a transformação da realidade. Ela parte de um pensamento crítico, um pensamento que se recusa a reduzir a realidade ao que “existe”, que se indigna com algumas características do que existe e almeja superá-las. Por exemplo: o movimento sanitário propôs a descentralização, sem se preocupar em detalhar se assumiria a forma de uma municipalização radical, ou se chegaria ao nível dos serviços. Essa imagem fala em participação popular, sem, no entanto, especificar as formas pela qual tal participação se constituiria.

A integralidade abrange leituras distintas e sentidos diversos. Exatamente por isso, pode, num determinado momento, aglutinar em torno dela atores políticos que comungam de indignações semelhantes, mesmo que tenham projetos específicos distintos. Quer dizer, possui vários sentidos, correlatos, sem dúvida, posto que forjados num mesmo contexto de luta e articulados entre si.

Possui, no entanto, sentidos distintos, que possibilitam que vários atores, cada qual com suas indignações e críticas ao que existe, comunguem estas críticas e, por um momento, pareçam comungar os mesmos ideais. Ela traz consigo um grande número de possibilidades de realidades futuras a serem criadas por meio das lutas, que têm em comum a superação daqueles aspectos criticados na realidade atual e que almejamos transformar.

A busca é sempre de uma reflexão acerca do princípio como eixo crítico e reflexivo, permitindo desvelar a realidade e propor ações transformadoras; enquanto sujeito histórico e social, propor e opinar nas decisões sociais para cuidar de si, de sua família e da coletividade.

A inexistência de uma definição de fato sobre o que é a “integralidade” é, ao mesmo tempo, uma fragilidade e uma potencialidade. É um conceito que permite uma identificação dos sujeitos como totalidades, ainda que não o sejam em sua plenitude, considerando todas as dimensões possíveis que se pode intervir, pelo acesso permitido por eles próprios.

Para que seja possível a realização de uma prática que atenda à integralidade, precisamos exercitar efetivamente o grupo, desde o processo de formação do profissional de determinada área. É preciso estabelecer estratégias de aprendizagem, que favoreçam o diálogo, a troca, a transdisciplinaridade entre os distintos saberes formais e não-formais, que contribuem na promoção do bem estar a nível individual e coletivo.

A integralidade perpassa pela formação e educação permanente, que deve estimular a equipe de modo a favorecer o diálogo entre os profissionais, como também a definição coletiva da assistência como foco central das ações. Para prestar uma atenção holística, temos de acreditar que seremos protagonistas em fazê-la individualmente.

O que seria a integralidade? Uma atitude de certos profissionais, ou uma marca das práticas deles? A noção de atitude pode trazer consigo uma idéia individualista, pois atitudes são de indivíduos. O desenvolvimento de atitudes se faria através de processos que também incidem sobre indivíduos? Com efeito, a postura dos profissionais é algo fundamental para a integralidade. E, em muitas situações, a integralidade só se realizará com incorporações ou redefinições mais radicais dos grupos.

O que é corresponder ao ideal de integralidade na Segurança Pública? A integralidade não é somente uma atitude e, sim, uma marca de um modo de organizar o processo de trabalho, feita de forma a otimizar o seu impacto social.

Importante é a reflexão crítica e a abertura da roda do diálogo. Outro ponto é o atributo da organização dos serviços, sendo que mais um atributo aplica-se às respostas governamentais aos problemas sociais. No caso da Segurança Pública, é possível reconhecer alguns traços de semelhança, algumas analogias, alguns fios que articulam todos esses sentidos. Quer tomemos a integralidade como princípio orientador das práticas, quer como princípio orientador da organização do trabalho ou da organização das políticas, integralidade implica uma recusa ao reducionismo, bem como uma recusa à fragmentação das esferas sociais e humanas (familiar, social, econômica, cultural, religiosa), uma recusa à objetivação dos sujeitos e talvez uma afirmação da abertura para o diálogo.

Como princípio, a integralidade possibilita entender que os profissionais que trabalham com o ser humano devem ter uma visão holístico-ecológica, seja na produção do conhecimento, seja na prestação de serviços, do resgate da participação nos contextos. É importante que o elemento integralidade esteja inserido na consciência crítica dos profissionais e da comunidade, que partindo de um contexto complexo e com o qual estão em constante interação, possibilitem ações transformadoras e integradas.

Segundo a teoria da integração, o autor Joseph Nye³ afirma que a integração pode ser definida como um ato de cooperação entre Estados, no nível regional e/ou mundial, permanente ou não e observada no campo econômico, político e jurídico.

O autor destaca que na década de 1970 são ressaltados movimentos para provar que a integração é um fenômeno multidimensional, enquanto, na década de

3 Nye, Joseph. *Desenvolvimento da Teoria da Integração*. Disponível em http://www.unibero.edu.br/nucleosu-ni_neriteo04.asp

1980, há uma maior ênfase no estudo da integração regional, por meio do estudo de casos específicos. Especialmente após o fim da II Guerra Mundial e com a consolidação da Comunidade Européia, o interesse neste assunto sofreu grande aumento.

A questão central é a identificação e a análise das forças que contribuem para a formação e a integração das comunidades políticas. A premissa do autor mostra duas alternativas em relação a Política de Integração:

- Sistemas Políticos ganham e mantêm a coesão através da distribuição dos valores a todos os membros e por meio de um acordo geral sobre a estrutura do sistema;
- O sistema político se torna ou continua coeso por causa da presença de um tratado de força.

Alguns pesquisadores focam a segunda alternativa. Partem da premissa de que a cooperação ocorre através da coerção e não coação. Outros dão ênfase à primeira, baseados em que a Aldeia Global é a chave para a redução da violência, quando o monopólio de poder se encontra ao nível internacional.

A teoria funcionalista, tendo como principal mentor David Mitrany⁴, diz que o crescimento da complexidade do sistema governamental aumentou consideravelmente a essencialidade técnica (assuntos não políticos frente ao governo). O ponto principal dessa teoria (por David Mitrany, Amitai Etzion e Ernest Haas) é a integração política acerca de um centro decisório, no qual os atores políticos dirigem suas legislações e atividades políticas. Diz Leon N Lindeberg: “Os atores devem ter a noção da perda de status no sistema internacional e as decisões devem ser tomadas por consenso”. Isto é, a visão de um centro no comando da unidade integrada.

Conforme Haas⁵, a teoria Neofuncionalista foi utilizada para explicar o processo de integração, principalmente o europeu. Para os neofuncionalistas, “integração” significa o processo de transferência das expectativas excludentes de benefícios do Estado-nação para alguma entidade maior”. O autor identifica quatro motivações básicas para uma integração regional:

- Desejo de promover a segurança em uma dada região, realizando a defesa conjunta contra uma ameaça comum;
- Promover a cooperação para obter desenvolvimento econômico e maximizar o bem-estar;
- A vontade comum de constituir a unificação de comunidades nacionais em uma entidade mais ampla.

4 Mitrany, David. *Teoria Funcionalista*. Disponível em http://www.unibero.edu.br/nucleosuni_neriteo04.asp

5 HAAS, Ernest; Mitrany, David e Etzion Amitai. *Teoria funcionalista*. Disponível em http://www.unibero.edu.br/nucleosuni_neriteo04.asp

Haas também afirma que segundo a microteoria da ramificação ou *spill over*, o desenvolvimento da colaboração em um campo técnico gera um comportamento comparável em outros campos técnicos, quer dizer, colaboração funcional em um setor gera a necessidade de colaboração em um outro, contribuindo para a manutenção da paz, pois os atores ficam inibidos de tomarem ações unilaterais que prejudiquem os seus parceiros.

A política de segurança pública contemporânea no Brasil trabalha pela lógica de diretrizes e princípios, com estratégias para um novo jeito de compreender e lidar com a complexidade da segurança pública, que depende da estruturação de modelos orientados pela perspectiva da integralidade, entendida aqui não apenas em referência à apreensão integral dos sujeitos, mas também aos novos valores e dispositivos técnicos.

Algumas características do sistema de segurança pública podem ser observadas, analisadas e pesquisadas:

- A integralidade e missão da segurança pública em novas lógicas, diretrizes e princípios;
- Necessidades formativas para construção de novos perfis profissionais no campo da segurança pública;
- Diretrizes lógico-pedagógicas para a construção de projetos, programas e ações na perspectiva da integralidade para efetivação do Sistema Único de Saúde⁶.

O desafio da integralidade se torna um operador teórico e prático fundamental, pois vem sendo esse o horizonte buscado na construção de novos modelos de segurança.

A noção de integração na Segurança Pública, proposta na própria definição do Sistema Único de Segurança Pública e inserida na Constituição Federal, é um projeto político e ético ainda em construção.

Na literatura geral e principalmente na mídia de massa, as integrações são fomentadas por questões econômicas e fortalecimentos de potenciais de desenvolvimento. Mas, pouco ou nada tem sido feito para a integração maior do ser humano, que, com certeza, dará maior ganho na construção da segurança pública.

Os modos de a integralidade ser dita e praticada são processos de impulsionamento, para gestões com possibilidade de mobilização das partes que afetam o desenvolvimento da organização. Ao pensar numa lógica sistêmica, lembramos que o comportamento de uma esfera afeta necessariamente o funcionamento do sistema como um todo.

6 MINAYO, M.C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo Hucitec, 1990.

As experiências de cooperação e integração podem ser abordadas partindo-se do pressuposto que a participação entre Estados tende a minimizar o risco de conflito. O processo de integração regional é, em princípio, um modo de cooperação entre Estados. É um processo estratégico de lidar com problemas, que, isoladamente, não conseguiriam.

A cooperação possibilita o estabelecimento de objetivos comuns entre os parceiros. As teorias sobre integração, conforme Bobbio, em geral, aceitam o pressuposto de Kant sobre a possibilidade de estabelecer, em um sistema fundamentado no estado de natureza, algum arranjo institucional promotor da paz. Assumem a figura de uma associação, na qual os componentes permanecem num nível de colaboração entre iguais⁷.

Em síntese, podemos dizer que os sistemas de integração são complexos e exigem cooperação em associação e alianças. A integração é alimentada pela colaboração, num processo decisório consensual, com intercâmbio de informações e um padrão de desempenho.

Ao falarmos em integralidade evocamos o conceito de segurança cidadã citado no Relatório de Atividades de Implantação do Sistema Único de Segurança Pública e suas nuances na “situação política e social, de segurança integral e cultura da paz, em que as pessoas têm legal e efetivamente garantindo o gozo pleno de seus direitos humanos, por meio de mecanismos institucionais eficientes e eficazes, capazes de prever, prevenir, planejar, solucionar pacificamente e controlar as ameaças, as violências e coerções ilegítimas” (publicação Senasp, 2007).

O mote da integralidade, desde o previsto na Constituição Federal, otimiza a Política Pública de Segurança, na estética do Ministério da Justiça, e segue os bons exemplos de outras políticas públicas transversais e constituintes de uma prática desejada na Segurança Pública do Brasil.

A gestão institucional da segurança pública tem ficado, ao longo da história, sob a égide das instituições armadas, com características policiais e militares. Situação herdada de outras épocas e modos, que persistem até hoje, e a complexidade é manter ações integrais, em um processo de democracia, pois traduz que as práticas até então executadas não resolvem e são insuficientes no campo da segurança pública.

Ao refletir sobre a multifacetada integralidade, ela nos remete as causas múltiplas e fragmentadas, que redundam na violência de todo dia. Violência que

7 BOBBIO, N *Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant*. Brasília,-Editora Universidade de Brasília, 1997.

atravessa os diversos e variados campos constituintes do nosso tecido social e, ainda, tece o nosso imaginário.

Ao abrirmos um leque, observamos que a estética social em suas fontes, desde a família, a escola, a casa, o bairro, os equipamentos sociais existentes (saúde, educação, habitação, ambiente etc.), o município, os espaços sociais e os distintos modos de vida acontecem onde todos os elementos de formação e construção influenciam a sensação de segurança de cada cidadão. Por isso, dizemos que a integralidade ocorre tanto no nível da sociedade e em suas instituições como no estabelecimento de Políticas Públicas, que articulem modos de pensar, sentir e agir, em consonância com a melhoria da condição de vida das pessoas e a consequente participação e envolvimento dessa população alvo. As interações nos textos e escritos legais demonstram a vontade política (de alguns setores) em estabelecer a integralidade:

- A institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, como sistema federativo e democrático de gestão das instituições de Segurança Pública no país;
- A promoção da cooperação intergovernamental e interinstitucional em segurança pública, nas áreas de planejamento, atividades de formação, atuação tático-operacional e intercâmbio de dados, informações e conhecimento;
- A sedimentação de políticas públicas pautadas pelo compromisso com resultados, respeito aos direitos fundamentais e a promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana;
- A necessidade premente de combinar as atuações preventivas e repressão qualificada, visando a redução da criminalidade e da violência, em todas as suas formas;
- O propósito de valorizar as organizações governamentais e não-governamentais de segurança pública e de seus agentes, levando-os a recuperar a confiança da sociedade e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos;
- A deliberação de ampliar a eficiência e a eficácia da segurança pública nos níveis de gestão política, estratégica e tático-operacional. A resolução de aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados e eliminando suas relações com o crime organizado.

Os Gabinetes de Gestão Integrada, desde sua criação, são espaços geradores de modos e lógicas de integração colegiada, em uma pedagogia de mudança de atitudes, que levam os operadores do sistema de segurança a não mais reproduzirem práticas com certos níveis de sensação de insegurança.

A integralidade na Segurança Pública tem hoje um dispositivo para consolidar o modo colegiado de se promover a própria segurança pública, no sentido de adotar medidas efetivas de controle e de prevenção da violência e da criminalidade no Brasil.

Os GGIs são instrumentos fomentadores da integração e com objetivo claro de promover e discutir as políticas regionais com vistas à diminuição da criminalidade e à manutenção da paz social. O Ministério da Justiça dá exemplo de integralidade quando, em suas práticas, fomenta acordo de cooperação técnica internacional, por meio Senasp em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esses convênios possibilitam apoio para a implantação e implementação do Sistema Único de Segurança Pública.

O Brasil, com relação à Segurança Pública, destaca-se no seu fazer integral, pois o Governo Federal motiva, induz e estrutura os governos dos Estados para modificar comportamentos. Assim, fortalece a legitimidade e a capacidade estatal, no sentido de que sejam forjados climas de segurança e de estabilidade, no qual a sociedade como um todo, participante também, possa prosperar.

A vontade política da integração, por meio do Ministério da Justiça, em seus projetos, programas e ações cotidianas, busca tecer fios e redes de boas iniciativas. Também disseminam práticas articuladas pela concepção de um processo sistemático, onde nossa segurança pública depende do esforço de cada um de nós, em sua formação matricial individual e coletiva.

Exemplo da filosofia de gestão integrada é a implantação e implementação dos Gabinetes de Gestão Integrada, que no processo de sua efetivação é o grande instrumento da consolidação de uma Política de Segurança Pública com Cidadania, pois seu espaço colegiado reúne os órgãos facilitadores de um novo agir com a devida segurança. Muito mais, e além, a Política Pública de Segurança, hoje, emanada pelo Governo Federal, através do Ministério da Justiça, é a prática de um paradigma da participação, cooperação e integração, exemplos relevantes e essenciais dados pelo Ministério da Justiça, em seus projetos, programas e ações para a superação e resposta aos desafios diariamente apresentados à segurança do país. A efetivação do Sistema Único de Segurança Pública é o grande gancho para, juntos, puxar o empoderamento das políticas sociais básicas, pois estas sofrem hoje os reflexos das lacunas até então existentes e que vulnerabilizam o tecido social com causas e consequências na segurança pública.

PARTE I



EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA NO BRASIL⁸

1. PRIMEIRA FASE: ORIGEM

Em 2000, no âmbito do governo federal foi lançado o Plano Nacional de Segurança Pública 2000-2002, visando promover a articulação de diferentes órgãos federais, estaduais e municipais, de entidades privadas e da sociedade no combate ao crime. Recursos passaram a ser destinados via Fundo Nacional de Segurança Pública, instituído pela Lei 10.201/01. Entre as 124 ações previstas no plano, constaram propostas de policiamento integrado entre as polícias e repressão conjunta entre as polícias Federal e Rodoviária Federal de modo a intensificar e incentivar sua integração operacional, estímulo a melhor integração entre as polícias civil e militar, mediante harmonização das respectivas bases territoriais, sistemas de comunicação e informação, treinamento básico e planejamento comum descentralizado.

Em 2002, foi elaborado pelo Instituto de Cidadania o “Projeto Segurança Pública para o Brasil” (PSPB), tendo como coordenadores Antonio Carlos Biscaia, Benedito Domingos Mariano, Luis Eduardo Soares e Roberto Armando Ramos de Aguiar. O objetivo do documento foi submeter à apreciação da sociedade um projeto de segurança pública visando reduzir diversas modalidades de violência, que se manifestam sob a forma da criminalidade. Em 2003, no governo de Luis Inácio Lula da Silva, o referido projeto passou a vigorar como “Plano Nacional de Segurança Pública” (PNSP). Dentre as diversas ações propostas no documento, constam reformas substantivas na esfera da União, Estados e Municípios com a criação do “Sistema Único de Segurança Pública” (SUSP).

O PNSP (2003) propõe que o organismo central de governo deve promover liderança, mobilizar os setores pertinentes, estimular a diversidade dos participantes, engajar a comunidade, mobilizar o maior número de parceiros institucionais e informais, conduzindo o processo segundo as mediações do tripé diagnóstico-planejamento-avaliação. Propõe ainda, nos três níveis governamentais, a instauração de um novo ângulo de abordagem da problemática da segurança pública, a formação de um sujeito institucional para a gestão da política de segurança e a negociação de uma nova aliança, respeitando as especificidades das esferas governamentais, e fomentando a criação de uma “coordenação unificada” para a gestão da política integrada de segurança pública.

“Nesse contexto, as secretarias de segurança e, por consequência, as polícias, assim como o Ministério da Justiça, não estarão mais isolados no comando da política de segurança pública. Cada projeto, cada estratégia, cada intervenção será pensada e implemen-

tada a partir da articulação entre Secretaria de Segurança ou o Ministério da Justiça e os setores governamentais responsáveis por educação, saúde, esporte e lazer, cultura, trabalho e ação social, planejamento, habitação, transporte, saneamento etc. Os projetos serão sempre integrados, assim como os problemas enfrentados são como rombos compostos por fios diversos e quase indiscerníveis”. (PSPB, 2002)

A proposta de criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) ocorreu devido à dificuldade de integração das polícias estaduais, existência de conflitos de competência, duplicidade de gerenciamento de equipamentos e ações. O SUSP centra-se no estabelecimento de interface entre as polícias estaduais, polícias federais e guardas municipais. Sugere a criação de um “Conselho Consultivo de Segurança Pública” com representantes da sociedade civil, chefes e comandantes das polícias, tendo como objetivo o acompanhamento da política unificada de segurança pública, vinculando-se diretamente ao gabinete do Secretário de Segurança Pública dos Estados. O SUSP fomenta a unificação progressiva das academias e escolas de formação, criação de áreas territoriais integradas de segurança pública, órgãos integrados de informação e inteligência policial, corregedoria única e grupo unificado de mediação de conflitos.

Nos meses de julho e agosto do ano de 2003, a União, representada pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, celebrou com os Estados membros e o Distrito Federal um “Protocolo de Intenções”, estabelecendo um sistema de interface entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública, as Secretarias de Segurança Pública Estaduais, o Departamento de Polícia Federal e Departamento de Polícia Rodoviária Federal, buscando identificar os principais focos de criminalidade e violência, propor conjuntamente soluções, com base no Sistema Único de Segurança Pública, e coordenar a atuação dos partícipes, segundo as cláusulas e condições estabelecidas no referido convênio.

Ressalta-se que, na primeira cláusula do protocolo de intenções, foi prevista como objeto a criação de um Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública, responsável pela coordenação nos Estados e no Distrito Federal, do Sistema Único de Segurança Pública, composto pelos titulares dos órgãos do Sistema de Justiça Criminal, nos níveis Federal (representado por integrante da Senasp, Superintendentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal) e Estadual (Secretário de Segurança Pública e, a seu critério, o Chefe de Polícia Civil, Comandante Geral da Polícia Militar e demais dirigente dos órgãos subordinado à Secretaria de Segurança Pública Estadual), devendo os partícipes envidar esforços para integrar no GGI,

representantes das Secretarias Municipais de Segurança Pública e Guardas Municipais, bem como Ministério Público e Judiciário.

O GGI teve origem em 2003 a partir de atuações integradas em gerenciamento de crises e núcleos de gestão comum de segurança pública existentes no Ministério da Justiça e em algumas unidades federativas. No mesmo período, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Justiça, promoveu uma ação contingencial na área de segurança pública no Estado do Espírito Santo, enfocando o desmantelamento da estrutura montada pelo crime organizado. O ponto que impulsionou ações rápidas do governo federal foi um episódio violento que chocou o país, o assassinato de um juiz da Vara de Execuções Criminais, em Vitória. Ocorreu uma junção de forças dos governos federal e estadual com o objetivo de combater o narcotráfico e o crime organizado no Estado. A experiência conjunta foi determinante para posterior criação do GGI, a partir de uma experiência integrada entre o governo federal e governo estadual, envolvendo a Polícia Federal, Receita Federal, Polícias Civil e Militar e o Ministério Público.

O conceito de força tarefa integrada foi ampliado pela Senasp, criando-se o GGI para gerir os processos de Políticas Públicas de Segurança Pública no Brasil. Ficou estabelecido que o Gabinete seria um órgão deliberativo e executivo, preservador da plena autonomia e da identidade dos órgãos integrantes, não criando vínculo de relação hierarquizada entre os mesmos, devendo suas decisões serem tomadas por consenso. Coube à Secretaria Estadual de Segurança Pública a responsabilidade pela articulação de seus membros e a organização das atividades relacionadas ao pleno funcionamento do Gabinete, constituindo-se como uma Secretaria Executiva, tudo isto em consonância com as diretrizes previstas no Plano Nacional de Segurança Pública. Abaixo segue comentário em artigo de Luiz Eduardo Soares sobre a criação do GGI, quando Secretário Nacional de Segurança Pública.

“Aos governos estaduais e federal caberia instalar Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública, um em cada estado, que funcionaria como braço operacional do Susp e começaria a trabalhar com base no entendimento político, antes mesmo da normatização que o institucionalizaria. O GGI seria um fórum executivo que reuniria as polícias, de todas as instâncias, e, mediante convite, as demais instituições da Justiça criminal. As decisões seriam tomadas apenas por consenso, para que se eliminasse o principal óbice para a cooperação interinstitucional: a disputa pelo comando.”⁹

9 SOARES, Luis Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. Estud. av. vol.21 no.61 São Paulo Sept./Dec. 2007.

No Diário Oficial da União n.º 156 de 14 de agosto de 2003, o Ministério da Justiça publicou extrato de cada um dos protocolos de adesão dos estados ao SUSP. O primeiro protocolo foi firmado com o Estado do Rio Grande do Sul, tendo como objeto a instalação de uma “Agencia Técnica Regional da Secretaria Nacional de Segurança Pública” (ATR) e a formação de um “Gabinete para Gestão Integrada da Segurança Pública” no combate à criminalidade, composto pelos titulares dos órgãos do sistema de justiça criminal. Os demais protocolos celebrados já não faziam mais referência à ATR, porém estabeleceram um sistema de interface entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, departamentos da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, buscando identificar focos de criminalidade e violência, tendo como objeto a criação de “Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública” (GGI) para coordenar o SUSP nos Estados.

Segue-se, como modelo, extrato do Protocolo de Intenções firmado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Espírito Santo:

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – SEÇÃO 3 – N.º 156, QUINTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2003

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATOS DE PROTOCOLOS DE INTENÇÃO

[...]

Nº 002/2003. PARTÍCIPES: Ministério da Justiça, [...] por meio da Secretaria nacional de segurança Pública [...] e o Estado do Espírito Santo [...] por intermédio da Secretaria de estado de segurança pública [...] Objeto: 1) Criação de Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública que coordenará no Estado o Sistema Único de Segurança Pública. O gabinete será composto pelos titulares dos órgãos do Sistema de Justiça criminal, nos níveis Federal (Representante da Senasp, Superintendência da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal) e Estadual (Secretário de Estado de Segurança Pública e, a seu critério, o Chefe de Polícia, Comandante Geral da Polícia Militar e demais dirigentes dos órgãos subordinados a Secretaria de Estado de Segurança Pública). O Gabinete, órgão deliberativo e executivo, preservará plenamente a autonomia e identidade dos órgãos integrantes e não estabelecerá qualquer relação de hierarquia entre eles. As decisões do Gabinete serão tomadas por consenso. A Secretaria de Estado de Segurança Pública

cabará a Secretaria executiva do Gabinete, a qual será responsável pela articulação de seus membros e organização das atividades a ele relacionadas. Os partícipes envidarão esforços para integrar no gabinete representantes das Secretarias Municipais de Segurança Pública e/ou Guardas Municipais, bem como o Ministério Público e Judiciário. Vigência: 31 de dezembro de 2006. Data de Assinatura: 22/4/2003.

Seguem-se os protocolos firmados, segundo a ordem cronológica, com vigência até 31 de dezembro de 2006:

- Protocolo 001 de 07/04/2003: Rio Grande do Sul;
- Protocolo 002 de 22/04/2003: Espírito Santo;
- Protocolo 003 de 13/05/2003: Minas Gerais;
- Protocolo 004 de 13/05/2003: Rio de Janeiro;
- Protocolo 005 de 26/05/2003: Santa Catarina;
- Protocolo 006 de 28/05/2003: Alagoas;
- Protocolo 007 de 28/05/2003: Rio Grande do Norte;
- Protocolo 008 de 28/05/2003: Piauí;
- Protocolo 009 de 30/06/2003: São Paulo;
- Protocolo 010 de 23/06/2003: Mato Grosso do Sul;
- Protocolo 011 de 08/07/2003: Acre;
- Protocolo 012 de 09/07/2003: Rondônia;
- Protocolo 013 de 09/07/2003: Roraima;
- Protocolo 014 de 08/07/2003: Amazonas;
- Protocolo 015 de 10/07/2003: Pará;
- Protocolo 016 de 10/07/2003: Amapá;
- Protocolo 017 de 22/07/2003: Bahia;
- Protocolo 018 de 22/07/2003: Sergipe;
- Protocolo 019 de 23/07/2003: Paraíba;
- Protocolo 022 de 24/07/2003: Ceará;
- Protocolo 025 de 06/08/2003: Goiás;
- Protocolo 026 de 05/08/2003: Mato Grosso.

Na prática, após a criação do SUSP, a primeira experiência de ação integrada, envolvendo o governo federal e governo estadual, a Polícia e a Receita Federal, Polícias Civil e Militar e o Ministério Público, foi decorrente da constituição de uma força tarefa com o objetivo de combater o narcotráfico e o crime organizado no Estado do Espírito Santo, no primeiro semestre de 2003. A partir dos resultados obtidos e das reuniões ocorridas, surgiu naquele estado o primeiro GGI a operar no

Brasil. Em 22 de agosto de 2003, o GGI, conforme primeira ata de reunião, deliberou em reunião ordinária sobre a forma de funcionamento proposta de regimento interno com ações contra o crime organizado. Participaram da primeira reunião do GGI: Jose Roberto Santoro – Subprocurador Federal (coordenador); Rodney Rocha Miranda – Secretário de Segurança Pública; Agesandro da Costa Pereira – Presidente da OAB; Henrique Herkenhoff – Procurador da República; Ubirajara Vieira Bello – Delegado Federal; José Ramão Mariano Filho – Inspetor Chefe da SPRF; Angela Modanes – Promotora de Justiça; Fábio Halmosy Ribeiro – Promotor de Justiça; Luiz Moulin Ferraz – Secretário de Estado de Justiça e Enio Chaves dos Reis – Tenente Coronel PM.

Segue-se abaixo notícia veiculada no Ministério da Justiça sobre a criação do GGI no Espírito Santo:

“ [...] Instalado há 45 dias, o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública do Espírito Santo foi criado como primeira experiência do Sistema Único de Segurança Pública. A idéia do ministro Márcio Thomaz Bastos é implantar essa ferramenta para unificar padrões, serviços de inteligência e mecanismos de combate à violência nos Estados. Para tanto, segundo o secretário Luiz Eduardo Soares, é fundamental estabelecer convênios de cooperação entre os governos estaduais.¹⁰

10 Ministério da Justiça. Agência de Notícias. “Espírito Santo Adere ao Susp”. 17 de abril de 2003.

2. SEGUNDA FASE: IMPLEMENTAÇÃO

Em 28 de agosto de 2003, o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Coordenação Geral de Ensino, realizou um seminário de oito horas com a participação de 41 profissionais da área de segurança pública (peritos criminais, bombeiros, policiais civis e militares, policiais federais, policiais rodoviários federais, gestores e comissionados) com representantes de 26 unidades federativas. O encontro teve como objetivo a elaboração coletiva de um documento de referência para a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública (GGI).

Em termos metodológicos, o seminário iniciou com uma breve apresentação pessoal de cada participante, atividades lúdicas, apresentação dos objetivos do encontro, palestras de nivelamento, divisão de grupos em três estações temáticas e posterior apresentação e validação do material produzido em plenária.



1ª logomarca do GGI

A primeira estação temática elaborou a estruturação do GGI: a) Princípios – “autonomia dos estados e agilidade do órgão”; b) Constituição – “membros natos conforme protocolo de intenções entre os Estados e Ministério da Justiça, além de membros convidados conforme a necessidade”; c) Estrutura interna – “Secretaria Executiva, equipe de apoio conforme demanda, estrutura física na Secretaria de Segurança, regimento interno, fluxograma de gestão administrativa e sala de apoio administrativo”.

A segunda estação temática definiu o funcionamento do GGI: a) Reuniões ordinárias quinzenais, no período de instalação; b) Deliberações consensuais; c) Análise de informações, oriundas de diversos órgãos integrantes do sistema, para tomada de decisão; d) Fortalecimento da visão da coordenação como facilitadora de uma articulação integrada; e) Catalisação de informações produzidas e socializadas; f) Atuação de forma sistêmica e complementar às ações dos órgãos constituídos, respeitando suas competências; g) Cumprimento às deliberações; h) Criação de grupos temáticos visando à participação de outras instituições que tenham interface com a segurança pública; e, i) Mediação do planejamento operacional, tático e estratégico entre os órgãos componentes do GGI.

A terceira e última estação temática definiu as prioridades estratégicas do GGI: a) Implementação de políticas vinculadas ao plano nacional de segurança pública e aos planos estaduais, observadas as peculiaridades locais; b) garantia da

representação da Senasp na composição do GGI, para facilitar a comunicação, articulação e o alcance dos objetivos; c) Estabelecimento de uma rede estadual/nacional de intercâmbio de informações e experiências, para alimentação de um sistema de planejamento em nível nacional, com agendas de Fóruns Regionais e Nacionais; d) Elaboração de um planejamento estratégico das ações integradas a serem implementadas; e) Criação de indicadores para mediar a eficiência dos sistemas de segurança pública; f) Promoção da atuação conjunta e sinérgica dos órgãos que integram o gabinete, visando a prevenção e controle da criminalidade; g) Identificação de demandas e definição de prioridades com base em diagnósticos; h) Garantia de um sistema onde a inteligência e a estatística trabalhem de forma integrada; e, i) Difusão da filosofia de gestão integrada em segurança pública.

Ao final do seminário foi elaborada uma lista de contatos dos participantes, como forma de intercâmbio e troca de experiências

Nome	UF	Função
Romário Célio Barbosa Gonçalves	Acre	Tenente Coronel
Ailton Carlos De Lima Villanova	Alagoas	Perito Criminal
Robervaldo Silva	Alagoas	Secretário
Jacinta De Fátima Pernambuco Costa	Amapá	DPC
Maria Do Socorro P. Do Nascimento	Amapá	Escrivã
Irineu Loufares Brandão	Amazonas	DPC
Júlio César Lobão Moreira	Bahia	DPC
Jurandir João Moisés	Bahia	DPC
Laécio Giovani Macambira Marques	Ceará	Sec. Executivo
Andreis Silvio Dal'Iago	Distrito Federal	Major
Anilton Roberto Turíbio	Distrito Federal	Delegado DPF
Cleverson Lautert Cruz	Distrito Federal	DPRF
Omar Gomes Filho	Distrito Federal	Coronel
Antonio Marcos De Souza Reis	Espírito Santo	Capitão PM
Valdi Marques De Sousa	Goiás	Superintendente
Aurilene Maria Oliveira Everton	Maranhão	Assessora
Wilquerson Felizardo Sandes	Mato Grosso	Major
Marcos Siqueira Moraes	Minas Gerais	Diretor
Miriam Assumpção E Lima	Minas Gerais	Major
Marco Antônio Rocha Dos Remédios	Pará	Assessor
Waldemiro Nascimento	Pará	Chefe De Gabinete
Renato M. Oliveira Filho	Paraíba	Assistente Técnico
Marcelo Jugend	Paraná	Chefe De Gab.
Gustavo Augusto Lima	Pernambuco	Secretário
José A. Custódio	Pernambuco	Coronel

Nome	UF	Função
Raimundo Nonato Leite Barbosa	Piauí	Diretor
Carlos Da Cruz Sampaio Júnior	Rio de Janeiro	Coordenador
José Paulo Pereira Souto	Rio de Janeiro	Subsecretário
Christian Cirino De Madeiros	Rio Grande do Norte	DPC
Júlio César Dalpaz Consul	Rio Grande do Sul	Major
Manoel Vicente Ilha Bragança	Rio Grande do Sul	Major
Edson Simões De Souza	Rondonia	DPC
Maria Da Conceição Mendonça Lobo	Roraima	Assessora
Ricardo Lemos Thomé	Santa Catarina	DPC
José Carlos Muller Filho	Santa Catarina	Perito Criminal
Sérgio Meirelles Carvalho	São Paulo	Coor. De Polícia
Riccardo Cappi	Senasp	Consultor
Suamy Santana Da Silva	Senasp	Coordenador
Zaqueu da Silva Teixeira	Senasp	Diretor
José Pércles Menezes De Oliveira	Sergipe	Coronel
Leoclécia Do Couto S. Guimarães	Sergipe	Sup. Técnico
Juscelino Cardoso Da Mota	Tocantins	DPC

Após o seminário com os representantes dos estados, foi elaborado um Termo de Referência do GGI e encaminhado para as Unidades Federativas. Segue-se na íntegra:

2.1 TERMO DE REFERÊNCIA 2003

Contextualização

Os focos da criminalidade variam segundo os Estados e regiões, mas as polícias, para alcançarem níveis razoáveis de eficiência e respeito às leis, devem atender a algumas exigências organizacionais mínimas: SEM GESTÃO NÃO HÁ POLÍTICA DE SEGURANÇA e POLÍTICA DE SEGURANÇA IMPLICA ARTICULAÇÃO SISTÊMICA DAS INSTITUIÇÕES. Sendo assim, uma política de segurança pública eficiente tem como pressupostos:

- Articulação Interinstitucional
- Planejamento Sistêmico
- Reforma das Polícias Introduzindo Mecanismos de Gestão - Dados Qualificados, Diagnósticos Rigorosos, Planejamento Sistemático, Avaliação Regular e Monitoramento Corretivo

Esta eficiência está baseada, ainda, no estabelecimento de rotinas, funções, processos e estruturas ágeis e adequadas ao cumprimento das metas e diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Segurança Pública. Estas diretrizes estão divididas em dois programas de ação:

Em função destas diretrizes, o Plano Nacional de Segurança Pública estabelece as seguintes metas de ação:

- Promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos
- Contribuir para a democratização do Sistema de Justiça Criminal
- Aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados e eliminando suas relações com o crime organizado
- Reduzir a criminalidade e a insegurança pública
- Controlar o crime organizado
- Eliminar o poder armado de criminosos que impõem sua tirania territorial a comunidades vulneráveis e a expandem sobre crescentes extensões de áreas públicas
- Bloquear a dinâmica do recrutamento de crianças e adolescentes pelo tráfico
- Ampliar a eficiência policial
- Reduzir a corrupção e a violência policial
- Valorizar as polícias e os policiais, reformando-as e requalificando-os, levando-os a recuperar a confiança popular e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos.

Reconhece-se, deste modo, a necessidade de criação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) organizado para integrar de maneira prática os órgãos pertinentes ao campo de justiça criminal. Deve-se salientar, no entanto, que esta integração prática não implica em unificação destes órgãos. Para tal, a coordenação do SUSP nos estados é efetivada pelo Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública, que age como um fórum deliberativo e executivo, que opera por consenso, sem hierarquia e respeitando a autonomia das instituições que o compõem. Este gabinete age segundo três linhas mestras de ação:

- O incremento da integração entre os órgãos do sistema de justiça criminal;
- A implantação do planejamento estratégico como ferramenta gerencial das ações empreendidas pelo sistema de justiça criminal;

- A constituição da informação como principal ferramenta de ação policial.

Neste sentido, é necessário criar ou aprimorar o funcionamento de unidades de articulação e integração ligadas diretamente às Secretarias Estaduais de Segurança Pública. Além do Gabinete de Gestão Integrada, visualizamos a criação de outras duas unidades: Gestão de Informação e de Inteligência. Os organismos de Gestão Integrada de Informação são responsáveis por empreender uma integração prática das informações dos diversos órgãos do sistema de justiça criminal e produzir diagnósticos fundamentais para a elaboração das políticas de segurança pública. Os organismos de Inteligência são responsáveis por articular os sistemas locais de inteligência com os sistemas de inteligência dos outros estados, criando uma rede nacional de inteligência.

Estas unidades não possuem uma ordem cronológica única para a sua criação, excetuando o caso dos Gabinetes de Gestão Integrada, que estão sendo criados atualmente em cada estado brasileiro. Podemos encontrar atualmente órgãos ligados às Secretarias Estaduais de Segurança Pública, que já executam os papéis estabelecidos para estes organismos. Dentro da lógica de racionalização de custos, fica estabelecida a necessidade de aproveitar estes grupos e incrementá-los de modo a capacitar sua ação para interagir com os Gabinetes de Gestão Integrada. O formato de estruturação destes organismos, conforme proposto pela Senasp, está sendo sugerido em modelo anexo.

No caso dos três estados onde existem Agências Técnicas – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte – propõem que estas agências sejam articuladas para atuarem como parceiras dos comitês executivos.

Composição e estrutura

Gabinete de Gestão Integrada

O Gabinete de Gestão Integrada deverá ser composto pelos seguintes membros dos órgãos de justiça criminal:

Membros natos:

Secretário de Segurança Pública (ou outro que exerça atribuições análogas), e a seu critério:

- Comandante Geral da Polícia Militar
- Comandante Geral do Corpo de Bombeiro

- Diretor do Sistema Estadual de Defesa Civil (quando houver)
- Diretor do Sistema Penitenciário
- Chefe da Polícia Civil
- Diretor da Polícia Técnica (quando houver)
- Superintendente da Polícia Federal
- Superintendente da Polícia Rodoviária Federal
- Presidente do Tribunal de Justiça
- Procurador Geral do Ministério Público
- Mediador – representante da Senasp

Membros convidados: Conforme necessidade

Secretaria Executiva



Missão

- Implementar as políticas vinculadas ao plano nacional de segurança e aos planos estaduais, observadas as peculiaridades locais;
- Garantir a representação da Senasp para facilitar a comunicação, a articulação e o alcance dos objetivos;
- Estabelecer uma rede estadual/nacional de intercâmbio de informações e experiências, que alimente um sistema de planejamento em nível nacional, com agendas de fóruns regionais e nacionais;
- Elaborar um planejamento estratégico das ações integradas a serem implementadas;
- Criar indicadores que possam medir a eficiência dos sistemas de segurança pública;
- Promover a atuação conjunta de forma sinérgica dos órgãos que integram o gabinete, visando a prevenção e controle da criminalidade;
- Identificar demandas e eleger prioridades, com base em diagnósticos;
- Garantir um sistema onde a inteligência e a estatística trabalhem de forma integrada;
- Difundir a filosofia de gestão integrada em segurança pública

Atribuições

- Articular de forma que torne mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos de justiça criminal;
- Contribuir para a integração e harmonização dos órgãos do sistema de justiça criminal na execução do diagnóstico, planejamento, implementação e monitoração de políticas de segurança pública;
- Incentivar programas de prevenção e repressão qualificada da criminalidade;
- Promover a interlocução das agências de segurança pública para o planejamento e execução de ações integradas em situações emergenciais;
- Elaboração do planejamento estratégico do GGI e monitoramento do cumprimento das metas estabelecidas.
- Instituir Grupos Temáticos visando tratar temas específicos.
- Deliberar consensualmente;
- Analisar informações, oriundas dos diversos órgãos integrantes do sistema, para tomada de decisão;
- Fortalecer a visão da coordenação como facilitador em uma articulação integrada;
- Desenvolver mecanismo de monitoramento e avaliação para facilitar a tomada de decisão;
- Catalisar as informações produzidas e socializá-las;
- Atuar de forma sistêmica e complementar às ações dos órgãos constituídos, respeitando suas competências;
- Dar cumprimento às deliberações;
- Mediar o planejamento operacional, tático e estratégico entre os órgãos componentes do GGI;

Secretaria Executiva

- Elaborar e acompanhar a pauta de trabalho do GGI;
- Preparar despachos e controlar expediente pessoal do coordenador do GGI;
- Secretariar reuniões, lavrar as atas e promover medidas destinadas ao cumprimento das decisões;
- Orientar e controlar as atividades administrativas do GGI;
- Supervisionar e orientar as atividades de protocolo, arquivo e patrimônio do GGI;

- Executar o trabalho de digitação de correspondência do GGI;
- Receber e encaminhar documentação de interesse do GGI;
- Solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços administrativos do GGI;
- Providenciar e controlar a publicação de atos oficiais;
- Executar as atividades de controle de pessoal;
- Ser o interlocutor com a SESP para providenciar o deslocamento em serviço do pessoal do GGI
- Organizar as demandas de recursos físicos e humanos para que o GGI constitua um ambiente de interlocução entre as agências de segurança pública;
- Disseminar as orientações e políticas propostas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para a reorganização do sistema de segurança pública dos estados;
- Coletar e sistematizar informações produzidas pelos organismos de Gestão de Informação, visando subsidiar as reuniões do comitê gestor;
- Desenvolver um cadastro estadual temático das melhores práticas desenvolvidas pelos órgãos de justiça criminal no estado;
- Organizar a realização de cursos de capacitação de policiais e profissionais da área de segurança pública, promovidos pela Senasp em caráter nacional;
- Analisar a demanda e organizar cursos de capacitação de policiais e profissionais da área de segurança pública relativos à situação específica de cada estado, conforme deliberação do GGI;
- Identificar temas prioritários para a segurança pública no estado e constituir grupos de trabalho para analisar, propor estratégias e metodologias de monitoração dos resultados de ações relativas a estes temas específicos, visando subsidiar o GGI;

Funcionamento do GGI

- No período de instalação, os Gabinetes de Gestão Integrada terão reuniões ordinárias quinzenais e, posteriormente, mensalmente.
- Caso ocorra situação extraordinária, os Gabinetes de Gestão Integrada poderão se reunir a qualquer tempo.
- A Secretaria Executiva terá atividades permanentes diárias.

- Os Grupos Temáticos terão suas atividades restritas ao período de execução das tarefas estabelecido pelo Comitê Gestor. Após este período, elas deixarão de existir.

Recursos Físicos

Os Gabinetes de Gestão Integrada, para atuarem como elementos integradores e mediadores entre os órgãos de justiça criminal, devem possuir recursos físicos que facilitem o processo de interlocução entre estes órgãos e criem uma situação de trabalho marcada pela inexistência de cadeias hierárquicas. Assim, recomendamos que a sala de reuniões do GGI tenha o formato de um semicírculo. Este formato, marcado pela inexistência de ângulos fechados, impede que algum dos participantes se veja na situação de coordenador do grupo (segue modelo anexo). Observa-se que a localização das instalações da sala de apoio da secretaria executiva deve ser próxima à sala de reunião do GGI.

A sala do GGI deverá possuir todos os recursos necessários de mídia e comunicação para facilitar a interlocução e exposição, por parte dos membros do Gabinete de Gestão Integrada, de suas contribuições em relação aos temas abordados nas reuniões. Estes recursos incluem datashow, telas de projeção, telas de vídeo, vídeo-cassete, aparelhos de DVD e computadores. Esta estrutura física servirá como uma referência para os órgãos do sistema de justiça criminal em relação ao planejamento de uma política interna de comunicação e tomada de decisões. Os GGIs devem disponibilizar para os seus membros softwares de análise estatística, análise geográfica de informações e gerenciamento estratégico de modo a facilitar o alcance dos seus objetivos.

Recursos Humanos

Cada gabinete terá um corpo de profissionais do tamanho adequado à realidade do estado e ao seu empenho do sentido de execução das atribuições previstas. Acreditamos que a eficiência do gabinete na execução de suas atividades estará diretamente ligada à formação de seus profissionais e a ligação destes com os órgãos de segurança pública. Caso não haja, no estado, profissionais capacitados em sociologia do crime, estatística criminal, gerenciamento de crises e planejamento estratégico, o gabinete deverá solicitar a Senasp a promoção de cursos de capacitação para seus membros.

Relacionamento com a Senasp

Através do estabelecimento de Convênios, os Gabinetes de Gestão

Integrada e a Secretaria Nacional de Segurança Pública pactuarão os termos e as condições das parcerias de execução de atividades. Nestes termos, além da definição de critérios de produção e divulgação de dados de interesse mútuo, serão firmados os itens que por ventura as partes julguem pertinentes, tais como cursos, aquisição de equipamentos e programas de informática. Ao mesmo tempo, fará parte das atividades do gabinete a realização de encontros periódicos dos mediadores e representantes dos gabinetes estaduais e do Distrito Federal com a equipe técnica da Senasp. Nestes encontros, serão discutidos os resultados alcançados por cada um dos gabinetes. Será objeto destes encontros, também, o compartilhamento de experiências executadas pelas Sessões de Orientações de Políticas Institucionais dos gabinetes.

Normas e procedimentos

Os Gabinetes de Gestão Integrada serão instituídos por normativa própria dos integrantes do sistema de justiça criminal, devendo no regimento interno contemplar as atribuições e as tarefas acima enunciadas. Da mesma forma, a normativa deve deixar claro que todas as unidades estão obrigadas a fornecer as informações solicitadas, sob pena de infração administrativa. A Senasp, por sua vez, também publicará instrumento jurídico, reconhecendo a existência dos gabinetes e a forma de relacionamento e apoio, que será dispensada a cada um deles.

Os GGIs do Espírito Santo e Mato Grosso, com regimentos próprios, passaram a figurar como referência na implantação de gabinetes nas diversas unidades federativas. Como forma de agilizar a implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada, no período de 2003 a 2004, a Secretaria Nacional de Segurança Pública também enviou representantes¹¹ a vários estados, na tentativa de difundir via GGI a filosofia e as diretrizes constantes no Plano Nacional de Segurança Pública, a respeito do novo modelo de política pública federal de repasses de recursos provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública para esta área, onde foi difundida prioritariamente a necessidade de criação do SUPS (Sistema Único de Segurança Pública) com a adesão dos Estados membros e o Distrito Federal, organizado para integrar de maneira prática os órgãos pertinentes ao campo da justiça criminal e consequentemente a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada, órgãos efetivados nos estados para coordenação do referido sistema.

11 Zaquaeu da Silva Teixeira ; Suamy Santana Da Silva; Valmir Lemes de Oliveira; Robson Robin da Silva; Eraldo Marques Viegas

Ressaltam-se as atividades e ações integradas, que estão sendo levadas a efeito nesses estados, tendo o GGI deliberado por consenso, sobre os mais diversos temas afetos à segurança pública, tais como: crimes contra a pessoa, crime organizado, crimes contra o patrimônio, contrabando, conflitos de massa, conflitos sociais, operações de fronteira, questões indígenas, questões agrárias, gerenciamento de crises, crimes ambientais, vitimização, exploração infantil, crimes eletrônicos, violência sexual, violência doméstica, tráfico de drogas, tráfico de armas, roubo de veículos, roubo de cargas, lavagem de dinheiro, pirataria, capacitação policial, direitos humanos, projetos diversos encaminhados à Senasp, visando captação de recurso do FNSP, entre outros.

Nesses Estados, a composição e estrutura dos gabinetes seguem a filosofia definida no Termo de Referência, elaborado durante o Workshop e que orienta a instalação dos referidos gabinetes nos entes federados, tendo sido montado atualmente a seguinte composição e estrutura: Membros Natos e Membros Convidados, Uma Secretaria Executiva, uma Agência Técnica, uma Agência de Inteligência, uma Agência de Informações e Coordenadorias Temáticas que funcionam enquanto dura o fim a que se destinam.

Durante o ano de 2003, apenas os Estados de Espírito Santo, Rondônia, Paraíba, Mato Grosso, Alagoas, Pernambuco e Rondônia cumpriram a meta estabelecida, no referido protocolo de intenções, referente à criação dos GGIs. Os regimentos internos foram instituídos em conformidade com as peculiaridades regionais, tendo como referência os modelos dos Estados de Espírito Santo e Mato Grosso, conforme a seguir:

2.2 MODELO DE REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA¹²

REGIMENTO INTERNO DO GGI

TÍTULO I DA DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º O Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública (GGI) é um fórum deliberativo e executivo que opera por consenso, sem hierarquia e respeitando a autonomia das instituições que o compõem, objetivando a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública no Estado, conforme termo

12 Regimento originário do GGI do Estado do Espírito Santo, adaptado pelo GGI de Mato Grosso com difusão em outros onze estados (2003)

de convênio com o Governo Federal, instituído pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça.

Art. 2º A operacionalização do Sistema Único de Segurança Pública, como desdobramento do Plano Nacional de Segurança, integra de maneira prática os órgãos pertinentes ao campo da justiça criminal.

Art. 3º O Gabinete de Gestão Integrada agirá segundo três linhas mestras de ação:

- I- O incremento da integração entre os órgãos do sistema de justiça criminal;
- II- A implantação do planejamento estratégico como ferramenta gerencial das ações empreendidas pelo sistema de justiça criminal;
- III- A constituição da informação como principal ferramenta de ação policial.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos básicos do Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública:

- I- Promover a atuação conjunta de forma sinérgica dos órgãos que integram o Gabinete, visando à prevenção e ao controle da criminalidade no Estado de Mato Grosso;
- II- Implementar as políticas vinculadas ao plano nacional e estadual de segurança pública;
- III- Estabelecer uma rede estadual/nacional de intercâmbio de informações, experiências e práticas de gestão, que alimente o sistema de planejamento em nível nacional e regional;
- IV- Desenvolver planejamento sistêmico entre as instituições envolvidas;
- V- Garantir a representação da Senasp na composição do GGI para facilitar a comunicação, articulação e alcance dos objetivos;
- VI- Criar indicadores que possam medir a eficiência do sistema de segurança pública;

- VII- Identificar demandas e eleger prioridades, com base em diagnósticos;
- VIII- Garantir um sistema onde a inteligência e a estatística trabalhem de forma integrada;
- IX- Difundir a filosofia de gestão integrada em segurança pública.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O Gabinete de Gestão Integrada terá a seguinte estrutura organizacional:

- I- Membros Natos e Convidados
- II- Secretaria Executiva
- III- Coordenadorias Temáticas
 - § 1º O GGI será sediado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso.
 - § 2º O GGI será composto por membros que compõem o ciclo de justiça criminal, podendo conforme a necessidade convidar outros atores sociais ou partes interessadas.

Art. 6º Os membros natos e convidados representam as 16 (dezesesseis) entidades titulares do Gabinete de Gestão Integrada, conforme a seguinte composição:

- § 1º Membros natos:
 - I- Secretário(a) de Justiça e Segurança Pública;
 - II- Comandante Geral da Polícia Militar;
 - III- Diretor(a) da Polícia Judiciária Civil;
 - IV- Superintendente da Polícia Federal;
 - V- Superintendente da Polícia Rodoviária Federal;
 - VI- Superintendente de Perícias e Identificação;
 - VII- Secretário Adjunto de Justiça e Sistema Prisional;
 - VIII- Comandante do Corpo de Bombeiros Militar;
 - IX- Representante da Senasp/ Ministério da Justiça;
 - X- Representante das Guardas Municipais.

- § 2º Membros convidados:
 - I- Representante das Forças Armadas (EB, Marinha, Aeronáutica);
 - II- Presidente ou representante do Tribunal de Justiça;

- III- Representante da Procuradoria Geral de Justiça;
- IV- Representante da Justiça Federal;
- V- Representante da Procuradoria da República;
- VI- Representante da ABIN.

Art. 7º A Secretaria Executiva do GGI terá atividades permanentes e diárias, e consistirá da seguinte estrutura:

- I- Secretário Executivo – Coordenador;
- II- Gerente de Informações e Estatísticas;
- III- Servidores de Carreira;
- a – 02 (dois) Técnicos de Nível Superior;
- b – 02 (dois) Agentes de Nível Médio.

§ 1º Os cargos comissionados referidos nos incisos deste artigo poderão ser ocupados por servidores civis ou militares estaduais, desde que possuam o perfil desejado para a atividade;

§ 2º A SEJUSP disponibilizará os meios para os deslocamentos dos Membros ou Representantes do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública, quando para tratar de assuntos a ele relacionados;

§ 3º O Secretário Executivo será indicado pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e nomeado pelo Governador do Estado, respondendo pela gestão da Secretaria Executiva do Gabinete de Gestão Integrada.

Art. 8º As Coordenadorias Temáticas terão suas atividades restritas ao período de execução de “forças-tarefas” estabelecidas e delegadas pelo GGI, sendo que após o período necessário, elas deixarão de existir.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º São atribuições do Gabinete de Gestão Integrada, dentre outras:

- I- Atuar de forma sistêmica e complementar às ações dos órgãos constituídos, respeitando suas competências;
- II- Realizar deliberações consensuais e dar cumprimento;
- III- Analisar informações oriundas dos diversos órgãos integrantes do sistema, para tomada de decisão;

- IV- Utilizar mecanismos de monitoramento e avaliação para facilitar a tomada de decisão;
- V- Articular de forma que torne mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos de justiça criminal;
- VI- Contribuir para a integração e harmonização dos órgãos do sistema de justiça criminal na execução do diagnóstico, planejamento, implementação e monitoração de políticas de segurança pública;
- VII- Incentivar programas de prevenção e repressão qualificada da criminalidade;
- VIII- Promover a interlocução das agências de segurança pública para o planejamento e execução de ações integradas em situações emergenciais;
- IX- Elaboração do planejamento estratégico do GGI e monitoramento do cumprimento das metas estabelecidas;
- X- Instituir Coordenadorias Temáticas para tratar temas específicos, inclusive com a participação de outras instituições que tenham interface com a segurança pública;
- XI- Analisar a demanda e propor cursos de capacitação de policiais e profissionais da área de segurança pública relativos à situação específica do Estado;
- XII- Identificar temas prioritários para a segurança pública no estado e constituir grupos de trabalho para analisar, propor estratégias e metodologias de monitoração dos resultados de ações relativas a estes temas específicos;
- XIII- Incentivar a produção de indicadores criminais através de pesquisas de vitimização, dentre outras fontes alternativas às polícias.

Art. 10 São atribuições da Secretaria Executiva, dentre outras:

- I- Elaborar e acompanhar a pauta de trabalho do GGI;
- II- Preparar despachos e controlar expediente pessoal do Coordenador Executivo do GGI;
- III- Secretariar reuniões, lavrar as atas e promover medidas destinadas ao cumprimento das decisões;
- IV- Orientar e controlar as atividades administrativas do GGI;
- V- Executar o trabalho de digitação de documentos;

- VI- Elaborar proposta orçamentária do GGI;
- VII- Organizar as demandas de recursos físicos e humanos para que o GGI constitua um ambiente de interlocução entre as agências de segurança pública;
- VIII- Disseminar as orientações e políticas propostas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para a reorganização do sistema de segurança pública dos estados;
- IX- Coletar, sistematizar e difundir informações produzidas pelos Núcleos de Gestão de Informação, para subsidiar as reuniões do GGI;
- X- Desenvolver um cadastro estadual temático das melhores práticas desenvolvidas pelos órgãos de justiça criminal no Estado;

DAS REUNIÕES

CAPÍTULO I DAS ESPÉCIES

Art. 11 As reuniões do Gabinete de Gestão Integrada serão:

- I- Ordinárias
- II- Extraordinárias

Parágrafo Único. As reuniões instalar-se-ão por maioria absoluta de seus membros ou participantes.

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

Art. 12 As reuniões ordinárias serão realizadas uma vez ao mês e convocadas pela secretaria executiva, com no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência.

§ 1º As reuniões ordinárias terão o seguinte procedimento:

- I- Abertura;
- II- Apreciação e aprovação da ata anterior;
- III- Leitura da pauta;
- IV- Pedido de inclusão de assuntos;
- V- Deliberação dos assuntos em pauta;
- VI- Assuntos gerais.

§ 2º A ata da reunião anterior deverá ser encaminhada para

os membros do GGI com 08 (oito) dias de antecedência para apreciação e aprovação prévia conforme inciso II deste artigo.

CAPÍTULO III DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 13 As Reuniões Extraordinárias ocorrerão por convocação da secretaria executiva, mediante provocação de qualquer dos membros.

§ 1º Nas reuniões extraordinárias, serão tratados exclusivamente os assuntos objetos da convocação.

§ 2º Os procedimentos adotados nas reuniões extraordinárias serão os mesmos previstos no Art. 17 deste regimento, no que couber.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS CAPÍTULO ÚNICO

Art. 14 A cada reunião do GGI se fará rodízio na coordenação e direção dos trabalhos entre os membros presentes.

Art. 15 As decisões do Gabinete de Gestão Integrada serão sempre tomadas por consenso de seus membros.

Art. 16 As Resoluções do GGI serão assinadas pelos membros do Gabinete.

Art. 17 Este Regimento poderá ser modificado total ou parcialmente, mediante proposta de um ou mais membros do Gabinete de Gestão Integrada, sempre por consenso.

Art. 18 Em função dos assuntos a serem tratados no gabinete poderão ser convidados representantes de outras instituições, órgãos e/ou representantes da sociedade civil.

Art. 19 Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, após lido e aprovado pelos membros do Gabinete de Gestão Integrada, revogadas as disposições em contrário.

2.3 ATIVAÇÃO DOS GGIs PELO BRASIL

Data da 1ª Reunião GGI	Estado	Documento de criação
22/08/2003	Espírito Santo	Lei Complementar 297/04
23/09/2003	Roraima	
29/09/2003	Paraíba	
07/10/2003	Mato Grosso	Decreto 5.992/05
15/10/2003	Alagoas	
03/11/2003	Minas Gerais (*)	
12/11/2003	Rondônia	
25/11/2003	Pernambuco	Decreto 26.800/04
19/01/2004	Acre	Decreto 12.770/05
24/05/2004	Mato Grosso do Sul	Decreto 11.805/05
21/06/2004	Goiás	Decreto 5.942/04
05/10/2004	Amapá	
08/11/2004	Tocantins	Decreto 2.269/04
23/11/2004	Sergipe	
02/12/2004	Paraná (**)	
16/12/2004	Distrito Federal	Decreto 25.137/04
11/01/2005	Rio de Janeiro	
11/01/2005	Rio de Janeiro	
18/03/2005	Amazonas	Lei 59/05
29/03/2005	Bahia	Decreto 9.335/05
30/03/2005	Santa Catarina	
25/04/2005	Pará	
17/05/2005	Rio Grande do Norte	Decreto 18.273/05
28/07/2005	Ceará	
17/08/2005	Piuaí	Decreto 11.843/05
30/11/2005	São Paulo	
15/08/2006	Maranhão	Lei 8.434/2006

(*) **Minas Gerais:** Antes da adesão do Estado ao SUSP, foi criado o Colégio de Integração da Defesa Social pelo Decreto 43.295/03. Após a adesão ao SUSP, pelo Decreto 43644 de 03/11/2003, foi criado o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública no Combate a Criminalidade (GISP)

(**) **Paraná:** Antes da adesão do Estado ao SUSP, foi criado um colegiado denominado “Operação Mãos Limpas”, que atua nos moldes do GGI, sendo preservada a nomenclatura já existente. Reúne-se todas as segundas-feiras de manhã na sala de Gabinete do Governador.

Em 2004, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, na ata da 22ª Reunião Ordinária, decidiu que para a apreciação dos projetos encaminhados pelos Estados, em 2004, deveriam priorizar aqueles entes federados com GGIs em funcionamento.

2.4 RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às 15:00 horas, reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a presença dos seguintes membros: Senhor Paulo Machado, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta sessão; Senhor Daelson de Oliveira Viana, representante suplente do Ministério da Justiça; Senhor Johanness Eck, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Senhor José Mateus Negrão Nogueira, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Senhora Silvia Aparecida Gimenes, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e a Senhora Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli, representante titular da Procuradoria-Geral da República. Foram convidados a participar os técnicos da Secretaria Nacional de Segurança Pública-Senasp: Marcelo Ottoni Durante, Miguel Libório Cavalcante Neto e Juliana Márcia Barroso. Iniciada a reunião, o Presidente, após os cumprimentos de praxe, passou a atender à seguinte pauta: I) Aprovação da Ata da 2ª reunião extraordinária; II) Análise da proposta de aquisição direta pela Senasp, para posterior doação aos estados, de viaturas, rede de ensino a distância, laboratórios regionais de DNA e sistema AFIS, sistema automatizado de identificação de impressões digitais; e III) Tomar conhecimento do pleito do Colégio Nacional de Secretário Estaduais de Segurança Pública do Brasil, no sentido de que seja disponibilizada a participação, como membro efetivo, de um secretário estadual de segurança junto ao Conselho Gestor do FNSP. DELIBERAÇÕES: ITEM I – Após as alterações solicitadas pela conselheira Helenita Acioli, a Ata foi declarada aprovada. ITEM II – Os técnicos da Senasp apresentaram um diagnóstico da criminalidade no Brasil, com destaque para a evolução do índice de homicídios e suas peculiaridades, tais como: taxa de homicídio por sexo e idade, presença de armas de fogo nos homicídios e comparação com outros países e entre cidades de diversos países. Foram apresentados, também, os fatores componentes e de correção e a fórmula de cálculo do índice de distribuição de recursos do FNSP, bem como o índice final dos 26 Estados e do Distrito Federal. Em seguida, o conselheiro Daelson Viana fez uma exposição detalhada do planejamento de aquisições diretas da Senasp, quais sejam: 1. viaturas – foram descritas as etapas e o cronograma para o atendimento da demanda consolidada dos estados de 17.421 viaturas.

Os Estados de Sergipe, Mato Grosso do Sul e Maranhão não enviaram suas solicitações. A estimativa de investimento é de R\$ 80 milhões; 2. Rede de Ensino a Distância – será um instrumento fundamental para otimizar e potencializar as ações de educação em segurança pública no país. O investimento total no ano de implantação, com os telecentros, móveis e equipamentos, foi estimado em R\$ 4.645 mil. Para os anos seguintes, o investimento anual foi estimado em R\$ 2.340 mil; 3. Laboratórios regionais de DNA Forense – implantação de cinco unidades, uma por região, que possibilitem a difusão de atividades de ensino, pesquisa aplicada e formação de recursos humanos na área pericial, para atendimento da demanda de suas áreas de abrangência. O custo total do projeto foi estimado em R\$ 9 milhões, sendo R\$ 7 milhões do FNSP e R\$ 2 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do FINEP; e 4. Sistema AFIS – o sistema automatizado de identificação de impressões digitais permite a identificação rápida e segura de uma pessoa por meio de sua impressão digital. Atualmente, o AFIS é usado pela Polícia Federal na identificação de pessoas com antecedentes criminais, de estrangeiros no país e na agilização e montagem de processos criminais. Hoje, poucos estados possuem tecnologia digital de identificação de digitais, mas mesmo as existentes não estão integradas. Com a adoção de um sistema único por parte dos estados, será possível compartilhar informações on-line e em tempo real entre os órgãos de segurança e justiça do país, na identificação de criminosos procurados e presos, além da criação de um Banco Nacional de fragmentos encontrados em locais de crimes. O valor do investimento foi estimado em R\$ 35 milhões e a aquisição está prevista para junho de 2004. Findas as apresentações, o Presidente colocou o tema aquisição direta em discussão. O conselheiro Johanness Eck solicitou esclarecimentos quanto à existência, nas tabelas distribuídas pela Senasp, de valores que não estariam respeitando o índice de distribuição de recursos do FNSP por estado. O técnico Marcelo Durante afirmou que havia valores diferentes por problemas de arredondamento e uso de arquivos com datas diferentes, que poderiam ser rapidamente sanados. O conselheiro solicitou o ajuste das tabelas e propôs, quanto à apreciação de projetos em 2004, a priorização dos estados que já tenham instituído o Gabinete de Gestão Integrada-GGI. O técnico Miguel Libório esclareceu que ter o GGI implantado é pré-requisito mandatório para o recebimento de recursos do FNSP em 2004. Ao final das discussões, a aquisição direta proposta pela Senasp foi aprovada por unanimidade. ITEM III – A conselheira Helenita Acioli propôs que a participação de um secretário estadual de segurança pública junto ao Conselho Gestor seja como observador, ou seja, o representante

poderia participar das discussões, mas não poderia votar. Após as discussões, ficou acordado que a proposta do Colégio Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública do Brasil deverá ser avaliada previamente pela Senasp. Nada mais havendo a tratar, determinou o Presidente o encerramento da presente Ata, que lida e achada conforme, será assinada por todos os Membros do Conselho Gestor. Eu, (Sergio Torres Santos), Secretário. Presidente do Conselho Gestor- Ministério da Justiça; Ministério da Justiça; Casa Civil da Presidência da República; Procuradoria-Geral da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

3. TERCEIRA FASE: ENCONTROS REGIONAIS

Segundo avaliação do diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos, em 2004, após a celebração dos protocolos de intenção firmados em agosto de 2003, percebeu-se que alguns estados avançaram no cumprimento das metas firmadas, outros iniciaram seus trabalhos sem muita regularidade e os demais não instalaram os respectivos Gabinetes. Parte das dificuldades alegadas referiam-se ao fato da Senasp não subsidiar a implantação da estrutura física dos gabinetes e, também, em razão dos servidores – inicialmente envolvidos neste projeto, tanto dos órgãos estaduais como da Senasp – terem sido substituídos pelos mais variados aspectos. Para impulsionar os GGIs, foram realizados encontros regionais dentre os meses de setembro a novembro de 2004.

Um ano da assinatura dos referidos convênios, a Senasp alavancou os GGIs, realizando 05 (cinco) reuniões regionais com os entes federados. Nas reuniões regionais, os objetivos foram os seguintes:

- Revisão dos fundamentos que geraram a celebração dos protocolos de intenções;
- Situação dos entes federados no que diz respeito à criação dos GGIs;
- Identificação de bons exemplos de funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada;
- Nivelamento das experiências empreendidas;
- Motivação das unidades ainda inertes;
- Contextualização aos dirigentes locais sobre o posicionamento assumido pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, em relação à liberação de recursos financeiros aos Estados que não cumpriram seus compromissos previstos no protocolo de intenções;
- Intercâmbio e compartilhamento de experiências regionais sobre os órgãos do sistema de justiça criminal dos estados;
- Construção de propostas para resolução de conflitos interestaduais.

3.1 ENCONTRO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Realizado no período de 28 a 30 de setembro de 2004, na cidade de Cuiabá-MT, com a participação 40 representantes dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal. Devido ao interesse comum relacionado a conflitos

agrários e indígenas, também participaram os Estados de Rondônia e Tocantins. Os principais tópicos abordados na pauta foram: reunião do GGI-MT com a participação de todos os convidados como ouvintes, visando validar o Plano de Gestão Integrada, contendo diagnóstico e estratégias de integração; apresentação das atividades desenvolvidas nos Estados, Senasp, DEPEN/SNJ, Funai; reunião do Conselho Regional de Segurança Pública do Centro-Oeste; exposição referente ao Grupo Especial de Fronteiras de Mato Grosso (GEFRON); definição de uma agenda de operações conjuntas nas divisas dos estados da Região Centro-oeste. Participaram ativamente os secretários estaduais de segurança pública de Mato Grosso e Goiás.

Encaminhamentos

a) A palestra da Senasp foi realizada no dia 29/09/04, tendo sido proferida pelo Dr. Valmir Lemos de Oliveira, Diretor do DPPP, o qual fez uma exposição sobre os diversos aspectos que envolvem a implantação e implementação de um GGI, tecendo ainda algumas considerações sobre a situação atual da segurança pública, o processo de discussão e o Fundo Nacional de Segurança Pública. Após sua exposição, foram feitos os seguintes questionamentos pelos presentes: o Dr. Jônathas Silva, Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, cobrou veementemente a resposta quanto à proposta que já havia sido feita ao Secretário Nacional de Segurança Pública, para que houvesse mudança da lei que dispõe sobre o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, incluindo como membro do conselho um representante do Conselho Nacional de Secretários de Segurança, tendo o mesmo as prerrogativas dos demais conselheiros. O CEL Ovídio José Bognoli, Cmt Geral do CBM-MT, solicitou que um representante do Conselho dos Corpos de Bombeiros Militares fizesse parte dos quadros da Senasp, visando melhor subsidiar os técnicos e o conselho gestor do fundo na liberação de recursos para os corpos de bombeiros, frisando ainda a necessidade de uma reunião urgente com o Secretário Nacional, conforme promessa deste último em uma reunião em Porto Alegre-RS. O TC PM Carlos Alberto, Superintendente de Policiamento de Mato Grosso do Sul, questionou sobre a forma de criação do GGI no âmbito Estadual, se por decreto, regimento interno ou lei. O TC EB Marcos Netto dos Reis quis saber do relacionamento existente entre a Senasp e o Ministério da Defesa. O Dr. Célio Wilson, Secretário de Segurança de Mato Grosso, falou da incoerência a respeito do Pacto Federativo, alegando que a União não está investindo o que deveria em segurança pública, informando ainda que a quantia destinada aos estados representava apenas 2% do que os estados investem. Teceu alguns comentários sobre a incoerência em repassar recursos para o DPF e DPRF; fez comentários sobre o desvio de função da Senasp ao criar uma Força Nacional, em vez de investir fortemente nos

estados, reequipando as instituições e dando treinamento aos policiais; reclamou da falta de recursos para o sistema penitenciário, alegando que a União constrói os presídios e não se responsabiliza pelo custeio (manutenção), informando que vários estabelecimentos do estado estão completamente deteriorados, ocasião em que pediu maior investimento na área de segurança pública. O Inspetor do DPRF-MT Munhoz questionou sobre a situação do efetivo da PRF, que atualmente não é suficiente para atender as demandas de segurança pública no país, alegando que até a presente data não foi realizado concurso público para o preenchimento dos claros, tendo inclusive que desativar alguns postos por falta de efetivo. Todos os questionamentos foram respondidos à altura e com bastante clareza e objetividade pelo Dr. Valmir Lemos, tendo o mesmo se reportado mais especificamente aos valores destinados para 2004, na ordem de aproximadamente 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões) para dividir com os estados e alguns municípios que desenvolvem programas preventivos de combate à violência e criminalidade, acrescentando ainda que o planejamento e a proposta da Senasp junto à área econômica federal, para 2005, era de aproximadamente 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais), não sabendo precisar se tais recursos seriam aprovados no orçamento para o ano vindouro, o que de certa forma atendeu às expectativas, ficando os questionadores satisfeitos com as informações prestadas, exceção apenas para os recursos destinados à área de segurança pública, que sofreu bastante crítica por parte dos Secretários de Mato Grosso e Goiás.

b) A apresentação do DEPEN/SNJ foi realizada pela Dra. Aline Pinto da Silva, a qual se reportou ao Sistema INFOPEN, instrumento de integração dos órgãos de administração penitenciária de todo Brasil, implantado por meio de convênios com os Estados.

c) A apresentação da Funai foi feita, em conjunto, pelas seguintes pessoas: Sebastião Martins, Administrador da Funai em Primavera do Leste - MT, César Augusto Lima do Nascimento, Procurador Federal da Funai em MT, e Izanoel Sodré, Administrador da Funai em Cuiabá - MT, onde foi realizada uma explanação sobre a legislação federal, que dispõe sobre a atuação dos órgãos federais e estaduais nos conflitos indígenas, a extração ilegal de madeiras em reservas indígenas, bloqueio de rodovias, transporte irregular de pessoas conduzidas por índios inabilitados e outras situações; solicitou o Sr Izanoel que fosse constituída uma força tarefa para atuação preventiva junto aos índios xavantes, bem como a efetiva participação da Funai nas comissões temáticas do GGI-MT, que tratam especificamente de conflitos indígenas, como forma de melhor solucionar os problemas com esta etnia na região.

d) A apresentação do GGI-DF foi realizada pelo CEL PM Omar Gomes, Secretário Executivo, o qual mencionou que, no dia 25/09/04, o Governador do

Distrito Federal criou, através de decreto o GGI daquele estado, todavia informou que o funcionamento do mesmo não vai ser como prevê o Termo de Referência, elaborado durante o Workshop realizado, em Brasília-DF, no ano de 2003. Todavia, acrescentou que o grupo está sendo constituído e que dentro em breve estará funcionando ativamente, sendo as atas encaminhadas à Senasp.

e) A apresentação do GGI-GO foi realizada pelo Exmo Sr Jônathas Silva, Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, o qual discorreu sobre a atuação da secretaria no tocante aos conselhos comunitários de segurança, com o envolvimento do Ministério Público, OAB, Judiciário, empresários e a comunidade civil organizada. Falou também das operações conjuntas que estão sendo levadas a efeito em Catalão-GO, bem como sobre o investimento do estado na qualificação dos Policiais Militares e Civis. Acrescentou que o estado gasta 98% com investimento em segurança pública, enquanto a União só investe 2%, alegando que no Governo do Ex-Presidente Fernando Henrique o estado de Goiás recebia do FNSP quantias na ordem de 15 a 20 milhões e hoje não recebe mais do que 7 milhões. Falou também que os secretários de segurança querem apoiar e fortalecer o Ministro da Justiça e o Secretário Nacional de Segurança Pública, considerados homens sérios e competentes, todavia, os recursos orçamentários estão sofrendo cada vez mais contingenciamentos, dificultando as ações dos estados. Reclamou do veto do presidente sobre verbas do FNSP, tecendo críticas construtivas aos tecnocratas da área econômica que não possuem a visão e sensibilidade sobre a situação da segurança pública do país, propondo a destinação de verba carimbada para área aos moldes da saúde e educação, ou ainda a destinação de recursos provenientes da CPMF, CONFINS, IOF, entre outros. Informou ainda que vai mobilizar a bancada de senadores e deputados do Estado, para falar com o Presidente da República, Ministro da Justiça, Ministro da Fazenda, e o Ministro do Planejamento, visando aumentar os recursos do FNSP.

f) A apresentação do GGI-MS foi realizada pelo TC PM Carlos Alberto, Superintendente de Policiamento, o qual informou que o GGI naquele estado ainda não foi implantado e implementado, todavia após o referido encontro seriam tomadas todas as providências para o cumprimento do Protocolo de Intenções. Em seguida, fez uma exposição sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Segurança, tecendo alguns comentários sobre a apreensão de drogas pelas polícias militar e civil.

g) A apresentação do GGI-MT foi realizada pelo Exmo Sr Célio Wilson de Oliveira, Secretário de Justiça e Segurança Pública, o qual fez exposição sobre todas as atividades desenvolvidas pelo GGI-MT, destacando-se as operações conjuntas com os órgãos federais, MP e Judiciário; Sistema Prisional; divisão do Estado em regiões com descentralização operacional; Plano Estadual Estratégico de Segurança

Pública; estrutura organizacional da SEJUSP; comparativo de investimentos nos anos 2002/2003, com recursos do estado, entre outros. Após a sua explanação, o secretário Célio Wilson falou que é irrisória a quantia de recursos que a União/Senasp repassa aos estados para a área de segurança, discordando do repasse que está sendo feito às prefeituras municipais, haja vista que várias prefeituras do “PT” foram contempladas com recursos do FNSP, que deveriam ser destinados especificamente aos estados, devendo a Senasp intermediar na questão social dos municípios apenas com os recursos do Fundo de Participação dos Municípios destinados para tal mister.

h) No dia 30/09/04, foi realizada a 5ª Reunião do Conselho de Segurança Pública da Região Centro-Oeste (CONSEC), sob a Presidência do Exmo Sr Jônathas Silva, Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, tendo sido destacado a participação do Major Eraldo Marques Viegas como interlocutor da Senasp/MJ na Força Tarefa que será criada aos moldes do Grupo Especial de Fronteiras (GEFRON), para atuação nas divisas dos estados, atendendo as especificidades de cada área, com um coordenador estadual e sendo o articulador geral o GGI-GO, eleito pelo CONSEC para viabilizar esse modelo de operação. Foi também abordada a reformulação das áreas dos conselhos estaduais, haja vista Minas Gerais e Tocantins pertencerem ao Conselho do Centro-Oeste e integrarem outros conselhos; outro assunto foi a participação de um membro do Conselho de Secretários de Segurança Pública no Conselho Gestor do FNSP.

Conclusão

a) Depreende-se de todas as informações acima citadas que os objetivos propostos para a referida reunião foram cumpridos a contento, todavia podemos verificar ao longo das atividades a insatisfação dos Secretários de Segurança Pública dos Estados de Mato Grosso e Goiás, no tocante à alegação dos poucos recursos repassados pela União/Senasp aos estados para investimento em segurança pública e ainda a insatisfação do Comandante Geral do CBM-MT com a falta de verbas para investimento nos Corpos de Bombeiros Militares estaduais, haja vista que tais instituições, embora pertençam ao sistema de segurança pública, previsto no Art. 144 da Carta Magna, não estão sendo contempladas com recursos do FNSP;

b) Quanto à solicitação do Exmo Sr. Jônathas Silva, Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, para que um membro do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública seja efetivado como conselheiro do FNSP, verifica-se que tal premissa já foi alvo de estudo, discussão e debate pelos conselheiros do FNSP, conforme se pode verificar nas atas da vigésima segunda reunião ordinária e terceira reunião extraordinária do Conselho Gestor do FNSP, ocasião em que os conselheiros deliberaram sobre a participação de um membro daquele colegiado,

apenas como observador, podendo participar das discussões, todavia sem direito a voto, devendo tal proposta ser avaliada previamente pela Senasp, o que poderia ser feito com respaldo ou não de todos os Diretores de Departamentos desta Secretaria Nacional, em reunião para tal fim, em que foi sugerida a participação, no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, de um representante de cada instituição que compõem o Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), conforme decreto nº 3.215 de 22/OUT/99, tendo aquele órgão representantes tecnicamente habilitados para tal mister, tais como: Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Nacional, Conselho Nacional dos Chefes de Polícia, Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, Conselho Federal da OAB, visando desta forma democratizar a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública;

c) Ainda com relação à reformulação das áreas dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, reivindicada também pelo Dr. Jônathas Silva, solicito autorização para realizar um estudo sobre a legislação vigente e posteriormente apresentar proposta para tal mister;

d) Convém também ressaltar a deliberação do Conselho Regional do Centro-Oeste, em relação à criação de uma força tarefa (projeto piloto) aos moldes do Grupo Especial de Fronteiras (GEFRON), para atuação nas divisas dos Estados, no combate às criminalidades interestaduais, tendo Major Viegas nomeado como interlocutor da Senasp entre os órgãos federais e estaduais, ficando marcada a primeira reunião que iniciaria os trabalhos de organização das operações de divisa, para a primeira quinzena de novembro de 2004, na cidade de Goiânia-GO;

e) Para a implantação e implementação dos GGIs do Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, que ainda se encontram desativados, convém fortalecer estes entes federados com todas as informações necessárias para o cumprimento da meta estabelecida no protocolo de intenções, bem como encaminhar expediente aos Secretários de Segurança Pública, solicitando informações sobre a data para realização de formalização do ato de criação e implementação do GGI e o estabelecimento de um cronograma de reuniões ordinárias a serem desenvolvidas pelos membros natos e convidados de cada GGI (extraído do Relatório Final de 22/10/2004 por Eraldo Marques Viegas).

3.2 ENCONTRO DA REGIÃO NORTE

Realizado no período de 06 a 08 de outubro de 2004, na cidade de Manaus-AM, com a participação 46 representantes dos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins. Os principais tópicos abordados na pauta foram: apre-

sentações das atividades desenvolvidas nos Estados, Senasp, DEPEN/SNJ, Funai; discussão e elaboração de propostas conjuntas. Participaram ativamente os secretários estaduais de segurança pública do Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia.

Encaminhamentos

a) A palestra da Senasp foi realizada pelo Dr. Valmir Lemos de Oliveira, Diretor do DPPP, o qual fez uma exposição sobre os diversos aspectos que envolvem a implantação e implementação de um GGI, tecendo ainda algumas considerações sobre a situação atual da segurança pública, o processo de discussão e o Fundo Nacional de Segurança Pública. Após sua exposição, foram feitos os seguintes questionamentos pelos presentes: o Dr. Júlio Assis Correia Pinheiro, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas, pediu mais atenção por parte da Senasp no tocante a liberação de mais recursos para a área de segurança, uma vez que os poucos recursos distribuídos não contemplam a totalidade dos projetos e ainda são cortados pelos tecnocratas da área econômica, arcando o estado com cerca de 98% da verba para investimento na segurança e a União com apenas 2%, alegando ainda que nada poderia ser realizado tão somente pelo discurso, sem aporte de recursos financeiros. Disse que no Amazonas os atos estão sendo realizados na prática, sem retórica, solicitando mais uma vez, empenho para solucionar os problemas de segurança pública. Acrescentou a excelente iniciativa da Senasp em procurar discutir os rumos do GGI e da segurança pública no Brasil, todavia solicita mais recursos para reaparelhamento das forças policiais e capacitação profissional, visando combater a criminalidade e o crime organizado. O Cel Franz Marinho de Alcântara, CMT Geral do CBM – AM, questionou por qual motivo os corpos de bombeiros não estão inseridos na lei que trata do FNSP, solicitando que projetos dos bombeiros sejam aprovados pela Senasp, possibilitando o reaparelhamento destes órgãos, alegando ainda que projetos elaborados são encaminhados à secretaria estadual e não enviados a Senasp. O Dr. Paulo Moraes, Secretário de Segurança Pública de Rondônia, solicita por meio do GGI a ampliação da distribuição do número de veículos caracterizados ao estado, haja vista que a proposta da Senasp está aquém do planejamento feito pelo estado. Todos os questionamentos foram respondidos pelo Dr. Valmir Lemos, que explicou com bastante clareza o posicionamento da secretaria nacional quanto à distribuição dos recursos, informando ainda que, para o ano de 2005, foi pedido um orçamento de aproximadamente um bilhão e duzentos milhões de reais para a área de segurança pública, não sabendo precisar se tais recursos seriam liberados na sua totalidade. Ressaltou o empenho do Secretário Luiz Fernando na busca de soluções para a segurança pública do país, esclarecendo ainda que os corpos de bombeiros serão contemplados com recursos do Fundo Nacional a partir

do próximo ano, assim como as prefeituras com seus programas de prevenção à criminalidade e violência e suas guardas municipais, conforme alteração realizada na lei que trata da matéria em questão (apresentação em PowerPoint com projetor de multimídia).

b) A apresentação da Funai foi feita pelo Sr. Benedito Rangel de Moraes, Administrador do órgão em Manaus, o qual fez uma explanação sobre a legislação que trata dos indígenas no Brasil, citando tópicos do Estatuto dos Índios e da Constituição da República, tecendo ainda alguns comentários sobre outras legislações ordinárias. Informou que a Funai participa ativamente do GGI de Roraima e que também carece dos mesmos problemas dos órgãos da segurança pública, tais como: falta de recursos, falta de pessoal, regulamentação do poder de polícia e a implementação de ações concretas para melhoria das condições de vida indígena. Acrescentou que o órgão atua em cinco regiões do Brasil e para dirimir os problemas envolvendo as questões indígenas tem lutado para a regulamentação do turismo nas áreas de conflito ou não, visando uma melhor adequação e fiscalização das pessoas que se infiltram nas aldeias, alegando a realização de pesquisas. Informou, também, que existem cerca de cento e trinta mil índios em todo o estado do Amazonas, todavia vinte mil encontram-se na capital Manaus e que no estado não existem conflitos entre índios e brancos. Após a apresentação, foram feitos os seguintes questionamentos pelos presentes: o Dr. Francisco Sá Cavalcanti, Secretário de Segurança de Roraima, perguntou por qual motivo as ONGs, com autorização da Funai, permanecem nas reservas orientando os índios indevidamente, especificamente em relação à demarcação de terras, haja vista que a demarcação pelo governo federal é em forma de ilha e não demarcação contínua como querem os estrangeiros que aportam nas aldeias, alegando que leu uma reportagem de jornal que transformava o estado de Roraima em área indígena (estado indígena). A Dra. Maria das Graças, Superintendente do DPF em Manaus, perguntou quais as providências da Funai em relação aos crimes de biopirataria praticados por ONGs que atuam em algumas reservas indígenas, bem como de quem é a autorização para que estrangeiros permaneçam nesses locais, citando ainda um exemplo de um estrangeiro que havia questionado a presença de um Policial Federal na reserva, sem autorização para tal. O Dr. Valmir Lemos, Diretor do DPPP, sugeriu que a Funai exerça controle quanto a legalização das pessoas de ONGs que atuam junto aos índios, podendo colaborar com o DPF na verificação da originalidade dos processos de autorização dos profissionais que atuam nos postos indígenas. O Dr. Frederico Mendes, Diretor da PCAM, perguntou sobre os critérios para demarcação de terras e como a Funai define terras indígenas e o que fazer se a maioria das terras indígenas estão sobre riquezas naturais. Retornada a palavra ao Sr. Rangel da Funai, este informou que a demarcação

de terras é estabelecida em lei própria, devendo ser demarcada em forma de ilha, tendo sido nomeada comissão envolvendo vários órgãos do Governo Federal, entre estes: Incra, Ibama, Exército Brasileiro, Funai, Gabinete de Segurança Institucional, Abin, Polícia Federal. Todavia, a responsabilidade por tudo que acontece recai sobre a Funai; como exemplo, citou que a educação e a saúde dos índios são mantidas e patrocinadas pelos Ministérios da Educação e da Saúde, respectivamente, não sendo responsabilidade da Funai, sendo que muita gente desconhece isso. Acrescentou que a Funai não tem competência para retirar das reservas indígenas pesquisadores nacionais ou estrangeiros devidamente autorizados pelo Ministério das Relações Exteriores, DPF e o próprio órgão, haja vista inexistência de instrumento legal para tal fim, a não ser em casos de cometimento de crimes. Alegou também que a Funai tem tomado as providências, informando aos órgãos competentes os crimes de biopirataria praticados em terras indígenas, declinando a necessidade de maior integração dos órgãos de segurança com aquele órgão na resolução dos conflitos indígenas. Afirmou que existe espaço para todos nos estados e os índios na sua grande maioria já estão integrados à sociedade, dando como exemplo a eleição de um prefeito índio na cidade de Normandia-AM (apresentação em PowerPoint com projetor de multimídia).

c) A apresentação do GGI-AC foi realizada pelo Dr. Fernando Melo, Secretário de Segurança Pública, o qual informou que o Gabinete está funcionando ativamente, realizando reuniões a cada 45 dias. Teceu algumas considerações sobre os problemas com a fronteira ocidental, especificamente com o Peru, bem como a extração de madeiras em áreas indígenas, tendo identificado os problemas e informado ao DPF. O GGI tem trabalhado junto às escolas para prevenir a entrada dos alunos (juventude) no mundo da criminalidade, bem como tem executado atividades de prevenção ao uso de drogas, falando ainda da implantação do sistema INFOPOL e da necessidade em aumentar os contingentes policiais, haja vista que a população do Acre é de aproximadamente 700 mil pessoas, sendo que a metade encontra-se na cidade de Rio Branco. Fez elogio a proposta da Senasp de criação do GGI, que pela experiência no estado tem demonstrado algum efeito prático. Comentou sobre a importância dos recursos na ordem de dez milhões liberados pelo Governo Federal para a segurança este ano, porém ainda é irrisório se comparados aos recursos destinados à educação, que este ano somam cerca de quarenta e dois milhões (apresentação em PowerPoint com projetor de multimídia).

d) A apresentação do GGI-RO foi realizada pelo Dr. Paulo Morais, que explanou inicialmente sobre a situação da segurança no estado, alegando que em Rondônia existe uma população de um milhão e quinhentos mil habitantes, sendo que quatrocentos e cinquenta mil pessoas residem na capital. Em seguida, elogiou a

criação do GGI pela Senasp, informando que naquele estado o gabinete encontrava-se em pleno funcionamento, com reuniões mensais, e que desde que foi implantado já realizou dez reuniões ordinárias e uma extraordinária, alegando que a sua composição era de alto alcance, sendo um forte canal de uma nova concepção de segurança pública. Disse ainda que os GGIs não são executivos e sim consultivos e deliberativos, respeitando as missões precípua constitucionais de cada órgão que o compõe e que através do GGI vários problemas de criminalidade foram solucionados, haja vista o envolvimento de todos os órgãos. Informou também que foram criadas diversas comissões temáticas, a saber: CT-1 Situação da União Bandeirante (assentamento com mais de cinco mil famílias); CT-2 Situação do Presídio Urso Branco; CT-3 Situação da violência na Capital; CT 4- Conselho Estadual dos Direitos Humanos; CT 5- Programa de Proteção a Testemunhas; CT 6- Crime organizado e lavagem de dinheiro; CT 7- Efetividade no Inquérito Policial; CT 8- Ações de fronteira com a Bolívia; CT 9- Informações Cadastrais dos telefones; CT 10-Segurança Pública em grandes eventos de diversão; CT 11- Sistema Penitenciário. Passada a palavra ao Maj Marcelo, Secretário Executivo, este teceu considerações sobre a comissão temática, que está desenvolvendo um trabalho sobre o combate ao crime organizado e lavagem de dinheiro no estado. Passada a palavra ao Doutor Mório, Diretor da PCRO, este comentou sobre a comissão que está desenvolvendo um trabalho sobre a efetividade do inquérito policial. Passada a palavra ao Inspetor Alvino, superintendente do PDRF-RO, este falou sobre as ações que estão sendo realizadas na fronteira com a Bolívia, no combate ao roubo de carga e de veículos que são levados para aquele país, a fim de serem trocados por drogas. Trabalho de combate e prevenção desenvolvido pela comissão que preside (apresentação em PowerPoint com projetor de multimídia).

e) A apresentação do GGI-TO foi realizada pelo Senhor Herbet Brito, Secretário Adjunto de Segurança Pública, que falou sobre a população daquele estado, que gira em torno de um milhão e trezentos mil habitantes, sendo que cerca de duzentos mil encontram-se em Palmas. Teceu, também, comentários sobre a Secretaria de Segurança Pública do Tocantins e os problemas do estado, informando que o GGI já foi criado por decreto e está em fase de implantação, sendo que o seu regimento interno já foi confeccionado. Foi falado ainda sobre a importância que os municípios têm na criação do GGI. Em seguida passou a palavra ao Doutor Télió Leão, Secretário da Cidadania e Justiça, que discorreu sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Justiça, alegando que atualmente tem uma casa de colônia agrícola localizada em Gurupí, cuja população carcerária é de cerca de 1200 presos e encontra-se em fase de construção a unidade de Araguaína, modelo que abrigará 400 presos já condenados e que já existe casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Falou do programa plantar e sobreviver, que é des-

tinado à alimentação dos presos e não é remunerado, porém tem redução na pena, acrescentado que implantará uma biblioteca na unidade de Palmas, para que os detentos possam ocupar seu tempo. Passada a palavra ao Doutor Paturi – DPF /TO, este informou que vem combatendo o tráfico de entorpecentes e que com ações desencadeadas em conjunto, diminuiu o número de assaltos à banco, cabendo ressaltar que o desarmamento no estado começou antes mesmo do restante do país. Passada a palavra ao Inspetor Vendruscolo, Superintendente do DPRF, este falou das operações na rodovia 153, esclarecendo que a sede da superintendência fica no Sul do estado, dificultando desta forma deslocamentos para reuniões em Palmas (apresentação verbal sem recursos auxiliares).

f) A apresentação do GGI-AP foi realizada pelo Cel EB Antonio José Silva Soares, Secretário de Segurança Pública, que informou que o GGI funciona na prática, não tendo sido ainda criado por decreto, nem possui regimento interno. Todavia, providências estão sendo tomadas para concretização da meta estabelecida no protocolo de intenções. Falou da Operação Franco-Brasileira no lado do Brasil, cuja extensão é de 600Km, incluindo as cidades de Vila Brasil, Ilha Bela e Oiapoque, tendo como missão combater o tráfico de drogas e de animais e ainda falou dos Cursos de Gerenciamento de Crises e Antisequestro ministrados pelos policiais franceses da Guina (apresentação em PowerPoint da operação Franco-Brasileira).

g) A apresentação do GGI-RR foi realizada pelo Dr. Francisco Sá Cavalcante, Secretário de Segurança Pública, que de imediato agradeceu a presença de todos e o apoio dispensado pela Senasp, com a liberação de recursos para investimento, acrescentando que se não fossem tais recursos, a segurança do estado estaria na miséria. Informou que o GGI está funcionando ativamente contando com membros natos e convidados, tendo realizado 07 (sete) reuniões ordinárias e que está sendo criada a Ouvidoria de Polícia (apresentação em PowerPoint com projetor de multimídia).

h) A apresentação do GGI-AM foi realizada pelo Dr. Júlio Assis, Secretário de Segurança Pública, que fez uma rápida abordagem sobre a segurança no estado, alegando que o efetivo das corporações é insuficiente para o tamanho do estado, que representa 2/3 (dois terços) dos Estados Unidos da América, informando que o efetivo da PM é de oito mil homens, o da PC é de mil e setecentos homens e o do corpo de bombeiros é de quinhentos homens. Posteriormente, informou que o GGI ainda não foi instalado oficialmente, todavia já executa Operações em conjunto com os diversos órgãos estaduais e federais. Teceu críticas construtivas ao projeto Sivam, onde foram gastos mais de um bilhão e duzentos milhões de reais, alegando que o mesmo está subutilizado, todavia poderia apoiar e muito os órgãos da segurança pública em vários aspectos, sendo necessário um contato da Senasp para tal mister. Falou que o problema da Amazônia é transnacional, porém verifica-se a

necessidade de apoio do Governo Federal para equipar os organismos policiais que atuam naquela área, pedindo a integração dos mesmos pela tecnologia e ainda a distribuição de recursos para compra de aviões, embarcações, equipamentos, além da compra de viaturas para o corpo de bombeiros, aquisição de tecnologias para combater a criminalidade de forma científica e ainda a capacitação profissional etc. Ressaltou mais uma vez que a região amazônica é um problema do Brasil e não apenas do estado, alegando que estavam esbarrando em entraves políticos. Informou que sempre que possível pede apoio às Forças Armadas, na parte logística, tendo sido atendido várias vezes pelo Exército e Aeronáutica, esta última transportou tropas de Manaus para as cidades de Boca do Acre, Nova Califórnia e Guajará, nas diversas operações desencadeadas pela SSP. Solicitou ajuda do Acre para garantir a segurança da cidade de Boca do Acre-AM, bem como realizar operações de divisa, tecendo algumas considerações sobre a tríplice fronteira (Peru, Colômbia, Brasil), cujo tráfico de drogas é bastante intenso, sendo necessário a realização de ações conjuntas entre esses países. Passada a palavra ao Cel Alcântara, CMT do CBM-AM, este informou que a viatura mais velha da instituição possui 31 anos e a mais nova, 19 anos e se houver um incêndio de grandes proporções, vão pedir apoio ao Japão, Estados Unidos, Canadá e países da Europa. Pediu encarecidamente apoio da Senasp na aquisição de equipamentos para reequipar a unidade. Falou da falta de comunicação com o Ibama e outros órgãos para ajudar no combate a acidente ambiental, dizendo que estava criando o Batalhão do Meio Ambiente e que possui vários projetos de sua autoria que não saíram do papel por falta de recursos, tais como: embarcações para combate a incêndios, embarcações para transporte de tropa, projeto da câmara hiperbárica e helicóptero de resgate. Projetos encaminhados à SSP, todavia não obteve resposta até a presente data. Também comentou sobre o projeto criado pelo mesmo, denominado “SAMU”, Serviço de Atendimento Médico de Urgência, com motocicletas. Passada a palavra a Dra. Maria da Graça, Superintendente do DPF na Amazônia, esta explanou sobre as ações da Polícia Federal, na região especificamente no combate ao tráfico de drogas, tendo sido montadas bases temporárias denominada “OPERAÇÃO COBRA” Colômbia X Brasil. Foi esclarecido ainda que os problemas da Amazônia são vários, a saber: Narcotráfico, ONGs, Terrorismo, Meio Ambiente, Questões Fundiárias etc. Solicitou, portanto, a tomada de providências urgentes por parte do Governo Federal, no que diz respeito à elaboração de um projeto viável para a região, que possa englobar um maior espectro de agências públicas para tal fim. Disse ainda que já está sendo realizado tráfico de heroína para países como França, Holanda e Alemanha, sugerindo ao GGI-AM as seguintes providências: ações integradas entre as polícias no Posto de Controle da Base Anzol e Postos das Bases Cobra; fornecimento de cães adestrados e treinamen-

to dos respectivos adestradores; criação de um banco de dados criminal; criação do Centro de Inteligência Ambiental com órgãos federais: DPF, Ibama, INPA, SRF, MPM; e estaduais: PMAM, PCAM, IPAAM, representantes dos estados do AC, RO, RR. Passada a palavra ao Dr. José Sales, Superintendente do DPF do Pará, este informou que tem combatido a violação aos direitos humanos, face ao grande número de envolvimento de latifundiários no crime do trabalho escravo (apenas a apresentação da Superintendente do DPF-AM foi realizada em PowerPoint com projetor de multimídia).

Conclusão

a) Depreende-se de todas as informações acima citadas que os objetivos propostos para a referida reunião foram cumpridos a contento, todavia podemos verificar ao longo das atividades a insatisfação dos Secretários de Segurança Pública dos Estados de Rondônia, Acre e do Amazonas, no tocante à alegação dos poucos recursos repassados pela União/Senasp aos estados para investimento em segurança pública e ainda a insatisfação do Comandante Geral do CBM-AM com a falta de verbas para investimento nos Corpos de Bombeiros Militares estaduais, haja vista que tais instituições embora pertençam ao Sistema de Segurança Pública, previsto no Art. 144 da Carta Magna, não estão sendo contempladas com recursos do FNSP.

b) Convém ressaltar a evolução no quadro das unidades da federação que passaram da situação de ativo parcial para ativo total, destacando-se os estados do Acre, Amapá e Roraima; e, ainda os que passaram da situação de inativos para ativos parciais, destacando-se os estados do Amazonas e Tocantins. O estado do Pará não participou das duas reuniões em que fora convidado oficialmente (Manaus e Mato Grosso), motivando o encaminhamento de expediente ao Exmo Sr. Secretário de Segurança daquele estado, em que foi pedido informações concretas sobre o cumprimento da meta estabelecida no Protocolo de Intenções e conseqüentemente da meta estabelecida no Plano Nacional de Segurança Pública, alertando-o quanto a decisão do Conselho Gestor do FNSP, sobre a priorização de liberação de recursos aos entes que já estão com os seus respectivos GGIs implantados, constituindo-se pré-requisito mandatário para recebimento de recursos.

c) As sugestões apresentadas pela Dra. Maria da Graça, DPF-AM, e as sugestões apresentadas pelo Sr. Benedito Rangel, Funai-AM, foram repassadas imediatamente ao Secretário de Segurança Pública do Amazonas para conhecimento e as providências julgadas cabíveis.

d) Quanto às sugestões do Cel Alcântara, CMT do CBM-AM, sobre a necessidade premente de reaparelhamento e capacitação profissional daquela instituição, alertando para os perigos de dano ao meio ambiente e desastres de grandes

proporções, sendo que a capacidade do órgão é bastante limitada, convém salvo melhor juízo, encaminhar tais informações à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional para conhecimento, haja vista a gravidade de tais informações.

e) Quanto à informação do Dr. Júlio Assis, Secretário de Segurança Pública do Amazonas, de que o projeto SIVAM está sendo subutilizado, o representante da Senasp emitiu parecer para que tal sistema atue de forma conjunta com as secretarias de segurança públicas da região e os demais órgãos federais (DPF, DPRF, Ibama, INCRA) na vigilância, controle e fiscalização da Amazônia, dando suporte às operações levadas a efeito naquele território, integrando o sistema de comunicação e banco de dados aos órgãos policiais, que muitas vezes atuam de forma isolada e que realizam o mesmo tipo de tarefa, todavia sem compartilhar as informações e conhecimentos necessários, prejudicando desta maneira a otimização do uso dos recursos públicos. Há a plena convicção e certeza de que com tal ação integrada tais instituições seriam mais eficientes e eficazes nas suas ações, sendo o SIVAM um grande parceiro na resolução de conflitos; e, como a Amazônia é a maior reserva natural do planeta e está sujeita a ações indiscriminadas de madeireiros, garimpeiros ilegais, narcotraficantes, biopirataria e a todos os tipos de ilícitos, convém salvo melhor juízo, inicialmente, consultar o Ministério da Defesa sobre a possibilidade de estabelecermos e firmarmos acordos de cooperação técnica ou convênios para tal mister. É importante ressaltar que tal premissa vai ao encontro da reivindicação da Dra. Maria da Graça, que solicita o empenho do Governo Federal na construção de um projeto que englobe o maior espectro de agências públicas, atuando de forma integrada na resolução dos conflitos ali existentes.

f) Para a implantação e implementação do GGI do Pará, que ainda se encontra desativado, convém fortalecer este ente federado com todas as informações necessárias para o cumprimento da meta estabelecida no protocolo de intenções, bem como encaminhar expediente aos Secretários de Segurança Pública, solicitando informações sobre a data, para realização de formalização do ato de criação e implementação do GGI e o estabelecimento de um cronograma de reuniões ordinárias a serem desenvolvidas pelos membros natos e convidados (Extraído do Relatório Final de 22/10/2004 por Eraldo Marques Viegas).

3.3 ENCONTRO DA REGIÃO NORDESTE

Realizado no período de 13 a 15 de outubro de 2004, na cidade de Natal-RN, com a participação 55 representantes dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará,

Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Mato Grosso (convidado) . Os principais tópicos abordados na pauta foram: apresentações da Senasp e da experiência exitosa do GGI-MT; apresentações das atividades desenvolvidas pelos Estados; discussão e elaboração de propostas conjuntas. Participaram ativamente os Secretários Estaduais de Segurança Pública do Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Sergipe.

Encaminhamentos

a) A palestra da Senasp foi proferida pelo Dr. Valmir Lemos de Oliveira, Diretor do DPPP, o qual fez uma exposição sobre os diversos aspectos que envolvem a implantação e implementação de um GGI, tecendo ainda algumas considerações sobre a situação atual da segurança pública, o processo de discussão e o Fundo Nacional de Segurança Pública. Após sua exposição, foram feitos os seguintes questionamentos pelos presentes: o Dr. Róscio Aguiar Rebouças, Assessor Especial das Áreas Operacionais Integradas da SSPDS-CE, perguntou se a Senasp estava cumprindo rigorosamente a decisão do Conselho Gestor do FNSP quanto à priorização na liberação de recursos aos entes federados, que já estejam com seus GGIs implantados e implementados. O Sr. Antonio Carlos Ruvenal Farias, Superintendente do DPRF da Bahia, elogiou o trabalho da Senasp e sugeriu que fosse criada dentro de cada GGI uma comissão de fiscalização dos recursos liberados aos estados, bem como declinou ser favoravelmente a criação de tais instrumentos, todavia informou que na Bahia o relacionamento com os órgãos da Secretaria de Segurança é muito bom, necessitando apenas de socialização das informações sobre o GGI, uma vez que naquele estado ainda não funciona como foi apresentado pelo palestrante da Senasp, apesar do grande trabalho integrado desenvolvido por todos os órgãos do sistema de segurança pública no estado. O Dr. Noaldo Silva, Secretário de Segurança Pública da Paraíba, solicitou que a Senasp realizasse uma pesquisa intitulada “HISTÓRICO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL”. Todos os questionamentos foram respondidos à altura pelo Dr. Valmir Lemos, satisfazendo a todos os questionadores. Teceu ainda alguns comentários sobre a necessidade premente de os estados se adequarem à meta estabelecida no Plano Nacional de Segurança Pública e ratificada com a assinatura do convênio, cujo objeto principal é a criação dos respectivos GGIs, visando a coordenação do sistema único de segurança pública em cada unidade da federação (palestra em PowerPoint com projetor de multimídia).

b) A apresentação do GGI-MT foi realizada pelo Maj Wilquerson Sandes, Secretário Executivo do GGI, que fez inicialmente uma amostra das fotografias de todas as ações de integração desenvolvidas naquele estado, apresentando posterior-

mente os seguintes trabalhos: Plano de Gestão Integrada; Protocolo de Recomendação; Regimento Interno; Decreto Governamental de Criação do GGI; Implementação e Socialização das Informações a todos os integrantes dos órgãos que compõem o sistema de justiça criminal nos níveis federal e estadual; divulgação do GGI no âmbito da Universidade Federal, Exército Brasileiro, Ministério Público, Tribunal de Justiça, entre outros. Após a sua apresentação, distribuiu a cada estado participante um CD-RW, com todas as informações a respeito do GGI-MT (palestra em PowerPoint com projetor de multimídia).

c) A apresentação do GGI-PI foi realizada pelo CEL PM Edvaldo Marques Lopes, Comandante Geral da PMPI, que informou que o GGI ainda não havia sido implantado, tendo em vista as dificuldades orçamentárias e financeiras e o baixo percentual para investimento do estado que não chega a 6% da receita líquida. Todavia, acrescentou que várias ações integradas estão sendo levadas a efeito naquele estado com o apoio do DPF e DPRF. Em seguida, teceu comentários sobre os órgãos que integram o sistema de segurança pública no estado e os órgãos federais, atendo-se especificamente a situação dos reduzidos números dos efetivos policiais, que estão muito aquém da realidade, haja vista o estado possuir aproximadamente oito milhões de habitantes e uma grande extensão territorial, o que de certa forma dificulta qualquer planejamento para ações policiais integradas. Informou ainda que na Polícia Militar existem mil e quinhentos policiais militares desviados de suas funções, ou seja, requisitados para órgãos diversos da administração pública estadual e municipal, para um efetivo de apenas cinco mil homens. Posteriormente, fez uma explanação sobre os seguintes assuntos: Atualização do INFOSEG; Ensino Integrado (polícia comunitária e técnicas de abordagem); Operações Integradas (Operação Nordeste - Interestadual, Operação Polígono da Maconha - Interestadual, Mandados de Busca e Apreensão Coletivos, Operação eleições). Finalizando, falou da concepção integrada dos projetos a nível estadual que são enviados a Senasp para captação de recursos (palestra em PowerPoint com projetor de multimídia).

d) A apresentação do GGI-PE foi realizada pela Dra. Maria de Fátima Bezerra Rodrigues Costa, Gerente Geral de Articulação da SDS, que fez uma retrospectiva sobre a instalação do GGI em novembro de 2003 (1ª reunião), onde foi tratado sobre o termo de referência e posteriormente a formulação das bases legais (2ª reunião) para tratar do decreto de criação, em janeiro de 2004. Em fevereiro de 2004, ocorreu uma mudança na SDS, assumindo o Dr. João Braga, que tomou as seguintes providências: avaliação das Atas das reuniões realizadas, consenso da SDS e seus órgãos operativos; organização e estruturação do processo de integração interno e externo. Na 3ª reunião, foram tratados os seguintes assuntos: apresenta-

ção da versão do decreto com plena aprovação; entrega de Proposta de Regimento Interno elaborado pela SDS e seus órgãos operativos para avaliação dos membros natos do GGI; apresentação do Diagnóstico do Processo de Integração Interno da SDS; proposta de nova reunião após a construção do Modelo de Gestão Integrada de SDS. Na 4ª reunião, foram tratados os seguintes assuntos: a missão da SDS de reduzir a violência e criminalidade, integrando (participação social, compatibilização de funções, modernização da estrutura das polícias, qualificação dos policiais, valorização profissional, compatibilização de áreas, avaliação e acompanhamento). Na 5ª reunião, foram tratados os seguintes assuntos: apresentação do Modelo de Gestão Integrada da SDS; entrega do Decreto de Instituição do GGI; recolhimento da Proposta e Modificações do Regimento Interno; adesão do Poder Judiciário e Ministério Público em adotar o mesmo modelo de divisão territorial. Em seguida, explanou sobre os resultados obtidos: fortalecimento da SDS e seus órgãos operativos no GGI-PE; direcionamento das ações integradas fundamentadas nas reais estatísticas da violência e criminalidade; facilidade na realização das ações do GGI, pelo fortalecimento da integração interna; facilidade de organização do planejamento operacional, tático e estratégico entre os órgãos do GGI, pela definição de responsabilidade territorial; articulação de forma mais ágil e eficaz, da comunicação entre os órgãos de justiça criminal, pelo fortalecimento da integração interna (palestra em PowerPoint com projetor de multimídia).

e) A apresentação do GGI-MA foi realizada pelo Dr. José Ribamar Rodrigues, Assessor de Planejamento da GESEP, que alegou que o GGI será implantado o mais breve possível e que a integração no estado está ocorrendo de maneira satisfatória, tendo sido desenvolvidos vários projetos de integração das forças policiais estaduais. Fez uma explanação sobre a estrutura organizacional da GESEP e os projetos em execução: Centros de Atendimentos Comunitários – CAC; Modernização e Humanização das Delegacias; criação da DPCA; Postos Avançados de Defesa Social; policiamento em pontos estratégicos da cidade; Corregedoria Integrada; Centros Integrados de Defesa Social; policiamento preventivo nas escolas; campanhas contra a violência; Academia Integrada de Segurança Pública; Grupo Tático Aéreo (palestra em PowerPoint com projetor de multimídia).

f) A apresentação do GGI-PB foi realizada pelo Doutor Noaldo Silva, Secretário de Segurança Pública, que fez uma retrospectiva sobre a segurança pública no Brasil, desde a revolução de 1964, tendo em seguida comentado sobre as atividades do GGI daquele estado, que estão sendo levadas a efeito com bastante envolvimento dos órgãos que o compõem, informando que após a criação de força-tarefa para combater o crime organizado nas divisas dos estados da Paraíba e Pernambuco, especialmente o tráfico de drogas e de armas, contrabando, lavagem de dinheiro,

pirataria e outros, foi constatada estatisticamente a redução de diversos crimes em relação ao ano anterior, notadamente nos crimes relativos a assaltos a bancos, furtos de veículos e cargas, homicídios etc. Falou também da criação do CIOP, um dos mais modernos da América do Sul; da instalação do sistema AFIS automatizado de identificação digital; realização do censo de todos os presídios estaduais; operações conjuntas com o FISCO; construções de postos policiais para Operação Manzuá; elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública; doação de dois mil pneus doados à SSP pela Receita Federal; valorização profissional; reaparelhamento das polícias; Operação Nordeste; Operação de apoio a aposentados. Finalizando, informou que a Paraíba encontra-se entre os estados de melhor desempenho na área de segurança pública (palestra verbal sem recursos auxiliares).

g) A apresentação do GGI-SE foi realizada pelo CEL José Pércles Menezes de Oliveira, Secretário Executivo, que informou que o GGI está funcionando a contento, realizando suas reuniões ordinárias a cada 40 ou 35 dias e que posteriormente forneceria cópias das Atas à Senasp para conhecimento, enfatizando que já existe uma comissão nomeada pelo Secretário de Segurança Pública para a criação da Academia de Formação Policial Unificada, acrescentado que vários cursos e operações funcionam de forma integrada. Disse ainda o palestrante que está sendo levado a efeito naquele estado o Curso Superior Integrado de Gestão Estratégica em Segurança Pública, com componentes das Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiro Militar, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, reunindo Delegados, Inspetores, Oficiais, Peritos Criminais. Alegou que na instalação do GGI estiveram presentes representantes da Senasp, que se prontificaram em agilizar a distribuição dos equipamentos necessários à implementação do mesmo o mais rápido possível, motivo pelo qual o GGI ainda se encontrava incipiente face ao compromisso não assumido pela Senasp. Acrescentou que vários projetos foram aprovados pela Senasp e que serão desenvolvidos de forma integrada ainda este ano (palestra verbal sem recursos auxiliares).

h) A apresentação do GGI-CE foi realizada pelo CEL Lucas Diógenes da Silva, Assessor Especial de Integração Operacional da SSPDS, que informou inicialmente que o GGI não está funcionando como determina o termo de referência expedido pela Senasp, todavia já vem desencadeando ações integradas com todos os órgãos que compõem o sistema de justiça criminal, fazendo referência a duas operações conjuntas: Diretriz Operacional nº 13/03 – que trata da Operação de Combate a Criminalidade no Interior do Estado, com apoio da PMCE, PCCE, CBMCE, DPRF, DPF, MP e Poder Judiciário; e, Diretriz Operacional nº 20/03 – que trata da Operação Alta Estação com o apoio da PMCE, PCCE, CBMCE, Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Ministério Público; Juizado da Infância e da

Juventude; Secretaria de Saúde do Estado do Ceará; Secretaria da Ouvidoria e do Meio Ambiente; Secretaria da Ação Social; Secretaria do Turismo; Departamento Estadual de Trânsito; DERT; Prefeitura Municipal de Fortaleza; Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania; ETTUSA. Em seguida, falou da Política de Segurança do Estado, tratando especificamente dos temas: Reforma Institucional; Reformas Estruturais; Parcerias Institucionais; Integração Operacional; Mudança Comportamental; Modernização Tecnológica; Parceria Comunitária; Comando Único. Programas finalísticos: ações pioneiras com a criação do CIOPS, GCRISES, CIOPAER. Teceu ainda comentários específicos sobre as Áreas Operacionais Integradas: Base territorial coincidente (Cias/DPs); Planejamento operacional integrado; Otimização de meios disponíveis; Dados estatísticos unificados (SIP/SIC); Parceria comunitária (CCDS); Expansão pela RMF e Programa de Apoio ao Interior: Base territorial coincidente (município); Planejamento e ação operacional integradas; Otimização de meios disponíveis; Capacitação dos efetivos; Início da integração das redes de Telemática; Parceria comunitária (CCDS). Falou sobre a Companhia Integrada de Operações Aéreas, que hoje funciona com policiais civis e militares e integrantes do corpo de bombeiros; Educação Continuada e Conselhos Comunitários de Segurança; finalizando, fez apresentação das autoridades que integram o GGI (palestra em PowerPoint com projetor de multimídia).

i) A apresentação do GGI-AL foi realizada pelo Perito Criminal, Ailton Carlos Vila Nova, Secretário Executivo, o qual informou que o Gabinete está funcionando parcialmente, sendo necessária a realização de atividades mais efetivas e pontuais, tecendo alguns comentários sobre a criação e implantação do Centro Integrado de Formação e Valorização Profissional e Policial; Estruturação e Modernização da Polícia Técnica; e, Capacitação Integrada de Servidores (palestra verbal sem recursos auxiliares).

j) A apresentação do GGI-BA foi realizada pelo Cel PM Wilson Raimundo Dutra Pereira, subcomandante da PMBA, que informou que o Gabinete ainda não estava funcionando como consta no termo de referência elaborado pela Senasp, todavia a integração com todos os órgãos é satisfatória inclusive com o DPF e DPRF, que estão sempre presentes nas operações conjuntas. Fez uma abordagem sobre o atual sistema dual de polícia no Brasil, importado de Portugal ainda na época de D. João VI, e que sobrevive até os dias atuais, tornando-se o dilema “unificação e integração” a tônica da discussão do melhor modelo no momento. Teceu alguns comentários sobre a criação da Secretaria de Segurança Pública, sua estrutura organizacional, missão, Plano Estadual de Segurança, entre outros. Falou sobre as ações da segurança pública no caminho da integração, tendo aquele estado criado os Distritos Integrados de Segurança Pública (DISEP); o Curso Superior em Gestão

de Segurança Pública, composto por Oficiais, Delegados, Promotores, Juízes, Peritos Criminais; O Policiamento Comunitário; O PROERD; e as Operações Conjuntas: 1- VISÃO NOTURNA – Combate a Furtos e Roubos de Veículos; 2- GERC – Grupo Especial de Combate a Roubos em Coletivos; 3- GERCE – Grupo Especial de Combate aos Crimes de Extermínio; 4- Grupo de Combate a Roubos Contra as Instituições Financeiras; 5- Bahia em Paz – (Rodovia em Paz); 6- Força Tarefa para o Combate ao Crime Organizado (Tráfico de Drogas e Envolvimento de Policiais em Ações Criminosas); 7- OPERINT – Operação Integrada para o Combate aos Roubos nas Estradas. Finalizando, informou que o caminho percorrido pela Bahia tem sido o da integração de baixo para cima, para que o Gabinete de Gestão Integrada possa atuar de forma sinérgica com os órgãos que o integram, identificando demandas e propondo ações conjuntas (apresentação em PowerPoint com projetor de multimídia).

h) A apresentação do GGI-RN foi realizada pelo Dr. Francisco Glauberto Bezerra, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, que falou sobre a criação, implementação e instalação do GGI, que já possui sede própria localizada na Avenida Hermes da Fonseca, nº 1174, Bairro do Tirol em Natal, parabenizando a Senasp pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo no âmbito nacional, informando que a integração no estado vem surtindo efeitos positivos, com repercussões na sociedade civil organizada, que tem participado ativamente de todas as discussões de interesse da comunidade. Fez comentários a respeito dos recursos distribuídos mediante convênios pela Senasp ao estado, acrescentando que se o Governo Federal não investisse em segurança pública ficaria difícil para o estado arcar com tais despesas, haja vista a indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para tal fim (apresentação verbal sem recursos auxiliares).

Conclusão

a) Depreende-se de todas as informações acima citadas, que os objetivos propostos para a referida reunião foram cumpridos a contento, todavia verifica-se uma pequena evolução na criação, implantação e implementação dos Gabinetes de Gestão Integrada dos Estados da Região Nordeste, considerando que os seguintes estados: Bahia, Ceará, Alagoas, Piauí e Maranhão saíram da condição de inativos para ativos parcial, por estar realizando ações integradas, inclusive com processos de formação de policiais de forma unificada e operações conjuntas. Quanto aos estados de Sergipe e Rio Grande Norte, estes saíram da condição de ativos parciais para a condição de ativos totais.

b) Quanto ao questionamento do Doutor Róscio Aguiar, Assessor Especial da SSPDS-CE, sobre a decisão do Conselho Gestor do FNSP de priorizar a liberação dos recursos para os entes federados que já implantaram e implementaram os GGIs,

convém ressaltar que tal premissa serviu de alerta para todos participantes que ainda estão com seus gabinetes inativos ou funcionando de forma parcial, pelo que sugiro que tal procedimento seja adotado para o ano de 2005, sob pena de não atingirmos a meta prevista no Plano Nacional e Convênios, firmados com os próprios estados, cujo objeto principal seria a criação do GGI para coordenação do SUSP e conseqüentemente coordenação e controle dos recursos distribuídos conforme projetos apresentados pelos estados.

c) Quanto ao questionamento do Sr. Antonio Farias, Superintendente do DPFR da Bahia, sugerindo a criação no âmbito de cada GGI de uma comissão capaz de fiscalizar o real emprego dos recursos federais repassados aos estados e ainda a sua solicitação de que as informações sobre o GGI sejam amplamente difundidas e socializadas aos seus integrantes, foi informado que tais providências poderiam ser tomadas pela Secretaria de Segurança Pública daquele Estado, que atualmente funciona com seu GGI parcialmente e não como foi estabelecida pela Senasp, pelo que convém, salvo melhor juízo, dar conhecimento das informações do Superintendente em questão ao Exmo Sr. Secretário de Segurança Pública da Bahia, para conhecimento e as providências que julgar cabíveis.

d) Quanto à solicitação do Doutor Noaldo Silva, Secretário de Segurança Pública da Paraíba, sobre a realização por parte da Senasp de uma pesquisa intitulada “Histórico da Segurança Pública no Brasil”, convém que tal sugestão seja levada ao conhecimento do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação, e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, para conhecimento e verificação da viabilidade de tal empreita.

e) Para a implementação dos GGIs dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Piauí e Maranhão, que passaram da situação de inativos para ativos parcial, convém fortalecer estes entes federados com todas as informações necessárias para o cumprimento da meta estabelecida no protocolo de intenções, bem como encaminhar expediente aos Secretários de Segurança Pública, solicitando informações sobre a data para realização de formalização do ato de criação e implementação do GGI e o estabelecimento de um cronograma de reuniões ordinárias a serem desenvolvidas pelos membros natos e convidados de cada Gabinete (extraído do Relatório Final de 22/10/2004 por Eraldo Marques Viegas).

3.4 ENCONTRO DA REGIÃO SUDESTE

Realizado no período de 26 a 27 de outubro de 2004, na cidade de Vitória-ES, com a participação 27 representantes dos Estados de Espírito Santo, Rio de

Janeiro e Minas Gerais. Os principais tópicos abordados na pauta foram: abertura do evento pelo Governador do Estado anfitrião; apresentações da Senasp e DEPEN/SNJ, apresentações da Senasp e da experiência exitosa do GGI-MT; apresentações das atividades desenvolvidas pelos Estados; discussão e elaboração de propostas conjuntas. Participou ativamente o Secretário Estadual de Segurança Pública do Espírito Santo.

Encaminhamentos

a) A palestra da Senasp foi proferida pelo Dr. Valmir Lemos de Oliveira, Diretor do DPPP, o qual fez uma exposição sobre os diversos aspectos que envolvem a implantação e implementação de um GGI, tecendo ainda algumas considerações sobre a situação atual da segurança pública, o processo de discussão e o Fundo Nacional de Segurança Pública. Após sua exposição, foram feitos os seguintes questionamentos pelos presentes: o Cel Álvaro Coelho Duarte, Comandante Geral do CBM-ES, sugeriu que o Secretário Nacional de Defesa Civil, pertencente aos Quadros do Ministério da Integração Nacional, fizesse parte do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), visando auxiliar e defender as demandas dos Corpos de Bombeiros Militares na Política Nacional de Segurança Pública, no que diz respeito a missão precípua dessas instituições, haja vista as especificidades e peculiaridades apresentadas nessa área, que requer grande conhecimento técnico e larga experiência, o que poderá contribuir e muito na elaboração de tal política, bem como na captação de recursos para tais instituições. O Dr. Rodney Miranda, Secretário de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, teceu comentários sobre a assinatura do convênio para implantação do Sistema de Identificação Criminal por Impressão Digital (AFIS) com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o estado, questionando ainda sobre as datas para assinatura dos novos convênios. Perguntou também o secretário em epígrafe se existe algum projeto de integração das comunicações dos órgãos que compõem a estrutura de segurança pública das secretarias de segurança pública estaduais. O Cel Luis Giuberti, Comandante Geral da PMES, perguntou se a Senasp vai cumprir rigorosamente a decisão do Conselho Gestor do FNSP, conforme ata da vigésima segunda reunião ordinária daquele colegiado, que por decisão dos conselheiros priorizará os projetos onde os estados tenham implantado e implementado os GGIs. O TC PM José Eduardo, Chefe do Serviço de Inteligência da PMMG, perguntou se na Senasp já existe um grupo interdisciplinar para estudo e proposição de alteração das normas legais sobre os crimes em geral e se já existe também uma política de federalização do sistema penitenciário. O Exmo Senhor Governador Paulo Hartung elogiou o trabalho integrado dos órgãos que compõem os sistemas de segurança pública e os órgãos que integram a justiça

criminal nas duas esferas estadual e federal, informando que tem fortalecido o GGI estadual, haja vista a situação caótica em que se encontrava a segurança daquele estado durante os últimos dez anos. Fez ainda questão de ressaltar que com o advento do GGI, muitas situações de violência e criminalidade foram solucionadas pela ação integrada dos órgãos. Declarou também que o Estado e Municípios estão envidando esforços para criar empregos e gerar rendas a fim de contribuir com a segurança pública, elogiando o trabalho da Senasp no tocante a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada. Todos os questionamentos foram prontamente respondidos à altura pelo Dr. Valmir Lemos, satisfazendo o interesse de todos os presentes e em especial a sugestão do Cel Álvaro Coelho, Comandante do CBM-ES, e a proposta do Tenente Coronel José Eduardo de revisão da legislação penal vigente e federalização do sistema penitenciário e modificação das leis penais (palestra em PowerPoint com projetor de multimídia).

b) A apresentação do GGI-ES foi realizada pelo Dr. Rodney Miranda, Secretário de Segurança Pública, que informou que o GGI-ES foi um dos primeiros a ser instalado no Brasil e que fora criado por Decreto Governamental, possuindo um regimento interno para suas atividades. Mencionou que já dispõe de espaço físico para implantação do gabinete, todavia faz reuniões itinerantes nos demais órgãos e que conta com o patrocínio da Petrobrás para a reforma do referido espaço físico. Comentou sobre a deliberação de várias demandas, tais como: convênios bilaterais entre CBM-ES e PRF-ES com viaturas para socorros de urgência; convênio com a justiça estadual para acesso ao banco de dados do judiciário, visando disponibilizar informações aos órgãos da Secretaria de Segurança e órgãos federais; atuação na divisa com Minas Gerais e Rio de Janeiro; encaminhamento de pleito do Ministério Público ao Poder Judiciário, entre outros. Ao ser questionado pelo Dr. Valmir Lemos da Senasp se houve resistências por parte dos órgãos ou de seus integrantes ao novo modelo de gestão adotado, o palestrante respondeu que não, todavia ressalta o caos em que se encontrava o estado com altos índices de violência, corrupção e crime organizado e enraizado em várias áreas. O Sr. José Paulo, Promotor do Ministério Público, disse que existe crítica construtiva ao novo modelo, todavia informou da necessidade de se realizar a execução operacional de forma mais efetiva, solicitando que o GGI-ES estude a viabilidade de modelo padrão para criação de grupos (MP, PM, PC, PRF, PF etc.) para combater o crime organizado, com fundamento em um instrumento legal, afirmando que existe um grupo nacional formado pelo MP federal e estadual na repressão ao crime organizado. O Sr. Edílson Alvarez, Chefe da ABIN-ES, falou sobre a necessidade de se criar uma academia de formação de inteligência integrada das agências, no sentido de fomentar as secretarias de segurança pública

com informações necessárias para a tomada de decisão (palestra verbal sem uso de recursos auxiliares).

c) A apresentação do GGI-MG foi realizada pelo TEL CEL PM José Eduardo, Chefe do Serviço de Inteligência da PMMG, o qual informou que naquele estado a situação é completamente diferente em termos de estruturação, haja vista a existência de quatro secretarias, a saber: Secretaria da Polícia Civil, Secretaria da Polícia Militar, Secretaria do Corpo de Bombeiros Militar e Secretaria de Defesa Social, esta última funciona como órgão coordenador e articulador das demais. Falou que o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública no Combate à Criminalidade (GISP) foi criado através do Decreto Governamental nº 43.644 de 03/11/03, tendo como objetivo promover ações que visem a integrar a avaliação, o planejamento, a organização, a elaboração e a execução de operações de prevenção, repressão e investigação de infrações penais que especificar, respeitadas as atribuições constitucionais de cada instituição policial. Tal Gabinete está funcionando a contento, todavia não possui a mesma composição de membros natos estabelecida no termo de referência elaborado pela Senasp, sendo constituído por representantes dos diversos órgãos de segurança pública para combater as organizações criminosas no estado; proteger autoridades ameaçadas, em virtude do exercício do cargo; centralizar a apuração de crimes cometidos contra policiais e autoridades; investigar infrações penais que especificar; e desempenhar atividade de planejamento de políticas de combate ao crime e de execução operacional. A estrutura organizacional é constituída de um Conselho Gestor; Secretaria Executiva; Coordenadoria de Combate ao Crime Organizado; Coordenadoria de Inteligência Criminal; e, Coordenadoria de Proteção a Autoridades. Terá uma composição de aproximadamente cento e vinte polícias civis e militares, tendo como objetivo maior iniciar uma integração das corporações, para que no futuro se possa realizar ações integradas com todas as instituições, haja vista a independência hoje existente das secretarias que integram a segurança pública estadual, não havendo hierarquização entre ambas, o que prejudica de certa forma o bom andamento das atividades policiais, sem que para tal tenha uma coordenação única. Alegou que tal grupo foi criado após a morte do Promotor de Justiça que investigava a máfia do combustível e o crime organizado. Esclareceu também que a situação atual do GISP é a seguinte: os integrantes do Conselho Gestor já foram designados pelo Secretário de Defesa Social; os policiais que irão participar já foram selecionados em suas instituições; treinamento previsto para o primeiro trimestre de 2005; a sede do GISP já foi definida e o imóvel está sendo adaptado para recebê-lo; recursos da Senasp já foram liberados; os processos de licitação já se encontram em fase final. Teceu alguns comentários sobre o trabalho que é desenvolvido por ambas as polícias e que não estão conseguindo êxito em

seus intentos, haja vista que a legislação vigente não está sendo capaz de sanear os problemas de criminalidade, tais como: 95% dos crimes de homicídio são praticados por elementos envolvidos com drogas; 80% desses crimes têm características de execução, ou seja, os cadáveres são encontrados com quatro ou mais disparos de arma de fogo; 70% das vítimas têm passagens pelas delegacias ou responde algum processo na justiça, ressaltando a necessidade premente em se revisar a legislação, como forma de aprimoramento da justiça e conseqüentemente a busca da eficiência e eficácia dos organismos policiais, que estão desenvolvendo suas atividades sem o devido respaldo da lei em vigor, pois os marginais são presos, mas logo em seguida soltos por brechas encontradas na legislação, colocando em descrédito o trabalho árduo desenvolvido pelos órgãos que integram o sistema de justiça criminal (palestra em PowerPoint com projetor de multimídia).

d) A apresentação do GGI-RJ foi realizada pelo CEL EB Romeu Antonio Ferreira, Subsecretário de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, o qual teceu alguns comentários sobre os aspectos fisiográficos, crime organizado, facções criminosas (Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigos dos Amigos, Terceiro Comando Puro), Comando Vermelho ligado ao PCC/SP, informou que o GGI não existe por decreto ou regimento, todavia pelo próprio organograma da SSP já existe a formação de um GGI, que fala com a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Fez logo em seguida uma apresentação da Subsecretaria de Inteligência pela qual é o responsável, alegando que sua composição é mista, constituída de policiais militares e civis e que neste ano foram desenvolvidas diversas atividades em conjunto, inclusive com interceptações das comunicações clandestinas utilizadas pelas facções criminosas, permitindo a adoção de medidas preventivas para a garantia da segurança da cidade em decorrência de ameaças diversas. Será realizado um curso de inteligência para o público interno e externo e toda reestruturação da inteligência está sendo levada a efeito com recursos da Senasp (transparências e projetor).

Conclusão

a) Depreende-se de todas as informações acima citadas, que os objetivos propostos para a referida reunião foram cumpridos a contento, todavia foi amplamente questionada pelos presentes a não participação do Estado de São Paulo no evento, que apesar de pertencer à região Sudeste, não enviou nenhum representante para tão importante reunião, não se manifestando a respeito até o presente, porém se constitui no estado que mais recursos tem recebido do Fundo Nacional de Segurança Pública, mesmo sem o cumprimento da meta estabelecida no convênio nº 009/03 publicado no D.O.U nº 156 de 14/08/03, o qual prevê como objeto a

criação de um Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública, que coordenará o Sistema Único de Segurança Estadual no combate a criminalidade.

b) Quanto à sugestão do Cel Álvaro Coelho, Cmt Geral do CBM-ES, para que fosse incluído no CONASP o Secretário Nacional de Defesa Civil (hoje pertencente ao Ministério da Integração Nacional) seria de bom alvitre que tal premissa fosse levada ao conhecimento do Secretário Nacional, haja vista que os corpos de bombeiros militares são instituições que integram a segurança pública, conforme prevê a nossa Carta Magna no Art. 144. Parágrafo 5º, incumbido ao referido órgão a execução de atividades de defesa civil, além das atribuições definidas em lei. Convém ressaltar que as Secretarias de Segurança Pública estão se transformando através de decretos governamentais em Secretarias de Defesa Social, que inclui, entre outras atividades, a prestação de serviços de segurança pública e de defesa civil.

c) Quanto à solicitação do Dr. Rodney Miranda, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, para que as comunicações das instituições que integram as Secretarias de Segurança Pública sejam integradas como está sendo levado a efeito um projeto piloto naquele estado, convém, salvo melhor juízo, aguardarmos a implantação e implementação de tal projeto, bem como a sua correta avaliação quanto à funcionalidade e operacionalidade, para que num futuro próximo possamos expandir a experiência para as demais unidades da federação, respeitando o princípio federativo e a autonomia administrativa de cada ente federado, além de suas especificidades e peculiaridades.

d) Quanto ao questionamento do Cel Luis Giuberti, Cmt Geral da PMES, de que a Senasp, via Conselho Gestor do FNSP, deveria priorizar os recursos aos entes federados que já possuísem na sua estrutura organizacional o GGI, como foi muito bem debatido na 22ª reunião ordinária e 3ª reunião extraordinária do referido conselho gestor, sou de parecer que tal premissa seja revista por este órgão, sob pena de não cumprirmos uma meta que fora previamente estabelecida na Política Nacional de Segurança Pública e convênios firmados com os estados, que se prontificaram a criar os respectivos gabinetes ao assinar os competentes convênios. Tal situação se constitui como um péssimo exemplo aos estados que estão funcionando no cumprimento das metas, servindo inclusive de respaldo para aqueles que ainda se encontram na situação de inativos.

e) Quanto à reivindicação do Tenente Coronel José Eduardo, Chefe do Serviço de Inteligência, para que fosse criado um grupo de estudo na Senasp para revisar a legislação penal e leis ordinárias que tratam de crimes diversos, visando propor ao Congresso Nacional suas respectivas modificações, sugiro que tal premissa seja levada ao conhecimento do Secretário Nacional, para que seja objeto de estudo e discussão pelo CONASP, haja vista a existência de atribuição,

por parte do conselho em epígrafe na análise, estudo e sugestão de alterações na legislação pertinente.

f) Quanto à proposta do Tenente Coronel José Eduardo, da PMMG, de federalização do sistema penitenciário, convém que tal proposta seja encaminhada à Secretaria Nacional de Justiça para apreciação e manifestação a respeito, haja vista ser o órgão competente para tal fim.

g) Quanto à sugestão do Sr. Edílson Alvarez, chefe da ABIN-ES, para criação de uma Academia Nacional Integrada de Formação de Agentes de Inteligência das agências de inteligências dos órgãos que integram o sistema de justiça criminal nos níveis federal e estadual, convém que tal premissa seja objeto de estudo e pronunciamento pelo Diretor-Geral da ABIN, haja vista que tal agência poderia, com a larga experiência que possui, desenvolver cursos direcionados especificamente para as instituições de segurança pública, com recursos do FNSP, integrando todos os seguimentos e facilitando desta forma o fomento às informações necessárias para tomada de decisão pelo GGI ou por Secretários de Segurança Pública, onde não houvesse ainda tal estrutura, além da realização de ações integradas. É importante ressaltar o trabalho que está sendo levado a efeito pelo Cel EB Romeu, Subsecretário de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, integrando as agências de inteligências das polícias civil e militar, bem como a experiência do GISP-MG, que em muito poderão contribuir para tal intento.

h) Para a implantação e implementação dos GGIs de São Paulo e do Rio de Janeiro, que ainda se encontram desativados, convém fortalecer estes entes federados com todas as informações necessárias para o cumprimento da meta estabelecida no protocolo de intenções, bem como encaminhar expediente aos Secretários de Segurança Pública, solicitando informações sobre a data para realização de formalização do ato de criação e implementação do GGI e, também, o estabelecimento de um cronograma de reuniões ordinárias a serem desenvolvidas pelos membros natos e convidados.

i) Em relação ao Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública no Combate à Criminalidade (GISP) criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais como forma de incentivar e conscientizar a integração dos membros das instituições que compõem a segurança pública naquele estado, convém aguardarmos a sua implantação e implementação para podermos avaliar sua funcionalidade e operacionalidade, sugerindo que o referido gabinete seja incluído no relatório geral como tendo funcionado de forma parcial, até que seja concretizado na prática, haja vista as especificidades e peculiaridades já relatadas pelo representante da Secretaria de Defesa Social (Extraído do Relatório Final de 22/10/2004 por Eraldo Marques Viegas)

3.5 ENCONTRO DA REGIÃO SUL

Realizado no período de 04 a 05 de novembro de 2004, na cidade de Curitiba-PR, com a participação 27 representantes dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os principais tópicos abordados na pauta foram: apresentações da Senasp e DEPEN/SNJ; apresentações das atividades desenvolvidas pelos Estados; discussão e elaboração de propostas conjuntas. Participou ativamente o Secretário Estadual de Segurança Pública do Paraná.

Encaminhamentos

a) A palestra da Senasp foi proferida pelo Dr. Valmir Lemos de Oliveira, Diretor do DPPP, o qual fez uma exposição sobre os diversos aspectos que envolvem a implantação e implementação de um GGI, tecendo ainda algumas considerações sobre a situação atual da segurança pública no Brasil, o processo de discussão e os recursos provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública. Após sua exposição, foram feitos os seguintes questionamentos pelos presentes: O Tenente Coronel PMRS Trindade Lopes, Diretor do Departamento de Relações Institucionais da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, questionou sobre qual foi a decisão da Senasp em relação à solicitação do Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública, para que um membro daquele colegiado participasse como membro nato do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública. Tal pergunta foi também reforçada pelo Dr. Delazari, secretário de Segurança Pública do Paraná, que também cobrou providências quanto ao tema em questão. O Dr. Valmir Lemos, Diretor do DPPP/Senasp, respondeu que tal assunto já havia sido objeto de estudo e discussão pelos integrantes do Conselho Gestor do FNSP, tendo aquele colegiado deliberado na vigésima segunda reunião ordinária do referido órgão que a participação do representante do Conselho Nacional de Secretários poderia ser como observador, participando das discussões, todavia sem direito a voto, devendo tal proposta ser avaliada previamente pela Senasp. Acrescentou ainda o Dr. Valmir que providências a respeito estão sendo tomadas e que a resposta será fornecida oficialmente, após diálogo que manterá com o Secretário Nacional.

b) A apresentação do DEPEN/SNJ foi realizada pela Dra. Aline Pinto da Silva, a qual se reportou ao Sistema INFOPEN, informando que se trata de um projeto piloto de gestão em rede, que deverá facilitar em muito o controle dos presos, funcionários e visitantes, através de 03 módulos, que apresentará estatísticas sobre todo o sistema, facilitando a tomada de decisão. Após a apresentação, foram feitos os seguintes questionamentos: O Dr. Delazari pediu para que o INFOPEN seja implantado também nas delegacias, haja vista que 50% dos presos do estado não estão nos presídios e sim

em locais impróprios. O TC PMRS Trindade Lopes, informou que tal projeto já estava funcionando naquele estado desde o ano de 1995, tendo sido desenvolvido um software pela administração do sistema penitenciário local. Solicitou que fossem envidados esforços para que, antes da implantação do projeto nos estados, seja realizada uma proposta não só para estruturação dos presídios, haja vista a situação atual precária, mas também que o INFOPEN e o INFOSEG sejam um só programa. Foi ainda realizado uma demonstração prática via Internet sobre o funcionamento do programa único ora em funcionamento naquele estado, que engloba informações das bases de dados do Poder Judiciário, DETRAN, PMRS, PCRS e do Instituto Geral de Perícias e Identificação, possibilitando consultas rápidas e consistentes. A Dra. Aline respondeu a todos os questionamentos e registrou as sugestões para posterior apreciação pelo DEPEN.

c) A apresentação do GGI do Estado do Paraná foi realizada pelo Exmo Sr. Luiz Delazari, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, que informou que a experiência que vem sendo realizada naquele estado é anterior a do Governo Federal, tendo sido denominada de “OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS”, no combate ao crime organizado. Projeto este elaborado pela Associação dos Magistrados do Paraná, com o apoio do Ministério Público e que tem composição idêntica à do GGI, ocorrendo reuniões semanais (todas as segundas-feiras) presididas permanentemente pelo Governador Roberto Requião. Nas reuniões são deliberados assuntos diversos na área de segurança pública, tais como: criação de forças-tarefas, construção de novos presídios, criação de projetos e programas comunitários, como por exemplo o dos bombeiros voluntários, entre outros. Informou que existe perfeita sintonia com todos os órgãos, acrescentando que o incentivo à criação dos GGIs nos estados se constitui como um verdadeiro instrumento democrático de tratamento da segurança pública, fortalecendo a iniciativa e os esforços da União para concretização do objetivo proposto. Solicitou que a Senasp analisasse a questão do “Mãos Limpas” para funcionar em substituição ao nome GGI, haja vista ter sido criado anteriormente dentro da política do governo estadual e que desenvolve seu trabalho de forma análoga, todavia as deliberações são cumpridas imediatamente pelos órgãos do poder executivo por determinação do próprio governador e por consenso pelos demais membros do Poder Judiciário, MP, e representantes de Órgãos Federais (DPF e DPRF), entre outros convidados. Passada a palavra ao Dr. Jaber Makul, superintendente do DPF/PR, este elogiou o trabalho do “Mãos Limpas”, acrescentando que participa ativamente das reuniões e deliberações e que a Polícia Federal naquele estado realizou um curso de análise de inteligência para todos os integrantes da Secretaria de Segurança, após decisão dos integrantes do colegiado, o que de certa forma já contribuiu para a integração. Passada a palavra ao Dr. Márcio Tokars, Juiz de Direito, representante do Tribunal de Justiça, este se pronunciou fa-

voravelmente pela continuação da denominação do fórum de “Mãos Limpas”, que funciona a semelhança do GGI, sendo que todas as decisões foram cumpridas com bastante agilidade pelos órgãos que o integram. Passada a palavra ao Maj Anselmo, Chefe da Casa Militar, este informou que as reuniões são objetivas e deliberativas, sempre com a presença do Governador, que agiliza o envolvimento das Secretarias e Prefeituras no cumprimento das decisões tomadas pelo colegiado. Para finalizar, o Dr. Delazari acrescentou ainda que participam do fórum integrantes da Imprensa e do Sindicato dos Jornais e Revista do Paraná, passando logo em seguida a palavra ao Major Matos da PMPR, para a apresentação do programa sobre “alerta de carros roubados”, propondo ao final a unificação do sistema para os três estados do Sul e se possível sua difusão aos demais entes da federação.

d) A apresentação do GGI do Estado do Rio Grande do Sul foi realizada pelo Sr. Tenente Coronel Trindade Lopes, Diretor do Departamento de Relações Institucionais da Secretaria de Segurança Pública, que fez uma abordagem sobre a atual situação do GGI, tecendo algumas considerações sobre os assuntos tratados nas reuniões, que ocorreram apenas no ano de 2003, conforme cópias das atas fornecidas, alegando que, neste ano de 2004, o GGI não funcionou a contento, todavia ao assumir tal função passou a articular e providenciar as novas reuniões ordinárias dentro de uma nova estrutura e que após inteirar-se da situação tomaria todas as providências para o cumprimento da meta estabelecida pelo Governo Federal, referendada pelo Governo Estadual, através do Protocolo de Intenções assinado com o Ministério da Justiça. Logo em seguida, fez uma apresentação de um “Sistema de Consulta Integrada de Dados”, que reúne informações de diversos órgãos, bem como falou sobre o “Sistema Único de Ocorrências Policiais”. Após sua explanação, o Dr. Acelino Felipe, Diretor Geral da PCRG, teceu comentários sobre o pouco investimento na instituição que dirige, afirmando que muitas vezes a polícia civil é colocada em segundo plano, quando se faz necessário o aperfeiçoamento da perícia e da polícia judiciária. Alegou ainda ser a favor de destinação de verba carimbada para a segurança pública aos moldes da verba destinada a saúde e educação. Passada a palavra ao Dr. Áureo Figueiredo, Diretor-Geral do Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul, este solicitou a participação da instituição no GGI como membro nato, tecendo comentários sobre a atuação do órgão, que identificou e cadastrou mais de dez milhões de pessoas no estado, facilitando desta forma a consulta aos órgãos policiais.

e) A apresentação do GGI do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo CEL PMSC Dejair Vicente, Secretário Adjunto de Segurança Pública, que fez uma exposição sobre a distribuição de recursos para os órgãos da secretaria, informando que naquele estado tais instituições estão sobrevivendo de taxas cobradas legalmente, não existindo verba para investimento. Acrescentou que, desde o ano 2000,

fora criado o Conselho de Segurança Pública, que tem se reunido para debater sobre tal política, todavia por ter assumido recentemente a função não tinha conhecimento sobre a funcionalidade do GGI, alegando que após a criação do Conselho Superior de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, no âmbito da secretaria, assumiu o compromisso de fazer com que o conselho funcione aos moldes do GGI. Assim que fosse realizada a primeira reunião ordinária, encaminharia à Senasp a documentação, bem como as respectivas Atas. Informou ainda o Cel Dejair que já havia sido criado o Conselho Comunitário de Segurança com representação da sociedade civil organizada, que vem apoiando as ações policiais na capital e interior, pedindo que a Senasp realize um diagnóstico da segurança pública no país, principalmente no que tange ao efetivo defasado da polícia estadual (civil e militar) e federal (DPF E DPRF), visando possibilitar ao estado a criação de novos cargos e funções em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, haja vista que os governos estão engessados face ao cumprimento de dispositivo legal, não podendo contratar pessoal, a fim de não ultrapassar os limites previstos na legislação supra.

Conclusão

a) Depreende-se de todas as informações acima citadas que os objetivos propostos para a referida reunião foram cumpridos a contento, todavia podemos verificar ao longo das atividades a grande preocupação dos participantes com a questão dos recursos financeiros, que poderiam constar no dispositivo legal aos moldes dos recursos da saúde e educação, o qual já possui um percentual sobre o orçamento federal, estadual e municipal.

b) Quanto à solicitação do Exmo Sr. Luiz Delazari, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, para que seja considerado o colegiado “Mãos Limpas” o GGI daquele estado, em virtude de ter sido criado antes da implantação do GGI pelo Governo Federal, opinou-se favoravelmente ao pleito, todavia ressaltando que aquela secretaria envide esforços para regulamentar a situação do colegiado aos moldes do que foi estabelecido no termo de referência para a criação dos gabinetes de gestão integrada, devendo em respeito ao princípio federativo solicitar apenas que sejam enviadas a Senasp as cópias das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias; o Decreto de Criação; e, o Regimento Interno, para atualização de dados, controle e monitoramento das atividades daquele colegiado.

c) Quanto à solicitação do Major Matos da PMPR, para que o seu projeto “Alerta de Carros Roubados” fosse integrado ao sistema de informática das instituições dos estados da região Sul, tal proposta foi apresentada aos dirigentes das instituições policiais presentes à reunião, ficando sob a responsabilidade de cada secretaria as providências decorrentes. A Senasp só vai atuar no pleito após a con-

cretização do mesmo nos estados do Sul quando passaremos tal experiência às demais unidades da federação, caso o projeto seja aprovado, haja vista ser ainda piloto e se encontrar sob avaliação.

d) Quanto à reivindicação do Dr. Acelino Felipe, Diretor-geral da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, sobre a destinação de verba carimbada para a segurança pública, aos moldes da saúde e educação, convém, salvo melhor juízo, repassar tal informação ao Sr. Secretário Nacional, haja vista que tal proposição foi amplamente divulgada em todas as reuniões, visando desta forma sensibilizar a área econômica e especificamente o Poder Legislativo no cumprimento de meta tão importante para a segurança pública do Brasil.

e) Quanto à reivindicação do Cel Dejair Vicente, Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, para que a Senasp realizasse um diagnóstico da segurança pública no país, no tocante ao efetivo defasado da polícia estadual e federal, visando possibilitar ao executivo nas duas esferas a contratação de pessoal, respeitando a lei de responsabilidade fiscal, deu parecer que os estados sejam orientados a respeito do princípio federativo e a autonomia administrativa estadual, onde cada ente poderá na sua esfera de atribuições desenvolver pesquisas específicas de acordo com as suas especificidades e peculiaridades, visando adotar as providências necessárias no âmbito de cada ente, talvez até com recursos do FNSP para tal mister, mediante convênios.

f) O trabalho desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul conseguiu através de um projeto excepcional unir em um único banco de dados as “consultas integradas de dados” com informações dos diversos órgãos do sistema de justiça criminal do estado (PM, PC, DETRAN, IGP), que otimiza as informações para as instituições policiais, facilitando desta forma a otimização de dados cadastrais aos policiais que exercem atividade fim. Portanto, sugiro dar conhecimento ao Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Segurança Pública, para que seja estudada a viabilidade de desenvolver projeto análogo para todas as secretarias de segurança pública do Brasil, mediante convênio com esta secretaria e recursos do FNSP.

g) Para a implantação e implementação do GGI de Santa Catarina, que ainda encontra-se inativo, convém fortalecer este ente federado com todas as informações necessárias para o cumprimento da meta estabelecida no protocolo de intenções, bem como encaminhar o expediente ao Secretário de Segurança Pública, solicitando informações sobre a data para realização de formalização do ato de criação e implementação do respectivo GGI, a elaboração do regimento interno e o estabelecimento de um cronograma de reuniões ordinárias a serem desenvolvidas pelos membros natos e convidados (Extraído do Relatório Final de 22/10/2004 por Eraldo Marques Viegas).

3.6 II ENCONTRO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Realizado no período de 23 a 25 de maio de 2005, na cidade do Mato Grosso do Sul-MS, com a participação 38 representantes dos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Rondônia. Os principais tópicos abordados na pauta foram: ativação GGI-MS; proposta de convênios de cooperação mútua entre os partícipes, visando promover ações policiais integradas preventivas, ostensivas e repressivas; intercâmbio de experiências nas divisas.

Participaram ativamente todos os Secretários Estaduais de Segurança Pública dos Estados acima citados e o Secretário Nacional de Segurança Pública.

3.7 VISITAS AOS ESTADOS

Como forma de agilizar a implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada, bem como participar ativamente das reuniões dos GGIs, a SENASP se constituiu como membro nato dos Gabinetes, para tanto a Secretaria Nacional enviou representantes aos estados, na tentativa de difundir a filosofia e as diretrizes constantes no Plano Nacional de Segurança Pública a respeito do novo modelo de política pública federal de repasses de recursos provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública para esta área, difundindo prioritariamente a necessidade de criação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) com a adesão dos Estados membros e o Distrito Federal, organizado para integrar de maneira prática os órgãos pertinentes ao campo da justiça criminal e conseqüentemente a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada, órgão efetivado nos estados para coordenação do referido sistema.

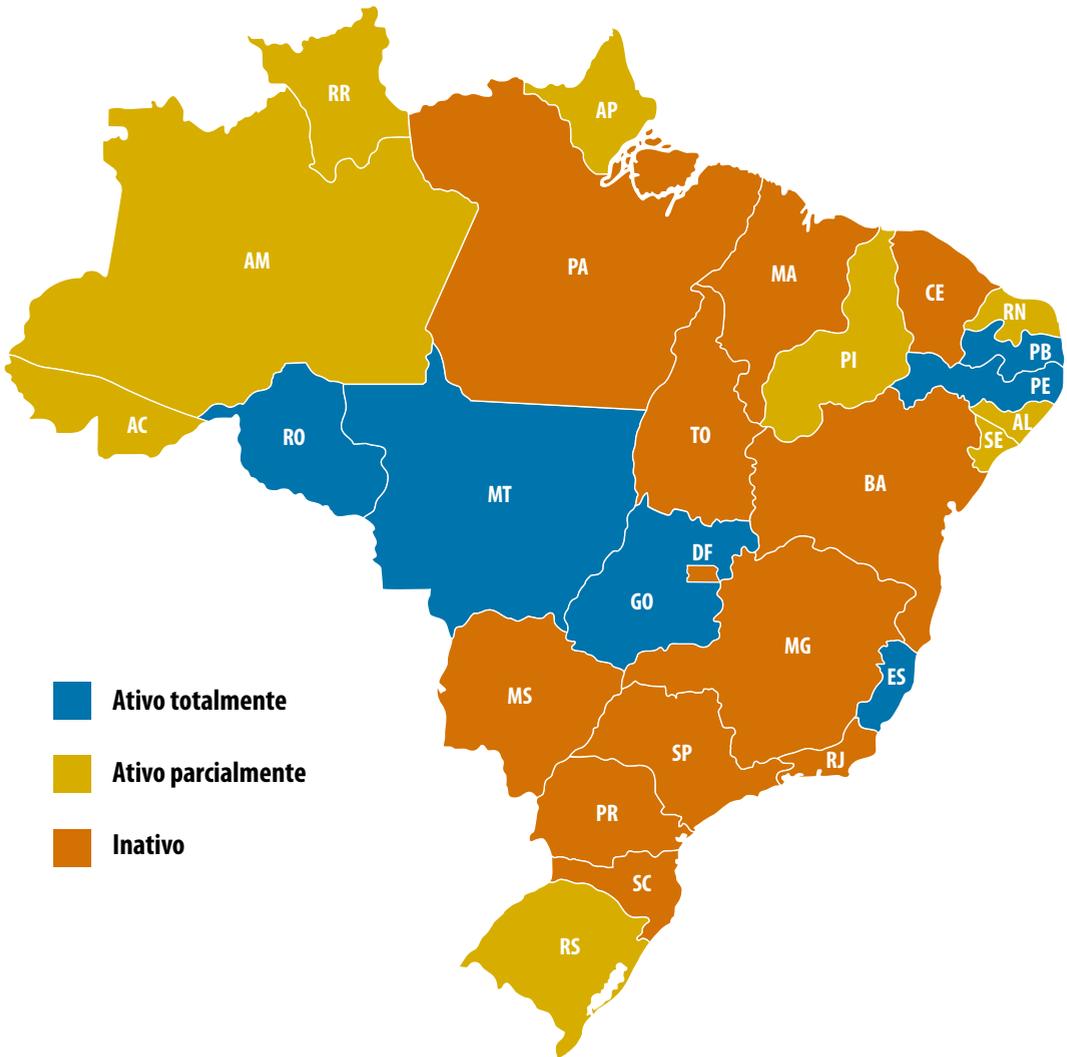
Quadro Demonstrativo de Visitas em 2005

ESTADOS VISITADOS	MÊS DE 2005	ESTADOS
RJ, DF, MT	JANEIRO	03
MT, PE, TO, AL, DF	FEVEREIRO	05
RO, SE, MT, AL, RO, BA, DF	MARÇO	07
AL, DF, AP, AM, RO, GO, MT, SE	ABRIL	07
AP, BA, PE, RR, MS, AM, RO	MAIO	07
SE, AP, PB, RO, AL, PA, RO, AM, RS, RR	JUNHO	10
TO, PB, SE, RO, MT, CE, AM, DF, RR	JULHO	09
MS, MT, PE, MT	AGOSTO	04

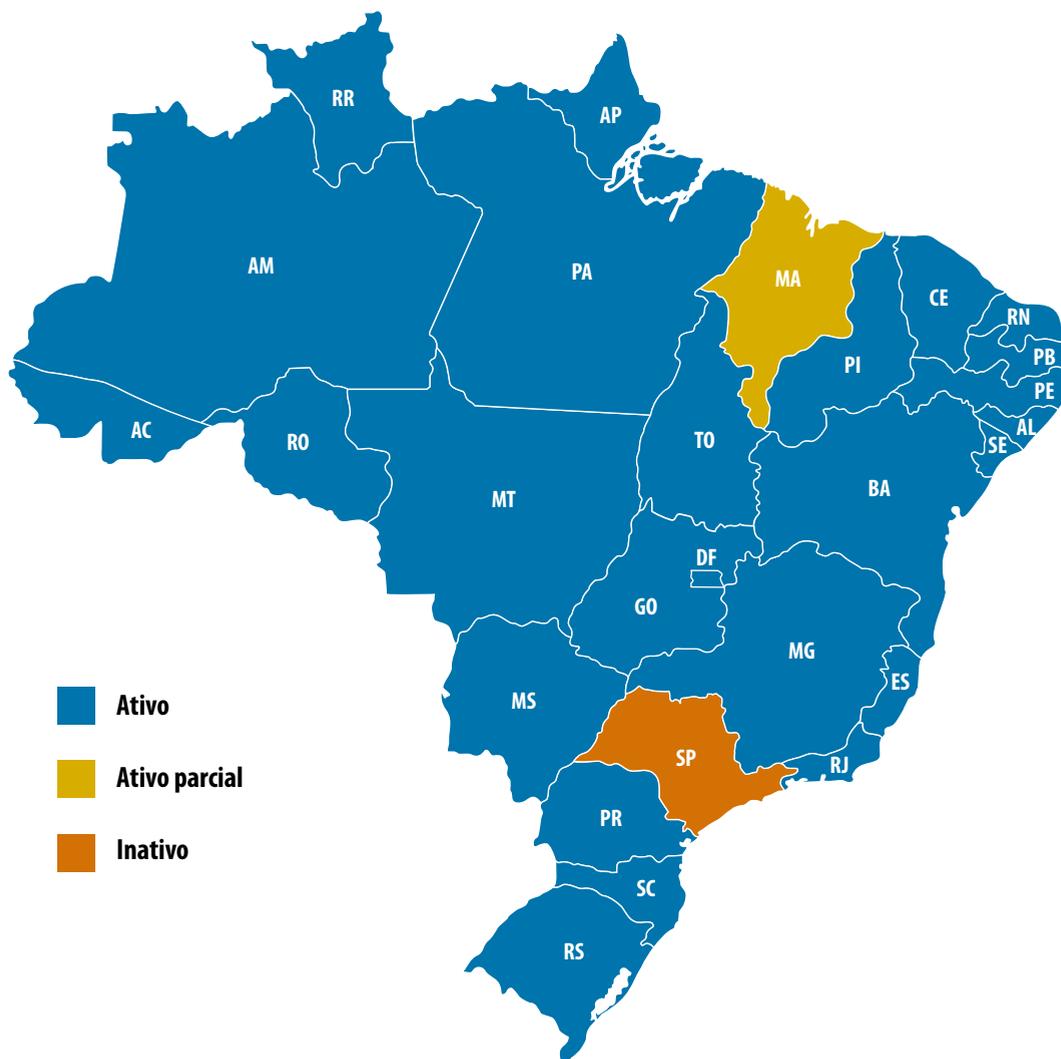
Nos Estados em que os GGIs se encontram ativos, são constituídas comissões temáticas para estudo, análise, diagnóstico e apresentação de linhas de ação a serem adotadas pelos órgãos que integram os gabinetes, tendo sido deliberado sobre assuntos diversos, tais como: situação dos presídios e cadeias públicas; violência nas cidades; programa de proteção às testemunhas; crime organizado e lavagem de dinheiro; ações nas divisas e fronteiras; informações das empresas de telecomunicações aos órgãos policiais; conselhos comunitários de segurança; efetividade do inquérito policial; apreciação dos projetos encaminhados à Senasp; gerenciamento de crises; redução de homicídios na região metropolitana; criação de GGIs regionais; inteligência policial; roubos de cargas; roubo à banco; roubo/furtos de veículos; programas de prevenção a violência; roubo a transporte coletivos estaduais e interestaduais; capacitação profissional e reaparelhamento das instituições policiais etc.

Em geral, participam dos GGIs, nos Estados, como membros natos: representantes do Tribunal de Justiça Estadual; representantes do Ministério Público Federal e Estadual; representante da Senasp; Secretário de Segurança Pública Estadual; Superintendentes do DPF e do DPRF; Comandantes da PM e CBM; Diretor da Polícia Civil; representantes das Forças Armadas; ABIN. E como membros convidados: representantes da Funai, Receita Estadual e Federal; OAB; Ibama; INCRA; DETRAN; Ministério das Relações Exteriores; representantes da Sociedade Organizada, dentre outros.

Situação GGI 2004



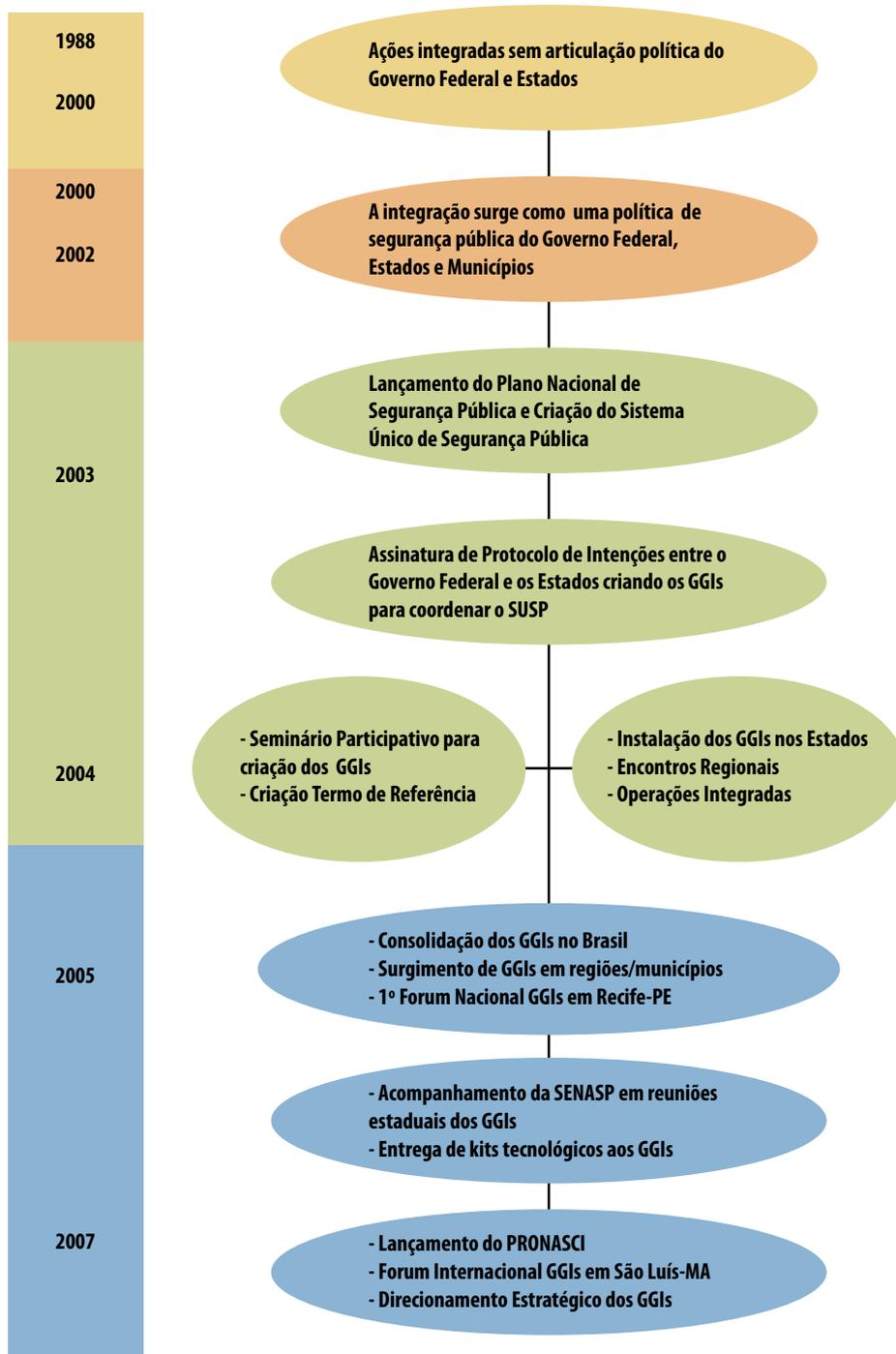
Situação GGI 2005



Situação GGI 2005 - Novembro



3.8 FLUXOGRAMA DA CRIAÇÃO DO GGI



4. QUARTA FASE: ATIVIDADES REALIZADAS PELOS GGI_s NOS ESTADOS (2005-2006)

GGI-AC

- Operação Integrada para evitar entrada de bandidos foragidos no Estado – BR 364 (PRF, PM, PC);
- Operação Integrada para impedir invasão de madeireiros peruanos na Serra do Moa (reserva ecológico-indígena);
- Operação fechamento da fronteira para impedir furtos e roubos de veículos (AC-40 e BR – 317);
- Ações nas cidades de Brasiléia e Cobjia, com as Polícias da Bolívia e Brasil para combate ao tráfico de drogas e roubos de carros;
- Operação na Fronteira com Bolívia e Peru.

GGI-AL

- Operação de combate à venda indiscriminada de bebida alcoólica a crianças e adolescentes.

GGI-AP

- Operação Franco-Brasileira na faixa de fronteira Brasil - Guiana, no Oiapoque e Vila Brasil – região de garimpo;
- Operação integrada visando o fechamento de Casas de Bingos.

GGI-AM

- Operação integrada de combate ao tráfico de drogas nas calhas dos rios Negro, Solimões e Amazonas;
- Operação integrada visando combater o tráfico doméstico de drogas na capital Manaus, com a realização de 110 mandados de prisão;
- Operação integrada de erradicação do plantio de maconha nos municípios de Itacoatiara e Maués.

GGI-BA

- Operação integrada para redução e controle de homicídios na região metropolitana de Salvador;
- Operação integrada de combate ao roubo de cargas nas rodovias federais e estaduais;

- Operação integrada de combate ao roubo em ônibus na região metropolitana de Salvador.

GGI-CE

- Operação de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na capital Fortaleza.

GGI-DF

- Operação integrada visando à segurança do evento cúpula da América do Sul e Países Árabes;
- Operação integrada visando à segurança pública durante a inauguração da hidrelétrica de Corumbá IV;
- Operação integrada para controle da marcha do MST(maio/2005).

GGI-GO

- Operação integrada interestadual com os Estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Distrito Federal, visando combater o tráfico de drogas, contrabando, roubo de cargas, roubo a transporte coletivo; roubo a bancos etc.

GGI-ES

- Operação integrada de combate ao crime organizado;
- Apuração integrada exitosa do homicídio do Juiz Federal Alexandre Martins de Castro.

GGI-MT

- Operação focalizada de controle e redução dos homicídios na grande Cuiabá;
- Regionalização do GGI para as seguintes cidades: Rondonópolis, Cáceres, Sinop, Tangará da Serra, Barra do Garças;
- Operação focalizada para redução do trabalho escravo na região;
- Operação Cidadania na Reserva Indígena Bakari;
- Ações integradas de prevenção ao uso de drogas;
- Operação integrada de combate ao tráfico de drogas na fronteira com a Bolívia;
- Grupo temático de Combate a Roubo e Furto de Veículos;
- Grupo Temático de avaliação da legislação estadual e fiscalização das Lan Houses;
- Transformação do GT de Combate ao Trabalho Escravo em Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE.

GGI-MS

- Operação de combate ao tráfico de drogas nas fronteiras com os países Bolívia e Paraguai;
- Operação interestadual com o Estado de Goiás.

GGI-PA

- Operação integrada focalizada na erradicação da maconha na cidade de Ipixuma-PA, sendo destruídos meio milhão de pés da cannabis sativa e a prisão de várias pessoas;
- Operação integrada sem fronteiras nas divisas dos Estados do Pará e Maranhão, ao longo das BR-010 E BR-316, visando combater o tráfico de drogas, roubo de cargas, roubo de veículos, exploração sexual de crianças e adolescentes.

GGI-PE

- Operação Força Tarefa para redução e controle de homicídios;
- Operação integrada de combate ao roubo de cargas;
- Operação integrada de combate ao tráfico de drogas e erradicação do plantio de maconha no polígono da maconha (cidades de Salgueiro, Cabrobó e Orocó);
- Integração da Inteligência, com compartilhamento de informações sigilosas específicas;
- Criação de Força Tarefa para combater o crime de extermínio envolvendo policiais.

GGI-PI

- Operação integrada de combate ao tráfico de drogas e roubo de cargas.

GGI-RN

- Operação Fronteira, que culminou com a prisão de 14 (quatorze) policiais militares envolvidos com extermínio no Estado;
- Operação integrada de combate ao sequestro de familiares de gerentes de banco na região;
- Operação integrada com os estados da Paraíba e Pernambuco para combater roubo de cargas e roubos a transporte coletivo;
- Integração da rede de inteligência entre os três Estados.

GGI-RJ

- Operações integradas durante todo o mês de janeiro de 2005, nos principais morros da cidade (Rocinha, Vidigal, Mangueira, Borel, Salgueiro, Turano);
- Cerco metropolitano na BR-040 (PRF E PMERJ).

GGI-RO

- Operação integrada de prevenção a roubos na capital;
- Aprovação de Projeto de Lei que cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos;
- Aprovação de Projeto de Lei para criação do Programa Estadual de Proteção a Testemunha e vítimas de violência;
- Aprovação de Lei Municipal que regulamenta os Grandes Eventos de Diversão;
- Aprovação da criação do Serviço de Verificação de Óbitos - SVO;
- Operação integrada na fronteira com a Bolívia, visando o combate ao tráfico de drogas;
- Operação interestadual com Estados do Amazonas e Acre nas divisas, visando o combate ao tráfico de drogas, roubos diversos, contrabando, e crimes ambientais;
- Operação integrada de reintegração de posse, no município de Alto Alegre do Parecis, com todos os órgãos do Gabinete e a participação efetiva do Ouvidor Agrário Nacional – MDA, cuja negociação para a retirada pacífica de aproximadamente (600) seiscentas famílias levou 75 (setenta e cinco) dias, transcorrendo a operação sem nenhuma alteração.

GGI-RR

- Operação Cobra – realizada nos municípios de Pacaraima e Bomfim, para combater o tráfico de drogas;
- Operação integrada de combate ao tráfico de combustível no município de Pacaraima;
- Operação integrada de combate ao tráfico de drogas nas fronteiras com a Guiana e Venezuela.

GGI-SC

- Operação integrada de fechamento das fronteiras aos criminosos;
- Operação integrada de combate ao roubo de carros de transporte de valores nas rodovias federais e estaduais.

GGI-SE

- Operação integrada de combate ao roubo de cargas e roubos de veículos nas rodovias federais e estaduais;
- Operação integrada de fiscalização e policiamento de trânsito na capital Aracaju, visando à redução dos acidentes com vítimas;
- Operação integrada de combate ao sequestro relâmpago – roubo com restrição da liberdade.

5. QUINTA FASE: O GGI NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (PRONASCI), EM 2007 E 2008

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), desenvolvido pelo Ministério da Justiça a partir de 2007, marca uma iniciativa pioneira que reúne ações de prevenção, controle e repressão da violência com atuação focada nas raízes sócio-culturais do crime. As ações desenvolvidas pelo PRONASCI seguem as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Segurança Pública, tendo como eixo central a articulação entre União, estados e municípios para o enfrentamento ao crime.

Na esfera municipal, o Ministério da Justiça celebrou vários Acordos de Cooperação Federativa de adesão ao PRONASCI, tendo como cláusula comum em cada termo a constituição de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), este como fórum deliberativo, composto por representantes da sociedade civil, poder público das diversas esferas e as diferentes forças de segurança pública.

Durante o primeiro semestre de 2008, foram liberados recursos do PRONASCI para instalação dos GGIMs. Tramitaram 33 projetos municipais, somando 180,26 milhões de reais, envolvendo diferentes demandas e valores para aquisições de sistemas de videomonitoramento, salas de situação, observatórios de segurança pública, dentre outros. Todavia, diante das diferentes demandas e desproporcionais valores para o mesmo objeto, a área técnica do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública restituiu os projetos para reformulação com base em um documento de referência denominado “Memorial Descritivo para Implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais”.

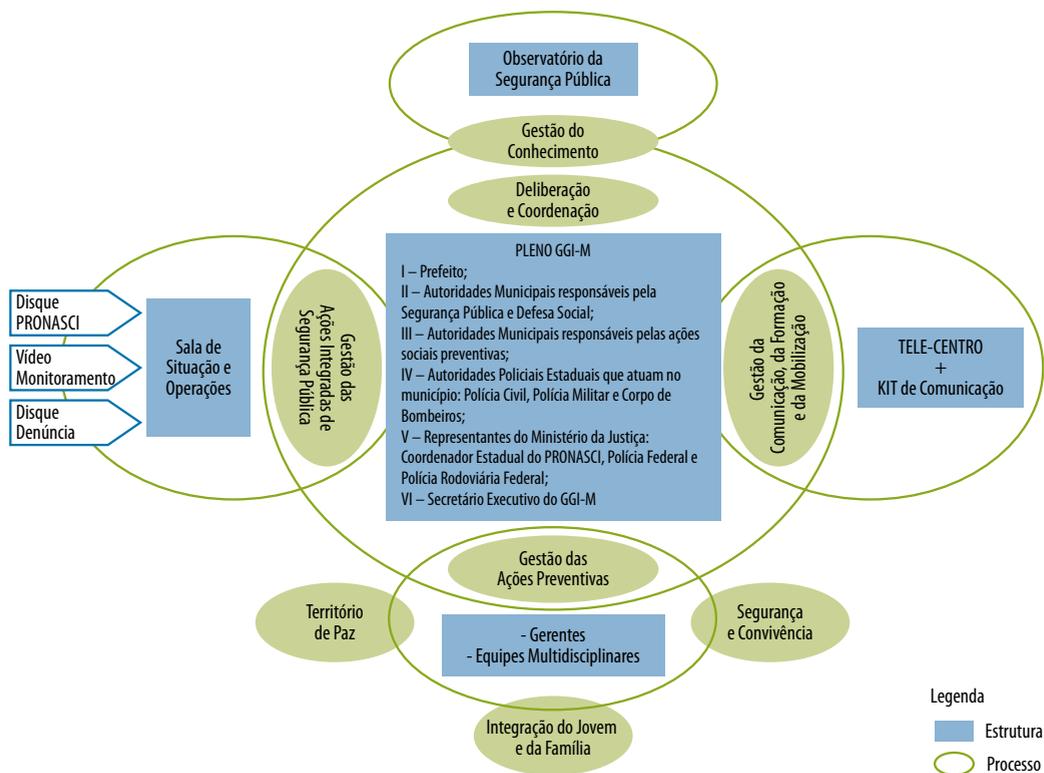
Esse memorial orientou a elaboração dos projetos modulares com distribuição equitativa dos recursos entre os municípios (cerca de 962 mil reais/município), mediante parâmetros para acompanhamento e auditoria dos GGIs quanto ao alcance dos resultados. A primeira versão do Memorial Descritivo (2008), em curto espaço de tempo, subsidiou a elaboração de 65 convênios, totalizando 58,93 milhões de reais, o que representou uma economia de 67,30%, em relação aos números apontados no parágrafo anterior.

Por isso, é preciso entender a concepção estratégica e operacional dos Gabinetes de Gestão Integrada dos Estados e dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, em alinhamento com a tecnologia de ponta desses colegiados, espaços de horizontabilidade, consenso e por que não dizer do nosso exercício de criativi-

dade nobre e dignificante, que é a comunhão para efetivar a Política de Segurança Pública com Cidadania, que deve permear o Sistema Único de Segurança Pública atravessado por todos nós.

O GGI-M estará sempre “in loco”, próximo e no lugar onde ocorrem as mais diversas e variadas situações, dadas como da ordem da segurança pública, mas que na verdade é do nosso ponto de partida, pois circulamos em heterogêneos espaços de vida da sociedade humana.

A seguir, consta o diagrama conceitual do GGI elaborado pela equipe técnica da Assessoria de Assuntos Federativos do Ministério da Justiça.



5.1 O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DO GGIM NOS MUNICÍPIOS: MEMORIAL DESCRITIVO PARA IMPLANTAÇÃO DOS GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA

Segue-se parte do Memorial Descritivo que subsidiou a elaboração de projetos para os GGIs Municipais em 2008.

MEMORIAL DESCRITIVO PARA IMPLANTAÇÃO DOS GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAIS

OBJETO

Implementação dos Gabinetes de Gestão Integrada – GGI, nos municípios que celebraram acordo de cooperação federativa no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, dotando-os com recursos que permitam o funcionamento desses fóruns em suas atividades ordinárias e extraordinárias, envolvendo servidores municipais, estaduais, federais e representantes da sociedade civil em torno do tema segurança pública, articulando ações de prevenção da criminalidade, atuando nas razões sócio-educativas, otimizando ações de segurança pública e políticas sociais.

O resultado esperado é que o GGI seja um colegiado de gestão integrada, eficiente e eficaz do sistema de segurança pública e defesa social com a participação das esferas federal, estadual e municipal, priorizando o planejamento e a execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade, aumentando a percepção de segurança por parte da população e a valorização dos servidores públicos que atuam na área de segurança em todas as esferas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) são fóruns deliberativos e executivos na área de segurança pública, congregam representantes da sociedade organizada e profissionais das esferas federais, estaduais e municipais. Atuam por consenso, desprendimento pessoal, pensamento sistêmico, sem hierarquia, respeitando a autonomia das instituições participantes e com foco na cidadania. No âmbito das Unidades Federativas, desde 2003 os gabinetes desenvolvem ações preventivas e enfrentamento do crime organizado, tais como o combate à lavagem de dinheiro, ao tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, além da interação entre as polícias federal e estaduais na investigação de crimes.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI em 2007, lançou os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGI-M) como instância colegiada de deliberação e coordenação do PRONASCI nos mu-

nicípios. O GGI-M foi concebido tendo como pressupostos: prevenção, atuação em territórios locais e foco na juventude e envolvendo servidores municipais, estaduais, federais e representantes da sociedade civil em torno do tema segurança pública, articulando ações de prevenção da criminalidade, atuando nas razões sócio-educativas, otimizando ações de segurança pública e políticas sociais.

Os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais – GGI-M, nos termos do Convênio de Cooperação Federativa, deverão interagir com os fóruns municipais e comunitários de segurança com o objetivo de constituir uma política municipal preventiva de segurança pública. Cada GGI terá como composição mínima os seguintes atores:

- I- Prefeito Municipal;
- II- Autoridades municipais responsáveis pela segurança pública e defesa social;
- III- Autoridades municipais responsáveis pelas ações sociais preventivas;
- IV- Autoridades policiais estaduais que atuam no município: polícia civil, militar e corpo de bombeiro;
- V- Representantes do Ministério da Justiça: coordenador estadual do PRONASCI, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal;
- VI- Secretário Executivo do GGI-M, escolhido pelo Pleno do GGIM para realizar a gestão do GGIM.

O Ministério da Justiça, consoante com o PRONASCI, por meio do presente documento, dotará os GGIs com equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento, em seis módulos:

Módulo I - Sala do Pleno GGI-M, instância superior e colegiada com funções de coordenação e deliberação.

Módulo II - Sala da Secretaria Executiva, responsável pela gestão e execução das deliberações do GGI-M e pela coordenação das ações preventivas do PRONASCI.

Módulo III - Observatório de Segurança Pública, com funções de organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas de informações e de monitorar a efetividade das ações de segurança pública no município.

Módulo IV - Telecentros, estrutura de formação, organizada através de ambientes que serão implantados ou desenvolvidos com o apoio do Ministério da Justiça.

Módulo V - Sala de Situação, para tratar de ações de prevenção intersetorial, com previsão de uma sala de crise, tele-atendimento e central de videomonitoramento.

Módulo VI - Sistema de videomonitoramento, insumo de uma política para a segurança pública e a prevenção intersetorial, que engloba vários atores municipais, tais como: Guarda Municipal, Defesa Civil, Trânsito, SAMU e outros órgãos, integrados, também, com os agentes de segurança pública do estado (Polícias Civis, Militares e Corpo de Bombeiros).

FUNDAMENTO LEGAL

A solicitação do Município encontra amparo na Lei nº11.530 de 24 de outubro de 2008

Medida provisória nº 416 de 23 de janeiro de 2008, que altera a Lei nº11.530 de 24 de outubro de 2008:

[...]

Art. 6º Para aderir ao programa, o ente federado deverá aceitar as seguintes condições, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável e do pactuado no respectivo instrumento de cooperação.

I – Criação de Gabinetes de Gestão Integrada.

ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS GGIs

- Tornar mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos que integram do GGI-M, a fim de apoiar os órgãos municipais em ações sociais preventivas e os órgão de segurança pública na ações de prevenção e repressão qualificada da violência e da criminalidade;
- Atuar em rede com outros Gabinetes de Gestão Integrada (municipais, estaduais, regionais);
- Propor ações integradas de fiscalização e segurança urbana, no nível municipal, e acompanhar sua implementação;
- Interagir com fóruns municipais e comunitários de segurança, objetivando construir uma política municipal preventiva de segurança pública;

- Sugerir políticas vinculadas ao plano municipal de segurança, interlocução com os planos estaduais e federais, observadas as peculiaridades locais;
- Garantir a representação do Ministério da Justiça para facilitar a comunicação, a articulação e o alcance dos objetivos;
- Fomentar o estabelecimento de uma rede municipal/estadual/nacional de intercâmbio de informações e experiências, que alimente um sistema de planejamento, com agendas de fóruns locais;
- Elaborar um planejamento estratégico das ações integradas a serem implementadas no município;
- Definir indicadores que possam medir a eficiência dos sistemas de segurança pública;
- Promover a atuação conjunta de forma sinérgica dos órgãos que integram o gabinete, visando à prevenção e controle da criminalidade;
- Identificar demandas e eleger prioridades, com base em diagnósticos definidos pelo Observatório de Segurança Pública;
- Fomentar a integração dos sistemas de inteligência e de estatística, com banco de dados de ações fiscais, preventivas, repressivas e institucionais interligado entre os órgãos de fiscalização, segurança pública e defesa social municipal, estadual e federal;
- Catalisar as informações produzidas e difundi-las;
- Desenvolver mecanismo de monitoramento e avaliação para facilitar a tomada de decisão;
- Contribuir para a reformulação e criação de leis e decretos municipais pertinentes aos assuntos de segurança pública e fiscalização de postura;
- Difundir a filosofia de gestão integrada em segurança pública;
- Articular de forma que torne mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos que atuam no município;
- Incentivar programas de prevenção;
- Promover a interlocução das agências de segurança pública para o planejamento e execução de ações integradas em situações emergenciais;
- Instituir Grupos Temáticos visando tratar temas específicos do município;
- Deliberar por consenso;
- Analisar, por intermédio do observatório de segurança pública, informações oriundas dos diversos órgãos integrantes do GGI, para tomada de decisão;

- Reunir pelo menos uma vez ao mês com deliberações registradas em ata pela secretaria executiva;
- Atuar de forma sistêmica e complementar às ações dos órgãos constituídos respeitando suas competências;
- Dar cumprimento às deliberações.

ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA EXECUTIVA

- Elaborar e acompanhar a pauta de trabalho do GGI;
- Preparar despachos e controlar expediente;
- Secretariar reuniões, lavrar as atas e promover medidas destinadas ao cumprimento das decisões;
- Orientar e controlar as atividades administrativas do GGI;
- Supervisionar e orientar as atividades de protocolo, arquivo e patrimônio do GGI;
- Executar o trabalho de digitação de correspondência do GGI;
- Receber e encaminhar documentação de interesse do GGI;
- Solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços administrativos do GGI;
- Encaminhar e controlar a publicação de atos oficiais;
- Executar as atividades de controle de pessoal, organizar e encaminhar as demandas de recursos físicos e humanos, para que o GGI constitua um ambiente de interlocução entre as agências de segurança pública;
- Coletar e sistematizar informações visando subsidiar as reuniões;
- Identificar temas prioritários para a segurança pública no município e propor a constituição de grupos de trabalho para analisar, propor estratégias e metodologias de monitoração dos resultados de ações relativas a estes temas específicos, visando subsidiar o GGI;

ATRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Os Observatórios de Segurança Pública fazem parte da estrutura dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais e produzirão co-

nhecimento para subsidiar os processos de tomada de decisão no ambiente dos GGIM.

- Parcerias com as universidades, que compõem a RENAESP e estiverem localizados nos municípios focados pelo PRONASCI, contribuindo na realização de suas atividades nos Centros Metropolitanos de Análise Criminal.
- Estruturar um sistema de gestão pautado na investigação científica dos problemas de segurança pública e orientado por resultados.
- Adoção de uma perspectiva epidemiológica, valorizando a intervenção em fatores de risco que elevam a chance de vitimização.
- Fomentar um modelo de gestão, tendo como princípios fundamentais: accountability, transparência e participação.
- Fomentar um modelo de gestão de desempenho centrado na avaliação do processo, produtos e resultados, tendo como parâmetros a eficácia, eficiência e efetividade.
- Valorização da perspectiva de gestão local das ações de segurança pública, pautando a focalização em termos de território, problema abordado e público alvo.
- Elaborar propostas de intervenção baseadas na estruturação de alianças entre os órgãos de segurança pública e os órgãos governamentais de outras áreas, assim como a sociedade civil, preservando à cada um a atuação em sua área de competência essencial.
- O Observatório de Segurança Pública deverá priorizar a produção de conhecimento que subsidie a gestão em nível estratégico e nível tático.

GESTÃO DE PESSOAS

Cada gabinete terá, conforme deliberação do Pleno do GGI, um corpo gerencial multidisciplinar e intersetorial de profissionais com dedicação exclusiva para compor a Secretária Executiva, o Observatório de Segurança Pública, o Telecentro e a Sala de Situação, esta última com previsão de atendimento ao público e videomonitoramento. As despesas com pessoal correrão por conta da dotação orçamentária das instituições participantes. Os módulos deverão ser ajustados e otimizados em termos de ocupação, conforme a disponibilidade de profissionais para cada ambiente de trabalho.

RELACIONAMENTO INTERGOVERNAMENTAL

Através do estabelecimento de convênios, os Gabinetes de Gestão Integrada e o Ministério da Justiça pactuarão os termos e as condições das parcerias de execução de atividades. Nestes termos, além da definição de critérios de produção e divulgação de dados de interesse mútuo, serão firmados os itens que por ventura as partes julguem pertinentes, tais como cursos, aquisição de equipamentos e serviços. Ao mesmo tempo, fará parte das atividades do gabinete a realização de encontros periódicos, no mínimo trimestral, dos mediadores e representantes dos gabinetes municipais, estaduais e regionais, além da equipe técnica do Ministério da Justiça. Nestes encontros, serão discutidas articulação em rede, agendas comuns entre os GGI municipais, estaduais e regionais. Será objeto destes encontros, também, o compartilhamento de experiências exitosas.

NORMAS E PROCEDIMENTOS

Os Gabinetes de Gestão Integrada serão instituídos por normativa própria dos integrantes, devendo no regimento interno contemplar as atribuições e as tarefas acima enunciadas. Da mesma forma, a normativa deve deixar claro que todas as unidades estão obrigadas a fornecer as informações solicitadas, sob pena de infração administrativa. O Ministério da Justiça, por sua vez, também publicará instrumento jurídico, reconhecendo a existência dos gabinetes e a forma de relacionamento e apoio que será dispensada a cada um deles.

MÓDULOS PARA IMPLANTAÇÃO FÍSICA DOS GGIs: DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E VALORES DOS EQUIPAMENTOS

Cada GGI-M, conforme diagrama conceitual, será constituído de 06 (seis) módulos, contendo uma sala de situação, uma coordenadoria executiva, uma sala de reunião, um observatório, um telecentro e um sistema de videomonitoramento.

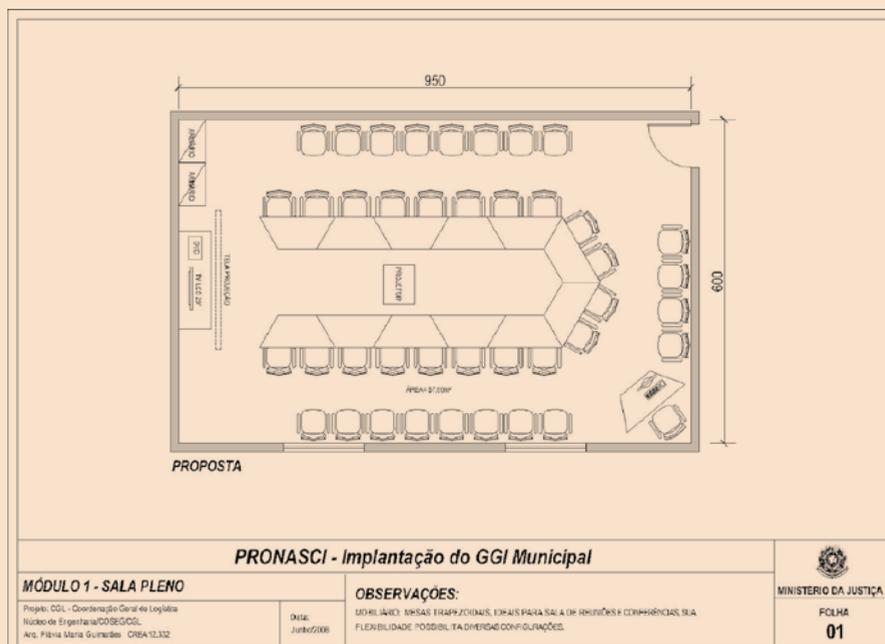
Os módulos foram concebidos para que cada município identifique e readeque as demandas físicas para instalação do GGIM. O município poderá optar entre um a seis módulos, desde que vincule, conforme o item 7, os espaços ao número de servidores que serão disponibilizados para a equipe de tra-

balho do GGIM, bem como a definição dos locais específicos e sua adequação onde os módulos escolhidos serão instalados.

Módulo I – Sala Pleno GGI-M, instância superior e colegiada com funções de coordenação e deliberação.

Equipamentos	Unidades
Aparelho Televisão 29"	1
DVD Player	1
Tela de projeção	1
Microcomputador	1
Cadeira giratória c/ braço	21
Cadeira fixa c/ braço	20
Mesa em trapézio sala de reuniões	13
Ar condicionado (30.000 BTUs)	1
Sistema de som (c/ 15 microfones)	1
Estabilizador 1000kva	2
Mesa para Televisão 29"	1
Mesa para computador	1
Software-Office SL	1
Armário (c/ chave)	2
TOTAL	

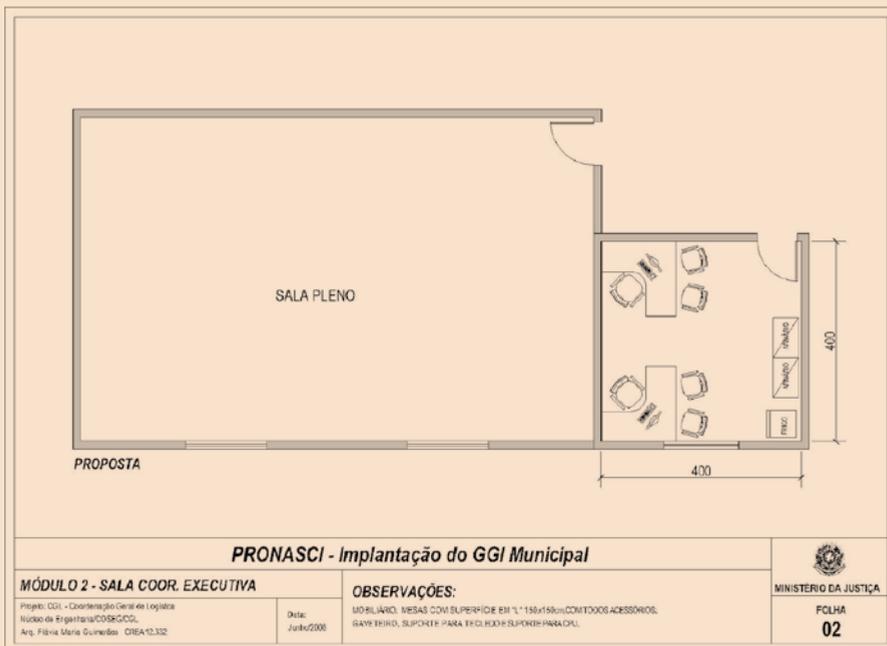
Figura 1 – layout da sala pleno



Módulo II – Secretaria Executiva responsável pela gestão e execução das deliberações do GGI-M e pela coordenação das ações preventivas do PRONASCI.

Equipamentos	Unidades
Estação de trabalho	2
Cadeira giratória c/ braço	2
Gaveteiro volante	2
Armário (c/ chave)	1
Ar condicionado (21.000 Btus)	1
Microcomputador	2
Impressora Laser Multifuncional	1
Frigobar	1
Máquina fotográfica digital	1
Projeter multimídia	1
Notebook	1
Impressora jato de tinta	1
Estabilizador 1000kva	2
Software-Office SL	4
TOTAL	

Figura 2 – layout coordenadoria executiva



Módulo III – Observatório de Segurança Pública com funções de organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas de informações e de monitorar a efetividade das ações de segurança pública no município.

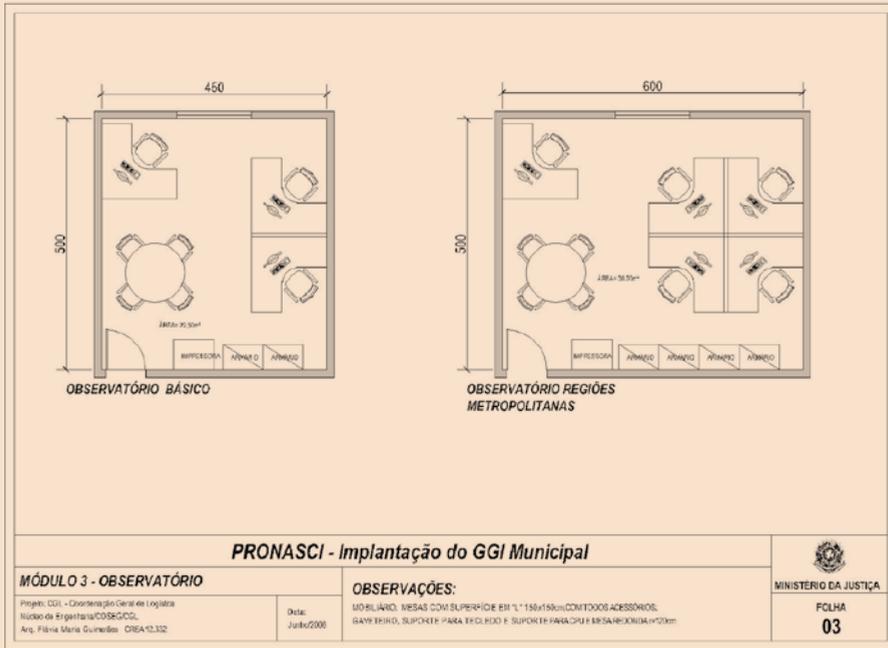
OBSERVATÓRIO BÁSICO

Equipamentos	Unidades
Microcomputador	2
Notebook	1
Nobreak	2
Impressora Laser Multifuncional	1
Estação de trabalho	2
Cadeira giratória c/ braço	7
Mesa reunião	1
Armário (c/ chave)	2
Estabilizador 2000kva	1
Software-Office SL	3
TOTAL	

OBSERVATÓRIO AVANÇADO

Equipamentos	Unidades
Microcomputador	5
Notebook	2
Nobreak	5
Impressora Laser Multifuncional	1
Estação de trabalho	5
Cadeira giratória c/ braço	9
Mesa reunião	1
Armário (c/ chave)	4
Estabilizador 2000kva	1
Software-Office SL	7
TOTAL	

Figura 3 – observatório para nível básico e para as 15 regiões metropolitanas PRONASCI

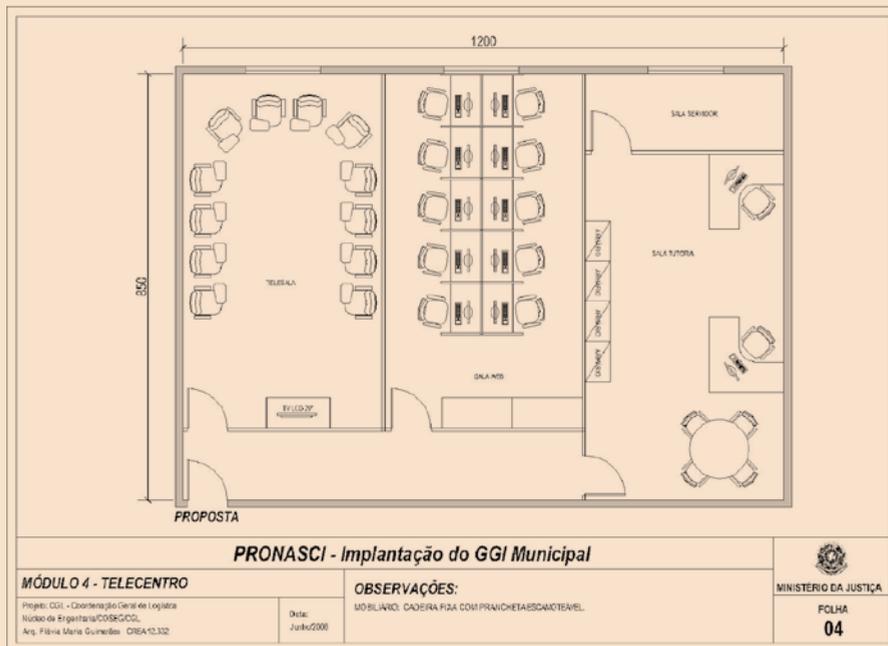


Módulo IV – Estrutura de formação, organizada através de telecentros que serão implantados ou desenvolvidos com o apoio do Ministério da Justiça. (SOMENTE AOS MUNICÍPIOS QUE AINDA NÃO FORAM CONTEMPLADOS COM TELECENTROS)

Equipamentos	Unidades
Microcomputador	12
Mesa para computador	10
Estação de Trabalho p/ Tutor	2
Mesa para instrutor	1
Mesa para Televisão 29"	1
Impressora Laser Multifuncional	1
Aparelho Televisão 29"	1
Nobreak	1
Switch	1
Servidor de Rede	1
Estabilizador 1000kva	1
Estabilizador 2000kva	11
Antena para transmissão videoconferência	1

Equipamentos	Unidades
Cadeiras de alunos	12
Poltronas de alunos	10
Cadeira de tutor	2
Notebook	1
Projektor multimídia	1
Tela de projeção	1
Webcam	1
Headset	1
Software-Office SL	12
TOTAL	

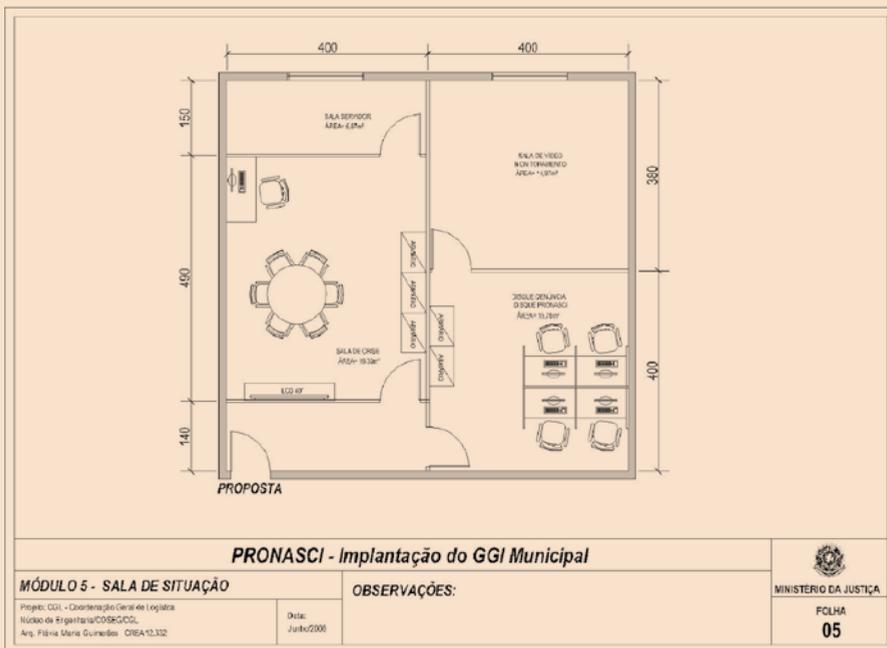
Figura 4 – layout do telecentro



Módulo V – Sala de Situação para tratar de ações de prevenção inter-setorial, com previsão de uma sala de crise, tele-atendimento e central de videomonitoramento.

Equipamentos	Unidades
Aparelho Televisão LCD 42"	1
Microcomputador	7
Cadeira giratória c/ braço	11
Mesa reunião	1
Ar condicionado (30.000 BTUs)	1
Estação de trabalho	7
Gaveteiro volante	9
Ar condicionado (21.000 Btus)	1
Nobreak	1
Switch	1
Servidor de Rede	1
Estabilizador 2000kva	1
Estabilizador 1000kva	11
Antena para transmissão vídeo conferência	1
Webcam	1
Impressora Laser Multifuncional	1
Headset	1
Software-Office SL	7
TOTAL	

Figura 5 – layout da sala de situação



Módulo VI – Videomonitoramento para o GGI, insumo de uma política para a segurança pública e a prevenção intersetorial que engloba vários atores municipais, tais como: guarda municipal, defesa civil, trânsito, SAMU e outros órgãos integrados, também, com os agentes de segurança pública do estado (polícias civis, militares e corpo de bombeiros).

MÓDULO 6 – VIDEOMONITORAMENTO

Os valores, indicadores e descrição técnica foram estabelecidos, tendo como metodologia o cruzamento das demandas médias dos municípios em termos de equipamentos e serviços, consultas de mercado, informações contidas nos projetos de videomonitoramento aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, no ano de 2007, e suporte técnico da coordenação da Rede INFOSEG. Foram constituídos dois módulos, o primeiro para localidades que não possuem sistema de videomonitoramento e o segundo para localidades que já possuem sistema de videomonitoramento e pretendem expandir ou aplicar novos serviços.

Módulo Básico: 800 mil reais para os municípios que não possuem sistema de videomonitoramento.

Parâmetros:

Cerca de 25 a 30 Pontos de Monitoramento em operação;

Central de Monitoramento com 02 estações de monitoramento;

Estação de monitoramento com 01 operador;

Cada operador com 02 telas de visualização;

Cada tela de visualização, preferencialmente, com 8 imagens; alternadas 4x4 a cada 30 segundos;

Tecnologia preferencialmente digital e transmissão sem fio.

Módulo de Expansão ou novos serviços: 800 mil reais para os municípios que já possuem sistema de videomonitoramento.

Parâmetros:

Cerca de 35 a 40 Pontos de Monitoramento em operação;

Tecnologia, preferencialmente digital e transmissão sem fio;

Aproveitamento e otimização da infraestrutura existente, tecnologias e sistemas já instalados.

PRESSUPOSTOS:

Conforme relato de prática exitosa do município de Campinas, complementada pelos municípios de Osasco e Diadema, é indispensável que se compreenda a imperiosa necessidade de integração com os módulos propostos, porque as câmeras nada mais fazem do que permitir que se traga para a Sala de Situação informações visuais de espaços públicos do município, que não teriam qualquer serventia se não se dispusesse da infra-estrutura anteriormente descrita. Não se pode, em qualquer momento, se perder de vista que o que se deseja é transformar o quadro existente para um novo de maior segurança. Em nada adiantaria se disponibilizar imagens à Sala de Situação se sua aplicação prática, na direção desejada, não estivesse assegurada. Cabe discutir dois aspectos finais do desafio: quantas câmeras instalar e onde instalá-las? A resposta à primeira questão não parece ser importante, na medida em que, caso se tenha assegurado as ações anteriores dentro de uma perspectiva de possibilidade de expansões futuras (físicas e lógicas) pode-se iniciar com um número pequeno de câmeras, até para que se inicie o processo de capacitação do pessoal envolvido. Aportes posteriores de recursos, que podem até ser do orçamento municipal, irão possibilitando o aumento progressivo de câmeras instaladas. A resposta à segunda pergunta é em função da realidade do município, mas poder-se-ia relacionar algumas áreas que devem merecer atenção particular do planejador, tendo-se sempre em mente que o objetivo primordial do que se faz é construir segurança: áreas de grande adensamento populacional em horários comerciais, ou em momentos de lazer (calçadões, regiões de concentração de agências bancárias, parques, praças públicas etc.); entradas e saídas da cidade; cruzamentos viários de grande fluxo de veículos; vias nas quais se registraram grande acidentalidade; equipamentos públicos com vocação para a ocorrência de delitos e desinteligências (escolas, postos de saúde, cemitérios, centrais de comércio por atacado etc.). Dentre os pressupostos, deverá contemplar Prevenção Intersetorial no ambiente GGIM, tecnologia aberta a livre concorrência, espaço físico diferenciado, disponibilidade de informações a rede INFOSEG, estabelecimento de legislação municipal sobre uso de imagens, interação com observatório, emprego em áreas de vulnerabilidade, preceitos da segurança da informação, interface com os serviços de emergência do município na área de segurança pública e defesa social.

FUNCIONALIDADE:

No videomonitoramento, são utilizadas câmeras móveis ou fixas dia e noite de alta resolução para ambientes urbanos, que possibilitam configurar ro-

tinhas automáticas preestabelecidas e operações manuais em tempo real. Cada câmera, preferencialmente digital, deverá ser acondicionada em receptáculos especialmente projetados e instaladas nos pontos definidos por suporte metálico. O ponto de monitoramento será o local monitorado por câmera, contendo o poste metálico, braço de sustentação das câmeras e a câmera, que transmite imagens até a central de monitoramento. A central de monitoramento será o local de concentração e exibição das imagens provenientes dos pontos de monitoramento, via sistema de comunicação. Em uma estação de monitoramento, cada operador utiliza duas telas, com 8 imagens cada, alternando 4x4 a cada 30 segundos, ou 6 imagens fixas por tela. Uma tela maior é instalada para permitir a observação coletiva de imagens que envolvam situação de crise e demandem ações em tempo real. O objetivo geral do sistema é monitorar informações para o gerenciamento, em tempo real, de ocorrências de segurança envolvendo pessoas, instalações, equipamentos e bens próprios. Cabe também concentrar na Central de Segurança as informações de segurança [dados, voz e imagem] recebidas dos locais monitorados; monitorar, em tempo real, eventos de segurança [ocorrências e delitos] em relação a parâmetros pré-estabelecidos; ativar planos de contingência pré-definidos, fornecendo suporte e direcionamento às unidades [de atendimento, distribuição e tratamento] e órgãos de segurança, quando necessário; disponibilizar informações sobre situações e eventos, para subsidiar a formulação ou a revisão de estratégias, processos e ações corporativas; interagir com organismos externos, para articular as medidas preventivas e corretivas necessárias; e avaliar informações recebidas e sinalizar às unidades potenciais riscos relacionados à segurança.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS:

Os materiais, equipamentos e serviços para central de monitoramento, pontos de monitoramento e sistemas de transmissão deverão ser detalhados item a item pelo proponente, por meio de duas consultas mercadológicas, tendo como parâmetro soluções tecnológicas abertas ao mercado local ou nacional. Como parâmetros para a apresentação de proposta mercadológica, segue abaixo especificações técnicas de referência:

1. Câmeras móveis: possuir aprovações e padrões de mercado na área de segurança pública; com sensor de imagem; lente com filtro noite/dia automático; ângulo de visão horizontal; zoom óptico e digital; iluminação; movimento horizontal; movimento vertical; ajustes de imagem; gerenciamento

de alarme e evento; outras especificações ou similares. Incluir equipamentos de infra-estrutura para o funcionamento das câmeras (postes de sustentação, nobreaks, racks).

2. Câmeras fixas: possuir aprovações e padrões de mercado na área de segurança pública; com sensor de imagem; lente com filtro noite/dia automático; zoom óptico e digital; iluminação; ajustes de imagem; gerenciamento de alarme e evento; outras especificações ou similares. Incluir equipamentos de infra-estrutura para o funcionamento das câmeras (postes de sustentação, nobreaks, racks).

3. Transmissão e recepção: câmeras interligadas preferencialmente por links de radiofrequência, ponto de repetição e recepção; módulo ponto multiponto rede sem fio; elances de rádio para acesso, assinantes e ponto a ponto, respeitando o nível de potência prevista em resoluções da ANATEL.

4. Equipamentos da central de monitoramento: servidor de dados com 04 discos de 1 TB padrão Sata com proteção nível 5, mínimo de 02 núcleos de processamento e 02 Ghz em cada, em gabinete torre; estação de monitoramento com microcomputador comum e 02 monitores LCD 19"; um monitor 42" resolução 1920x1080 (Full HD) para visualização coletiva de imagens; espaço para equipamentos, nobreak, switch, roteadores. Características ergonômicas de modo a propiciar condições adequadas de trabalho ao operador, oferecendo-lhe conforto e evitando qualquer dano a saúde.

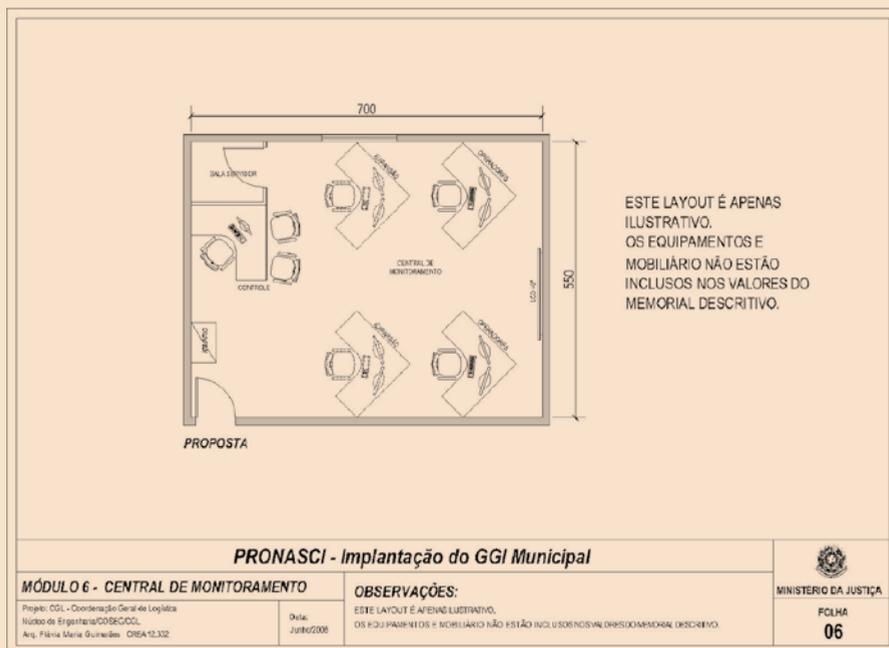
5. Software para operação das câmeras: utilizar uma solução que rode em uma fonte aberta. Deve ser possível a atualização do software através da rede. A unidade deve suportar, se possível, funcionalidade com os ambientes de sistemas operacionais disponíveis no mercado.

6. Softwares de monitoramento de imagens: função captação de dados/eventos; captação e processamento de vídeo; gerenciamento de base de dados integrada; relatórios gerenciais; captação e processamento de dados/arquivos de fluxo de vídeo-digital em tempo real; administração e configuração do sistema; cadastramento de câmeras e suas respectivas localizações; controle e a supervisão dos equipamentos do sistema; formatos de exportação de imagens.

7. Softwares de gravação de imagens: sistema de cor; conexão de câmeras coloridas e/ou de tecnologia day/night (colorida e preto e branco), através de rede de dados TCP/IP; armazenamento das imagens recebidas das câmeras em formato digitalizado; com regravação automática das imagens mais novas sobre as mais antigas, por esgotamento da capacidade do disco; exportação de imagens ao vivo e clipes gravados para posterior play-back em computador convencional, programada pelo operador.

8. Serviços: espaços definidos pelo município e dotados das condições técnicas necessárias para o serviço de infra-estrutura: instalação de redes elétrica, lógica e de dados necessários ao funcionamento do sistema proposto; sistema de transmissão; serviços de pintura no local, com cores adequadas, de modo a oferecer condições de trabalho confortáveis aos operadores; instalação no local de todos os equipamentos necessários à operação do sistema. As metragens e quantidades de materiais necessários para a execução das obras e serviços descritas deverão ser verificadas e quantificadas, dentro de padrões técnicos mencionados e aplicáveis no mercado.

Figura 6 – layout de Central de Monitoramento



Brasília-DF, 09 de junho de 2008.

WILQUERSON FELIZARDO SANDES

Colaborador para implementação da Ação GGI/Senasp

Homologado em 12 de junho de 2008.

GUARACY MINGARDI

Diretor do Departamento de Políticas Programas e Projetos/Senasp

6. SEXTA FASE: ENCONTROS REGIONAIS E TEMÁTICOS DE GESTÃO INTEGRADA DAS REGIÕES SUL, SUDESTE, NORDESTE, CENTRO OESTE E NORTE – 2008

Em 2005, ocorreram os primeiros encontros regionais, conforme consta nesta coletânea. Porém, com o advento do PRONASCI e a constituição dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, foi necessário instituir uma agenda mínima de discussões em nível regional, envolvendo os estados vizinhos e municípios. Isto posto, realizou-se em 2008 uma série de encontros regionais em parcerias entre a Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Assessoria para Assuntos Federativos do Gabinete do Ministro, esta responsável pelas articulações políticas dos GGIs Municipais.

Ocorreram três encontros, um em São Paulo-SP, envolvendo estados e municípios da região Sul e Sudeste; o segundo em Recife-PE, envolvendo os estados e municípios da região Nordeste e o último em Brasília-DF, envolvendo os estados e municípios da região Norte e Centro-Oeste.

A realização dos encontros destacou-se pela inovação de uma dinâmica de processo dialógico, baseado no diálogo gerador de mudanças com reflexos na interação humana, onde todos modelam suas atitudes e inserem valores significativos de integração qualificada.

Os encontros regionais dos GGIs serviram para fomentar a mobilização e envolvimento dos atores locais para a realização de um planejamento estratégico participativo com objetivo de implantar ações para disseminar as boas práticas e sensibilizar a sistêmica integração entre as regiões e suas ressonâncias exemplares no Sistema de Segurança Pública.

Os encontros reuniram representantes dos Gabinetes de Gestão Integrada dos Estados e do Gabinetes de Gestão Integrada dos Municípios, principalmente os envolvidos no Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI.

6.1 REGIÕES SUL E SUDESTE

O II Encontro Regional e Temático de Gabinetes de Gestão Integrada da Região Sul e Sudeste, ocorrido nos dias 09 e 10, em São Paulo, com a participação de representantes dos Gabinetes de Gestão Integrada dos Estados e Municípios, refletiu e traduziu em sua dinâmica os seguintes objetivos:

- Constituir e fortalecer uma rede de Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais e Municipais de Segurança Pública, através de uma relação sistemática, permanente e com agenda comum, instrumentalizados com os projetos e programas do PRONASCI;
- Compartilhar boas práticas de gestão integrada do sistema de segurança pública, por meio dos GGIs, fomentando a cultura de integração, com ênfase na prevenção e controle da violência;
- Validar, consolidar e ajustar, no espaço regional, “o Direcionamento e Marco Estratégico dos Gabinetes de Gestão Integrada 2008-2011”.

Além dos objetivos centrais que promovem um eixo dialógico, apontaram as seguintes implementações para a continuidade do movimento de ampliação da Política de Segurança Pública:

Os participantes de São Paulo consideraram o momento mais importante até a presente data e sugeriram uma relação permanente e agenda mínima de trabalho com o GGI-E e GGI-M e interação PRONASCI.

Também sugeriram a realização de encontros trimestrais com os 17 municípios PRONASCI, para conhecer os projetos dos Governos de Estado, Federal e dos 17 municípios, tendo como objetivo a divulgação, sensibilização e potencialização com valorização através das ações integradas dos GGIs, interfaces municipais e das propostas afirmativas do PRONASCI.

O Grupo de São Paulo apontou, também, a importância da representatividade no GGI, com poder de decisão às deliberações no plenário do colegiado, mantidas e preservadas no processo de transição, quando ocorrem as mudanças de gestores municipais, independente dos períodos políticos eleitorais e com sensibilização das novas administrações para assumirem o processo de implantação das ações dos GGIs e respectivas coordenações PRONASCI.

Concluíram falando de incentivos a potencializar as reuniões mensais integradas entre os GGI-Estados e GGI-Municípios e estabelecer um calendário de reuniões em conjunto.

Participantes do Espírito Santo citaram a constituição sistemática e permanente de um canal de comunicação virtual, atualização do diagnóstico do GGI-E e GGI-M, em convergência de projetos e ações alinhadas e estabelecer fluxos entre esses colegiados, com agenda comum mensal, representatividade do Estado trabalhando sobre questões específicas nas Políticas de Educação, Assistência Social, Saúde e outros.

O Estado do Rio de Janeiro sugeriu a integração do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP/RJ), com os observatórios dos GGI-M/RJ, criação de um Centro Integrado de Defesa Social com interface do Vídeo Monitoramento

do Estado com os GGI-M/RJ e a articulação da Assistência Social através de equipe multidisciplinar do Rio de Janeiro.

Integrantes do Rio Grande do Sul apontaram a possibilidade da comunicação direta e articulação com coordenadores PRONASCI; estabelecer reuniões mensais entre GGI-E e GGI-M, com participação dos coordenadores PRONASCI.

No grupo de Minas Gerais, sugeriu-se mobilizar a organização das instituições estaduais; ampliar a participação das entidades no colegiado; estabelecer fluxos sistemáticos com o GGI-M e confluir a dinâmica do Grupo Especial com o GGI; agenda trimestral de GGIs das regiões; valorizar o espaço GGI, âncora modelo do SUSP, que deverá ter o reconhecimento do Estado e a dimensão das ações no âmbito da Segurança Pública; ambiente de fortalecimento da integração de GGIs-E e GGIs-M e articulação PRONASCI, pela convergência de projetos e ações com alinhamento pelo GGI-M.

O Estado do Paraná encaminhou propostas de interação entre o GGI-E e o GGI-M; estabelecer temas convergentes entre Estados e Municípios; administrar conflitos políticos; promover entendimentos; potencializar a relação institucional e não pessoal; dar publicidade a atividades e ações dos GGIs e promover o envolvimento das comunidades, assim como a qualificação dos integrantes dos colegiados Estaduais e Municipais e a institucionalização e o fluxo de encaminhamentos dos assuntos tratados nas reuniões dos GGI-M, para as reuniões do GGI-E.

A representação de Santa Catarina sugeriu viabilizar o GGI como espaço efetivo de diálogo e deliberação, com a devida qualificação dos seus membros com entendimento da missão, diretrizes e princípios, tendo em vista dar resolutividade em diferentes contextos e cenários. Sugeriram, ainda, a elaboração de um modelo teórico para a construção e efetivação dos modelos de boas práticas em Segurança Pública e uma agenda compartilhada, formatada em planos integrados de ações estratégicas, respeitadas as competências e autonomias dos entes que focam os eixos à redução da criminalidade e pela sensação da segurança.

O encontro articulou um espaço de reflexão sobre o Direcionamento Estratégico, Marco Lógico da Estratégia e suas ações, sendo destacado como um excelente evento institucional, promotor de diálogo e construção de integração para o desenvolvimento da Segurança Pública Nacional.

6.2 REGIÃO NORDESTE

O II Encontro Regional e Temático dos Gabinetes de Gestão Integrada da Região Nordeste, realizado em 16 e 17 de outubro de 2008, em Recife, Pernambuco,

seguiu os mesmos objetivos das Regiões Sul e Sudeste, com a visão de uma Política Pública de Segurança.

Os Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte apontaram caminhos, onde citam exemplos de integração através do PROCON e do município do Cabo de Santo Agostinho, além da importância da avaliação, monitoramento e supervisão do processo de implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal e o seu poder decisório com qualificação colegiada. O grupo referendou o marco lógico do direcionamento estratégico do GGI, considerado o marco legal e guia norteador da dinâmica do colegiado.

O grupo avaliou a importância do colegiado, pois o GGI é um instrumento de tecnologia de ponta na articulação das políticas sociais dos Estados e relações comunitárias das Secretarias de Segurança e Desenvolvimento Social, com alinhamento dos GGI-E e GGI-M e seus planos, com permanente monitoramento.

Os representantes do Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Piauí fizeram um desenho estratégico de problemas e soluções, com apontamentos de prioridades e estabelecimento de interfaces qualificadas, validação e ajustes do direcionamento estratégico dos GGIs e a implantação das ações do PRONASCI e a otimização da ferramenta do Fórum de Educação a Distância na socialização das boas práticas de cada estados e município.

Os Estados apontaram a sensibilização sobre a função do GGI em todos os níveis federativos, estabelecimento de uma sistemática e normatização e consolidação da dinâmica dos GGIs e supervisão, monitoramento e avaliação efetiva da Secretaria Nacional de Segurança Pública na efetivação dos colegiados e consequente lógica da Política de Segurança Pública. Também sugeriram a proposta de dotação orçamentária para a estruturação dos GGIs.

Os trabalhos do Nordeste foram concluídos com aprovação e ajuste do Direcionamento Estratégico dos GGIs 2008-2011, que constará na coletânea histórica sobre a implantação, implementação e constituição dos Gabinetes de Gestão Integrada.

6.3 REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE

O II Encontro Regional e temático de Gestão Integrada da Região Centro-Oeste e Norte, realizado em 23 e 24 de outubro de 2008, em Brasília, teve como ponto de partida a aprovação do resultados dos outros dois eventos anteriores, corroborando com o Direcionamento Estratégico dos GGIs 2008-2011, com objetivo de consolidar e aperfeiçoar os GGIs estaduais e municipais, com definição e unificação de papéis para os respectivos colegiados.

Apontaram perspectivas imediatas como: absorção da concepção GGI e do fortalecimento via ação PRONASCI, nos estados e municípios já instalados, conforme novas lógicas e dinâmicas com o que preconiza o Governo Federal para os GGIs, para tornarem-se colegiados de gestão integrada, eficientes e eficazes no Sistema de Segurança Pública e Defesa Social.

As sugestões desafiantes estão na mudança cultural dos atores envolvidos na Gestão de Segurança Pública, com comprometimento institucional no desenvolvimento de rede integrada de políticas e ações de segurança pública, em todos os níveis federativos. Também foi apontada a mobilização dos membros dos GGIs, com vistas à continuidade das políticas de Estado e superação das políticas de governos. Nessa linha, sugeriram agregar os GGIs e outras entidades como aliados.

7. SÉTIMA FASE: CONSOLIDAÇÃO DO DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO DOS GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA (2007-2011)

ETAPA I

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO GGI – 2007 A 2011¹³

MISSÃO

Integrar sistemicamente os órgãos e instituições transnacionais, federais, estaduais e municipais envolvidos nos processos públicos ou privados, que permeiem ou contribuem para as funcionalidades e produtos do Sistema de Segurança e Defesa Social junto a sociedade.

PRINCÍPIOS

- Deliberativo por consenso;
- Desprendimento pessoal;
- Pensamento sistêmico;
- Sem hierarquia;
- Respeito à autonomia das instituições que o compõem;
- Foco na cidadania.

OBJETIVOS

- Elaborar um planejamento estratégico das ações integradas para a Segurança Pública no âmbito dos entes federados;
- Implementar uma metodologia de indicadores em nível nacional que possa medir a eficiência, eficácia e efetividade dos Sistemas de Segurança Pública;
- Identificar demandas e eleger prioridades, com base em diagnósticos;
- Garantir um sistema onde a inteligência e a estatística trabalhem de forma integrada.

13 Elaborado no II Encontro Nacional de Secretários Executivos dos GGIs Estaduais, Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada, São Luís – MA, 2007.

VISÃO

Tornar-se um colegiado de gestão integrada, eficiente e eficaz do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social com a participação das esferas federal, estadual e municipal, priorizando o planejamento e a execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade, aumentando a percepção de segurança por parte da população e a valorização dos servidores públicos que atuam na área de segurança em todas as esferas.

ANÁLISE DE CENÁRIOS DO GGI

Oportunidades:

- Clamor da sociedade por segurança, o que justifica a aplicação de recursos na área;
- Ambiente favorável à sinergia entre as diversas áreas ou segmentos vinculados à segurança pública, alcançando resultados mais eficientes;
- GGI Estadual tem a oportunidade de interagir com os GGIs municipais no âmbito do PRONASCI.

Ameaças:

- Dependência da existência de recursos e/ou decisão política para implementação das estratégias de segurança;
- Ausência de norma ou vontade política definindo aplicação de parcela mínima de recursos em segurança pública;
- Ingerência de órgãos ou colegiados que interferem ou tomam decisões, que extrapolam a competência exclusiva dos organismos de segurança pública.

Pontos Fortes:

- Possibilidade de integrar segmentos complementares à segurança pública e em consequência co-responsabilizá-los (ações compartilhadas);
- Possibilidade de melhor conhecimento estrutural e operacional dos vários órgãos integrantes do GGI, resultando em melhor gestão.

Pontos Fracos:

- Postura reativa, restringindo-se ao foco operacional;
- Falta de recursos estruturantes e pessoal com dedicação exclusiva;

- Pluralidade de organismos de integração (conselhos, comitês e gabinetes);
- Número excessivo de membros convidados, dificultando a tomada de decisões.

ESTRATÉGIAS GERAIS

- Estabelecer regime de trabalho com dedicação exclusiva para equipe técnica do GGI, além de recursos próprios para manutenção da estrutura física necessária;
- Mapear, integrar e articular os demais organismos colegiados, alinhando suas atuações em uma estratégia otimizada;
- Redefinir conceito de membro nato e convidado, adequando a participação dos membros convidados aos temas pertinentes;
- Definição de arcabouço legal que regulamente o sistema único de segurança pública, delimitando as competências de cada esfera de governo e dos órgãos operativos de segurança pública;
- Sugerir normativas que viabilizem, legal e administrativamente, a operacionalidade das ações integradas dos órgãos de segurança pública e outros eventualmente envolvidos;
- Propor minuta de lei ou de instrumento legal que tenha o condão de regulamentar a nível nacional as ações provenientes dos GGI e Sec. Exec. dos GGI;
- Propor calendário anual para reuniões nacionais, envolvendo as secretarias executivas dos GGI.

ESTRATÉGIA DE ARTICULAÇÃO COM O PRONASCI

Entende-se que os GGIs constituídos originalmente como requisitos de adesão ao SUSP devam ser oportunamente aproveitados no âmbito do PRONASCI. A concepção do PRONASCI prestigia os GGIs e facilita a compreensão de sua importância como um fórum legítimo de produção de estratégias ampliadas pela abordagem da segurança pública com cidadania. Nesse sentido, a mobilização institucional promovida pelos GGIs deve ser aproveitada para facilitar o engajamento de outras áreas e esferas de Governo e do Estado e o engajamento dos municípios. Também é importante desenvolver uma agenda comum entre os GGIs Municipais e Estaduais (proposta do Dr. Vicente Trevas).

ESTRATÉGIA DOS GGIs NA SEGURANÇA PÚBLICA TRANSNACIONAL

Os GGIs dos Estados que fazem fronteiras com outros países necessitam de uma orientação global da União, com uma política para a segurança pública fronteiriça. De posse de uma orientação global e de acordo com as peculiaridades de cada fronteira estadual, os GGIs se organizarão e estabelecerão suas diretrizes específicas. Em complemento, os GGIs envolvidos com portos e aeroportos internacionais devem ter uma preocupação especial com os crimes transnacionais. Em consequência, a União deverá elaborar uma política de Segurança Pública voltada para os crimes transnacionais para orientação geral dos Estados diretamente envolvidos.

Recomenda-se que dentre os participantes na temática fronteira participem: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Segurança Pública Estadual; Ibrama; Receita Federal e Estadual; Ministério da Defesa; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; ABIN.

Cabe ao Ministério da Justiça elaborar uma política para as fronteiras brasileiras; coordenar os esforços no nível operacional e financeiro; e, assessorar-se ao Ministério das Relações Exteriores. Aos Estados compete a coordenação na elaboração de planos integrados; e, disponibilização de recursos financeiros em contrapartida.

As estratégias têm como foco a integração (inteligência e operacional); continuidade das ações operacionais e de inteligência; e, flexibilidade – respeito às peculiaridades de cada fronteira.

Os Apontamentos foram feitos em São Luis, Maranhão, 22 de novembro de 2007

Grupo de Trabalho: Secretários Executivos dos GGIs Estaduais

Dr. Expedito Teixeira de Carvalho Filho – SIAP/BA

Dra. Gisele Lacerda Ferreira – SSP/TO

Dra. Geórgia Ribeiro Rocha – SEBS/MG

Maj. PM Marcelo da Silva Cavaleiro – GGI/RO

Maj. PM Vagner Jorge Santino da Silva – GGI/SEJUSP/MT

Dr. Manoel Caetano Cysneiro de Albuquerque Neto – GGI/PE

TC PM Mario Silva Júnior – SSP/DF/GGIE

Dr. Manoel F. de Almeida Neto SESEC/MA

Cap. PM Marcelino Frota Vieira – SEGUP/PA

Maj. PM Domingos Sávio F. de Brito – GGI/CE

Cel. PM Ary Renato de Oliveira da Silva – GGI/AM

TC PM Ebirajara Correa Lemes – SSP/SC
 Dra. Elizabeth Cayres Botelho – SESEG/RJ
 Dra. Carmem Magali Cervantes Ghiselli – SSP/SP
 Cel. EB Marcos Aurélio de Oliveira Ramos – SSP/DF
 Cel. BM Eduardo Lindenmeyer – GGI/RS
 Cel. PM Luiz Carlos Garcia Gomes – SEJUSP/MS
 MAJ PM Antônio Marcos de Souza Reis – SESP/ES
 TC PM Marcus Vinicius Ferreira Gomes – SEDS/AL
 TC PM Carlos Sidney P. Cardoso – PMPI
 Cel. EB Erland Correia Mota – SSP/RN
 Cel. PM Fernando Vieira de Ataíde – SSP/PB

Coordenação:

TC PM/DF Eraldo Marques Viegas - Senasp/MJ – Coordenador Geral
 TC PM/MT Wilquerson Sandes – Senasp/MJ – Facilitador

Apoio:

Dra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza – SDS/PE

ETAPA II

DESDOBRAMENTO DO DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO 2008-2011¹⁴

Desdobramento do Direcionamento Estratégico 2008-2011 é um marco lógico para o alcance da visão do GGI em ser “um colegiado de gestão integrada, eficiente e eficaz do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social com a participação das esferas federal, estadual e municipal, priorizando o planejamento e a execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade, aumentando a percepção de segurança por parte da população e a valorização dos servidores públicos que atuam na área de segurança em todas as esferas”.

ROTEIRO DE ESTRATÉGIA E AÇÃO

ESTRATÉGIA I: Desenvolvimento de processos de apoio às secretarias executivas dos GGIs

14 Elaborado no III Encontro de Secretários Executivos dos Gabinetes de Gestão Integrada, Manaus- AM, 2008

AÇÃO 1 - Estabelecer regime de trabalho com dedicação exclusiva para equipe técnica do GGI.

AÇÃO 2 - Definir recursos necessários para manutenção dos GGIs.

AÇÃO 3 - Redefinir conceito de membro nato e convidado, adequando a participação dos membros convidados aos temas pertinentes.

AÇÃO 4 - Estruturar um calendário anual para reuniões nacionais envolvendo as secretarias executivas dos GGI.

ESTRATÉGIA II: Implementação de ações preventivas

AÇÃO 5 - Planejar e executar ações integradas de prevenção à violência e criminalidade, aumentando a percepção de segurança por parte da população.

ESTRATÉGIA III: Implementação de ações de enfrentamento qualificado ao crime

AÇÃO 6 - Planejar e executar ações integradas de enfrentamento da violência e criminalidade, aumentando a percepção de segurança por parte da população.

ESTRATÉGIA IV: Articulação sistêmica dos atores envolvidos

AÇÃO 7 - Mapear, integrar e articular os demais organismos colegiados, alinhando suas atuações em uma estratégia otimizada.

AÇÃO 8 - Desenvolver uma agenda comum entre os GGIs Municipais e Estaduais, seguindo os princípios do GGI.

AÇÃO 9 - Desenvolver sistemas de compartilhamento de informações, práticas exitosas e indicadores de resultados.

ESTRATÉGIA V: Normatização do GGI

AÇÃO 10 - Sugerir como normativas que viabilizem, legal e administrativamente, a operacionalidade das ações integradas dos órgãos de segurança pública e outros eventualmente envolvidos.

AÇÃO 11 - Propor em minuta de lei ou de instrumento legal que tenha o condão de regulamentar a nível nacional as ações provenientes dos GGIs e Sec. Exec. dos GGI.

ESTRATÉGIA VI: Segurança pública transnacional, transestadual e intermunicipal

AÇÃO 12 - Desenvolver uma política nacional para segurança pública contra crimes transfronteiriços, transestaduais e intermunicipais.

MARCO LÓGICO DA ESTRATÉGIA I – AÇÃO 1

Estratégia I: Desenvolvimento de processos de apoio às Secretarias Executivas dos GGIs.

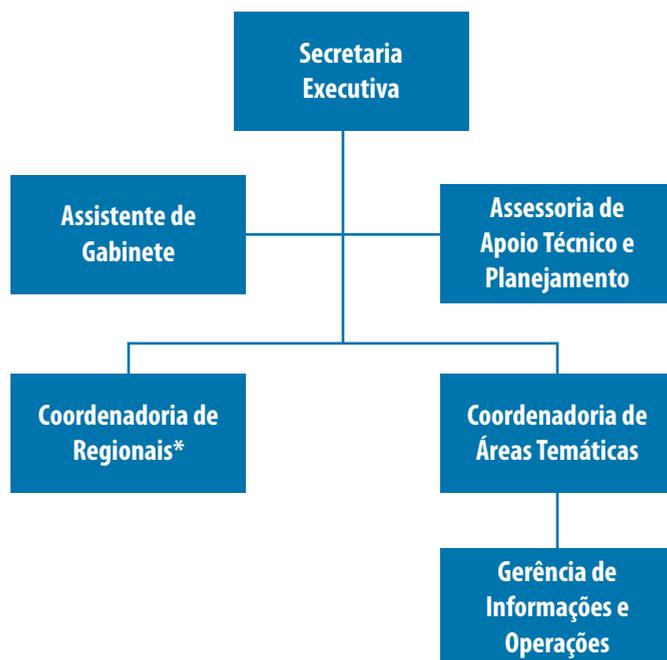
Ação 1: Estabelecer regime de trabalho com dedicação exclusiva da equipe técnica das Secretarias Executivas do GGIs.

Propósito da Ação: Criar estrutura organizacional, com estabelecimento de cargos e remunerações próprias através de lei estadual ou municipal.

Fases para implementação da ação:

1. Orientação às Secretarias da Segurança Pública e Prefeituras Municipais, oriunda da Senasp, para que seja instituída equipe técnica exclusiva através de Lei.
2. Encaminhamento do Secretário da Segurança Pública de cada ente federativo ao Governador sugerindo a criação da respectiva lei ou iniciativa do Prefeito Municipal.
3. Publicação da lei e nomeação da equipe para os respectivos cargos.

ORGANOGRAMA PROPOSTO GGI ESTADUAL



MARCO LÓGICO DA ESTRATÉGIA I – AÇÃO 2

Estratégia I: Desenvolvimento de processos de apoio às Secretarias Executivas dos GGIs.

Ação 2: Recursos necessários para a manutenção do GGIs.

Propósito da Ação: Proporcionar mobilidade, poder de articulação, maior organização e autonomia de recursos financeiros e logísticos.

Articulação com outras Ações: Articulação com as Estratégias II e III e com a ação 1 da Estratégia I.

Fases para implementação da ação:

- Destinação imediata de recursos pela Secretaria da Segurança e Prefeitura Municipal, através de remanejamento de verbas.
- Inclusão na revisão do PPA/2009.

Meta física:

Ano 2008 a 2011:

Senasp: Aquisição de um Kit GGI (veículo, móveis, equipamentos tecnológicos em geral); instalação de uma sala de situação voltada para gerenciamento de crises e teleconferências.

ESTADOS E MUNICÍPIOS: local próprio para instalação física da Secretaria Executiva do GGI. Manutenção e abastecimento de viaturas, suplementação de diárias e organização de eventos (seminários, palestras, cursos, encontros, operações, material gráfico, divulgação das ações e reuniões).

Unidade responsável: Secretaria da Segurança Pública, Prefeituras Municipais, Senasp e demais órgãos parceiros.

Indicadores: Mensuração da aplicação dos investimentos, análise técnica pela equipe a ser destinada para trabalhar a estatística dos resultados alcançados.

Fatores que implicam riscos externos: Vontade política e disponibilidade orçamentária.

Elaboração:

Vicente Carvelo Júnior – Secretário Executivo do GGI-GO

Júlio Martins Carvalho – Coordenador Temático GGI-MT

Gisele Lacerda Ferreira – Secretária Executiva do GGI-TO

Vagner Jorge Santino da Silva – Secretário Executivo do GGI-MT

Luiz Carlos Garcia Gomes – Secretário Executivo do GGI-MS.

Adécio Luis Vieira – Secretário Executivo do GGI-MA

MARCO LÓGICO DA ESTRATÉGIA I – AÇÃO 3

Estratégia I: Desenvolvimento de processos de apoio às Secretarias Executivas dos GGIs.

Ação 3: Redefinição do conceito de membro nato e convidado, adequando a participação dos membros convidados a temas pertinentes.

Propósito da Ação: Restringir as reuniões ordinárias aos membros natos e estender as extraordinárias aos membros convidados ligados a cada tema, conforme a definição de cada Estado ou Município.

Articulação com outras Ações: Estratégia V – Normatização do GGI.

Fases para implementação da ação:

- Definição do novo conceito.
- Alteração do Regimento Interno.

Meta física: Ano 2008: Regimento Interno ajustado.

Investimentos para os 4 anos: Ano 2008 a 2011: Não há investimentos.

Unidade responsável: Secretarias de Segurança Pública.

Elaboração:

Vicente Carvelo Júnior – Secretário Executivo do GGI-GO

Júlio Martins Carvalho – Coordenador Temático GGI-MT

Gisele Lacerda Ferreira – Secretária Executiva do GGI-TO

Vagner Jorge Santino da Silva – Secretário Executivo do GGI-MT

Luiz Carlos Garcia Gomes – Secretário Executivo do GGI-MS

Adécio Luis Vieira – Secretário Executivo do GGI-MA

MARCO LÓGICO DA ESTRATÉGIA I – AÇÃO 4

Estratégia I: Desenvolvimento de processos de apoio às Secretarias Executivas dos GGIs.

Ação 4: Estruturar calendário anual para reuniões nacionais envolvendo as Secretarias Executivas.

Propósito da Ação: Integração, troca de experiências e estabelecimento de estratégias que garantam o desenvolvimento dos GGIs.

Articulação com outras Ações: Estratégia I, Ação 2.

Fases para implementação da ação:

- Propor reuniões quadrimestrais até 2011.
- Propor reuniões semestrais após 2011.

Meta física:

Ano 2008: 3 reuniões realizadas (Maio, Agosto e Dezembro)

Ano 2009: 3 reuniões realizadas (Abril, Agosto e Dezembro)

Ano 2010: 3 reuniões realizadas (Abril, Agosto e Dezembro)

Ano 2011: 3 reuniões realizadas (Abril, Agosto e Dezembro)

Unidade responsável: Senasp

Elaboração:

Vicente Carvelo Júnior – Secretário Executivo do GGI-GO

Júlio Martins Carvalho – Coordenador Temático GGI-MT

Gisele Lacerda Ferreira – Secretária Executiva do GGI-TO

Vagner Jorge Santino da Silva – Secretário Executivo do GGI-MT

Luiz Carlos Garcia Gomes – Secretário Executivo do GGI-MS

Adécio Luis Vieira – Secretário Executivo do GGI-MA

MARCO LÓGICO DA ESTRATÉGIA II – AÇÃO 5

Estratégia: Implementação de ações preventivas voltadas para a diminuição da sensação de insegurança.

Ação 5: Planejar e executar ações integradas de prevenção à violência e criminalidade.

Propósito da ação: Articular as instituições, municipais, estaduais e federais, em torno de ações preventivas com a finalidade de implementar políticas e programas de prevenção que produzam a redução da criminalidade e aumente a sensação de segurança.

Articulação com outras ações:

Interno: 1, 2, 3, 7, 8, 10 e 11

Articulação Central: PRONASCI

Outros atores importantes são as redes de enfrentamento à violência e promoção de direitos e garantias da pessoa humana, tais como: serviço de enfrentamento à violência, ao abuso sexual e à exploração sexual de crianças e adolescentes, PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de enfrentamento à violência sexual infante juvenil no território brasileiro, Frentes Parlamentares em Defesa da Crianças e Adolescente, Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (integrada por Ministérios, Frentes Parlamentares, Poder Judiciário, Ministério Público, Organismos Internacionais e Sociedade Civil), Rede Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher PED – articulação com a educação, PDE, Saúde - PSF.

Fases para a implementação da ação:

Fase 1 – diagnóstico: 2008

- a) Discutir os referenciais da Política Nacional de Prevenção à Criminalidade com base no Guia Nacional para a Prevenção do Crime e da Violência /Senasp.
- b) Realizar um diagnóstico nacional para a sistematização de programas preventivos que componham um banco de dados de boas práticas.
- c) Realizar um encontro para a discussão de documentos referenciais existentes: Guia nacional de Prevenção ao Crime e à Violência – Senasp. Diagnóstico Nacional de Programas Preventivos/Banco de Dados. Sistematizar um Plano Referencial na área de prevenção.

Fase 2 – planejamento: 2009

- d) Orientar os GGIs, Estaduais e Municipais, para a elaboração de um plano referencial para as Políticas de Prevenção Local.
- e) Desenvolver um sistema de informações integrado, apoiado nos setores de inteligência e estatística dos órgãos existentes, fornecendo elementos para elaboração de planos locais com base nas diretrizes do Plano Nacional.
- f) Criação de um Portal de Comunicação que seja alimentado pelos diversos GGIs com artigos, dados, informações diversas.
- g) Mapear redes de proteção social que sirvam de suporte para as ações preventivas.
- h) Incentivar pesquisas de vitimização.

Fase 3 – execução: 2009/2010

- i) Definir no âmbito dos GGIs, Estadual ou Municipal, uma diretriz para a promoção e integração das Políticas de Prevenção.
- j) Estruturar dentro dos GGIs, Estadual e Municipal, uma coordenação das ações previstas nos Planos Nacionais e Locais.
- k) Capacitação dos diversos atores envolvidos no processo.

Fase 4 – avaliação: 2011

- l) Criar indicadores para avaliação de programas de prevenção.
- m) Monitorar os indicadores.
- n) Produzir relatórios, com publicação periódica, dos resultados obtidos nos Programas de Prevenção do Crime e da Violência.

Da ação e do período de tempo: Plano de Prevenção para o período 2008/2011

Investimento para os 4 anos:

2008: R\$ 650.000,00

1. Diagnóstico Nacional – R\$ 250.000,00.
2. Encontro Nacional com participação de todos os estados e municípios indicados no diagnóstico – R\$ 300.000,00.
3. Publicação para distribuição nacional – R\$ 100.000,00.

Órgãos responsáveis – Ministério da Justiça (Senasp – PRONASCI)

2009/2010: R\$ 300.000,00

1. Planejamento – para o sistema de informações, nas 11 regiões metropolitanas – PRONASCI – R\$300.000,00.
2. Mapear as redes, responsabilidade dos GGI-M – recursos municipais próprios ou com parcerias.
3. Capacitação através dos tele-centros e aulas presenciais em parcerias com universidades e academias – investimento GGI-E – FNSP e PRONASCI.

2011: R\$ 1.040.000,00

AVALIAÇÃO

1. Parceria com instituições de ensino – R\$ 500.000,00.
2. Publicação dos relatórios de resultado – R\$ 540.000,00 (R\$20.000,00 por GGIE).

TOTAL GERAL: R\$ 1.990.000,00

Convênios/parcerias:

Interno: Município – Estado (recursos das secretarias responsáveis pela Segurança Pública) e União (FNSP E PRONASCI)

Externo: Organismos que financiem Segurança Pública: BIRD, PNUD, BNDES, UNODC e ONGs.

Unidade Responsável: Ministério da Justiça.

Indicadores:

- Redução da sensação de insegurança / Meio de verificação: Pesquisa de Vitimização.
- Aumento da cobertura dos programas de prevenção/ Meio de verificação: Monitoramento de Programas.
- Aumento da capacidade de gestão local de políticas de prevenção/ Meio de verificação: implementação dos planos locais de segurança.

Fatores que implicam riscos externos:

- Desarticulação das esferas governamentais/ Baixa Intersetorialidade
- Mudanças políticas partidárias/ Alternância de poder.
- Burocracia na aprovação e liberação de recursos financeiros.
- Baixo nível de participação da sociedade civil.
- Baixo nível de comunicação e integração dos órgãos institucionais.

Elaboração:

Ebirajara Corrêa Lemes – Secretário executivo GGIE-SC

Marcia Cristina Alves – Empreendedora Pública – MG

Maria do Socorro Pereira do Nascimento – Secretária Executiva do GGIE-AP

Regina Maria Filomena Lidonis de Luca Miki – Secretária Executiva do

GGIM Diadema

MARCO LÓGICO DA ESTRATÉGIA III – AÇÃO 6

Estratégia: Implementação de ações de enfrentamento qualificado ao crime.

Ação 6: Planejar e executar ações integradas de enfrentamento da violência e criminalidade, aumentando a percepção de segurança por parte da população.

Propósito da Ação:

1. Enfrentamento de forma qualificada à prática do delito.
2. Enfrentamento da violência.
3. Aumentar a percepção de segurança por parte da população.
4. Enfrentamento da violência.

Articulação com outras Ações:

1. Articulação com outras ações (estratégia IV – articulação sistêmica dos atores envolvidos) – mapeamento, integração e articulação envolvendo os demais organismos colegiados – alinhamento de suas atuações em estratégia otimizada.
2. Integração, otimização, sistematização, exercício quanto ao conceito de operação, planejamento – êxitos, escolas operacionais (Região das Ilhas – Amapá – trabalho escravo – COMEN).
3. Interlocação nos conselhos regionais de segurança pública para atuação na execução das ações em âmbito nacional, regional e municipal (COMEN, CONSENOR, CONSENE...), bem como na área de planejamento por meio dos núcleos regionais de operações (inteligência, levantamento situacional, planejamento operacional e atuação).

Fases para implementação da ação:

Fase 1

1. Visa elucidar a área a ser desenvolvida no que diz respeito ao enfrentamento qualificado do crime.
2. O tipo de ação a ser desenvolvida no que se refere ao enfrentamento qualificado do crime será de maneira integrada, envolvendo os órgãos policiais federais e estaduais, a sociedade civil organizada, o Poder Executivo na pessoa do seu gestor-maior, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o prefeito municipal, bem como o Corpo de Bombeiros Militar e órgãos convidados, como as forças armadas e outros que se fizerem necessários como Ibama, Funai.
3. A ênfase desenvolvida no que se refere ao termo “enfrentamento qualificado do crime” indica ações repressivas prioritárias aos seguintes delitos: **lavagem de capitais** (lei n° 9.613, de 03 de março de 1998), **tráfico de drogas** (lei n° 11.343, de 23 de agosto de 2006), tráfico de armas (lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003), **tráfico de pessoas** (artigos 231 e 232 do CP – modalidades internacional e interno), **crime organizado** – organização criminosa (Lei n° 9034).

Na fase 2

1. Reuniões periódicas a cada dia 15 de cada mês, a partir de junho de 2008, prolongando-se nesta sequência a 15 de dezembro de 2011, envolvendo os órgãos acima citados, bem como os respectivos poderes, a sociedade civil organizada, e órgãos convidados. As reuniões deverão se realizar nas sedes de cada poder, ou de cada órgão envolvido, fomentando-se, desta forma, maior integração e compartilhamento nas decisões.
2. Nas reuniões, tratar-se-á da realização de operações policiais integradas, com duração de acordo com a necessidade estudada e discutida, sendo que haverá apresentação de relatórios conclusivos quanto aos resultados obtidos, levando em conta a temática dos delitos referenciados. A apresentação dos relatórios caberá aos órgãos policiais, executores, sempre após a realização das operações, com data marcada e definida pelos titulares dos órgãos estatais.
3. No período que envolve a ação de execução, os órgãos policiais compartilharão informações e introduzirão no planejamento operacional integrado, devendo, independente das reuniões quinzenais, realizar

reuniões operacionais, seguindo a determinação estudada pelos órgãos estatais definidos nas reuniões quinzenais. Nestas reuniões, discutir-se-ão os informes e as informações colhidas, para formalização em um banco de dados.

4. No período de 15 dezembro de 2010 a 15 de janeiro de 2011, efetivar-se-á nas reuniões trabalhadas a discussão dos *modus operandi* e sua melhor aplicabilidade, sem prejuízo da questão prioritária.
5. No levantamento das informações, levar-se-á em conta o geo-referenciamento e mapeamento, bem como pesquisa de campo abrangendo estatística e probabilidade – para tanto, no período compreendido entre 15 de junho de 2008 a 15 junho de 2009, efetivar-se-á a implantação do geo-referenciamento nos estados e municípios.
6. A capacitação dos operadores policiais deverá ser desenvolvida em paralelo, com ênfase nos delitos citados, sendo subfase integrante da fase 1, ficando a cargo das instituições policiais, com base nas necessidades levantadas pelas reuniões respectivas, devendo se seguir nivelamento, monitoramento e acompanhamento das formações pelos órgãos policiais respectivos, abrangendo os anos de 2008 a 2011, com ênfase nos delitos de lavagem de capitais, tráfico de drogas, tráficos de armas, tráfico de pessoas e crime organizado.
7. Será instalado nas secretarias de segurança dos governos estaduais espaço físico com equipamento e pessoal especializado, visando avaliar e acompanhar as ações planejadas.

Fase 3

Visa elucidar a área a ser desenvolvida no que diz respeito ao enfrentamento da violência. O tipo de ação a ser desenvolvida será voltada para cultura da não-violência por meio da prática da educação em valores humanos, envolvendo em um primeiro momento os integrantes dos órgãos policiais e em segundo passo seus gestores e a coletividade. O início da fase 3 se deu em julho de 2008, envolvendo as áreas de ensino dos órgãos policiais, em paralelo às secretarias de educação dos municípios e dos estados, bem como à sociedade civil organizada. Haverá o desenvolvimento de palestras e seminários no âmbito dos municípios desenvolvidos pela parceria dos órgãos de segurança, conjuntamente com os órgãos municipais e estaduais de educação, no sentido da discussão e praticidade da educação em valores humanos. As datas estipuladas são a cada 1º dia útil de cada mês, em cada município, a partir do mês de junho de 2008, abrangendo ao mês de junho de 2011. A organização das palestras e das datas citadas ficará a cargo das instituições de

segurança com a parceria dos órgãos de educação municipal e estadual. Os órgãos policiais serão representados pelos respectivos diretores ou coordenadores de ensino.

Metas físicas:

1. Construção de 1 espaço físico destinado a abrigar central de dados, no âmbito dos estados.
2. Construção de 1 espaço físico destinado a abrigar a central de dados, nos municípios.
3. Equipar os espaços físicos acima citados com equipamentos necessários à realização da colheita e monitoramento dos dados, a fim de orientar as operações policiais respectivas.

Investimentos para os 4 anos:

2008 – R\$ 1.000.000,000

2009 – R\$ 800.000,00

2010 – R\$ 800.000,00

2011 – R\$ 800.000,00

Total: R\$ 3.400.000,00

Convênios / parcerias:

Interno: órgãos de segurança pública, Poder Judiciário, Ministério Público, Senasp, outros.

Externo: OAB, Sociedade Civil Organizada, ONGs, outros

Unidade responsável:

Ministério da Justiça / Senasp / Estados / Prefeituras

Indicadores:

- Relatórios das operações planejadas e realizadas.
- Levantamento por meio do geo-referenciamento da migração do delito, da especificação dos tipos de delito praticados e de sua incidência.
- Acompanhamento nos municípios dos índices quanto à prática de delitos.
- Opinião pública e mídia (mensuração e monitoramento) – assessoria de comunicação social dos Estados e dos órgãos de segurança.

Fatores que implicam riscos externos:

Físicos – distância quanto às localidades de possível atuação policial (municípios e adjacências).

Culturais – a dificuldade na implementação estrutural da cultura da não-violência, em especial no público interno dos órgãos policiais.

Dificuldade no âmbito da integração entre os órgãos de forma geral.

Financeiros – possíveis dificuldades financeiras e demandas não planejadas.

Institucionais – possíveis dificuldades em disponibilização de pessoal, em especial quanto às operações policiais.

Políticos – resistências quanto à idéia de integração nas ações.

Sociais – resistência quanto à cultura da não-violência (pensar – falar – fazer) – credibilidade na atuação institucional e estatal.

Elaboração:

Ary Renato Oliveira – Secretário executivo do GGI – AM

Marcelino Frota Vieira – Secretário executivo do GGI – PA

Fernando Vieira de Ataíde – Secretário executivo do GGI – PB

MARCO LÓGICO DA ESTRATÉGIA IV – AÇÕES 7 E 8

Estratégia: Articulação sistêmica dos atores envolvidos, com vistas ao estabelecimento de um sistema de segurança pública e defesa social, com a participação das esferas federal, estadual e municipal.

Ações 7 e 8: Mapear, integrar e articular os organismos colegiados de segurança pública e desenvolver agenda comum entre os GGIs Estaduais e Municipais, seguindo os princípios do GGI.

Propósito da ação: As ações permitem o alinhamento das atuações dos diversos organismos colegiados de segurança pública, bem como a formulação de agenda comum entre eles, contribuindo significativamente para a articulação sistêmica dos atores envolvidos.

Articulação com outras ações:

As ações em comento funcionam como fase preparatória para a concretização de ações comuns entre os organismos colegiados municipais e estaduais (e/ou regionais) e para o desenvolvimento de sistemas de compartilhamento de informações, práticas exitosas e indicadores de resultados; ademais, servem como ponto de partida para a execução das demais estratégias que compõem a visão do GGI; finalmente, permitem a avaliação e correção das estratégias antes formuladas e executadas.

Fases para implementação das ações: Mapear órgãos colegiados que lidem com segurança pública nos âmbitos interestadual, estadual e municipal e suas linhas de ação.

Responsável pela fase: GGI Estadual

Forma de execução:

1. Nomeação de membro do GGI Estadual para providenciar a identificação da existência de GGIs municipais, interestaduais ou colegiados equivalentes, bem como a coleta das legislações respectivas; apresen-

- tação ao plenário do GGI Estadual dos resultados da coleta de dados.
2. Discutir e definir as atribuições dos organismos colegiados de segurança pública através de um seminário nacional de GGIs (integrar/articular).
 3. Divulgar as diretrizes nacionais de atribuições dos organismos colegiados de segurança pública através de Seminários Estaduais de GGIs e contextualizá-las nos âmbitos estaduais e municipais (integrar/articular).

Meta física:

2008:

- 137 órgãos colegiados de segurança pública identificados; (100 municipais + 27 estaduais + 10 regionais)
- 300 pessoas participantes do Seminário Nacional (100 representantes municipais + 200 representantes estaduais/regionais)
- 300 pessoas participantes de Seminários Regionais (2 representantes por GGI Estadual + 2 representantes por GGI Municipal)

2009:

- 300 pessoas participantes de Seminários Regionais

2010:

- 300 pessoas participantes de Seminários Regionais

2011:

- 300 pessoas participantes de Seminários Regionais

Investimentos para os 4 anos:

2008 – R\$ 400 mil reais – Seminário Nacional

R\$ 250 mil reais – Seminários Regionais (custo total)

2009 – R\$ 250 mil reais – Seminários Regionais

2010 – R\$ 250 mil reais – Seminários Regionais

2011 – R\$ 250 mil reais – Seminários Regionais

Convênios/parcerias:

Internos: Estados/Municípios

Externos: União

Unidade responsável: Estado

Indicadores:

- Órgãos colegiados de segurança pública identificados.
- Número de convênios em vigor entre os GGIs estaduais e municipais.
- Uniformização das normas internas dos GGIs estaduais e municipais

concebidas a partir do Seminário Nacional.

Fatores que implicam riscos externos

- Eleições municipais (troca de equipes dos GGIs municipais).
- Disputas político-partidárias entre municípios e Estado (falta de diálogo entre prefeitos/governadores, dificultando integração de atuações).

Elaboração:

Carlos Roberto Santana da Rosa – GGI São Leopoldo – RS

Hélio Pacheco Leão – GGI/RJ

Isabel de Barros Garcia Oliveira – GGI/RN

Letícia Franco de Araújo – GGI/Entorno

Marcus Vinícius Ferreira Gomes – GGI/AL

MARCO LÓGICO DA ESTRATÉGIA IV – AÇÃO 9

Estratégia: Articulação sistêmica dos atores envolvidos, com vistas ao estabelecimento de um Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, com a participação das esferas federal, estadual e municipal.

Ação 9: Desenvolver sistemas de compartilhamento de informações, práticas exitosas e indicadores de resultados

Propósito da ação: A ação permite o desenvolvimento de sistemas de compartilhamento de informações, dados exitosos e indicadores de resultados, contribuindo significativamente para a implantação de mecanismos de gestão do conhecimento.

Articulação com outras ações: A ação em comento possibilita que todas as demais estratégias do GGI sejam planejadas e executadas conforme os subsídios fornecidos pelos dados compartilhados.

Fases para implementação da ação:

1. Criar ambiente virtual (sugestão: no sistema de ensino da Senasp) para compartilhamento de informações e práticas exitosas entre os Secretários Executivos dos diversos GGIs. Forma de execução: inclusão de fórum no ambiente virtual de EAD/Senasp para alimentação e compartilhamento de informações entre os Secretários Executivos de GGIs.
2. Desenvolver sistema de compartilhamento de informações entre GGIs estaduais e municipais (sugestão: na base INFOSEG, integrada à sala de situação do GGI Municipal). Forma de execução: desenvolvimento de software destinado a permitir consultas e acréscimos de informações.

Meta física:

2008:

- 1 software desenvolvido para compartilhamento de informações pelos GGIs.
- 400 acessos/mês ao sistema desenvolvido

2009:

- 440 acessos/mês ao sistema desenvolvido

2010:

- 480 acessos/mês ao sistema desenvolvido

2011:

- 520 acessos/mês ao sistema desenvolvido

Convênios/parcerias:

Internos: Estados/Municípios

Externos: União

Unidade responsável: Senasp

Indicadores: Número de acessos (alimentações/consultas) pelos GGIs ao sistema desenvolvido.

Fatores que implicam riscos externos

- Eleições municipais (troca de equipes dos GGIs municipais).
- Disputas político-partidárias entre municípios e Estado (falta de diálogo entre prefeitos/governadores, dificultando integração de atuações).

Elaboração:

Carlos Roberto Santana da Rosa – GGI São Leopoldo – RS

Hélio Pacheco Leão – GGI/RJ

Isabel de Barros Garcia Oliveira – GGI/RN

Letícia Franco de Araújo – GGI/Entorno

Marcus Vinícius Ferreira Gomes – GGI/AL

MARCO LÓGICO DE ESTRATEGIA V – AÇÕES 10 E 11

Estratégia: Oferecer uma conceituação básica e um direcionamento mínimo quanto aos modos de funcionamento e composição do Gabinete, bem como o desenvolvimento dos trabalhos e ações executadas, visando estabelecer um marco de importância normativa e política para o colegiado.

Ação 10: Sugerir normativas que viabilizem, legal e administrativamente, a operacionalidade das ações integradas dos órgãos de segurança pública e outros eventualmente envolvidos.

Ação 11: Propor minuta de lei ou de instrumento legal que tenha o condão de regulamentar a nível nacional as ações provenientes dos GGIs e Sec. Exec. dos GGIs.

Estratégia Geral: Normatização do GGI – Tem como finalidade oferecer uma conceituação básica e um direcionamento mínimo quanto aos modos de funcionamento e composição do Gabinete, bem como o desenvolvimento dos trabalhos e ações executadas, visando estabelecer um marco de importância normativa e política para o colegiado.

Ação: Conceber e estabelecer uma normatização federal do GGI e, por conseguinte com reverberação ou ajustamento das normas estaduais e municipais, com explícita decisão política a respeito do tema, com o intuito de cancelar a importância da existência e funcionamento do GGI.

Propósito da ação: Consolidar a conceituação e modo de funcionamento do GGI, ressaltando sua importância político-institucional, em termos de existência e bom funcionamento, vinculando os estados e municípios participantes a uma matriz mínima de composição, instalação e funcionamento.

Articulação com outras ações: Articula-se com as Ações Estratégicas I e IV, por definição e modelo de funcionamento.

Fases para a implementação da ação:

1. Elaboração da Norma Federal (Ago 2008).
2. Implementação e consolidação da norma com explicitação do apoio político da Presidência da República / Ministro da Justiça / Defesa para seu funcionamento (Dez 2008).
3. Elaboração/adequação das normas estaduais e municipais, com a mesma explicitação de apoio político por parte dos Governadores e Prefeitos (Jul 2009).
4. Consolidação das normas elaboradas/adequadas dos GGI Estaduais/Federais.

Meta Física:

Ano 2008: uma normatização federal.

Ano 2009: Vinte e seis estados, DF e municípios participantes do GGI adequados à normatização.

Ano 2010: Vinte e seis capitais de Estado com GGI implantados normatizados.

Ano 2011: Cem por cento dos municípios com o GGI implantado normatizados.

Investimento para os 4 anos: Não há recursos financeiros envolvidos.

Convênios/parcerias:

Interno: entre as Secretarias de SEG PUB estaduais e municipais com o Ministério da Justiça/Defesa.

Externo: entre as Secretarias Estaduais e Municipais de SEG PUB com órgão da justiça criminal, além de Secretarias de Saúde e Educação e Receita Federal.

Unidade Responsável:

Fases 1 e 2: Governo Federal (Ministério da Justiça e Ministério da Defesa).

Fase 3 e 4: Secretarias de Estado e Municipais da Segurança Pública e Defesa Social.

Indicadores: Percentual de entes federados normatizados e aderidos ao GGI.

Fatores que implicam riscos externos:

- Ausência de decisão política favorável e explícita dos chefes de executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) ou gestores das pastas (Secretários Estaduais e Municipais).
- Não adesão de estados e municípios.
- Não comprometimento dos dirigentes das instituições que compõe o GGI.

Elaboração:

José Ramos Lima Filho – GGI (Recife)

Domingos Sávio Fernandes de Brito – GGI (Ceará)

Wilson Nunes da Silva – GGI (Pernambuco)

André Luiz de Souza Batista – GGI (Foz do Iguaçu)

Antônio Marcos de Souza Reis – GGI (Espírito Santo)

MARCO LÓGICO DA ESTRATEGIA VI – AÇÃO 12

Estratégia: Segurança pública transnacional, transestadual e intermunicipais.

Ação 12: Desenvolver uma política nacional para segurança pública contra crimes transfronteiriços, transestaduais e intermunicipais.

Objetivo: Minimizar a prática de crimes transnacionais com reflexos nos entes federados.

Ações estruturantes:

Faixa Terrestre de 150 Km circunvizinha da fronteira terrestre brasileira (cerca de 17 mil Km):

- Prioridade para a Amazônia, Centro-Oeste e fronteira do Paraguai.
- Criar um conselho de GGI para o planejamento de ações coordenadas entre os estados limítrofes da faixa de fronteira de acordo com as peculiaridades de divisão geopolítica de cada região.
- Força Tarefa Nacional (PF, PRF, Polícias Estaduais, Receita Federal e Estaduais e FFAA).

- Integrar a atuação das FFAA nas questões de segurança pública com as polícias.
- Intensificar a utilização dos dados do SIVAM/SIPAM.
- Retomar, por meio da Senasp, o investimento específico nas polícias que atuam na faixa de fronteira.

Faixa Marítima (Cerca de 8 mil Km):

- Prioridade para os portos de desembarque internacional (PF, Receita Federal, Polícias Estaduais, Receitas Estaduais e FFAA).
- Integrar a atuação das FFAA nas questões de segurança pública, particularmente na faixa do mar territorial.
- Controle de estrangeiros.

Aeroportos Internacionais:

- Ações integradas de prevenção e repressão a ilícitos (PF, Receita Federal, Polícias Estaduais, Receitas Estaduais e FFAA).
- Integrar a atuação das FFAA nas questões de segurança pública.
- Controle de estrangeiros.

Repressão nas rodovias (Ações em profundidade):

- Estabelecimento de diversos postos policiais, nas rodovias federais, estaduais e nos acessos aos municípios, objetivando dificultar a chegada do ilícito nas regiões metropolitanas das capitais, oriundos da faixa de fronteira, particularmente Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte.
- Intensificar a liberação de recursos financeiros para as polícias rodoviárias estaduais e federal.

Outras ações:

- Promover ações integradas visando à erradicação do plantio de maconha no território nacional, particularmente no “polígono da maconha”, compreendido entre os estados da Bahia e Pernambuco.
- Promover a fiscalização integrada, com a finalidade de erradicar os campos e pistas de pouso clandestinos.

Ações estruturantes intermunicipais:

- Ampliação do número de GGIs municipais.
- Consolidação do PRONASCI.
- Ampliação, nos municípios, de projetos de inclusão social, com reflexo na melhoria da qualidade de vida que vá ao encontro da política do PRONASCI.
- Incentivar e apoiar a criação de câmaras setoriais (representantes de vários municípios) com o objetivo de fortalecer uma política de proteção integrada de prevenção à violência nas regiões metropolitanas.

Capacitação de pessoas:

- Promover a capacitação de pessoas dentro da política nacional de segurança pública.
- Implantar uma política de acompanhamento e inclusão psicossocial do profissional de segurança pública.
- Implantar uma política social que estabeleça padrões mínimos para o profissional de segurança pública.
- Promover o intercâmbio técnico-profissional entre as instituições de defesa social em todos os níveis.

Propósito da ação:

- Promover a integração social.
- Promover a integração dos GGIs a nível nacional, regional, estadual e local (municípios).
- Patrocinar a integração entre as Instituições de Defesa Social com a comunidade.
- Reduzir a prática de ilícitos de origem transnacional.
- Ampliar as ações integradas de segurança pública.
- Valorizar os integrantes que atuam nas Instituições de Defesa Social.
- Promover o controle e a permanência de estrangeiros.
- Integrar as FFAA nas ações de defesa social somente na faixa de 150 Km, circunvizinha da fronteira terrestre; no mar territorial; e, nos aeroportos internacionais, no contexto de uma força tarefa integrada.
- Empregar as FFAA no combate aos crimes transnacionais que incidam no tráfico de drogas, armas, munições (acessórios e apetrechos), tráfico de seres humanos, roubo e receptação de cargas e veículos, contrabando e descaminho.

Articulação com outras ações:

Após uma decisão política, os Ministérios da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores e os Governadores dos estados fronteiriços deverão se reunir para concretizar uma decisão coletiva no sentido de estabelecer parâmetros para o início dos planejamentos e das ações.

Fases para a implantação da ação:

1ª Fase

Decisão política para o emprego das FFAA nas questões de segurança pública, nos locais e áreas supracitadas.

2ª Fase

Estabelecimento de parâmetros para o início dos planejamentos e ações.

3º Fase

Realização de ações integradas, por meio da força tarefa nacional.

4ª Fase

Acompanhamento e avaliação das ações integradas.

5ª Fase

Realinhamento das ações integradas.

Meta Física:

Ano 2008: Implementação das 1ª e 2ª fases.

Ano 2009 e 2010: Implementação da 3ª fase.

Ano 2011: Implementação das 4ª e 5ª fases.

- Investimento para os quatro anos.
- Conforme a disponibilidade orçamentária e financeira.
- Convênio/Parceria.
- Buscar parceria com as instituições públicas e privadas nacionais e internacionais.

Unidade Responsável:

- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
- Ministério da Justiça, Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Relações Exteriores.
- Governos Estaduais, Distrito Federal e Municipais.

Indicadores: Conforme parâmetros estabelecidos nas metas do planejamento estratégico.

Fatores que implicam riscos externos:

- Falta de investimentos.
- Legislação ineficaz.
- Cultura Institucional – medo do novo.
- Descrédito da sociedade por falta de efetividade de outras estratégias e ações já implementadas.
- Falta de decisão política para o estabelecimento da estratégia e implementação das ações.
- Falta de equipamentos adequados.
- Falta de capacitação de pessoas.

Elaboração:

Kercio Silva Pinto – GGI-SE

Ary Pereira de Oliveira – GGI-BA

Benedito Domingos Mariano GGIM – Osasco-SP

Eduardo Lindenmeyer – GGI-RS

Edvaldo Tavares de Araujo – TC PM – GGI-AC

Marcos Aurélio de Oliveira Ramos – GGI-DF

8. PROPOSTAS DE INDICADORES DE DESEMPENHO DOS GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA

O objetivo deste instrumento é permitir que os Estados traduzam suas ações em critérios qualitativos de auto-avaliação dos GGIs. A Senasp, com a experiência acumulada ao longo de seis anos de fomento aos gabinetes, estabeleceu critérios para contribuir com o nível de gestão e desempenho. Os Gabinetes de Gestão Integrada estão sendo mobilizados em suas estruturas constituintes, principalmente na dinâmica pró-ativa, na indução de projetos, programas e ações otimizadoras de um novo modelo de gestão.

Além disso, os GGIs em suas dimensões estaduais e municipais estão sendo articulados para a constituição de uma rede integrada de Segurança Pública, por meio de uma agenda comum propositiva do Programa Nacional de Segurança Pública – PRONASCI.

Este instrumento tende a contribuir com o compartilhamento das boas práticas de gestão integrada do Sistema de Segurança Pública e fomento da cultura de integração, com foco na prevenção e controle da violência e criminalidade.

A Senasp/MJ, na qualidade de gestora e indutora de políticas públicas para o país no contexto da segurança pública, definiu diversos indicadores de desempenho compreendidos em três eixos centrais, os quais auxiliarão os GGIs em geral no processo de qualificação de sua auto-gestão e que passamos a definir:

PRIMEIRO EIXO - FUNCIONAMENTO

Reuniões periódicas: realização de reuniões mensais (bimensal é exceção), com divulgação em tempo hábil aos membros participantes do GGI, principalmente aos representantes dos órgãos federais.

Funcionamento e meios de comunicação: demonstração de que possui uma rotina, com atas, endereços e que o colegiado pensa, planeja e age na segurança pública, antes que os fatos aconteçam, dedicação exclusiva da equipe de apoio, desde o secretário executivo e capacidade de comunicação.

Existência de norma de funcionamento do GGI: possuir regimento interno e demonstrar sua aplicação, embasamento teórico-prático para funcionamento do GGI (portarias e outros documentos legais, originais e constituídos no processo);

Participação direta e regular do secretário de segurança pública e membros natos das pastas nas reuniões: protagonismo do gestor da Segurança Pública nas reuniões do GGI, coordenando as atividades, propondo projetos, ações e outras articulações.

Secretaria Executiva do GGI com dedicação exclusiva e condições mínimas de trabalho: Secretário(a), deverá ter um local para funcionamento da secretaria executiva do GGI, com uma equipe mínima de apoio.

SEGUNDO EIXO – ARTICULAÇÃO SISTÊMICA

Participação direta e regular do Judiciário e Ministério Público nas reuniões: comprovação de que o Ministério Público e o Judiciário são convidados permanentes e participam das reuniões, além de que a secretaria executiva do GGI promove parceria e envolvimento com ênfase ao estabelecimento de dispositivos que favoreçam boas relações dialógicas de segurança humana no contexto do colegiado.

Interação com outros órgãos públicos, fora da área de segurança pública, quando necessário: através da secretaria executiva do GGI, a permanente e sistemática articulação com entidades e instituições que operam as políticas sociais básicas (saúde, educação, assistência social, habitação, transporte, meio ambiente, desenvolvimento urbano e rural etc.), tendo em vista que segurança humana é ir além e aquém das polícias.

Interação com a sociedade civil organizada: O GGI deverá criar um fluxo que possibilite a articulação célere com os órgãos que compõem a sociedade civil (empresas, ONGs, OSCIPS, associações e entidades comunitárias organizadas etc.), no sentido de que haja uma contribuição de compartilhamento de dados, informações, estudo, pesquisa, diagnósticos, sempre com objetivo de qualificar o indivíduo e o espaço social no qual está inserido. O estabelecimento desses contatos deverá ser além do papel, isto é, com a fomentação de encontros, reuniões proativas, com visibilidade e atuação prática na construção de possibilidades.

Articulação com GGIs ou conselhos regionais, estaduais e municipais: O GGI deverá estar estruturado para ser facilitador no processo prático e permanente de envolver-se com temas diversos como conselhos de saúde, assistência social, educação, desenvolvimento dentro da área de sua abrangência, inclusive fomentando reuniões, encontros, seminários e outras formas de associações com segmentos da sociedade e outros atores, que fazem parte do controle social. Na verdade, o GGI torna-se um espaço de costura e reavivamento das políticas sociais que tecem o cotidiano das gestões públicas e privadas.

Constituição de Grupos Temáticos nas esferas federal, estadual e municipal: Manter uma agenda e fluxo de encaminhamentos para uma boa relação institucional com órgãos do campo Federal, Estadual e Municipal, bem como com outros atores sociais, na busca de implantar e implementar novos modos de se promover e de instituir práticas exitosas e exemplares na condução da política de segurança pública.

TERCEIRO EIXO – GESTÃO POR RESULTADOS

Gestão estratégica integrada orientada por resultados em âmbito estadual: o GGI é um local estratégico para estabelecer modos e formas da melhor convivência social participativa, não somente para resolutividades de problemas, mas com planos, metas, objetivos, avaliação, supervisão e monitoramento e apresentação a tempo dos esforços despendidos, bem como em ser propositivo da prevenção, promoção e qualificação dos operadores da segurança cidadã e acesso diário ao www.forumead.org.

Orientações quanto a execução de ações no sentido preventivo e enfrentamento qualificado da violência e criminalidade, considerando também o direcionamento estratégico dos GGIs: Produz estatísticas, processa os dados e distribui para cada setor e instituição no sentido de que sejam tomadas providências além do quantitativo, fazendo com que os protagonistas do lugar pensem, reflitam e tenham uma atitude diferenciada das outras que até então tiveram na promoção de soluções e proposições.

Orientações efetivamente implementadas pelos órgãos de segurança pública: é o mesmo que aferir se o GGI em sua estrutura e dinâmica funcional está desenvolvendo o seu processo de colegiado, pois o que é deliberado naquele espaço é o que dever ser praticado pelas demais instituições. Isto é, o GGI deve manter um monitoramento e avaliação dialógica, onde cada membro integrante deve criar mecanismos de acompanhamento das atividades e ações propostas e seu devido comprometimento compartilhado, em um nível de auto-gestão por competência.

Repercussão das políticas de integração entre os órgão junto a base de execução: o GGI deverá incentivar a cultura da integração nas bases entre os operadores de segurança pública nos diversos níveis (estratégico, tático e operacional), utilizando-se de mecanismos de integração capazes de disseminar a “concepção GGI” e suas práticas, por meio de rotinas de trabalho, através de cursos, currículos, debates, simpósios, encontros, reuniões, produção literária etc., além de avaliar continuamente o processo, sempre com ênfase na percepção do aumento da parti-

cipação (institucional e interinstitucional) e do grau de interação no nível de execução das ações entre os órgãos.

Encaminhamento semestral de relatórios de ações do GGI para a Senasp: o GGI deverá organizar-se no sentido de fornecer a interlocução nacional dos GGIs/Senasp/Ministério da Justiça dados e elementos que constituem as atividades, projetos e ações do colegiado, inclusive com descrição das sugestões e inovações colocadas em prática na área de abrangência do GGI e o impacto na segurança humana. Muito além de dados quantitativos, o relatório deverá conter processos da dinâmica e dos modos de como são aplicadas e desenvolvidas as ações.

PARTE II



ANAIS DO FÓRUM NACIONAL DE GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA (2005)

9. INFORMAÇÕES GERAIS

Data de realização

9,10 e 11 de novembro/2005

Local

Recife-PE

Objetivo

Fomentar, via GGI, a cultura de integração nas práticas do sistema de segurança cidadã, com foco no controle da violência e redução da criminalidade nos diversos estados da federação.

Equipe de Trabalho

Coordenação-Geral: Major Eraldo Marques Viegas – pela Senasp;

Integrantes constantes da Portaria nº 007, de 28/07/05: Maj BMDF William Augusto Ferreira Bomfim – Senasp; Maj PMRO Marcelo da Silva Cavalheiro – GGI Rondônia; Maj PMMT Wilquerson Felizardo Sandes – GGI Mato Grosso; Ten Cel PMRS Nelton Henrique Monteiro Ledur – GGI Rio Grande do Sul; Delegada PJC Almerinda Capelli – GGI Espírito Santo

Pontos fortes de estímulo ao evento

- a. Entrega simbólica do Kit GGI a SDS/PE (apoiado pela Gestão Segurança Cidadã).
- b. Divulgação dos resultados do Concurso Motorola/Senasp de Polícia Comunitária.

Participantes por estado

- 27 (vinte e sete) Departamento de Polícia Federal
- 27 (vinte e sete) Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- 27 (vinte e sete) Secretários Estaduais de Segurança e/ou Defesa Social
- 6 (seis) convidados do Secretário envolvendo membros do GGI
- 10 (seis) da Senasp

TOTAL GERAL PARCIAL: 253 (duzentos e cinquenta e três participantes)

10. PROGRAMAÇÃO

28/11/2005 - Segunda-Feira

19h – Abertura Oficial

19h30 – Palestra Gestão Integrada de Segurança Pública e Justiça Criminal – Análise Conjuntural das Novas Tendências. Palestrante – Luiz Fernando Corrêa

20h30 – Apresentação do Kit de suporte tecnológico para os GGIs dos Estados – ano 2006

20h40 – Divulgação do resultado dos vencedores do Concurso Nacional de Polícia Comunitária promovido pela Senasp-MOTOROLA e Entrega de Certificados e Troféus

21h – Encerramento

29/11/2005 – Terça-Feira - 8h30 às 12h30

Palestras

8h30 – Reflexos da Segurança Pública nos Investimentos Econômicos do País – Mesa Redonda. Convidados: Representante – CNI, Dr. Maurício de Andrade – FIRJAN, e Gen Ex Joécio de Campos – FIESP. Moderador: Dr. Luiz Fernando Corrêa – Senasp.

10h10 – Experiências de Integração de Segurança Pública e Justiça Criminal no combate ao Crime Organizado nos Estados do ES e no MT. Palestrantes: Gov. Paulo César Hartung Gomes e Gov. Blairo Maggi. Debatedores: Dr. Daniel Sampaio – DPF/SRDF e Dr. Glauberto Bezerra – Secretário Segurança Pública do RN (Moderador).

11h30 – Ações Integradas de Combate a Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual. Palestrante: Dr. Márcio Costa – MJ. Debatedores: Dr. Carlos Alberto Camargo – ADEPI e Dra. Valquiria Andrade – DPF. Moderadora – Eurídice Vidigal.

Obs: Serão respondidas 03(três) perguntas por tema. As demais serão res-

pondidas por meio eletrônico. Mesa de seleção de perguntas: Dra. Moema Dutra e Dra. Almerinda Sauê.

14h às 16h

Painéis

Painel I – Práticas Exitosas de Enfrentamento Integrado nas Ações de Segurança Pública. A Senasp selecionou as Secretarias de Segurança Pública dos Estados que desenvolveram ações integradas exitosas nos últimos doze meses, (Gen Théo Bastos – CE, Dr. Paulo Moraes – RO, Dr. Célio Wilson – MT, Dr. João Braga – PE, Dr. Manoel Santino – PA, Dr. Ronaldo Benedet – SC, Dr. Antônio Anastasia – MG, Dr. Rogério Cota – SRAL). Após as exposições, com duração de 15 minutos cada, será promovida uma interação entre os painelistas e a plenária com a duração de 30 minutos. Mediadores – DPF Sérgio Fontes (mesa) e Inspetor Sid Martel (apoio). Obs: Serão respondidas 10 (dez) perguntas por tema. As demais serão respondidas por meio eletrônico. Mesa de seleção de perguntas – Dr. Sérgio Fontes, Inspetor Sid Martel.

16h50 às 18h30

Debate

Estratégias Inteligentes para a Integração das Ações dos GGIs. Serão convidados representações nacionais da Senasp – Major Eraldo Viegas(DPPP); do Corpo de Bombeiros Militar – Cel BMAM Franz Alcantâra; Polícia Militar – Cel PMGO Marciano Queiroz; Polícia Civil – Dr. Romel Luiz – MT; Polícia Científica – Dr. Luiz E. Dorea – BA; Sistema Prisional – Dr. Télió Ayres – TO; Polícia Federal – Dr. Joaquim Mesquita – RO; Polícia Rodoviária Federal – Inspetor Isnard Alves – PA; Justiça Estadual – Dra. Nelma Torres – Juíza de Direito – AL; Ministério Público – Dr. Marcelo Zenkner – ES; e ABIN – Dr. Ricardo Pastorini – PE. Para explanação das experiências vivenciadas em seus Estados; debate sobre otimização das ações integradas entre os órgãos que compõem os GGIs. Mediadoras: Profa Jozanes Neres e Profa. Maria Antonieta. Apoio: Maj Wilquerson e Maj Marcelo. Metodologia: os participantes serão instigados pelas mediadoras para apresentarem as estratégias que utilizaram para enfrentar problemas de integração. Previamente, será definido o tempo de participação de cada um de modo a tornar o debate produtivo como se fosse um Gabinete do GGI. A platéia irá interagir com contribuições que serão conduzidas aos debatedores pelas mediadoras.

19h30 – Jantar e apresentação do cantor do Estado de PE.

30/11/2005 – Quarta-Feira

8h30 às 12h30

GRUPOS DE TRABALHO: GT 1

OBJETIVO: estabelecer as diretrizes para futura composição das Câmaras Nacionais Integradas com os temas:

TEMÁTICA 1: CRIMES CONTRA A VIDA – HOMICÍDIO. Facilitadores: CEL PMMT CAMPOS FILHO, Delegado PCMT MILTON TEIXEIRA, Delegado PCBA Jacinto Alberto. Metodologia: Dra. Moema Dutra. Assistente Pedagógico: Capitão Joel – SDS-PE.

TEMÁTICA 2: CRIME ORGANIZADO – NARCOTRÁFICO. Facilitadores: DPF Getúlio Bezerra, Dr. Robson Robin – Senasp e CEL PMMS Geraldo Orti – DOF. Metodologia: Profa. Jozanes Neres e DPF Sérgio Fontes. Assistente Pedagógico: Franklin Santos (membro GGI/PE/TJPE CEL RR/PM/PE -SDS-PE).

TEMÁTICA 3: INTELIGÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA. Facilitadores: DPF José Hilário – Senasp, Delegado PCPE ROMANO Costa, Cel PMGO Arnaldo Costa, CEL R/R EB Romeu Ferreira, DPF Odécio Carneiro – INFOSEG, Felipe Dantas – PNUD, Priscila Antunes – MG, DPF Rubens e DPF Pehkx Jones – Senasp. Metodologia: Cap. PMPE Eduardo. Assistente Pedagógico: Ana Rossini PC/SDS/PE.

TEMÁTICA 4: ROUBO E FURTO DE CARGAS. Delegado PCPE César Urack, PRF-DF Evandro Bruno, CEL PMBA Walter Leite, PF Luiz Carlos – Senasp. Metodologia: MAJ PMMT Wilquerson. Assistente Pedagógico: Delegada Jeanete – SDS-PE. Metodologia: Árvore de problemas e árvore de soluções.

GRUPOS DE TRABALHO: GT 2

OBJETIVO: consolidar resultados para a elaboração da doutrina nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada.

TEMÁTICA 1: PAPEL DOS GGIs NO GERENCIAMENTO DE CRISES. – Facilitadores: CEL PMPE Dielso Pinto Ribeiro, Perito Criminal DPF Ângelo Salignac; TEN CEL PMRS Rodolfo Pacheco. Metodologia: Maj PMRO Marcelo. Assistente Pedagógico: Capitão PM/PE Filipe – SDS-PE.

TEMÁTICA 2: PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA. Facilitadores: Luciano Siqueira – Vice Prefeito do Recife; Cristina Villanova – Senasp; Maristela Baioni-PNUD. Metodologia: TC PMRS Nelton Ledur. Assistente: TEN CEL PM/PE Gersino de Lima SDS-PE.

TEMÁTICA 3: PAPEL DOS CORPOS DE BOMBEIROS NAS AÇÕES INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA. Facilitadores: CEL BMRJ Sérgio Simões, CEL BMPE Ricardo, CEL BMDF Rocha – Senasp. Metodologia: TC BMAM LIMA. Assessor Especial CBMAM. Assistente Pedagógico: Capitã PM/PE Vilma – SDS-PE.

TEMÁTICA 4: A MÍDIA COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A SEGURANÇA PÚBLICA. Facilitadores: Luiz Dresh – TV Bandeirantes – AL; Dr. Ailton Villanova – AL e Cel PMRS RR Jerônimo Braga. Metodologia: DELEGADA Marta Suelene – SDS/PE. Assistente Pedagógico: Capitã PM/PE Ana Paula – SDS-PE. Metodologia: Árvore de problemas e árvore de soluções.

14h30 às 16h50 – Apresentação dos resultados dos grupos de trabalho 01 e 02 – Ordem dos Grupos. Tempo: 20min para cada grupo

16h50 às 17h30 – Debate

18h – Solenidade de Encerramento

19h – Jantar

1 a 2/12/05 – Quinta e Sexta-Feira

GRUPO DE TRABALHO (Portaria nº 007, de 28/07/05). Consolidação de resultados para a elaboração das Diretrizes Nacional para os GGIs. Preparação de toda a documentação visando a publicação de anais; proposta de portaria criando as Câmaras Temáticas Nacionais; planejamento estratégico para 2006-2007; criação de indicadores para elaboração do SIMAR.

Obs: Dias 1 e 2/12 apenas o Grupo de Trabalho.

11. RESENHAS DAS PALESTRAS PROFERIDAS DURANTE O EVENTO

11.1 Palestra Magna: Gestão Integrada de Segurança Pública e Justiça Criminal – Análise Conjuntural das Novas Tendência – Luiz Fernando Corrêa – Senasp

O secretário nacional de segurança pública, Luis Fernando Correia, proferiu palestra sobre a importância da integração entre os diversos municípios brasileiros na luta contra a violência. Segundo ele, o Fórum era um evento ideal para a troca de experiências e formação de parcerias entre as instituições de segurança pública.

“Com a sombra de uma árvore e dez homens de boa vontade é possível criar um GGI”.

Afirmou que, quando os diversos municípios se integram, somando e complementando esforços, o Estado sai fortalecido. Por isso, o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) visava exatamente propiciar essa aproximação e decisão socializada entre as instituições. Além disso, seria possível dividir, inclusive, as responsabilidades sobre as decisões tomadas pelos setores de segurança pública.

A possibilidade de cobrar serviço das instituições que se omitem era um outro papel do GGI. Corrêa acrescentou que a União estava investindo no Corpo de Bombeiros, nas Polícias Civil e Militar, nos gestores municipais e nas lideranças comunitárias, para que eles se articulassem em busca de soluções para os problemas enfrentados. Unindo repressão e prevenção se chegaria a um melhor resultado.

Proseguiu que o fórum não era um evento apenas da Secretaria de Segurança Pública, mas de todos os participantes: “A grande maioria dos presentes não são espectadores, são protagonistas”. A partir daí, o trabalho dos GGIs teria sequência. Ressaltou que pesquisas indicavam o aumento da violência em cidades do interior. Por isso, a Secretaria, por meio de programas, precisava provocar os municípios para que desenvolvessem projetos que atingissem exatamente a faixa vítima dessa violência, sendo os jovens o alvo principal. Seria necessário, portanto, municipalizar as competências e a gestão, envolvendo a liderança comunitária, o gestor municipal, o prefeito e os técnicos em segurança pública. “Com a sombra de uma árvore e dez homens de boa vontade é possível criar um GGI”, comentou.

Dessa forma, os gabinetes teriam o desafio de interiorizar, conversar mais com os municípios, estabelecer uma relação regional. No intuito de nortear esse tra-

balho, questões sobre o controle de armas, drogas e pirataria, entre outros, seriam tratadas durante o evento, incluindo a relação delas com políticas internacionais. “Nada melhor que esse fórum de debate sobre segurança pública, desse colegiado que é o gabinete para implementar toda e qualquer política pública”, opinou.

Disse, ainda, que os presentes estavam diante de uma situação de tomada de posição e que nenhum setor não podia ficar de fora. Assim, seria possível atingir toda sociedade, envolvendo todos os órgãos de segurança pública e chamando, principalmente, o cidadão para participar. E completou que os setores participantes tinham um poder muito grande de formação de opinião e penetração em setores da sociedade.

Por fim, afirmou que era preciso um intercâmbio de experiências durante o Fórum e que as instituições que avançaram demonstrassem as suas experiências e o quanto isso trouxe de retorno a cada um deles, sem arranhar as competências e atribuições.

11.2 Apresentação do kit de suporte tecnológico para os GGIs dos estados – Eraldo Marques Viegas – Senasp

Após a entrega da placa do I Fórum de Gabinetes de Gestão Integrada ao secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, o coordenador dos GGIs na Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), major da Polícia Militar Eraldo Marques Viegas, apresentou o kit de suporte tecnológico distribuído para os Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) em 2006.

O investimento de aproximadamente R\$ 600 mil serviu para a aquisição de um conjunto de equipamentos: projetor multimídia, microcomputador, impressora, laptop, TV 29 polegadas, câmera digital e filmadora. Na ocasião, o major também falou sobre o desenvolvimento do Sistema de Informações para o Monitoramento e Avaliação de Resultados (Simar). O objetivo do Simar seria fazer a interligação dos GGIs. Por fim, foi apresentado o grupo de trabalho responsável pela realização e pelo planejamento do Fórum.

11.3 Divulgação do resultado dos vencedores do Concurso Nacional de Polícia Comunitária promovido pela Senasp–Motorola e Entrega de certificados e troféus (Marina Rejman – Motorola)

A programação do Fórum seguiu com a premiação da terceira edição do Concurso Nacional de Polícia Comunitária, promovido pela Senasp e pela Motorola.

O anúncio dos vencedores e a entrega dos troféus foram feitos pela representante da empresa, Marina Rejman. Ela lembrou que os postos comunitários vencedores recebem materiais para auxiliar as atividades diárias com a comunidade, tais como viaturas, computadores, impressoras e rádios.

“O concurso é consagrado como uma importante ação que visa incentivar, promover e disseminar a filosofia de pensamento comunitário“.

Antes de anunciar os vencedores, Marina falou sobre a trajetória do concurso. Ressaltou que o evento é uma importante ação para incentivar, promover e disseminar a filosofia de pensamento comunitário. Além disso, falou da participação de 11 projetos em 2001 avaliados pelo júri de especialistas em Segurança Pública e que o Espírito Santo terminou em primeiro lugar no concurso, seguido de Amapá e São Paulo.

Em 2002, foram quatorze projetos para avaliação. Os vencedores foram Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo. Após a segunda edição do concurso, houve a publicação do primeiro livro de policiamento comunitário do Brasil com casos e estudos que retratam a nossa realidade.

A representante explicou que foi a partir da terceira edição que o concurso começou a contar com a parceria da Senasp. Foi também em 2005 que ele passou a englobar a Polícia Civil, além da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e das Secretarias de Segurança Pública dos Estados no processo de seleção e encaminhamento dos projetos. A terceira edição contou com 25 projetos habilitados.

Para a entrega dos prêmios, ela convidou o Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, João Braga, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, e o representante da Motorola Bruno Novac. Em seguida, anunciou o terceiro lugar, conquistado pelo projeto Peixeirão, da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar de Rondônia. Mais tarde, divulgou o segundo lugar do concurso, reservado ao Estado de São Paulo com o projeto de Segurança Jardim Daniele.

Marina anunciou, ainda, o Estado de Goiás como vencedor do 3º Concurso Nacional de Polícia Comunitária Senasp-Motorola. O projeto ganhador foi a experiência do décimo quarto Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS) de Goiânia, realizado em conjunto pela Secretaria de Segurança Pública, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil Militar de Goiás. Por fim, ela entregou um troféu ao secretário Luiz Fernando Corrêa como agradecimento pelo estímulo, apoio e esforço da equipe da Senasp para a realização do concurso.

11.4 Reflexos da Segurança Pública nos Investimentos Econômicos do País

11.4.1 Marcelo Ottoni Durante

Os resultados das ações de gestão de conhecimento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) foram apresentados pelo Coordenador-Geral de Pesquisa e Análise da Informação da Secretaria, Marcelo Durante. Na ocasião, ele apresentou os resultados de estudos em duas partes principais. A primeira fazia um diagnóstico sobre a questão da violência e da criminalidade no Brasil. A segunda abordava os custos da violência e da criminalidade no país, tanto econômicos, como sociais e políticos.

Explicou que, desde 2004, a Senasp implementou novo sistema no qual passou a monitorar 50 delitos diferentes para todos os municípios com população acima de 100 mil habitantes. A nova metodologia representou, pela primeira vez, informações que mostram que a violência nesses municípios pode ser igual ou pior que nas capitais. Diante dos dados, ressaltou a necessidade de mudança na política de Segurança Pública em termos de não atender apenas as capitais como também os municípios com mais de 100 mil habitantes.

“A criminalidade é maior quando o desenvolvimento ocorre de forma desorganizada, promovendo a desigualdade social”.

Outro ponto destacado foi que as estatísticas oficiais representam no Brasil cerca de 25% do que realmente ocorre. Isto porque quem mais registra crime na polícia é que tem mais acesso a ela e não necessariamente este grupo representa toda a população. Foi dito, ainda, que o risco ao trabalhar somente com esses dados é o direcionamento de uma política de Segurança Pública à parte da comunidade que tem mais acesso à polícia e melhor condição de vida.

Mostrou-se também que a criminalidade é maior quando o desenvolvimento ocorre de forma desorganizada, promovendo a desigualdade social. Marcelo Durante defendeu que a redução da criminalidade se faz com investimento em segurança pública, aumento da renda per capita e, principalmente, redução da desigualdade social.

A partir desses dados, seria preciso implementar o Susp. Isto porque o Sistema consolida uma ordem pública relacionada à garantia dos direitos individuais e coletivos, à qualidade de vida dos atores sociais, suas expectativas e visões de mundo, formas de inserção no espaço urbano e níveis de participação comunitária.

Por fim, o palestrante ressaltou a necessidade de articulação sistêmica

das instituições de Segurança Pública. Além disso, disse que outro ponto fundamental é a aplicação dos direitos humanos, pois sem eles outras ações perderiam os sentidos.

11.4.2 Maurício de Andrade Ramos

O Assessor da Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Maurício de Andrade Ramos, destacou em sua palestra a importância da Segurança Pública para o desenvolvimento das indústrias e, consequentemente, da Economia do país. Na ocasião, falou que um ambiente de segurança é fundamental para atrair empresas e investimentos, sua manutenção ou ampliação das atividades.

Realçou a necessidade de se elaborar uma estratégia nacional para vencer o desafio da segurança. Apesar de o sistema Firjan estar focado no Rio de Janeiro, o problema da violência seria de todas as metrópoles brasileiras. Ele citou um dado do Banco Interamericano de Desenvolvimento, segundo o qual o Brasil perde anualmente cerca de 10% do seu PIB com a violência.

Além disso, lembrou uma pesquisa realizada pelo sistema Firjam, em que 93,3% dos trabalhadores de indústrias distribuídas por todas as regiões do Estado do Rio consideravam a Segurança Pública como muito importante para exercerem suas atividades. Ainda nessa pesquisa, foi constatado que 43,4% dos trabalhadores e as suas famílias já haviam sofrido algum tipo de incidente relacionado com a violência.

“Não só a tranquilidade do cidadão, mas também a economia do país esbarram hoje na violência urbana”.

Destacou o fato de que o crescimento desordenado de aglomerações urbanas nas regiões metropolitanas ter agravado a segurança de várias indústrias do Rio de Janeiro. O resultado foi que algumas tiveram que mudar as instalações para locais considerados mais seguros ou até mesmo para outros Estados. “Não só a tranquilidade do cidadão, mas também a economia do país esbarram hoje na violência urbana”, disse.

Os prejuízos não se restringem aos investimentos e alcançam até mesmo o setor turístico do país, acrescentou. Já os empresários, sobrecarregados com a quantidade de impostos, na busca por segurança, são obrigados a despende recursos para a contratação de vigilantes, ocasionando o aumento de custos nas suas empresas.

Devido aos índices, contou, o sistema Firjan tornou-se parceiro do Ministério da Justiça por meio do projeto Segurança Cidadã, que reuniu especialistas brasileiros e estrangeiros e obteve um investimento da Firjam de cerca de R\$ 1,5 milhão. O Segurança Cidadã foi a primeira parceria público-privado de Segurança Pública firmada no Brasil. Por fim, o representante destacou que os trabalhos do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública vêm apresentando avanços recentes da sociedade brasileira na formulação de Políticas Públicas de Segurança. O resultado das ações em segurança, lembrou, refletiu-se na economia das empresas e no volume de investimento.

11.4.3 Joélcio Campos Silveira

Na ocasião, o membro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e general da reserva do Exército, Joélcio Campos Silveira, representou o presidente da instituição, Paulo Scaf. Durante a exposição, falou sobre algumas estatísticas de Segurança Pública e da necessidade da integração para atrair investimento das indústrias e uma consequente alavancada no desenvolvimento no país.

Inicialmente, citou dados de pesquisas sobre segurança pública, uma delas da CNT Sensus, que apontou a área como a de pior desempenho do governo federal, em 2005. O dado, disse, mostra a necessidade da integração para a produção de um planejamento de médio e longo prazo, com o intuito de que as políticas industriais possam elaborar os seus planos de investimento. Trabalhando dessa maneira, haveria maior escala de produção e um adequado fluxo de fornecimento com preços mais convenientes.

“É preciso eficiência na Segurança Pública para reduzir as taxas de criminalidade, bloquear o crime organizado e o tráfico de armas e de drogas”.

Dentre as ações de integração da Segurança Pública já em andamento, ele lembrou a iniciativa do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que tem como objetivo a compatibilidade dos esforços do governo federal com os estaduais para a redução da criminalidade e da violência. Outra iniciativa citada foi a criação da Força Nacional de Segurança Pública, instrumento que visa estabelecer a operação conjunta entre as forças policiais estaduais e que permitirá a substituição do emprego das Forças Armadas e do policiamento civil da Segurança Pública.

Na ocasião, o general reconheceu que o país não vai bem no setor de Segurança Pública. Apesar dos dados, ressaltou o trabalho da segurança no combate

do crime organizado ou à pirataria e lembrou o fato de o Brasil ser pressionado até mesmo no ambiente internacional para diminuir esses fatores que prejudicam os investimentos. “É preciso eficiência na Segurança Pública para reduzir as taxas de criminalidade, bloquear o crime organizado e o tráfico de armas e de drogas”, afirmou.

Por conta disso, as empresas estariam sendo obrigadas a gastar com equipamentos, na contratação de empresas particulares e em instalações de segurança. Segundo ele, esse quadro ressalta a necessidade de ações por parte dos diversos órgãos do sistema de Segurança Pública na busca do aumento dos investimentos e para a busca de tranquilidade ansiada pela população.

Por fim, explicou o papel da Fiesp na busca dessa segurança. A entidade, fundada em 1928, teria sempre buscado debater e orientar os temas sociais do país. E, ao final de sua exposição, apresentou um vídeo institucional da Fiesp sobre o crescimento da indústria.

11.5 Experiências de integração de Segurança Pública e Justiça Criminal no combate ao crime organizado no Estado do Mato Grosso

11.5.1 Blairo Borges Maggi

O Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi, exemplificou as experiências de integração de Segurança Pública no combate ao crime organizado com operação realizada pelo Gabinete de Gestão e Integração (GGI) no caso dos bingos e bicheiros. Afirmou que a operação teve a participação de vários órgãos de Segurança Pública, como as polícias Federal, Civil do Estado, Militar e Rodoviária Federal.

Destacou a operação Arca de Noé, como sendo uma das primeiras experiências do GGI do Mato Grosso no combate ao crime organizado. A operação, segundo ele, teve origem na insatisfação com a situação observada no Estado, sendo uma iniciativa do Governo do Mato Grosso, da sociedade civil organizada e da federação das indústrias, que se uniram para reclamar e exigir o fim de bingos e do jogo do bicho.

“O crime organizado deve ser combatido de forma constante, rotineiramente”.

Contou que as forças de Segurança Pública trabalharam de forma integrada para investigar e buscar provas para combater as organizações criminosas e

que o dinheiro do jogo do bicho é abastecido não só pelo jogo, como também pelo tráfico e contrabando de armas. Esse dinheiro, explicou, vai para paraísos fiscais, gerando outros crimes, como o de lavagem de dinheiro e contra o sistema tributário do Estado.

Em seguida, destacou o sucesso da operação, que manteve os acusados presos. O resultado foi a retirada de máquinas de caça níqueis e a diminuição do jogo do bicho, presente em Mato Grosso em pouca escala devido ao combate constante da polícia.

Por fim, lembrou a importância de uma política de Segurança Pública que coloque o interesse do cidadão em primeiro lugar: “O crime organizado deve ser combatido de forma constante, rotineiramente”. A intenção seria obter transparência, honestidade e coragem de fazer enfrentamentos, além de novas propostas para o combate ao crime organizado.

11.5.2 Rodney Rocha Miranda

O Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo, Rodney Miranda, falou sobre a criação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) no Estado e na importância da ação deste para o combate ao crime organizado e à criminalidade de modo geral. Ressaltou que o problema do Espírito Santo com o crime organizado se arrasta por mais de uma década e a origem é basicamente advinda de jogo do bicho, máquinas caça níquel e casas de bingo.

Logo após, abordou a criação do GGI do Estado e a adesão ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Foi a partir daí, explicou, que o gabinete se tornou uma realidade, sendo um órgão especial criado por lei dentro da estrutura da Secretaria de Segurança, sem subordinação ou vinculação.

Depois da criação formal do GGI, disse que a primeira medida tomada foi a reestruturação logística das forças de Segurança Pública. Afirmou que foram comprados nove mil computadores, colocados à disposição das polícias e do Corpo de Bombeiros e citou a formação de um centro integrado para o compartilhamento de informações.

“Temos um inimigo comum, que se chama criminalidade, que se chama violência”.

Outra ação importante do GGI do Espírito Santo citada foi o Conselho Consultivo, formado por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros. Explicou que também fazem parte desse conselho mais cinco representantes da sociedade civil organizada, como forma de tornar a sociedade mais próxima do combate ao crime organizado. As atribuições do conselho seriam o estabelecimento e avaliações de ações integradas e de políticas na área de Segurança Pública.

Segundo Miranda, o GGI – com o apoio da sociedade e a articulação com outros órgãos ou entidades, federais, estaduais ou municipais – proporciona uma colaboração efetiva em ações da criminalidade em diversos níveis. Contou que há discussão e que é necessário o estabelecimento de ações estratégicas no âmbito da Segurança Pública, além da busca por reintegração e o compartilhamento do conhecimento com outras secretarias de segurança pública.

Porém, acrescentou que não somente o crime organizado é tratado no GGI, mas todos os aspectos relevantes na área de combate à criminalidade e violência também são abordados nas reuniões. Para ele, a filosofia do GGI é justamente a de união, integração de esforços em contraponto à violência, à criminalidade e ao crime organizado. Por fim, ressaltou a necessidade constante da troca de informações e experiências dentro dos GGIs. “Temos um inimigo comum, que se chama criminalidade, que se chama violência”, ressaltou.

11.6 Ações Integradas de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual

11.6.1 Márcio Costa de Menezes e Gonçalves

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra Propriedade Intelectual, Márcio Costa de Menezes e Gonçalves, abordou a importância da união de todos os setores da sociedade na luta contra esses delitos, que, além de tudo, financiam o crime organizado. Segundo ele, seria preciso realizar um trabalho tanto de repressão quanto de prevenção.

Costa iniciou a palestra dizendo que um estudo da Interpol comprovava que a pirataria circulava mais que o narcotráfico, sendo considerado, portanto, um delito mundial. Acrescentou que a intenção do Conselho para o futuro era justamente buscar o envolvimento profundo de estados e municípios contra esse delito, já denominado nos fóruns internacionais como o crime do século.

Contou que o Conselho foi criado em virtude de uma recomendação da CPI da Pirataria, que apontou que por trás do crime de pirataria e violação intelec-

tual, estavam atuando grandes grupos organizados, grandes marcas que abasteciam cidades do mundo. Integravam o órgão: representantes das indústrias de *software*, fonografia, literatura, audiovisual, fumos, bebidas e combustíveis, além da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, os Ministérios da Justiça, Fazenda, Relações Exteriores, Ciência e Tecnologias, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Trabalho e Emprego e representantes da PF, PRF, Receita Federal, Câmara dos Deputados e Senado. A composição, segundo o secretário, era ampla e permite uma intensa troca de informações.

Citou os prejuízos à indústria nacional trazidos pela concorrência desleal daqueles que não pagam impostos, empregam mão de obra infantil e escrava, facilitam a lavagem de dinheiro e abastecem máfias, em detrimento daqueles que cumprem com as obrigações, contribuindo para a geração de empregos formais. Afirmou, também, que o Brasil estava sendo cobrado, principalmente pelos Estados Unidos, a proteger mais a sua propriedade intelectual. “Se os nossos aplicadores da lei: juízes, promotores, delegados nunca tiveram conhecimento acerca da propriedade intelectual, fica difícil cobrarmos resultados”, comentou.

A repressão por si só não vai traz grandes resultados, disse. Seria preciso trabalhar também com vertentes educativas, demonstrando aos consumidores as mazelas e todos os males que a pirataria causa e pulverizando o conhecimento da propriedade intelectual. Também seria importante a adoção de medidas econômicas que buscassem estreitar o diferencial de preços entre produtos originais e piratas, uma vez que o grande chamariz de produtos piratas é a diferença de preços.

“Se tivermos produtos a preço popular, conseguiremos trazer o consumidor para o nosso lado”.

Concluiu a palestra falando da importância de um trabalho conjunto entre os órgãos de segurança pública e fez um apelo pela união de esforços em todos os setores da sociedade: consumidores freando a demanda e agentes de fiscalização e repressão atuando para que seja possível reverter o quadro do crime.

11.6.2 Valquíria Souza Teixeira de Andrade

A Delegada da Polícia Federal e Coordenadora da Polícia Fazendária do Departamento de Polícia Federal (DPF), Valquíria Souza Teixeira de Andrade, falou sobre o trabalho realizado pelo órgão e sobre as dificuldades de combater a pirata-

ria e os delitos contra a produção intelectual. Ela também tratou da importância de haver integração entre os estados brasileiros, além da necessidade de conscientização do consumidor a respeito da compra de mercadorias falsificadas.

“No Brasil, estamos em toda parte”.

Explicou que o DPF é composto por uma diretoria-geral e por seis outras diretorias, com suas respectivas coordenações. A função do órgão estaria ligada especificamente ao contrabando, descaminho e produtos contrafeitos e a atuação consiste em apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesse da União. Acrescentou que, no Brasil, o departamento está em toda parte, nos 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres, fluviais e lacustres e nos oito mil quilômetros de parte marítima. Há, também, superintendências regionais em cada capital, além de uma diretoria executiva, onde está localizada a coordenação geral de polícia fazendária.

No entanto, afirmou que existe grande dificuldade de apurar certos tipos de condutas delituosas, uma vez que nem todas as polícias podem agir de ofício. A PF, por exemplo, precisa ser acionada, pois a ação é pública condicionada à representação de determinada marca de produto. Outra dificuldade é o fato de o cidadão, muitas vezes, falsificar uma mercadoria na própria residência e, em seguida, comercializá-la. “É uma atividade muito difícil de pegar quando esta pessoa vende em pequenas quantidades”, afirma.

De acordo com Andrade, a rota da pirataria é conhecida, mas nem por isso é fácil de ser combatida. Por exemplo, 70% das falsificações seriam feitas na China, Singapura, Coreia e Malásia, de onde saem para portos como o de Santos e seguem para entrepostos como a Ciudad del Este, no Paraguai. O Brasil, por causa da enorme fronteira com países pouco atentos a este tipo de crime, recebe facilmente as mercadorias na forma de contrabando.

Por esse motivo, contou que seria preciso um apoio maior dos estados brasileiros, pois a polícia de fronteira não tem condições de fazer todo o trabalho. Alertou, ainda, para o fato de que o consumidor, ao comprar um produto pirata, pratica o crime também, conforme diz o artigo 184 da Constituição, e fortalece organizações criminosas, sonegação fiscal e concorrência ilegal.

Por fim, disse que a DPF é eficiente e capaz, mas que não tem recursos suficientes para as suas necessidades. No entanto, por meio da união com as polícias Militar, Rodoviária e Civil, a Marinha, o Exército e os demais órgãos policiais repressivos e preventivos, seria possível continuar a dar resultados positivos para a sociedade brasileira.

11.6.3 Carlos Alberto de Camargos

O Presidente da Associação de Defesa da Propriedade Intelectual (Adepi), o Coronel Carlos Alberto de Camargos, falou sobre as funções exercidas pela Associação no combate à pirataria. Outro ponto levantado foi a necessidade de aplicação da punição aplicada aos que fazem pirataria.

“O cidadão que inocentemente pega o filho pela mão e leva para comprar um filme infantil pirata, está colocando-o em contato com uma extensa organização criminosa de nível internacional.”

Citou como principal ponto de combate à pirataria a criação de um sistema nacional, com a participação de órgãos estaduais, municipais e federais, policiais e não policiais. O objetivo seria trabalhar permanentemente de forma articulada para a prevenção e repressão da pirataria. A medida seria necessária porque o crime ultrapassa a fronteira dos Estados no próprio país, não devendo ser combatido somente por delegacias de bairro, onde as informações do inquérito não se compatibilizam nem mesmo com a informação de outro inquérito na mesma delegacia. “A guerra contra organizações de pirataria é uma guerra contra o crime de maneira geral”, opinou.

Mais um assunto destacado foi a necessidade de aperfeiçoamento da persecução penal. Ele afirmou que não adianta apenas o Estado prender quem comete o crime sem condená-lo. Como embasamento, apresentou dados de que há 3,2 mil processos criminais por pirataria de obras audiovisuais em todo Brasil. Porém, foram registradas apenas dez condenações no ano de 2005. Disse que o fato mostra que é preciso haver a certeza de punição para evitar as incidências. Há pessoas que reincidem mais de quinze vezes, numa afronta ao princípio de autoridade e de ordem dentro da sociedade.

Lembrou que a falta de punição faz as organizações criminais se comunicarem e a partir disso o dinheiro gerado pela pirataria acaba sendo utilizado para o roubo de cargas e para o tráfico de armas e de entorpecentes, gerando uma ligação entre as organizações.

Por esse motivo é que a Adepi busca ligação para realizar um trabalho educativo. A tentativa, explicou, é mostrar para o cidadão que quando ele inocentemente pega o filho pela mão e leva para comprar um filme infantil pirata, está colocando-o em contato com uma extensa organização criminosa de nível internacional. Além disso, o dinheiro colocado nessa rede criminal poderia se materializar na forma do traficante da escola ou na arma de um assalto.

11.7 Práticas Exitosas de Enfrentamento Integrado nas Ações de Segurança Pública

11.7.1 Théo Espíndola Bastos

O Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, o General do Exército Théo Espíndola Bastos, tratou da importância do trabalho de integração entre as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros no âmbito da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Estado.

Para exemplificar, citou as seguintes estruturas da Secretaria: Centro Integrado de Inteligência, Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER), Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), Gabinete de Gerenciamento de Crises (GGCrises), Polícia Científica, Plano de Integração da Área do Interior do Ceará, Conselhos Comunitários de Defesa Social e Áreas Operacionais Integradas.

Inicialmente, apresentou as estruturas do Centro Integrado de Inteligência em Segurança Pública, que funciona com reuniões semanais, e do CIOPAER, que possui quatro helicópteros. Logo após, falou sobre a modernização do CIOPS e explicou que o Centro conta com o mapa digitalizado de Fortaleza com informações criminais geoprocessadas, com sistema de transmissão de dados e voz nas viaturas (computadores de bordo), identificador e gravador de chamadas telefônicas.

Apresentou, também, a estrutura da Polícia Científica (que construiu à época um laboratório de DNA) e o funcionamento do Plano de Integração da Área do Interior do Ceará, que consiste na construção de unidades de segurança integrada em cidades do interior do Estado, onde num único local a população tem acesso às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros.

Um importante instrumento de integração na Secretaria de Segurança Pública do Ceará apontado foi o Gabinete de Gerenciamento de Crises, instituído em 23 de fevereiro de 1999. Diretamente subordinado ao secretário de Segurança Pública, esse órgão tem como finalidade equacionar crises no campo de ações dos órgãos de Segurança Pública e Defesa do Estado. Bastos falou, ainda, sobre a realização de exercícios de simulação para avaliar e aprimorar o desempenho dos integrantes do Gabinete.

Outra instituição da Secretaria destacada foi o Conselho Comunitário de Defesa Social. Enfatizou a importância dos Conselhos como elos de aproximação da SSPDS com a comunidade. Por meio de 960 Conselhos Comunitários instalados em diversos municípios, aproximadamente 17 mil voluntários auxiliam no planejamento operacional da Secretaria para solucionar problemas de segurança local.

“É interessante como os Conselhos estão integrados nas áreas operacionais”

Ao final da palestra, exemplificou o trabalho de operação integrada da SSPDS apontando ações de combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes. Foi exibido um vídeo elaborado pela polícia com operações das entidades integradas da Secretaria de Segurança, em que 43 estrangeiros em situação irregular com a Polícia Federal foram autuados e boates foram fechadas por explorarem menores.

11.7.2 Célio Wilson de Oliveira

O Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso, Célio Wilson de Oliveira, abordou a importância dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) para o Estado do Mato Grosso. Ressaltou os GGIs como um projeto sem a exigência de um dispêndio de grandes recursos, mas com mobilização intensa e resultados significativos.

Explicou que o GGI em Mato Grosso tem uma atuação diversificada, que vai desde capacitação até a realização de operações conjuntas das Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária, do Sistema Prisional e do Corpo de Bombeiros. O resultado, segundo ele, foi a melhoria do relacionamento entre as instituições, que discutem juntamente a questão da Segurança Pública do Estado.

“Integrar não é colocar instituições num único local, mas partilhar meios”.

Ressaltou a importância da integração para um Estado de grandes dimensões, como o Mato Grosso. São mais de 900 mil quilômetros e mais de três mil quilômetros de malha rodoviária. Afirmou que se não houvesse integração ou um trabalho de planejamento conjunto entre as Polícias Rodoviária, Estadual e Federal, não seria possível a prestação de um serviço satisfatório. “Integrar não é colocar instituições num único local, mas partilhar meios”, disse.

No Mato Grosso, o Gabinete de Gestão Integrada, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso, tem elaborado um Plano de Gestão Integrada da Segurança Pública. A realização de cursos de capacitação e gestão de crises é resultado desse plano, disse. Outro aspecto levantado foi a participação da comunidade nos trabalhos desenvolvidos dentro da Polícia Comunitária. Seriam ações de aproximação com os movimentos comunitários, que geraram resultados positivos.

Ressaltou situações nas quais a própria comunidade tomou decisões que diminuíram os índices de violência. Em uma delas, a comunidade decidiu junto aos comerciantes que os locais que comercializavam bebidas alcoólicas mantivessem suas atividades apenas até um determinado horário.

A experiência mostrou que há uma redução significativa dos índices de violência quando existe investimento, participação da sociedade e capacitação. Para o secretário, os órgãos de Segurança Pública devem funcionar como catalisadores de demandas sociais, com pessoas aptas para detectar e visualizar problemas e encaminhá-los, quando necessário, para outros órgãos do Estado, para que as providências necessárias para reduzir a criminalidade sejam tomadas.

Quando questionado sobre os resultados dessa integração para Mato Grosso, ressaltou a solução de problemas antigos que afligiam o Estado, que possui características peculiares como as questões indígenas e fundiárias. Acrescentou que, por meio da integração, essas questões são discutidas, resultando no avanço do combate à criminalidade.

Por fim, refletiu sobre o fato de que os problemas de Segurança Pública não serão resolvidos do dia para noite. E concluiu que a integração e o trabalho em conjunto podem agilizar e facilitar a resolução dessas dificuldades.

11.7.3 João Batista Meira Braga

O Secretário de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC) de Pernambuco, João Batista Meira Braga, apresentou em sua palestra o esforço da secretaria para a implantação da integração das Polícias Civil, Militar e Científica e do Sistema Penitenciário. Explicou também o conceito de integração, que, segundo ele, deve ser feito com a sociedade e com órgãos públicos.

Falou que essa integração não se faz somente por decreto, mas por uma política onde as diversas partes estejam unidas, com responsabilidades definidas e trabalhando em conjunto. Quando questionado sobre a disparidade de condições de trabalho, o nível de preparação técnica e a remuneração das instituições participantes da integração em Pernambuco, defendeu a equiparação salarial e a destinação de mais recursos para a Segurança Pública para transpor essas dificuldades.

“Integrar é unir, dividir responsabilidades em um trabalho em conjunto”.

Em seguida, destacou alguns objetivos da Secretaria de Pernambuco, que são: a busca da participação social; a integração da polícia com a sociedade e a compatibilidade de funções, avaliação e acompanhamento das estatísticas para a realização de análises criminais. A intenção seria elaborar estratégias, um bom planejamento e modernizar a estrutura da Secretaria com o foco em resultados.

Disse que uma das primeiras ações da Secretaria de Segurança de Pernambuco para a integração foram os Conselhos da Paz. Eles têm a participação da sociedade e dos órgãos da Secretaria e promovem reuniões todos os meses, quando se é realizado um debate sobre a questão da violência. Falou também que em cada município e circunscrição foram formados os conselhos, que mostram um sistema de acompanhamento do trabalho policial e dão pontuação para a questão da eficiência e do trabalho da polícia.

Destacou o trabalho de integração da Secretaria de Segurança de Pernambuco junto à sociedade. Um exemplo dado foi o projeto com o Sindicato de Habitação de Condomínios de Classe Média, onde havia altos índices de assalto. O projeto consiste na integração dos rádios dos porteiros dos condomínios com o canal da polícia. Qualquer desconfiância na região ou tentativa de invasão, os porteiros acionam a polícia, que chega em menos de cinco minutos. A ação praticamente zerou o assalto aos condomínios, contou.

Outra ação de integração com a sociedade destacada foi a implantação do Comunidade Alerta. Trata-se, explicou, de um telefone dentro da viatura da polícia para atender a comunidades mais pobres. A medida permite o atendimento mais rápido a essas comunidades.

Citou também a formação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que conta com uma câmara integrada de inteligência. O gabinete teve a colaboração da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), que forneceu um software para que a comunicação do grupo seja mais eficiente. Por fim, falou sobre a importância da inclusão das Forças Armadas na composição do GGI.

11.7.4 Manoel Santino Nascimento Junior

O Secretário Executivo da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Pará, Manoel Santino Nascimento Junior, falou sobre os elementos necessários para uma eficiente integração da Segurança Pública no país. Destacou o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) como uma ferramenta de trabalho essencial para a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Defendeu que, para que haja a integração das forças de Segurança Pública, devem existir, pelo menos, três vetores importantes: gestão de conhecimento, produção do conhecimento e gestão integrada da operacionalidade.

“A polícia é o homem de defesa da sociedade da própria sociedade, pois os criminosos fazem parte do tecido social”.

Ressaltou a importância da gestão do conhecimento para a integração na formação da mentalidade daqueles que operam as forças da Segurança Pública. Contou que o Pará criou o Instituto de Segurança Pública do Estado (IESP), que formalmente englobou todas as academias das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros, mais a capacitação do Sistema Penitenciário. Explicou que no instituto há uma formação básica e, depois, são realizadas as especializações, adaptadas para a formação técnica de cada área.

Citou também a produção integrada do conhecimento como elemento base para a integração operacional. No caso do Pará, o Secretário destacou a criação do Centro Estratégico Integrado, que congrega a produção do conhecimento da área de inteligência. Disse que a intenção do Centro é utilizar dados das estatísticas policiais para obter informações gerenciais. Essas informações possibilitariam ao Gestor de Defesa Social e Segurança Pública tomar decisões, que vão da fixação do número de efetivo em determinadas zonas de policiamento à aquisição de veículos.

Por fim, abordou o terceiro vetor para a integração da Segurança Pública: a gestão integrada da operacionalidade. A busca dessa gestão no Pará, disse, veio com a instalação, em 1998, do Sistema Integrado de Operações Policiais (Siop), que converge os chamados para as Polícias Civil, Militar, Técnica e para o Departamento de Trânsito e o Corpo de Bombeiros, num único número: o 190. Por meio da linha, vários organismos e instituições responsáveis pela Segurança Pública são acionados, independente de outra notificação. “A polícia é o homem de defesa da sociedade da própria sociedade, pois os criminosos fazem parte do tecido social”, disse.

Ao final da palestra, ressaltou a integração operacional como o caminho para enfrentar os desafios permanentes do aumento da criminalidade. Acrescentou a importância da troca de experiências, da formação de um cadastro de informações criminais ágil e integrado, com o intuito de que, de forma articulada e integrada, o Setor de Segurança Pública possa dar paz social à comunidade.

11.7.5 Fabio Medina Osório

O Secretário Adjunto de Estado e de Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Fabio Medina Osório, tratou das principais funções e objetivos do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) no Estado. Dentro do tema, destacou a importância da integração das forças de Segurança Pública proporcionadas pelos GGIs e da importância destes para o desenvolvimento de uma política pública para a área.

Segundo ele, o GGI do Rio Grande do Sul procurou ter foco exclusivo na gestão com o objetivo de buscar a formação de uma política pública para a Segu-

rança Pública do Estado. Por isso o Gabinete de Gestão do Estado aborda como áreas essenciais e estratégicas as de inteligência, de banco de dados e da gestão da informação para produção de conhecimento.

Citou que, buscando aprimorar essas áreas, a Secretaria da Justiça e da Segurança criou a Escola Superior de Gestão em Justiça e Segurança. A Escola, explicou, integrou o ensino das forças de Segurança Pública objetivando a constituição de uma auto burocracia na área da Justiça e da Segurança Pública no Rio Grande do Sul. Além disso, reúne profissionais num único ambiente que culturalmente será vocacionado à integração.

Além da necessidade de integração no Rio Grande do Sul, destacou a necessidade da integração entre ministérios e secretarias para a formação da gestão integrada. Gestão esta prejudicada pela falta de continuidade das boas políticas públicas e do predomínio da política em detrimento da administração. Outro problema apontado foi a falta de políticas públicas de outras áreas - saúde, educação, área social - o que ocasiona o desemprego, a miséria e a desigualdade social, que influenciam efetivamente na Segurança Pública.

“Gestão integrada começa pela cultura da integração, enquanto não tocamos nessa ferida, não estaremos apontando os males que afligem a gestão pública do país”.

Defendeu, depois de questionado, que os Gabinetes de Gestão Integrada reúnam-se periodicamente com os órgãos subordinados para diagnosticarem a realidade criminal e propor metas para enfrentar a criminalidade. O resultado seria a formação de macro estratégias que envolvam políticas criminais direcionadas à enfrentar os danos sociais.

Por fim, destacou que ainda falta no Brasil uma Agência Nacional de Estatísticas Criminais, que ajudaria na formação dessas estratégias e políticas públicas para a área de Segurança Pública. Essa agência poderia produzir uma base para as políticas criminais e para a medição da criminalidade nos estados. Explicou que, atualmente, cada estado produz suas estatísticas de forma independente. “Gestão integrada começa pela cultura da integração, enquanto não tocamos nessa ferida, não estaremos apontando os males que afligem a gestão pública do país”, observou.

11.7.6 Rogério de Oliveira Filipeto

O Chefe de Gabinete do Secretário de Defesa Social de Minas Gerais, Rogério de Oliveira Filipeto, exemplificou em sua palestra as práticas de integração

da Segurança Pública que obtiveram êxito em Minas Gerais. Dentre elas, destacou as seguintes ações: o treinamento policial integrado, a implantação do Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública (Gisp) e das áreas integradas de atuação.

A primeira ação citada foi o Treinamento Policial Integrado, que busca a formação dos policiais de forma integrada nas academias. Disse haver em Minas Gerais a preocupação de capacitação dos policiais para as práticas e dificuldades do dia-a-dia. Assim, policiais que já atuam são submetidos a esses cursos, para que haja renovação de conhecimentos. Contou também que, em 2003 e em 2004, houve o treinamento de quase dois mil policiais, inclusive por meio de teleconferência e vídeos. “É preciso que nós promovamos algo mais impactante para o decréscimo da criminalidade”, opinou.

Esses treinamentos incluíram disciplinas comuns, que vão das necessárias às práticas policiais do dia-a-dia, além da questão de operacionalização de sistemas de informática, ética e direitos humanos. Afirmou que outra característica do treinamento policial integrado é a capacitação de policiais para o curso de polícia comunitária.

Depois, falou sobre o Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública (Gisp), nome dado ao Gabinete de Gestão Integrada (GGI) de Minas Gerais. O Gisp, contou, foi criado com a intenção de se institucionalizar uma força-tarefa de Segurança Pública. Há gabinetes para o combate às organizações criminosas e para promover a proteção das autoridades que se expõem ao combate dessas organizações.

“É preciso que nós promovamos algo mais impactante para o decréscimo da criminalidade”.

Outra característica do Gisp citada foi o Conselho Consultivo do Gabinete, composto por uma instância deliberativa e outra operacional, voltada para atividades de inteligência. Também foi ressaltada a implantação, por Minas Gerais, do IGESP, do Compstat, que é o *Computadorized Statistics*, baseada numa proposta americana, desenvolvida também em Bogotá, que resultou no declínio da criminalidade em Minas Gerais.

A terceira e última prática citada foi a implantação das áreas integradas de atuação. Filipeto exemplificou a ação com o caso de Belo Horizonte, onde foi implantada uma região integrada dividida em áreas coordenadas de Segurança Pública. Nestas áreas, explicou, são analisadas características dessas regiões específicas e, a partir delas, realiza-se um trabalho com os membros policiais dessas áreas, fixando padrões de atuação e metas voltadas para a redução da criminalidade. Finalizou a palestra, destacando que essas ações integradas são uma forma de monitorar o crescimento da criminalidade e da atividade policial, resultando na diminuição da criminalidade.

11.7.7 Carlos Eduardo Ferreira

A objetividade e a praticidade trazidas com a criação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) foram os temas levantados pelo Diretor-geral da Polícia Civil de Rondônia, Carlos Eduardo Ferreira. Segundo ele, o Gabinete no Estado vem proporcionando a tomada de decisões de forma rápida e eficiente.

“Não se faz Segurança Pública sem decisões coletivas”.

Destacou o fato de que antes do GGI as forças policiais não se comunicavam de forma eficiente há muito tempo. Disse que a implantação do Gabinete vem proporcionando a melhora dessa comunicação entre as partes que atuam na Segurança Pública: “Não se faz Segurança Pública sem decisões coletivas”. Ressaltou, também, o GGI como um atalho para que as polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros possam praticar ações que tenham o resultado satisfatório para a sociedade.

Outra questão levantada foi as peculiaridades de cada Estado brasileiro devido às proporções continentais do país. Essas diferenças impediriam que as ações de Segurança Pública fossem iguais em todos os Estados e, portanto, deveriam ser feitas reuniões e discussões no intuito de trocar idéias e aprimorar e adaptar as ações para as necessidades de cada um. Como exemplo, citou o caso de Rondônia, que possui 1,3 mil quilômetros de fronteira com a Bolívia. Esta característica faz com que o Gabinete de Gestão Integrada de Rondônia tenha que enfrentar problemas específicos, como o tráfico de drogas.

Ressaltou, ainda, a necessidade de que o Brasil mude o conceito do que é a Polícia. Para ele, não se deve falar de integração, mas de unificação dessas forças de Segurança Pública. Por fim, destacou a necessidade de que o grupo que atua hoje em dia em Segurança Pública deixe uma formação melhor em termos de segurança para os sucessores. Segundo ele, o Gabinete de Gestão Integrada cumpre com sucesso isso e tem trazido esse aprimoramento para a Segurança Pública.

11.7.8 César Amorim Krieger

Na ocasião, César Amorim Krieger representou o secretário de Segurança Pública de Santa Catarina. Em sua palestra, falou sobre o funcionamento em geral da Segurança Pública e as especificidades enfrentadas no Estado catarinense. Apontou, também, algumas mudanças trazidas com a integração da segurança e o trabalho realizado em conjunto entre os órgãos do setor.

“Quem não aplica remédios novos, deve esperar novos sofrimentos, pois o tempo é o grande inovador”.

Primeiramente, explanou as especificidades de Santa Catarina. Segundo ele, o Estado possui uma população de cerca de seis milhões de habitantes distribuídos num território que compreende litoral e planalto, resultando numa densidade demográfica alta, principalmente na região da Grande Florianópolis. Essas características resultaram na descentralização das secretarias. Para reunir informações, Santa Catarina disponibilizou num *site* informações dos vários órgãos de Segurança Pública, como estatísticas criminais e *links* com agências de inteligência do mundo todo. A página na Internet tornou-se espaço de discussão para a formação de políticas públicas de segurança adequadas à realidade social.

A integração foi exemplificada com a criação, em 2003, da Diretoria de Inteligência, composta pela Polícia Civil, Militar e por outros setores do sistema de Segurança Pública de Santa Catarina. Disse que o sistema operacional integrado inclui outros Estados, como os que participam do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul). Com isso, citou, Santa Catarina tem tido uma boa tradição de integração não só entre os pares de cada Estado – Polícia Militar, Civil, Bombeiros - como também com os órgãos federais, como a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal no âmbito do Codesul.

Falou sobre o trabalho do Sistema Penitenciário para a inclusão social de detentos: “Quem não aplica remédios novos, deve esperar novos sofrimentos, pois o tempo é o grande inovador”. Completou que, no ano anterior, o Ministério do Esporte realizou um trabalho de fabricação de bolas como forma de reintegração. Outra ação do sistema penitenciário destacada foi a ativação de penitenciárias em Pedro Alcântara, Joinville, e de outros presídios, resultando em mais 2,5 mil vagas no sistema penitenciário de Santa Catarina.

Por fim, ressaltou o trabalho realizado pela Polícia Comunitária de Santa Catarina. As ações seriam feitas por meio de parcerias, comprometimento e responsabilidade social. O objetivo seria a mobilização de autoridades, empresas e ONGs para diminuir o medo da população e valorizar os servidores. Além disso, as ações teriam como metas o comprometimento da alta administração, a ação orientada por fatos, dados e prioridades, a melhoria de processos, a constância de propósitos e a gestão participativa e estratégica.

11.7.9 Rogério Cotta

Em uma breve exposição, o superintendente da Polícia Federal de Alagoas, Rogério Cotta, falou sobre as tentativas de integração das forças de Segurança

Pública que ele observou durante sua carreira na polícia. Além disso, destacou a importância da criação dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) e a atuação deste em Alagoas.

“Tentativas isoladas de fazer a integração entre órgãos policiais não tiveram êxito”.

Inicialmente, lembrou a época em que atuava como superintendente da Polícia Federal no Piauí, em 2001 e 2002. Ressaltou o apoio da Polícia Militar do Estado nas ações de repressão do roubo contra bancos e do tráfico de entorpecentes no Piauí, mesmo este não fazendo parte na época do Conselho Superior de Segurança Pública (Consusp).

Em seguida, abordou os 20 anos em que atua na polícia, tempo em que observou várias tentativas isoladas de integração entre os órgãos policiais. Disse que as tentativas geralmente não obtinham êxito e que, quando eram bem sucedidas, era devido à iniciativa dos dirigentes destes órgãos.

Afirmou que as iniciativas eram calcadas nos relacionamentos pessoais, o que gerava a não continuidade dos projetos após as mudanças nos governos. Devido ao fato, disse ser um entusiasta dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) e que a institucionalização da relação das partes que atuam na Segurança Pública traz todos os benefícios previstos quando da criação do GGI.

Declarou, ainda, que o GGI de Alagoas está funcionando muito bem, de maneira integrada e com interação entre as forças de Segurança. Ressaltou que o gabinete tem desempenhado um papel fundamental para que Alagoas supere as dificuldades e crises. Destacou, também, a colaboração realizada na área de inteligência e também na procura de superar as carências que o Estado tem em termos de efetivos e recursos tecnológicos. Finalmente, enfatizou a parceria com o instituto de criminalística e de todos os órgãos envolvidos na persecução criminal.

11.8 Estratégias Inteligentes para a Integração das Ações dos GGIs

11.8.1 Jozanes Neres de Assunção

A Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Jozanes Neres de Assunção, foi a mediadora do segundo painel do Fórum. Na ocasião, apresentou uma pesquisa realizada no Estado de Mato Grosso para subsidiar a elaboração do Plano de Gestão Integrada em Segurança Pública. O estudo foi resultado

de uma parceria entre a Secretaria de Justiça de Segurança Pública, por meio do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), e a UFMT.

“Nosso objetivo é integração de comunicação, garantia de rapidez e eficiência operacional”.

Explicou que o trabalho foi desenvolvido em três etapas. A primeira consistiu numa pesquisa de campo onde a UFMT visitou sete pólos do Mato Grosso para tentar aferir o grau de integração da Secretaria de Segurança Pública. No segundo momento da pesquisa, foi realizado um seminário para socializar os dados e traçar as diretrizes do Plano de Gestão Integrada. Disse ainda que a terceira etapa consistiu na sistematização dos dados, comentários e recomendações do GGI para que as medidas sugeridas pelos grupos de trabalho do seminário fossem aplicadas.

A pesquisa da UFMT, disse, ouviu 247 profissionais, sendo 81% de policiais militares, 60% do Corpo de Bombeiros, 64% da Polícia Judiciária Civil, 29% da Superintendência de Perícia e Identificação, 12% do sistema prisional e 1% do Judiciário. Os participantes eram de vários níveis: 58% do operacional, 19% do estratégico e 23% do nível tático. O objetivo da pesquisa, ressaltou, foi ouvir os envolvidos no processo de integração com o intuito de mensurar o grau de conhecimento, envolvimento e satisfação com a integração. “Nosso objetivo era ir na base para tentar perceber como a integração estava ocorrendo ou se não estava ocorrendo”, disse.

Sobre as ações executadas entre os órgãos do Sistema de Segurança Pública, realizadas de forma integrada, a pesquisa mostrou que no interior do Estado as pessoas tinham a percepção de que a integração estava ocorrendo em grau mais elevado do que na capital. Os entrevistados também acreditavam em que uma das formas de possuir maior integração era discutir a operacionalização por meio de reuniões conjuntas.

Em relação ao nível de relacionamento institucional com os órgãos que integram o sistema da Secretaria de Segurança Pública, disse que 17% acreditavam que o nível estava bom. Porém, 40,8% consideravam que o relacionamento precisava melhorar em todos os níveis – estratégico, tático e operacional. Outro ponto exposto foi a integração curricular e a física, respeitando as peculiaridades de cada uma das instituições. Durante a pesquisa, 82% dos entrevistados responderam que a base curricular vem sendo praticada de forma integrada, mas que a integração dos espaços físicos em cada unidade operacional não estava ocorrendo no Estado.

Explanou também sobre um problema apontado na pesquisa: os entrevis-

tados responderam não ocorrer integração de comunicação, garantia de rapidez e eficiência operacional. Essa integração possibilitaria maior articulação e evitaria duplicação de ações dentro dos órgãos de Segurança Pública. Para aqueles que participaram do estudo, explicou, este é um dos pontos que deve ser melhorado para garantir esta integração.

11.8.2 Maria Antonieta

A palestrante, a professora da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Maria Antonieta, falou de alguns dos problemas encontrados em trabalho que realizou sobre Sistema de Segurança e de Justiça Criminal. Entre eles, questões de comunicação, articulação de dados, normatização de procedimentos e sistematização.

“Um painel amplo pode nos ajudar nos problemas”.

Primeiramente, citou o problema do preconceito entre os integrantes dos órgãos, uma dificuldade de relacionamento que existe até pela questão cultural. A próxima questão foi a falta de planejamento, um entrave para que se possa integrar as ações de forma sistematizada.

Em seguida, acrescentou o próprio relacionamento operacional e a dificuldade de fazer a articulação nos níveis operacional e tático e disse ser necessário que as pessoas possam sentir de fato uma ação coerente e integrada. Também as vaidades institucionais, que estão bem presentes, seriam um problema.

“Outra questão que fica muito clara que a gente já viu vocês comentando nos painéis anteriores é a questão da comunicação”, acrescentou. Quer dizer, a dificuldade da articulação, da transparência e até do compartilhamento de informações, dados estatísticos, de forma a captar as informações na hora de ocorrências, para que você possa depois integrar as ações. Como exemplo, citou a Polícia Civil, que quando trabalha com dados fornecidos pela PM, percebe-se que eles não foram trabalhados e coletados da mesma forma que costuma fazer. Isso geraria um certo descompasso no entendimento entre as polícias e, na sequência, entre todos órgãos envolvidos.

Sobre a deficiência de servidores, disse que todos se queixam de que eles são poucos. E completou que não existe um planejamento ou uma normatização que faça as ações terem uma sequência e que ocorram de forma sintonizada e articulada. Sugeriu como solução uma ação normatizada comum.

Após concluído o trabalho, segundo ela, foi elaborado um plano de gestão

integrada para cada ação, além de estabelecida uma estratégia que foi referendada em várias reuniões com a participação de todos os integrantes do GGI. Por fim, convidou a todos os presentes a trazerem contribuições para a resolução dos problemas citados, até que possa ser feito um manual de gerenciamento de rotina, em que se possa ter uma ação mais conjunta. “Um painel amplo pode nos ajudar nos problemas”, comentou.

11.8.3 Eraldo Marques Viegas

O Major Eraldo Marques Viegas, Coordenador Nacional dos GGIs, em primeiro lugar, apresentou e explicou o que era Simar, o Sistema de Informações para o Monitoramento e Avaliação de Resultados, que estava sendo desenvolvido. Segundo ele, por meio desse sistema, seria feita, em 2006, uma interligação dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs). Em seguida, apresentou o grupo de trabalho que foi responsável pela realização e por todo planejamento do evento. “Escolhemos as pessoas, as autoridades, inclusive, de acordo com a sua área de atuação”, afirmou.

“O grande trunfo do GGI é a questão de gestão estratégica”.

Sobre as estratégias para a integração das ações dos GGIs, o major proferiu palestra focando no surgimento desses gabinetes, para contextualizar o assunto.

Disse que, em 2003, com a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a União celebrou com os estados um protocolo de intenções de adesão a esse sistema. O objetivo era integrar as ações de segurança pública nas três esferas do Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal. Em agosto de 2004, recebeu a incumbência de fazer um relatório sobre a situação dos Gabinetes de Gestão Integrada no Brasil. No entanto, na realidade, o próprio protocolo de intenções já previa a criação da cláusula primeira do objeto, a criação do GGI como órgão que deveria coordenar o SUSP no estado.

Mais tarde, foi feito um diagnóstico e encontrada a seguinte situação: em setembro de 2004, existiam apenas seis Gabinetes funcionando plenamente. Outros Gabinetes funcionavam de forma embrionária. Por isso, Viegas questionou qual seria uma estratégia inteligente, para que se pudesse conseguir, dentro dessa adesão nos estados, a criação real dos gabinetes.

Como primeiro passo, foram feitas visitas aos estados para verificar *in loco* a situação. Depois, foi detectado um problema crucial. Os estados não tinham montado Gabinetes, porque existia um acordo verbal entre os antecessores da

gestão, que deveriam montar uma sala de reuniões para o funcionamento daqueles Gabinetes nos Estados. Com base nisso, verificou-se que todas as secretarias de segurança pública dos estados tinham condições de desenvolver esse trabalho não necessariamente pela questão do espaço, pois todos tinham sala. Portanto, foram feitas várias reuniões volantes, por exemplo, na Polícia Federal, no Tribunal de Justiça e no Ministério Público, entre outros. “Na realidade, o grande trunfo do GGI é a questão de gestão estratégica”, comentou. Dessa maneira, chegou-se aos GGIs que se têm hoje.

11.8.4 Marciano Queiroz

O Coronel da Polícia Militar de Goiás, Marciano Queiroz, tratou da importância da integração e de se divulgar esse conceito para os órgãos que ainda não o adotaram. Afirmou que todas as pessoas costumam ser resistentes a mudanças, mas que esse era um assunto primordial e que deveria ser levado adiante.

Deu início ao discurso contanto que, antes da integração, teve uma discussão com integrantes da Polícia Rodoviária Federal, por causa de operações implantadas em conjunto, no leito das rodovias. Segundo ele, na ocasião, foi bastante difícil chegar a um acordo. Mas, hoje, a estrada está pavimentada, porque a gestão integrada proporcionou isso. “Ela arredondou, lapidou a pedra bruta e nós conseguimos falar a mesma língua”, disse.

“A primeira coisa que se tem é querer fazer gestão integrada”

A primeira coisa que se deve querer, declarou, é fazer uma gestão integrada. Também seria preciso levar essa mensagem aos órgãos que estão ordinariamente de acordo com esse tipo de gestão. Acrescentou que todos os estados deveriam ser sensibilizados a respeito da causa e que não havia estratégias mais importantes para discutir do que exatamente a disseminação e o convencimento sobre o tema.

Segundo ele, a Secretaria de Segurança Pública (Senasp) deu um grande exemplo, promovendo um evento onde o assunto “Integração” pudesse ser discutido. Essas discussões significariam uma redenção para os propósitos dos presentes, opinou. Por outro lado, nos estados, o ideal seria convencer os governadores, que poderiam dar o aval inclusive financeiro. Portanto, seria de grande importância envolver o estado com embasamento legal, por meio de um decreto ou lei que possa ajudar e estabelecer o que se precisa.

Depois, afirmou que, apesar da democracia dos GGIs, seria ideal ter uma

coordenação e uma fiscalização, o que deveria ser cobrado pelo secretário de segurança pública. Se não fossem cobrados resultados com objetividade, o projeto não iria para frente.

Completo que, junto das cobranças, seriam necessárias, também, avaliações sistêmicas e sistemáticas periódicas, uma vez que, após ler atas, é possível voltar a discutir os mesmos problemas. E concluiu que todos têm medo do desconhecido. Àquilo que não é conhecido, cria-se resistência. Por isso, seria preciso uma mídia interna nos órgãos participantes para conscientizar o cidadão sobre a importância de uma gestão integrada.

11.8.5 Romel Luiz dos Santos

Durante a palestra, o Dr. Romel Luiz falou sobre a integração da Polícia Judiciária Civil com os outros organismos. Isso teria ocorrido após a adesão dessa polícia ao Sistema Único de Segurança Pública, em 2003, quando foram deflagradas várias ações. Uma delas foi a implementação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI). Contou que, inicialmente, houve resistência pelo desconhecido, mas que, mais tarde, esse gabinete passou a ter uma estrutura sólida, contando com a participação de várias organizações.

Segundo ele, uma das primeiras ações implementadas pelo GGI foi a ativação do Comitê de Gerenciamento de Crise no estado, que antes estava bastante desorganizado. Na sequência, foram criados cursos para o nivelamento e o entrosamento das instituições parceiras. Dentre esses cursos, destacam-se o de gerenciador, na área de gerenciamento de crises, e o de ações táticas.

No Mato Grosso, acrescentou, o foco foi na interiorização. Isso significa que foram discutidos assuntos regionais, específicos de cada região. O primeiro debate ocorreu na região da fronteira com a Bolívia, na cidade de Cárceres, integrando, ali, todos os membros dos poderes e das instituições com a participação ativa do Judiciário, do Ministério Público, das Polícias Federal e Rodoviária Federal e do Exército, entre outros organismos que agregam aquela região.

Na sequência, foi instituído, em Cuiabá, um grupo focalizado de combate aos homicídios. Em determinada altura, os membros do GGI passaram a exigir ações mais completas e específicas. Passou-se, então, a focar a questão de homicídios, observando tanto os períodos em que ocorriam as incidências, como os locais de ocorrência em razão de georeferenciamento e de estatísticas, que são normalmente disponibilizadas a todos com base no banco de dados da Polícia Judiciária Civil. A ação incluiu integrantes do Comando da Capital da Polícia Civil

e Militar, do Judiciário e do Ministério Público (na agilização da expedição dos mandatos). A incidência de homicídios, garantiu o palestrante, chegou a zero em determinados períodos.

Outra ação estratégica foi a criação do grupo de inteligência do GGI, que conta com a participação das polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, da ABIN, do Sejusp, do Exército, do Gefron e do Sistema Prisional. Todos esses órgãos se reúnem semanalmente e já fizeram reuniões de nivelamento, de conhecimento e de assistência mútua, para que todos falem a mesma linguagem.

“A incidência de homicídios chegou a zero em determinados períodos”.

A conclusão foi que essas ações realmente integraram a Polícia Judiciária Civil com os outros organismos. Todos participaram de forma brilhante e atuante dentro das suas especificidades, resolvendo problemas, afirmou. No entanto, completou que uma preocupação existente é o perigo da inércia – o de fazer um movimento, cair na inércia e não progredir nas suas ações.

11.8.6 Aurélio Luiz Figueiredo Martins

O Diretor-geral da Polícia Científica do Rio Grande do Sul, o Dr. Aurélio Luiz Figueiredo Martins, discursou sobre possibilidades das estratégias para enfrentar a problemática da integração, destacando a estratégia triangular, ou seja, banco de dados, inteligência e integração.

“Em três palavras: banco de dados, inteligência e integração”.

Disse que, para a Perícia, o Fórum era importante para divulgar o Conselho de Dirigentes Gerais de Órgãos Periciais Forenses do Brasil, órgão presidido por ele. Acrescentou que seria também um ponto positivo poder mostrar as estratégias inteligentes que a perícia do Rio Grande do Sul vinha fazendo em busca de integração com outros órgãos de segurança pública do Rio Grande do Sul e de outros estados.

Acrescentou que, no Instituto-Geral de Perícias (IGP), a perícia pode participar do ciclo da informação da segurança pública, pois existem vários pontos do banco de dados acessíveis para todos. Dentro desse banco, o IGP teria acesso ao Centro de Integração de Operações de Segurança Pública (CIOSP), que contém os dados do departamento de identificação, do IML e do Departamento de Criminalística.

O banco, ressaltou, podia ser acessado via Internet. Por exemplo, 10,2 milhões de gaúchos tinham carteira de identidade e estariam digitalizadas as fichas de inscrição, as fotografias e as decadatilares (as dez impressões digitais). O importante para a perícia seria a consulta pela digital. Dessa maneira, o papiloscopista coloca as informações no sistema digital e torna possível que eles sejam pesquisados.

Citou, ainda, o Programa de Arquivamento Eletrônico (PAERD). “Ele funciona como um dos principais sistemas para disponibilizar dados para o sistema de consultas integradas”, afirmou, acrescentando que o programa se transformou, em pouco tempo, em uma ferramenta fundamental a todos órgãos de segurança e de Justiça, entre outros.

Sobre a integração, disse que, em 2003, quando foi criado o GGI no Rio Grande do Sul, já havia, junto com os estados do Codesul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reuniões de secretários de estado, chefes de polícia, comandantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. A perícia sugeriu, portanto, uma reunião com os órgãos periciais. Assim foi realizada a primeira reunião só para esses órgãos, para trocas de experiências. Após essa reunião, o grupo começou a fazer DNA para Santa Catarina, Mato Grosso e Paraná. Com o tempo, também teriam sido criados laboratórios de DNA.

Surgiu, ainda, a idéia de fazer um encontro dos dirigentes dos órgãos periciais do Brasil, contou. O intuito era juntar todos diretores de institutos de identificação, criminalística, medicina legal e laboratórios. No final, com o apoio da Senasp, 142 pessoas puderam se reunir. Completou que foram realizadas reuniões gerais e setorializadas de criminalística, de medicina legal, de identificação e de laboratório. Quando criado o Conselho dos Dirigentes dos Órgãos Periciais, foi organizado o II Encontro só dos Dirigentes Gerais.

Por fim, disse que outra integração sendo programada era o I seminário de Integração da Polícia no Rio Grande do Sul, que reuniria os peritos da Polícia Federal do estado para discutirem metodologias de perícia apresentadas no Congresso de Criminalística, realizado em Belém.

11.9 Sistema Prisional

11.9.1 Télió Leão Ayres

O Secretário da Cidadania e Justiça de Tocantins, o Dr. Leão Télió Ayres, falou sobre o sistema prisional do Tocantins e a melhora conseguida após a integração dos órgãos que atuam no sistema de segurança. Citou como pontos positivos a

troca de informações e a diminuição da burocracia, entre outros.

Esclareceu que a Secretaria de Segurança Pública é a responsável pelos presos em regime provisório e a Secretaria da Cidadania e Justiça, dos presos condenados. A Polícia Militar e Corpo de Bombeiro trabalham como instituições autônomas. Explicou, também, que no estado a população é de um milhão e 300 mil habitantes, sendo a população carcerária de 1.684, segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado.

Contou que, em 2007, foi inaugurada a Unidade de Tratamento Penal em Aragarina, cidade de interior com a maior população habitacional. A inauguração da unidade, segundo ele, gerou vários problemas dentro do sistema. Um deles foi a inquietação dos presos por causa do receio de ir para aquele novo lugar, com sistema de segurança bastante avançado. Dada a essa inquietação, houve, no início de 2007, fugas em massa de presidiários. Porém, graças à integração proporcionada pelo GGI, a crise foi enfrentada de forma conjunta.

Por exemplo, geralmente, os agentes fazem a segurança interna das unidades e a Polícia Militar, a externa. No entanto, como ocorram fugas nas unidades da secretaria de Cidadania Justiça e da Segurança Pública, o primeiro passo foi a união de todos os trabalhadores na hora enfrentar a mídia. Isso possibilitou que não houvesse distorção de informações levadas à sociedade.

“A união entre a Polícia Militar, a Secretaria de Cidadania e Justiça e a Secretaria de Segurança Pública, descentralizando o poder, trouxe aspectos bastante positivos”, opinou. Foi possível evitar crises de liderança, autonomia, controle e burocracia, sendo que a sociedade soube dos fatos e distorções, inclusive sobre o trabalho que estava sendo realizado por órgãos de segurança. “Hoje, dentro do GGI, têm uma participação mais eficaz nas nossas ações”, garantiu.

“Através do GGI evitamos crises de liderança, autonomia, controle e burocracia”.

Um exemplo de ponto positivo verificados com a integração dos GGIs, segundo ele, é que a Polícia Federal e a Rodoviária Federal são comunicadas sobre a transferência de presos de unidade para outra, o que anteriormente não ocorria, mas que proporciona maior segurança.

Por fim, fez o alerta de que o sistema prisional era custeado com recursos eminentemente locais. E opinou que se o Governo Federal e as autoridades da área econômica não despertassem para este grave problema, o sistema iria se explodir. “Nas unidades da federação com maior população carcerária, nós vamos nos tornar reféns daqueles que estão no sistema. Não adianta só prender”. Ele concluiu que se-

ria preciso que o Poder Judiciário despertasse também para a aplicação mais eficaz sobre as penas e medidas alternativas e medidas de segurança.

11.9.2 Nelma Tereza Padilha

Durante o discurso, a Juíza de direito de Alagoas, Dra. Nelma Tereza Padilha, contou que passou a integrar o GGI em 2007, como representante da Associação Alagoana de Magistrados, da qual é vice-presidente sociocultural, tendo iniciado a minha participação na sede da Polícia Federal. Ela abordou a atuação do GGI no estado, seus problemas e falou, também, de angústias pessoais, como a preocupação com o crime praticado por políticos.

Sobre o GGI em Alagoas, que iniciou a sua atuação em 2003, explicou que o quadro era composto pelo Secretário de Coordenação de Justiça e Defesa Social, o Diretor do Centro de Perícias, o Secretário de Ressocialização, o Secretário de Direitos Humanos, o Diretor da Polícia Civil, o Comandante da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, o Superintendente da Polícia Federal e Rodoviária Federal e o Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes.

“Gostaria que no combate ao crime não mais necessitasse usar coletes a prova de balas, mas sim coletes a prova do medo”.

Opinou que existem poucos problemas provindos da integração do GGI, havendo apenas alguns órgãos omissos que, convidados, não se fizeram representar. Era o caso dos ministérios Públicos Federal e Estadual e a OAB Alagoas. A estratégia ideal para que se efetive as estratégias de ações dos gabinetes de todos estados seria a integração total dos GGIs, inclusive com a troca de experiências, item vital para a implementação da Polícia Comunitária.

Pedi que se batalhasse para uma melhor remuneração para as polícias Militar e Civil, como reconhecimento do valor dessas pessoas que dão até a própria vida pela paz social. Destacou, também, a importância da formulação, em outubro de 2007, de três grupos temáticos em Alagoas, que abordaram diversos aspectos.

Um deles tratava do combate à proliferação de pontos de vendas de bebidas alcoólicas, pois existe uma lei municipal regulando a instalação de estabelecimentos que comercializam bebidas e que não podem funcionar a menos de 1.200 metros de estabelecimentos de educação. Outro grupo discutiu o combate aos atos infracionais praticados por adolescentes. O terceiro, o combate às drogas. O resultado seria recolhido após a atuação conjunta de todas as entidades envolvidas.

Mais tarde, expressou sua angústia pessoal no tocante ao crime organizado praticado pelos poderosos. “É preciso alcançá-los, pois há muitos laranjas jogados nos presídios do nosso país. Em contrapartida, há muitos marginais engravatados ocupando o trono dos intocáveis”, disse.

Acrescentou que o vírus que corrompe não escolhe classe social e que essa realidade cruel clama por uma parceria permanente entre os órgãos que fazem segurança pública no país: “Gostaria que no combate ao crime não mais necessitasse usar coletes a prova de balas, mas sim coletes a prova do medo”. E finalizou a palestra dizendo que viver é arriscar-se a morrer e esperar é arriscar-se a desesperar, mas que o maior perigo na vida está em não arriscar. Pois, aquele que não arrisca nada, não faz nada, não tem nada e não é nada.

11.9.3 Joaquim Cláudio Ferreira Mesquita

O palestrante Joaquim Cláudio Ferreira Mesquita, do Departamento de Polícia Federal, enfatizou a necessidade se realizar cursos de aperfeiçoamento, com a participação de todos agentes das instituições policiais. Segundo ele, também é preciso resolver conflitos de vaidades, que geralmente dificultam a integração entre entidades de segurança pública.

“O ambiente estudantil propicia o fortalecimento do relacionamento entre as pessoas e essa talvez seja uma das atividades a serem incrementadas e efetivadas nos estados”

Contou que, durante o evento, teve o cuidado de anotar os problemas identificados em pesquisa realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Mato Grosso. A maioria das questões levantadas decorria, basicamente, da necessidade de melhorar as gestões. Nesse caso, seria preciso aprimorar não apenas a gestão material, mas a financeira, a orçamentária, a patrimonial e a de pessoas.

No entanto, como os conflitos de vaidade eram talvez o grande problema a ser enfrentado, afirmou que também seria preciso lutar contra isso, principalmente porque, no caso de profissionais muito zelosos das suas autoridades, atribuição e responsabilidades, as divergências nem sempre eram superadas. A consequência da falta de entendimento seria a piora nos resultados do trabalho: “Repito que este talvez seja o fato que temos que superar para conseguir a integração”.

Instalados os Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs), alguns mais ativos, outros ainda dormentes, o grande desafio seria a transmissão dessa conduta de

integração para as bases, quer dizer, os policiais que atuam no dia-a-dia no enfrentamento à criminalidade. “Sem este avanço e sem que nós promovamos a idéia da integração para os nossos subordinados, não teremos os resultados que a sociedade espera”, completou.

Falou, ainda, que teve a oportunidade de trabalhar por duas vezes no Mato Grosso, que participou do GGI do estado Mato Grosso e que teve, ali, uma experiência fantástica e que foi um marco em sua carreira: a realização de uma especialização em gestão de segurança pública, promovida pela Secretaria de segurança pública do Mato Grosso com a UFMT. Segundo ele, participaram dessa especialização policiais civis, militares, federais e da PRF, além do Corpo de Bombeiros.

Por fim, comentou que o ambiente estudantil propicia o fortalecimento do relacionamento entre as pessoas e que essa talvez fosse uma das atividades a serem incrementadas e efetivadas nos estados, a realização de cursos de aperfeiçoamento com a participação de todos agentes de todas instituições policiais. E completou que, na realidade, existia um avanço, mas que ainda havia muito a ser feito.

11.9.4 Isnard Alves Ferreira

O Inspetor Isnard Alves Ferreira falou sobre os pontos fortes e fracos do Gabinete de Gestão Integrada (GGI). Segundo ele, um avanço proporcionado pelo gabinete foi a estagnação da criminalidade, que vinha aumentando ao longo dos anos. No entanto, disse que é preciso, ainda, investimentos e políticas públicas.

Opinou que o GGI deve incentivar a cúpula, além de participar das operações em si, não apenas da elaboração delas. A explicação é que nas operações se podem sentir as dificuldades e discuti-las realmente.

Sobre os pontos positivos do GGI, citou que o gráfico da criminalidade teve um aumento ao longo dos anos, mas se manteve em 2005. “Se existe um controle é que estamos vencendo”, disse. Essa estabilidade seria um sucesso e uma realidade do gabinete, pois não diminuíram as crises sociais, as desigualdades e a criminalidade.

“Se existe um controle é que estamos vencendo”.

Antes da integração, afirmou, havia grandes dificuldades em relação à divisão de poderes, cada profissional queria cuidar de uma área sozinho. “Tivemos uma vez que soltar sessenta e poucas crianças que tiramos de situação de risco porque não sabíamos o que fazer com elas. Não temos condições de trabalhar sozi-

nhos. Nenhum de nós consegue trabalhar sozinho”, disse. E opinou que é preciso fazer o trabalho em conjunto, para que tudo flua mais facilmente.

Destacou que o GGI não foi criado para resolver sozinho o problema da segurança pública no Brasil. Ele seria estrutural, institucional e precisaria coordenar as ações de segurança pública no Brasil, para que os governantes continuassem com os trabalhos de modernização da máquina policial.

Afirmou, também, que a população não vê se a viatura é azul ou amarela, mas ela quer a solução dos seus problemas. Por isso, seria necessário que as polícias Federal, Estadual e Municipal estivessem aptas para trabalhar onde quer que o fato ocorresse.

Completo que os trabalhos dos GGI não podem se limitar a integrar a força policial. Seria necessário, segundo ele, investimento e um trabalho forte de inteligência, pois o GGI era uma realidade. Comentou, ainda, que gostaria que fosse realizada uma análise no final da operação dos atores que fazem a ação funcionar, para que, na próxima reunião, houvesse um contexto maior para ser mostrado na cúpula.

Caso contrário, o GGI acabaria seguindo a mesma direção dos Conselhos Regionais, que funcionam em poucas regiões e que vieram como salvadores da pátria, mas que não o são. Concluiu que era preciso se preocupar em modernizar e que os secretários mais próximos dos nossos governantes deveriam continuar a desenvolver políticas.

11.9.5 José Bezerra de Mello

O Assessor Técnico da ABIN, José Bezerra de Mello, tratou dos trabalhos realizados pelo GGI em Pernambuco, como a criação de duas câmaras temáticas, sendo uma de criminalidade e a outra de violência e de cursos de capacitação. “A inteligência já traz no seu estudo interação e integração”, destacou.

Afirmou que os objetivos do gabinete do estado eram: desenvolver a cultura de integração na área de inteligência com foco no controle da violência e na redução da criminalidade; estimular o intercâmbio de dados e conhecimentos, que garantam o fluxo contínuo de conhecimentos e dados e proporcionar capacitação em inteligência de forma contínua.

“A inteligência já traz no seu estudo interação e integração”.

Explicou que o subsistema de inteligência em segurança pública foi criado pelo Decreto 3695/2000, com convênio de cooperação técnica com a

Abin, SPP, CDS. No entanto, ele se materializou apenas tempos depois. O convênio permitiu a inclusão da Abin regional no GGI. O governo autorizou essa instituição no âmbito da secretaria de Defesa Social e, nele, foi criado um núcleo de inteligência.

Também contou que na quarta reunião realizada pelo gabinete lançou-se uma proposta que seria justamente a operacionalização do núcleo de inteligência. Em 2005, foram realizadas diversas reuniões com o objetivo de implementar a organização da atividade dessa atividade, estabelecer normas e orientações e definir meios necessários para transmissão e recepção segura de dados. Em abril, foram discutidas algumas propostas de trabalho e colocou-se uma reunião mensal e um cronograma anual dessas reuniões e, no caso da necessidade, reuniões extraordinárias com a duração de três horas.

Acrescentou que o GGI criou duas câmaras temáticas: uma de criminalidade e, a outra, de violência. Dentro das câmaras, numa visão das atividades de inteligências, o trabalho é sobre as organizações criminosas, o narcotráfico, a lavagem de dinheiro e os ilícitos conexos, que seriam aqueles de maior interesse e a proposta seria, ao final, a produção de conhecimento.

Sobre a capacitação, afirmou que a polícia já proporcionou alguns cursos em convênio com a Escola de Inteligência e que houve um compromisso para o intercâmbio de documentos sigilosos e aí a solenidade de adesão a esse termo. O resultado desse compromisso foi a implantação da rede segura de transmissão, capacitação e inteligência, em 2005.

Ressaltou, ainda, que a agência criou em sua estrutura uma pequena fração, que trata exatamente do núcleo de inteligência do GGI. Então, todos os trabalhos são analisados, tratados por pessoas que estão diretamente ligadas a este núcleo. Concluiu que, para 2006, deveria ser incrementado o sistema de intercâmbio de dados, que além de acelerar a capacitação em cursos e palestras, seria a organização de forças tarefas de inteligência para gerir situações prioritárias e de crises, além da sensibilização de órgãos membros para o cumprimento do termo de adesão.

11.10 Apresentação de resultados do grupo de trabalho 01 – Diretrizes para Composição da Câmara Nacional Integrada contra Homicídios

O Coronel da Polícia Militar de Mato Grosso, Antônio Benedito Campos Filho, apresentou o trabalho do grupo formado por policiais do Amazonas, Espírito Santo, Pernambuco, Brasília, Rio Grande do Norte, Ceará, Mato Grosso, Santa Ca-

tarina. O grupo foi coordenado pela senhora Albelinda Capeli, Delegada do Espírito Santo e a Moema Dutra, do PNUD. Segundo ele, as conclusões foram as seguintes:

“Por traz do tráfico de drogas está a questão dos homicídios”.

Primeiro, o tráfico de drogas está em todos os estados e, por detrás dele, está a questão dos homicídios. As causas do tráfico são o lucro fácil que o tráfico traz, a facilidade de recrutamento nas comunidades carentes, que é onde os índices de homicídios são elevados, a falta de perspectiva de vida e ascensão social, principalmente nas comunidades carentes. Além disso, destacam-se a ausência do Estado (de maneira geral nessas comunidades, nessas regiões) e a questão da desagregação familiar.

A segunda conclusão foi que o alcoolismo, a ausência do Estado, o desemprego, a desagregação familiar, a facilidade do acesso e a falta de perspectiva de vida estão por traz da prática do homicídio. Os fatores causadores da criminalidade seriam socioeconômicos. Filho afirmou que esses fatores não se combatem com ação preventiva de polícia apenas. Seria preciso uma série de ações sociais e econômicas para fazermos frente à criminalidade.

Em terceiro, estaria a questão do desemprego e da desigualdade social, consequências da falta de políticas públicas, da má distribuição de renda, da deficiência no ensino público e da discriminação social, de raça e de gênero. Outro ponto destacado foi a banalização da vida. Associados a essa banalização, estariam a ausência de valores morais, religiosos e sociais e a facilidade de aquisição de armas.

Como principais estratégias para o combate ao crime foram destacados a mobilização das secretarias na área social e educativa, das ONGs e comunidades, o combate integrado e focalizado com todos os órgãos de segurança e justiça criminal e ações mais efetivas nas fronteiras do país.

Mais um ponto fundamental a ser observado seria a sensação de impunidade. Além disso, como por trás dos homicídios estão o tráfico de drogas e o consumo exagerado do álcool, seria importante a mobilização das secretarias, ONGs e comunidades nas áreas social e educativa e a regulamentação e fiscalização de bebidas alcoólicas.

Também foi apontado como essencial, para combater a criminalidade, a promoção de parceria com o setor privado, gerando emprego e renda e a disponibilização de recursos humanos e materiais. Como último ponto para acabar com a banalização da vida, seria necessária a mobilização das secretarias nas áreas social, educativas, ONGs e comunidade, da mídia, de instituições religiosas e a disponibilização de recursos de acordo com a necessidade de cada estado. O grupo propôs um período de seis meses para que as ações de combate fossem implementadas.

11.11 Apresentação de resultados do grupo de trabalho 02 – Diretrizes para Composição da Câmara Nacional Integrada contra o Crime Organizado

O Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado do Rio Grande do Sul, Dr. Ildo Gaspareto, mostrou as conclusões da discussão realizada pelo o grupo dois, que tinha como tema o narcotráfico. Os componentes foram o delegado de Polícia Federal Getulio Bezerra, Robson Robin da Senasp e o Coronel da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul Geraldo. A metodologia foi da professora Josane Neves e do delegado de Polícia Federal Sérgio Fontes Franklin Santos.

“Problema prioritário: ausência de políticas integradas de inteligência”.

Segundo ele, o grupo destacou como problema prioritário a ausência de políticas integradas de inteligência em âmbito nacional para o enfrentamento do crime organizado/narcotráfico. As possíveis causas seriam: desconfiança na troca de informações, corporativismo, desinteresse das instituições, definição clara do destinatário da informação. O grupo chegou à conclusão que essas informações devem ser tratadas de maneira institucional. Estratégias: revisão da doutrina de inteligência, aperfeiçoamento de mecanismos de controle sobre eventuais desvios de conduto, as corregedorias fortes e todas as instituições.

Em segundo estaria a deficiência tecnológica nas instituições policiais. Causas possíveis: ausência de recursos para adquirir equipamentos de última geração, falta de padronização e treinamento. As estratégias seriam o investimento, a compra de equipamentos, a valorização dos recursos humanos e a manutenção dos equipamentos adquiridos para que, por exemplo, um eletrônico não pare de funcionar no meio da ação policial. As causas possíveis para esse problema: falta de convênio entre as instituições, falta de recursos para equipamentos e treinamento.

O terceiro ponto foi o compartilhamento de dados. Estratégias: implementar a coleta de dados em todas instituições, repasse de recursos à manutenção de sistemas atualizados e integrados ao Sistema Nacional.

Também foi destaque a falta de nivelamento sobre o treinamento de policiais envolvidos com enfrentamento ao crime organizado/narcotráfico. Causas possíveis: falta de recursos e de convênios neste sentido, reduzido efetivo das forças policiais. “Então, com certeza, aumentar o efetivo das forças policiais e muitas vezes com o próprio sacrifício de liberar o policial, porque realizando o curso, ele vai ficar mais treinado e, com certeza, dará um retorno melhor”, completou o delegado. As estratégias seriam a capacitação integrada e intercâmbio entre as institui-

ções de ensino, utilizar as academias que hoje existem, o poder das universidades, principalmente das federais e o aumento do efetivo das forças policiais.

Como quinto ponto, foi apontada a falta de articulação entre o Ministério Público, o Poder Judiciário, o Sistema Penitenciário e as instituições policiais. Possíveis causas: vaidade, falta de comunicação e engajamento, uma vez que todos são responsáveis pela segurança pública. Estratégias: fomento, coletivo de integração, criação de vagas especializadas e acompanhamento do processo e cumprimento de pena dos grandes traficantes, criação do cadastro nacional de presos.

Por último, foi citado que os presos estão comandando o narcotráfico realizado dentro das cadeias. Estratégias para acabar com o problema: criação de grupos de trabalho com a participação das instituições policiais e criação de uma política de acompanhamento dos processos legislativos de interesse do sistema de repressão.

11.12 Apresentação de resultados do grupo de trabalho 03 – Diretrizes para Composição da Câmara Nacional Integrada de Inteligência em Segurança Pública

O responsável por apresentar o resultado das discussões do grupo três foi o Delegado de Polícia Alberto Cavalcanti, do Tocantins. Ele contou que havia sido proposto aos componentes que encontrassem três problemas relacionados à inteligência em segurança pública e que propusessem soluções para eles.

“Hoje, temos um grande problema em inteligência em segurança pública, que é a rotatividade do profissional de inteligência em segurança pública”.

A primeira questão assinalada foi a ausência de doutrina e do Plano Nacional de Inteligência em Segurança Pública. Explicou que a doutrina seria responder “o quê, quem vai fazer, quando e onde?”. E o Plano Nacional viria complementar a pergunta do “como e com que meios?”.

Como segundo problema, foi apontada a eficiência na política de recursos humanos em segurança pública. “Hoje, temos um grande problema em inteligência em segurança pública, que é a rotatividade do profissional de inteligência em segurança pública”, disse. Completou que esse trabalhador não tem a estabilidade que teria para o desempenho da função, se for observado o recrutamento, a valorização e a permanência e também o desligamento do policial.

Uma terceira falha seria a ausência de estruturação plena dos sistemas de inteligência em segurança pública, em alguns estados. Segundo ele, alguns estados

ainda não têm um sistema *intra corporis* dentro do estado, composto por todos organismos de segurança pública, exceto aqueles dispostos no Sistema de Bibliotecas e Informação (Sisbin). Esse seria um grave problema.

Para esses três problemas apresentados, as sugestões elaboradas pelo grupo foram as seguintes: primeiro, seria preciso estabelecer a doutrina do Plano Nacional de Inteligência. Inclusive, era o propósito de aproveitar o encontro do GGI e os profissionais de inteligência que estavam presentes para tentar buscar o mais rápido possível estabelecer esta doutrina. Seria necessário fazer esta reversão e estabelecer uma doutrina nacional de inteligência em segurança pública.

A segunda solução destacada foi o aprimoramento da Política Nacional de Recursos Humanos para inteligência e segurança pública. Para isso, seria preciso preparar o trabalhador e a situação política para entender que o profissional de segurança pública age para a inteligência de segurança pública e não para uma inteligência de governo. Portanto, ele tem de ser aproveitado o maior tempo possível dentro dessa atividade. Cavalcanti ressaltou que o grupo queria frisar essa política para o recrutamento, a valorização, a manutenção e o desligamento do profissional de inteligência e segurança pública.

Como terceira solução, defendeu um compromisso dos estados e do Distrito Federal numa plena estruturação dos organismos de segurança. “Hoje verificamos que alguns estados têm polícias civis que sequer tem organismos implantados”, observou. Os estados teriam de ter um compromisso de unir todos os organismos que fazem parte do subsistema de segurança, com o seu núcleo de inteligência, para que pudessem fluir melhor as informações entre os subsistemas e, a partir daí, haver um ganho na área de inteligência em segurança pública.

11.13 Apresentação de resultados do grupo de trabalho 04 – Diretrizes para Composição da Câmara Nacional Integrada contra Roubo e Furtos de Carga

As conclusões do grupo 05 foram apresentadas pelo Chefe do Segundo Distrito de Polícia Rodoviária Federal de Tocantins, o Insp. João Antônio Brasil. Além dele, faziam parte da equipe o Delegado César Urac, de Pernambuco, o Coronel Walter Leite, da Bahia e Elcir Filho, do Detran do Tocantins. Segundo o inspetor, o trabalho foi definido em cinco problemas e quatro estratégias e o grupo não conseguiu completar o total de número de pontos a serem trabalhados. Porém, disse acreditar que, definidos os problemas e estratégias, a Secretaria Nacional de Segurança Pública já estaria num bom caminho para iniciar um trabalho. E

opinou: “Não adianta fazer reunião pública e não trazer soluções”.

O primeiro problema apontado foi o aumento de incidência de roubo, furto e receptação de cargas. O inspetor frisou a questão da receptação, ponto que, afirmou, deveria ser incluído na doutrina de combate ao crime. As causas seriam a falta de tratamento especializado, recursos humanos e estruturantes.

“Não adianta fazer reunião pública e não trazer soluções”.

Opinou que as organizações policiais não estão estruturadas devidamente para o combate desse crime, pela insuficiência de policiamento nas rodovias, baixa integração entre os órgãos públicos, polícia e Fisco. Outra causa seria a inexistência de uma doutrina nacional integrada de enfrentamento ao roubo, furto e receptação de cargas. A última razão apontada foi a dificuldade de identificação de mercadorias roubadas, uma vez que não há o cumprimento da iniciativa privada de colocar o código de barras nas mercadorias, o que ajudaria muito a fiscalização.

Segundo problema: crimes de receptação com penas brandas, uma banalização deste tipo de crime. Causas: legislação e inadequada e desatualizada.

Citou como terceiro problema a existência de fraudes documental em âmbito nacional, boletins de ocorrências falsos ou improcedentes, notas fiscais frias ou adulteradas. As causas seriam a participação de agentes públicos e a falta de boletins de ocorrência padronizados nacionalmente, que causam problemas na hora de levantar estatísticas de roubo, furto e receptação. “Como não há padronização, cada um vai buscar um tipo de perito para fazer o levantamento”, completou.

O quarto problema apontado foi a facilitação da ação criminosa nas rodovias. Como causas, o inspetor citou a deficiência da malha viária e o descumprimento da legislação. Comentou que existem ocorrências de furtos e roubos de cargas pela utilização de quebra-molas nas rodovias. Algumas prefeituras colocam quebra-molas, e os motoristas reduzem a velocidade, facilitando a ação dos criminosos.

Como quinto problema, falou-se da deficiência no compartilhamento das informações, como a falta de um banco de dados nacional e ausência de comunicação entre os órgãos públicos e de iniciativa privada. Possíveis estratégias seriam: estimular a criação de unidades especializadas nos estados, promovendo a capacitação de agentes públicos numa doutrina nacional; fomentar a integração dos órgãos públicos com a iniciativa privada por meio de câmaras regionais e nacional de pronta resposta; desenvolver esforços integrados no sentido de promover mudanças necessárias na legislação de crime de receptação devido ao problema levantado anteriormente. Por último, foi citada a necessidade de promover estatísticas a partir de um banco de dados nacional, alimentado por boletim único de ocorrências.

11.14 Apresentação de resultados do grupo de trabalho 05 – Diretrizes para Composição de uma Doutrina Nacional dos GGIs no Gerenciamento de Crises

O Ten. Cel. Rodolfo Pacheco, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, apresentou as conclusões em nome do grupo 05, de que fez parte junto com o Perito da Polícia Federal, Dr Sagnac, e o Diretor de Operações da Polícia Militar de Pernambuco, Coronel Dielso. Os três problemas apontados foram: ausência de padronização das ações em situação de crise; ausência de capacitação continuada e ausência de participação de outros poderes em apoio às forças policiais nestas situações de crise.

Pacheco afirmou que a questão do GGI tinha sido amplamente discutida, e que o grupo havia colocado pontos de vistas e, assim, chegou a uma definição, um consenso. A conclusão é que os GGIs devem ter uma visão macro, uma gestão macro da situação. E deve trabalhar com a instância de decisão política sem intervenções na técnica. Devem possuir, sim, uma análise de quando houver problemas discutir na questão macro do sistema.

O primeiro problema citado foi a ausência de padronização das ações em situação de crise. Todas as polícias teriam uma metodologia, uma situação de emprego e são muito variadas as formas. “Todos os estados têm uma regulamentação. A nossa sugestão é que haja uma normatização em cima das ocorrências”, afirmou. Ele completou que deveria haver uma norma por meio da Senasp e que as polícias deveriam ter uma adequação, para que se tenha mesma linguagem num mesmo país.

“Dois segmentos difíceis de retirar do processo de crise são a mídia, que é a garantia de qualquer cidadão infrator, e alguém que tenha alguma força além de policial”.

O segundo problema seria uma ausência de capacitação continuada. “Todos sabemos das dificuldades que possuímos em nossos estados e polícias e esta capacitação necessita de recursos”, afirmou. E, frisou a necessidade de maiores recursos para se capacitar os profissionais, de forma que não haja uma centralização de conhecimento.

Como terceiro e último problema, foi apontada a ausência de participação de outros poderes em apoio às forças policiais nestas situações de crise. Opinou que o grupo teve a felicidade de contar com o senhor Vladimir Abreu da Silva, que é juiz auxiliar da corregedoria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e que relatou que é importante o Poder Judiciário, a promotoria, terem conhecimento das questões técnicas. A explicação é que para esses órgãos é que são encaminhados os problemas.

A sugestão do grupo foi que a Secretaria Nacional de Segurança Pública

desse acesso a escolas para as Polícias Civil e Militar poderem participar de palestras, a fim de esclarecimentos. Dessa forma, teriam mais contato com juízes e outros profissionais. “Nesses exemplos estamos sempre no encaicho de trazer essas pessoas, que são importantes e fazem parte do processo”, disse.

Completo que dois segmentos difíceis de retirar do processo de crise eram a mídia, que é a garantia de qualquer cidadão infrator, e alguém que tenha alguma força além de policial, um juiz, um promotor, defensor público, que dê maiores garantias da sua integridade física. “Quem tem que negociar é o policial. Essas pessoas devem se fazer presentes para saber dos acontecimentos, porque será para eles que encaminharemos todas as situações que gerenciamos”, finalizou.

11.15 Apresentação de resultados do grupo de trabalho 06 – Diretrizes para Composição de uma Doutrina Nacional Referente à Participação dos Municípios em Políticas Públicas de Segurança

A apresentação do trabalho realizado pelo grupo 06, composto por 20 pessoas, foi feita pelo Secretário da Guarda Municipal, Defesa e Cidadania em Fortaleza, Edmar Rocha. Segundo ele, a equipe identificou cinco problemas e propôs estratégias para eles. Entre as questões apontadas estão: a falta de clareza na definição das competências com as das guardas municipais; o baixo índice de interação entre os municípios e os órgãos de segurança pública; a omissão dos municípios nos assuntos de segurança pública; a questão dos jovens em situação de risco e a necessidade de criação de um programa de indicadores.

“É importante incluir os municípios e ter um representante do GGI, para que essa integração se dê dentro do grupo de discussão do GGI”.

Como primeira dificuldade, o grupo destacou a falta de clareza na definição das competências com as das guardas municipais. Ele completo que os Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs) deveriam discutir com os município qual é o papel da guarda municipal no rol da segurança pública, sem prejuízo da gestão integrada.

“A guarda não tem a mesma atribuição da Polícia Militar ou da Polícia Civil. A guarda municipal tem atribuição no município”, disse. Ou seja, atribuições municipais de coibir, restringir, fiscalizar. Acrescentou que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) deveria trabalhar essa questão de construir um termo de referência para dar clareza às competências das guardas, priorizando as ações preventivas, como o policiamento comunitário.

O segundo problema apontado foi o baixo índice de interação entre os municípios e os órgãos de segurança pública. “É importante incluir os municípios e ter um representante do GGI, para que essa integração se dê dentro do grupo de discussão do GGI”, ressaltou. O prazo estipulado foi de 90 dias.

Como terceiro problema foi destacada a omissão dos municípios nos assuntos de segurança pública. Declarou que isso era uma discussão nova e que era preciso o estado trabalhar conjuntamente com o município, dando uma contribuição, porque era a sua responsabilidade. Estratégia: criação de um programa de sensibilização dos gestores municipais, prefeitos e secretários ligados à área de prevenção. Tempo: 120 dias.

Em seguida, citou a necessidade de criação de um programa de indicadores, com representantes do GGI e da Senasp. O ideal, segundo ele, seria criar um programa de sensibilização dos gestores municipais, na qual a Constituição estabelece como políticas municipais de prevenção em segurança pública.

Por último, foi destacada a questão dos jovens em situação de risco. O primeiro passo para criminalidade, afirmou, é sair da escola. Por isso, os municípios teriam de agir e criar mecanismo para atingir a juventude, com projetos sociais dentro e fora das instituições de ensino, além de promover parcerias. O prazo estabelecido para a adoção de medidas por parte dos municípios foi de dois anos e o indicador seria o número de jovens alcançados pelo projeto.

11.16 Apresentação de resultados do grupo de trabalho 07 – Diretrizes para Composição de uma Doutrina Nacional dos Corpos de Bombeiros nas Ações Integradas de Segurança Pública

O Cel. Arnaldo Oliveira Costa, de Santa Catarina, apresentou o trabalho do grupo 08, que teve a participação de todos os bombeiros presentes no fórum. Oliveira destacou alguns pontos que precisavam ser melhorados: a falta de uma visão mais sistêmica sobre a segurança pública; a falta de caminhões novos de bombeiros; a necessidade de reconhecimento dos projetos preventivos dos próprios bombeiros militares; a inexistência de uma força nacional para o pronto atendimento a grandes desastres; incêndios florestais, estruturas colapsadas e a participação de corpos de bombeiros militares nos GGIs dos estados.

“Temos participação forte no trabalho da segurança pública. Então o que queremos e pedimos é que haja esse reconhecimento”.

O primeiro ponto destacado foi a falta de uma visão mais sistêmica sobre a segurança pública. Seria necessário um reconhecimento por parte de algumas secretarias das ações significativas condicionadas aos Corpos de Bombeiros. “Temos participação forte no trabalho da segurança pública. Então o que queremos e pedimos é que haja esse reconhecimento”, disse. A estratégia proposta foi diretrizes específicas implementadas pela Senasp. Além da renovação social, afirmou que os bombeiros gostariam de desenvolver o trabalho como algo que possa contribuir para o chamado flagelo da segurança pública, que seria a inexistência de uma política equitativa da distribuição de recursos entre os outros órgãos operativos da segurança pública, de defesa social e de defesa do cidadão.

Também propôs a compra de novos caminhões de bombeiros. “Gostaríamos de aproveitar este momento para fazer este apelo aos secretários, aos comandantes, a todas pessoas que de uma forma direta têm essa especialidade de observar para esses detalhes que são focos importantes”, declarou. E completou que essa ferramenta poderia melhorar a segurança pública e a participação dos GGIs da proposta da distribuição equitativa de recursos entre os órgãos.

Como terceiro problema, foi apontada a necessidade de reconhecimento dos projetos preventivos dos próprios bombeiros militares, como fator de retenção da violência e da criminalidade. Essa seria uma ferramenta fantástica para utilizar para o bem da segurança pública. A solução destacada foi a avaliação dos projetos preventivos dos corpos de bombeiros militares, incluindo a Senasp.

Por último, foram apontadas a inexistência de uma força nacional para o pronto atendimento a grandes desastres, incêndios florestais e estruturas colapsadas e a participação de corpos de bombeiros militares nos GGIs dos estados. Comentou que a grande maioria deles está inserida, mas não participa efetivamente e finalizou dizendo que era necessária a colaboração da Senasp, para que todos tivessem direito de levantar e de dar soluções para os problemas da segurança pública.

11.17 Apresentação de resultados do grupo de trabalho 08 – Diretrizes para Composição de uma Doutrina Nacional tendo a Mídia como Fator de Integração entre a Sociedade e a Segurança Pública

O porta voz do grupo 08 foi o Dr. Ailton Carlos de Lima Villanova, de Alagoas. Com relação à mídia, destacou vários pontos a serem modificados para melhorar a integração dela com a sociedade e com a segurança pública. Entre eles, a falta de padronização das informações para a imprensa, a inexistência de normas

e procedimentos em níveis estratégicos, tático e operacional e a falta de estudo do fenômeno da mídia e o seu papel na sociedade.

Comentou que muita gente já havia se manifestado sobre a imprensa durante o evento. Por isso, ficava difícil mostrar mais alguma coisa a fazer. No entanto, acrescentou que o grupo conseguiu identificar alguns pontos que precisavam de melhora. Nesse contexto, foi destacado o problema da falta de padronização das informações para a mídia. De acordo com ele, não são dadas instruções ao pessoal que se encontra na atividade da segurança pública, como o modo que devem se comportar diante da imprensa, por exemplo.

“A mídia procura com mais intensidade falhas dos órgãos de segurança”.

O segundo ponto abordado foi a inexistência de normas e procedimentos em níveis estratégicos, tático e operacional. Quer dizer, faltaria um plano de relação com a mídia por ausência de um projeto de comunicação. Quarto ponto: a distorção de notícias repassadas pelos órgãos oficiais. Afirmou que órgãos oficiais elaboram notas, distribuem à imprensa e, quando as notícias são divulgadas, aparecem distorcidas.

Mais um problema seria o sensacionalismo. Como sexta questão, citou o tratamento dado à notícia, sempre com aspecto negativo. Todas as falhas do aparato de segurança, tudo que é negativo para as instituições de segurança pública seria vendável para a imprensa.

A indefinição de responsabilidade de instituições nos órgãos de segurança pública na relação com a mídia foi apontada como o sétimo problema. “Temos nos nossos órgãos a seção de comunicação, que é responsável direta pelas informações dadas à imprensa, mas muitas vezes notícias são veiculadas fornecidas por pessoas desses órgãos sem estarem devidamente autorizadas”, acrescentou.

O oitavo ponto destacado foi a falta de estudo do fenômeno da mídia e o seu papel na sociedade. Comentou que, se não havia matéria farta para divulgar e vender, a mídia procurava com mais intensidade falhas dos órgãos de segurança. Como nono ponto, foi destacada a busca da notoriedade pelo indivíduo fora dos padrões institucionais, aquele membro das organizações que quer gozar de um minuto da fama.

Uma possível estratégia para corrigir as falhas seria a implementação de um grupo de estudo de mídias nos GGIs, com vista à elaboração de uma doutrina nacional; um plano de relação com a mídia, com recursos necessários – humanos, financeiros e técnicos. O grupo estipulou um tempo médio de seis meses para a implementação do projeto e apontou como indicador a diminuição de conflito entre a instituição de segurança e a mídia. Os responsáveis seriam: Senasp e GGIs para implementação do grupo de estudo, Senasp e GGI no grupo geral e instituições estaduais no plano específico.

12. CONSOLIDAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO DE TRABALHO 1:

Diretrizes para Futura Composição das Câmaras Nacionais Integradas com as Temáticas Homicídios, Crime Organizado, Inteligência, Roubos e Furtos de Cargas

Temática 1: Crimes Contra a Vida – Homicídio

1. Objetivo

Estabelecer as diretrizes para futura composição das Câmaras Nacionais Integradas.

2. Facilitadores(as)

Conteúdo: Antônio Benedito Campos Filho – Cel PMMT, Milton Teixeira Filho – Delegado PJC-MT, Jacinto Alberto Correia da Silva – Delegado PJC-BA, Regina Miki SSPDS – Diadema-SP. Método: Moema Dutra Freire – Assistente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e Dra. Almerinda Capelli Sauê – Delegada de Polícia – SSPDS-ES.

3. Procedimento Metodológico

O objetivo do trabalho em grupo nos GTs é a reflexão conjunta quanto aos problemas prioritários da temática abordada e suas causas e, posteriormente, a elaboração de estratégias integradas. As ações desenvolvidas foram:

- Identificação dos problemas relativos à temática abordada;
- Priorização: escolha dos problemas principais;
- Identificação das possíveis causas dos problemas selecionados;
- Definição de estratégias para superar os problemas selecionados;
- Apresentarão em plenário das conclusões (problemas identificados, problemas selecionados, causas e estratégias);
- Composição e divulgação da Câmara Técnica Nacional com uma representação de cada Estado da Federação e da Senasp/MJ.

4. Diretrizes

- Priorizar ações contra o tráfico de drogas; impunidade, alcoolismo, desemprego e desigualdade social e banalização da vida por falta de valor

- morais, religiosos e sociais;
- Mobilização das Secretarias nas áreas sociais e educativas, ONGs e comunidade visando o combate integrado e focalizado por todos os órgãos de segurança pública e justiça criminal;
 - Ações mais efetivas nas fronteiras do país relacionadas ao tráfico de drogas;
 - Regulamentação e fiscalização da venda de bebidas alcoólicas;
 - Promoção de parcerias com o setor privado criando emprego e renda;
 - Mobilização para maior celeridade na apreciação de projetos de alteração da legislação processual penal junto ao Congresso Nacional;
 - Reaparelhamento da Polícia técnico-científica;
 - Valorização dos operadores de segurança pública.

Temática 2: Crime Organizado – Narcotráfico

1. Objetivo

Estabelecer as diretrizes para futura composição das Câmaras Nacionais Integradas.

2. Facilitadores(as)

Conteúdo: Dr. Getúlio Bezerra – Delegado PF, Dr. Robson Robin – Diretor do DPPP/Senasp, Cel PMMS Geraldo Orti – Diretor do DOF. Método: Josanes Neres – Professora MS UFMT e Dr. Sérgio Fontes – DPF-AM.

3. Procedimento Metodológico

O objetivo do trabalho em grupo nos GTs é a reflexão conjunta quanto aos problemas prioritários da temática abordada e suas causas e, posteriormente, a elaboração de estratégias integradas. As ações desenvolvidas foram:

- Identificação dos problemas relativos à temática abordada;
- Priorização: escolha dos problemas principais;
- Identificação das possíveis causas dos problemas selecionados;
- Definição de estratégias para superar os problemas selecionados;
- Apresentarão em plenário das conclusões (problemas identificados, problemas selecionados, causas e estratégias);
- Composição e divulgação da Câmara Técnica Nacional com uma representação de cada Estado da Federação e da Senasp/MJ.

4. Diretrizes

- Criação de uma política integrada de inteligência em âmbito nacional para o enfrentamento do crime organizado;
- Aperfeiçoamento de mecanismos de controle sobre eventuais desvios de conduta (corregedoria forte);
- Aumentar a relação de confiança na troca de informações entre os órgãos.
- Investimento em equipamentos tecnológicos e valorização dos recursos humanos;
- Regulamentar a coleta de dados em todas as instituições (ex: SINDRE e SIREN), vincular o repasse de recursos à manutenção dos sistemas atualizados e integrar as instituições em um sistema nacional;
- Capacitação integrada e intercâmbio entre as instituições de ensino (academias e universidades);
- Aumento do efetivo das forças policiais;
- Fomento de práticas coletivas de integração;
- Criação de varas especializadas e acompanhamento do processo e cumprimento de pena dos grandes traficantes (criação de cadastro nacional de presos);
- Criação de grupos de trabalho e acompanhamento dos processos legislativos de interesse do sistema de repressão.

Temática 3: Inteligência na Segurança

1. Objetivo

Estabelecer as diretrizes para composição das Câmaras Nacionais Integradas.

2. Facilitadores(as)

Conteúdo: Dr. José Hilário Nunes Medeiros – Coordenador Geral da CGI/Senasp, Dr. Romano José C. Costa – Delegado PJC-PE, Cel PMGO Arnaldo Oliveira Costa – SSPJ-GO, Cel EB R1 Romeu Antonio Ferreira – SSP-RJ, Dr. Odécio Rodrigues Carneiro – INFOSEG-Senasp, Dr. Gerge Felipe de Lima Dantas – UPIS-DF, Dra. Priscila C. Brandão Antunes – UFMG, Dr. Pehkx Jones Gomes da Silveira – Coordenador do DPPP-Senasp, TC BM Ronaldo Rosa dos Santos – Assessor da CGI-Senasp. Método: Cap PMPE Eduardo Jorge Amorim da Silva – SDS-PE, Maj BM William Bomfim – Senasp.

3. Procedimento Metodológico

O objetivo do trabalho em grupo nos GTs é a reflexão conjunta quanto aos problemas prioritários da temática abordada e suas causas e, posteriormente, a elaboração de estratégias integradas. As ações desenvolvidas foram:

- Identificação dos problemas relativos à temática abordada;
- Priorização: escolha dos problemas principais;
- Identificação das possíveis causas dos problemas selecionados;
- Definição de estratégias para superar os problemas selecionados;
- Apresentação em plenário das conclusões (problemas identificados, problemas selecionados, causas e estratégias);
- Composição e divulgação da Câmara Técnica Nacional com uma representação de cada Estado da Federação e da Senasp/MJ.

4. Diretrizes

- Estabelecimento de uma doutrina nacional e do plano nacional de inteligência de segurança pública;
- Aprimoramento da política nacional de recursos humanos para a ISP;
- Compromisso com a plena estruturação e funcionamento dos sistemas ISP estaduais, conforme convênios firmados com a Senasp para a criação do SISP.

Temática 4: Roubos e Furtos de Cargas

1. Objetivo

Estabelecer as diretrizes para futura composição das Câmaras Nacionais Integradas.

2. Facilitadores(as)

Conteúdo: Dr. César Urack – Delegado PJC- PE, Inspetor Giovani de Mambro – PRF-DF, Cel PMBA Valter Oliveira Leite – SSP-BA, Dr. Hercy Filho, Insp. João Antônio Brasil. Método: Maj PMMT Wilquerson Felizardo Sandes – SEJUSP-MT, Inspetor Sid Meira Neiva Matel – Chefe do 4º Distrito de Polícia Rodoviária do Amapá.

3. Procedimento Metodológico

O objetivo do trabalho em grupo nos GTs é a reflexão conjunta quanto aos problemas prioritários da temática abordada e suas causas e, posteriormente, a elaboração de estratégias integradas. As ações desenvolvidas foram:

- Identificação dos problemas relativos à temática abordada;
- Priorização: escolha dos problemas principais;
- Identificação das possíveis causas dos problemas selecionados;
- Definição de estratégias para superar os problemas selecionados;
- Apresentarão em plenário das conclusões (problemas identificados, problemas selecionados, causas e estratégias);
- Composição e divulgação da Câmara Técnica Nacional com uma representação de cada Estado da Federação e da Senasp/MJ.

4. Diretrizes

- Estímulo à criação de unidades especializadas nos Estados, promovendo a capacitação de agentes públicos numa doutrina nacional referente a roubos, furtos e receptações de cargas;
- Fomento a integração entre os órgãos públicos e iniciativa privada por meio de câmaras regionais e nacionais de pronta resposta;
- Desenvolvimento de esforços integrados no sentido de promover as mudanças necessárias na legislação referente ao crime de receptação, que atualmente possui penas brandas;
- Padronização estatística através de um banco nacional de dados, alimentado por um boletim único de ocorrências;
- Criação de mecanismos que facilitem a identificação de mercadorias;
- Melhoria da malha viária para dificultar as ações criminosas nas rodovias;
- Combate ao esquema de fraudes documentais em âmbito nacional (BO falsos ou improcedentes, notas fiscais frias ou adulteradas);
- Intensificação de policiamento nas rodovias com integração entre órgãos públicos (polícias e fisco) e iniciativa privada.

GRUPO DE TRABALHO 2

Propostas para a Elaboração da Doutrina Nacional com as Temáticas Gerenciamento de Crises, Municípios, Corpos de Bombeiros e Mídia

Temática 1: Gerenciamento de Crises

1. Objetivo

Consolidar resultados para a elaboração da Doutrina Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada.

2. Facilitadores(as)

Conteúdo: Dr. Ângelo Oliveira Salignac – Perito Criminal da PF, Cel PMPE Dielson – SDS-PE, TC PMRS Rodolfo Pacheco – PMRS. Método: Maj PMRO Marcelo da Silva Cavalheiro – SESDEC-RO, e Dr. Hélio Pacheco Leão – Assessor da Senasp.

3. Procedimento Metodológico

O objetivo do trabalho em grupo nos GTs é a reflexão conjunta quanto aos problemas prioritários da temática abordada e suas causas e, posteriormente, a elaboração de estratégias integradas. As ações desenvolvidas foram:

- Identificação dos problemas relativos à temática abordada;
- Priorização: escolha dos problemas principais;
- Identificação das possíveis causas dos problemas selecionados;
- Definição de estratégias para superar os problemas selecionados;
- Apresentação em plenário das conclusões (problemas identificados, problemas selecionados, causas e estratégias);
- Composição e divulgação da Câmara Técnica Nacional com uma representação de cada Estado da Federação e da Senasp/MJ.

4. Estratégia Elaborada pelo GT

- Desenvolvimento de cursos integrados pela Senasp/MJ;
- Palestras para outros Poderes esclarecendo o papel do Gerente e Negociador nos eventos críticos;
- Padronização das ações em situação de crises.

Temática 2: Participação dos Municípios na Segurança Pública

1. Objetivo

Consolidar resultados para a elaboração da Doutrina Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada.

2. Facilitadores(as)

Conteúdo: Dr. Luciano Siqueira – Vice-Prefeito do Recife-PE, Dra. Cristina Gross Villanova – DPPP-Senasp, Dra. Ticiano Nascimento Egg – DPPP-Senasp. Método: TC PMRS Nelton Henrique Monteiro Ledur – TC PMRS, e Professora Maria Antonieta Fernandes – UFMT.

3. Procedimento Metodológico

O objetivo do trabalho em grupo nos GTs é a reflexão conjunta quanto aos problemas prioritários da temática abordada e suas causas e, posteriormente, a elaboração de estratégias integradas. As ações desenvolvidas foram:

- Identificação dos problemas relativos à temática abordada;
- Priorização: escolha dos problemas principais;
- Identificação das possíveis causas dos problemas selecionados;
- Definição de estratégias para superar os problemas selecionados;
- Apresentação em plenário das conclusões (problemas identificados, problemas selecionados, causas e estratégias);
- Composição e divulgação da Câmara Técnica Nacional com uma representação de cada Estado da Federação e da Senasp/MJ.

4. Estratégia Elaborada pelo GT

- Convênios dos municípios com órgãos federais e estaduais;
- Participação dos municípios como representantes nos GGIs;
- Articulação de planos e projetos relativos à segurança das diferentes esferas de governo;
- Políticas preventivas de segurança na rede municipal de ensino atingindo toda a comunidade escolar;
- Elaboração de termo de referência estabelecendo indicativos de responsabilidades dos municípios na área de segurança pública;
- Utilização de espaços públicos e rede patrimonial do município para aplicação de projetos de prevenção à violência (ex: rede municipal de ensino, praças públicas, ...)

Temática 3: O papel dos Corpos de Bombeiros Militares nas ações integradas de Segurança Pública

1. Objetivo

Consolidar resultados para a elaboração da Doutrina Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada.

2. Facilitadores(as)

Conteúdo: Cel BM Ricardo A. Alves de Santana – CMT GERAL do CBMPE, Cel BM Sérgio Simões – SESDEC-RJ, Cel BM Carlos Alberto Rocha Oda – DEA-Senasp. Método: TC BM Reginaldo Lima de Souza – CBMAM, Cel BM Franz Marinho

Alcântara – CMT GERAL do CBMAM.

3. Procedimento Metodológico

O objetivo do trabalho em grupo nos GTs é a reflexão conjunta quanto aos problemas prioritários da temática abordada e suas causas e, posteriormente, a elaboração de estratégias integradas. As ações desenvolvidas foram:

- Identificação dos problemas relativos à temática abordada;
- Priorização: escolha dos problemas principais;
- Identificação das possíveis causas dos problemas selecionados;
- Definição de estratégias para superar os problemas selecionados;
- Apresentação em plenário das conclusões (problemas identificados, problemas selecionados, causas e estratégias);
- Composição e divulgação da Câmara Técnica Nacional com uma representação de cada Estado da Federação e da Senasp/MJ.

4. Estratégia Elaborada pelo GT

- Estabelecimento de diretriz específica da Senasp/MJ para os GGIs referente a participação dos Corpos de Bombeiros em ações efetivas de segurança pública;
- Estabelecimento de uma política equitativa de distribuição de recursos entre os órgãos operativos de segurança pública e defesa social;
- Avaliação dos projetos preventivos dos CBMs pela Senasp/MJ, como fator de redução da violência e criminalidade;
- Aproveitamento da Força Nacional para integração de uma força tarefa para atuação em grandes desastres, incêndios florestais e estruturas colapsadas.

Temática 4: A Mídia como fator de integração entre a sociedade e a segurança pública

1. Objetivo

Consolidar resultados para a elaboração da Doutrina Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada.

2. Facilitadores(as)

Conteúdo: Maj PMCE Domingos Sávio Fernandes de Brito, Dr. Ailton Car-

los de Lima Villanova – Perito Criminal e Jornalista da Gazeta– AL, Cel PMRS RR Jerônimo Carlos Santos Braga – Diretor da Faculdade de Comunicação da PUC-RS, Ten Cel PMPE Hamilton Freitas da Silva. Método: Dra. Marta Suelene da Silva – Delegada PJC-PE, Cap PMPE Ana Paula.

3. Procedimento Metodológico

O objetivo do trabalho em grupo nos GTs é a reflexão conjunta quanto aos problemas prioritários da temática abordada e suas causas e, posteriormente, a elaboração de estratégias integradas. As ações desenvolvidas foram:

- Identificação dos problemas relativos à temática abordada;
- Priorização: escolha dos problemas principais;
- Identificação das possíveis causas dos problemas selecionados;
- Definição de estratégias para superar os problemas selecionados;
- Apresentação em plenário das conclusões (problemas identificados, problemas selecionados, causas e estratégias);
- Composição e divulgação da Câmara Técnica Nacional com uma representação de cada Estado da Federação e da Senasp/MJ.

4. Estratégia Elaborada pelo GT

- Implementação de um grupo de estudo de mídia nos GGIs para a elaboração de uma doutrina nacional que contemple: a mídia e o seu papel na sociedade; padronização das informações; plano de relacionamento com a mídia.

PARTE III



ANAIS DO FÓRUM INTERNACIONAL DE GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA (2007)

13. INFORMAÇÕES GERAIS

Data de realização

21 a 23 de novembro/2007

Local

São Luís – MA

Objetivos

- Consolidar os Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs) enquanto política de implementação e sustentação do SUSP.
- Demonstrar boas práticas de gestão integrada do sistema de segurança pública e justiça criminal, por meio dos GGIS, fomentando a cultura de integração, com foco no controle da violência e redução da criminalidade nos diversos estados da federação.
- Promover intercâmbio e compartilhamento de experiências municipais, regionais, nacionais e internacionais de fronteira.

Equipe de Trabalho

A Coordenação Geral do evento ficou a cargo da Senasp, sob a supervisão da Dra Cristina Gross Villanova, coordenação do Tenente Coronel Eraldo Marques Viegas e secretaria executiva do Tenente Coronel Wilquerson Felizardo Sandes, com apoio de equipe técnica composta pelo Cap PMDF Cristiano Curado Guedes e Sra Andreia Luciana R. Correia, servidores da Senasp. A Assessoria de Imprensa foi realizada no local pela Sra Ana Paula Uchoa, assessora de comunicação da do TREI-NASP e a Sra Patrícia de Almeida Costa, assessora de imprensa do MJ.

Participantes

Ao todo foram 319 inscrições, porém participaram do evento 274 pessoas das diversas Unidades Federativas e municípios, sendo cinco participantes do Uruguai, Argentina, Bolívia e Peru.

14. PROGRAMAÇÃO

21/11/2007 (quarta-feira)

Reunião dos Secretários Executivos do GGI para Direcionamento estratégico do GGI 2007-2011 e Apresentação dos resultados em Plenária

O Direcionamento Estratégico do GGI para o período de 2007 a 2011, previsto na programação do Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada, teve como finalidade específica o desenvolvimento de estratégias integradas de segurança pública e defesa social para os Gabinetes nos estados e municípios, em acordo com o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI. Visou, também, iniciar um debate com enfoque na segurança pública transnacional.

Reunião do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública

Realizado em 21 de novembro de 2007-11-29, com a participação de 20 secretários. Presentes o Secretário Nacional de Segurança Pública, Secretário Substituto da Senasp e o Coordenador de Pesquisa e Análise da Informação da Senasp. A agenda tratou diversos temas de interesse dos Estados e Governo Federal.

22/11/2007 (quinta-feira)

TEMÁTICA I

MESA REDONDA: EXPERIÊNCIAS INTEGRADAS CONTRA O CRIME

Mediador: Dr Luiz Fernando Ferreira Delazari – Secretário Segurança Pública do Paraná

- **Ações Integradas contra o Tráfico de Drogas e Armas** – Dr. Roberto Ciciliatti Troncon Filho – Diretor de Combate ao Crime Organizado – DPF
- **A integração da Polícia Federal com as Polícias Estaduais na Investigação de Crimes** – Dr. Luiz Fernando Correa – Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal
- **Ações Integradas contra o Turismo Sexual e Tráfico de Pessoas** – Dr. Roscio Aguiar Rebouças – Delegado de Polícia – Ceará

TEMÁTICA II

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ORIENTADO A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Mediador: TC Eraldo Marques Viegas – Coordenador Geral do DEPRO-Senasp

- **Gestão Orientada por Resultados: Criação do Sistema Nacional de Indicadores de Desempenho das Ações de Segurança Pública** – Dr. Marcelo Ottoni Durante – Coordenador de Pesquisa e Análise da Informação – Senasp/MJ
- **Análise Criminal e Mapeamento da Criminalidade - GIS** – Dr. Luiz Carlos Magalhães – Especialista em Gestão da Segurança Pública e Defesa Social
- **Operação Tio Patinhas – RJ** – Antônio Cesário Roberto de Sá – Subsecretário de Planejamento e integração Operacional

TEMÁTICA III

GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA NOS MUNICÍPIOS

Mediador: Dr. Paulo Fernando Bezerra – Secretário Segurança Pública da Bahia

- **A criação dos GGIs Municipais no âmbito do PRONASCI** – Dr. Vicente Carlos Y Plá Trevas – Coordenador Executivo para Assuntos Federativos-MJ
- **Experiências Municipais em Gestão Integrada** – Insp. Fernando Roberto de Souza – Inspetor PRF Secretário Executivo GGI Rondonópolis-MT; Dr. Carlos Roberto Sant’Ana da Rosa – Secretário Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo - RS; Dr. Orlando Zaccone - GGI de Iguazu – RJ
- **O Papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública como Indutora de Políticas Públicas** – Dr. Ricardo Balestreri – Sub Secretário de Segurança Pública/MJ Apresentação GT e exposição do Direcionamento Estratégico

23/11/2007 (sexta-feira)

TEMÁTICA IV

MESA REDONDA: RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Mediador: Dr. Pehks Jones – Coordenador Geral de Cursos – Treinasp/Senasp

- **Combate aos Ilícitos Transnacionais** – Dr. Romero Luciano Lucena de Meneses – Diretor Executivo DPF

- **Encontros Técnicos de Cooperação Internacional no Mercosul – Segurança Cidadã e Trabalho Especializado em Matéria Delitual** – Rafael Paternain – Representante do Uruguai; Enrique Sach – Representante da Argentina

TEMÁTICA V

MESA REDONDA: AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FAIXAS DE FRONTEIRAS

Mediador: Dr. Robson Robin da Silva – Coordenador Geral de Projetos Especiais SENAD

- **Mesa Redonda: Ações de Segurança Pública nas Faixas de Fronteiras** – Insp. Luiz Alexandre Gomes da Silva – 1ª Delegacia da PRF – Campo Grande – MS; Cel. EB Salomão Kiermes Tavares – Representante do Ministério da Defesa; Dr. Carlos Brito de Lima – Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso; Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini – Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul – DOF

TEMÁTICA VI

MESA REDONDA: INTERCÂMBIO DOS ESTADOS/ UNIDADES FEDERADAS NA SEGURANÇA TRANSFRONTEIRIÇA

Mediador: Dr. Celso Perioli – Superintendente da Polícia Científica do Estado de São Paulo

- **Mesa Redonda: 1ª Rodada** – Dr. Antônio Monteiro Neto – Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre; Crnl. PNP Raul Domingo Monar Arias – Jefe de la Sub Region Policial PNP – Madre de Dios – Peru; Dr. David Alberto Murakami – Secretário de Segurança Cidadã do Departamento de Pando – Bolívia; Dr. Aldo Alves Ferreira – Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Amapá
- **Apresentação do Direcionamento Estratégico GGI 2007-2011** – Expositor: TC Wilquerson Felizardo Sandes e representantes do GT

TEMÁTICA VII

MESA REDONDA: INTERCÂMBIO DOS ESTADOS/ UNIDADES FEDERADAS NA SEGURANÇA TRANSFRONTEIRIÇA

Mediador: Dr. Heberte Brito Barros – Secretário de Segurança Pública do Tocantins

- **Mesa Redonda: 2ª Rodada** – Dr. Enrique Jorge Holub – Comandante Principal da Gerdameria, Província de Misiones, Argentina; Dr. Adeline Roberto Toigo – Diretor de Polícia do Interior, Curitiba – SC; Maj Sergio Flores – Brigada Militar RS; Maj. Douglas Sabatini Dabul – Major Comando de Policiamento da Capital - PM do Paraná

15. RESENHAS DAS PALESTRAS PROFERIDAS DURANTE O EVENTO

15.1 Palestra Magna: Gestão Integrada em Segurança Pública – Cenários e Tendências – Antônio Carlos Biscaia – Senasp

O Secretário Nacional de Segurança Pública, Antônio Carlos Biscaia, na ocasião representando o Ministro da Justiça, Tarso Genro, falou sobre a importância da integração entre as polícias e as agências públicas civis e com as comunidades, para a eficácia de um Sistema de Segurança Pública.

Contou que, no exercício de um mandato parlamentar, foi convidado pelo então candidato à Presidência da República Luís Inácio Lula da Silva para elaborar um programa voltado para a Segurança Pública no Brasil. Na época, Lula realizava estudos e debates sobre o tema no Instituto de Cidadania em São Paulo. Como resultado das discussões, que contaram com a participação de todos os seguimentos com responsabilidade em Segurança Pública, foi elaborado um trabalho. Em 27 de fevereiro de 2002, o documento foi entregue ao presidente da Câmara, o deputado Aécio Neves, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados e resultou na criação do Sistema Único de Segurança Pública.

“Este direito constitucional (Segurança Pública) deve ser assegurado a todo cidadão”.

Também foi planejada uma integração entre diversos setores da sociedade. Os principais objetivos eram: aprimorar os serviços de segurança pública por meio de diagnósticos tecnicamente orientados sobre violência e criminalidade; integrar as forças de segurança estaduais e municipais, possibilitando o planejamento e a execução de políticas e o policiamento em sintonia com a realidade de cada região do estado e da capital; racionalizar os recursos necessários para a segurança pública; possibilitar a participação da comunidade e tornar mais ágeis os serviços de Segurança Pública pela transferência da autonomia decisória e operacional para unidades locais e para os agentes. Além disso, o trabalho integrado visava estabelecer uma coordenação capaz de articular as atividades das áreas ao conjunto de diretrizes de programas que compõem a Política de Segurança Pública nos estados.

Afirmou ainda que, nessa linha, o Programa de Segurança Pública foi apresentado em fevereiro de 2002 e, passados mais de cinco anos desde a entrega, ele já é uma realidade em todo o país. Depois de Tarso Genro assumir o Ministério da Justiça, começaram as discussões sobre o Programa Nacional de Segurança Pública

com Cidadania (PRONASCI) buscando um novo paradigma de Segurança Pública, que, em primeiro lugar, tivesse uma visão de prevenção e, em segundo lugar, conseguisse alcançar uma ligação entre políticas de segurança públicas e políticas sociais. Por fim, concluiu o discurso, dizendo que acreditava que o governo e a população conseguiriam reduzir as taxas de criminalidade no país e que o evento de que ele participava era fundamental para isso.

15.2 Ações Integradas contra o Tráfico de Drogas e Armas – Roberto Cicaliatti Troncon Filho

A idéia central da palestra foi a necessidade de difundir ações integradas entre polícias de todo Brasil. O resultado da integração seria um trabalho menos redundante e mais expressivo contra grupos criminosos. O palestrante, o Diretor de Combate ao Crime Organizado e Chefe da Delegacia de Entorpecentes e da Delegacia Especial do Aeroporto de Guarulhos, Roberto Cicaliatti Troncon Filho, disse que umas das maiores dificuldades é que o relacionamento entre diversos órgãos costuma ser baseado em laços pessoais entre os integrantes, quando deveria ocorrer em nível institucional.

Introduziu o tema afirmando que os crimes de tráfico de drogas e de armas têm uma característica em especial, que é serem transregionais ou transnacionais. Por isso, a ação de uma força policial do estado, da União ou mesmo de um único país agindo sozinho, dificilmente conseguiria um resultado significativo. Outro ponto destacado foi que os recursos do Estado são escassos e a demanda por trabalho é crescente. Desse modo, aqueles envolvidos com a segurança pública teriam a necessidade de integrar suas ações com a de outros órgãos de diversos estados, que indiretamente possam contribuir para a repressão ao crime organizado.

Comentou que essa integração não é algo simples, pois a investigação dos crimes de tráfico de drogas e de armas demanda um esforço adicional do Estado. A explicação é que, nesse caso, é preciso empregar técnicas aprovadas em leis especiais e que exigem operações sigilosas para obter sucesso. Por exemplo, quando o investigado não tem consciência de ser alvo de uma investigação, é maior a chance de ele cometer deslizes e, assim, permitir que a polícia judiciária colha mais provas.

Citou como uma dificuldade nesse tipo de investigação o fato de que, para haver um trabalho integrado entre órgãos, é necessário, muitas vezes, dividir informações com quem não se conhece ou não se confia. No entanto, defendeu que não pode haver relacionamento baseado em questões pessoais, para que o sucesso da operação não fique a mercê de amizades ou desentendimentos.

“Para haver um trabalho integrado entre órgãos, é necessário, muitas vezes, dividir informações com quem não se conhece ou não se confia”.

Concluiu que a maioria das operações em conjunto estão no campo da interdição e da prevenção ao crime. Na área de investigações pró-ativas sensíveis, como troca de informação sob casos em andamento, a integração é ainda muito incipiente, mas necessária. Segundo ele, o grande desafio dos Gabinetes de Gestão Integrada é um Fórum adequado para discutir essas crises pontuais e o fomento à integração entre todos os nossos órgãos ligados à Segurança Pública.

Questionado sobre qual a outra solução institucional diferente do conceito de força tarefa em situação de operações sensíveis e que ações preventivas são efetivas em nível internacional para coibir o tráfico de armas e drogas, respondeu que o objetivo prioritário da Polícia Federal é a busca constante por integração, ampliando as operações de interdição em que não se trabalha com uma fase sensível de investigação. “Nas fronteiras, vemos como é essencial a integração direta com a Secretaria de Segurança Pública e outros órgãos como polícia federal, rodoviária federal e estadual”, destacou.

15.3 A Integração da Polícia Federal com as Polícias Estaduais na Investigação de Crimes – Luiz Fernando Correa

A palestra do Diretor Geral do Departamento da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Correa, girou em torno da necessidade de integração entre as instituições policiais de diferentes estados. Segundo ele, apesar de cada uma dessas instituições ter um papel específico, todas elas têm um comprometimento maior, que é a segurança do cidadão. “Temos um único serviço para prestar em diferentes papéis”, disse. Portanto, as organizações existentes não podem ser um empecilho para a prestação do serviço como um todo à sociedade.

“Temos um único serviço para prestar em diferentes papéis”

Exemplificou que não é suficiente a polícia apreender toneladas de droga nos portos das cidades se ainda forem vendidas pequenas quantidades na porta de escolas. Seria preciso lutar tanto contra o grande como contra o pequeno tráfico, trabalho que precisa da colaboração da Polícia Federal com as polícias estaduais.

Afirmou também que é preciso investir na criação de ferramentas de preservação da investigação, sem que haja resistência no compartilhamento de informação

entre as instituições. Não significaria que a Polícia Federal passe indiscriminadamente a assumir ou interferir nas atribuições de outros órgãos, mas que houvesse complementaridade. Quer dizer, um diálogo que permita capacitar os funcionários, equipar serviços e estabelecer uma rede de confiança entre as forças policiais.

Citou como exemplo um trabalho em conjunto da polícia de São Paulo com a do Pará, que, por meio de troca de informações, conseguiu interceptar um contrabando no Sul do estado paraense. Outro exemplo citado foi o combate à criminalidade no Rio de Janeiro, que conta não apenas com a Polícia Federal, mas com o estado, que implanta medidas de segurança e cuja polícia atua pontualmente.

Destacou, no entanto, que o nível de integração que se quer é o pleno e que, para atingir esse patamar, é preciso o diálogo entre os órgãos. Dialogar não significaria fragilizar as atribuições de cada instituição, mas fortalecer um conceito que está acima de todos. O conceito seria: mais do que ter um comando, é necessário ter articulação.

“Se essa consciência básica não se consolidar”, garante, “nós podemos ter uma Polícia Federal 100% disposta a colaborar, mas o grande sistema, que é o responsável por prestar um serviço público para o cidadão vai estar sempre sendo questionado”.

Concluiu a palestra dizendo que não se pode subestimar o cidadão. Se uma autoridade pública quiser explicar ou se desculpar por uma certa incapacidade, tentando argumentar atribuições que não são próprias dela, disse, o cidadão perde a credibilidade no sistema de segurança como um todo.

Durante os debates, o diretor foi perguntado se a integração entre organismos de segurança pública pode e deve começar pela proximidade de acesso on-line nos diversos bancos de dados de outros órgãos mediante convênios estabelecidos. Respondeu que deve haver capacitação das inteligências estaduais, meios e doutrinas compatíveis com a polícia federal, para que se crie um ambiente de circulação de dados com segurança. “Esse item da confiabilidade e da preocupação de nomes, isso é lógico que todas instituições devem ter”, afirmou, completando que as informações têm que estar disponíveis onde produzem algum resultado, pois conhecimento guardado não tem validade.

15.4 Ações integradas contra o Turismo Sexual e Tráfico de Pessoas – Roscio Aguiar Rebouças

O Delegado de Polícia do Estado do Ceará, o Dr. Roscio Aguiar Rebouças, falou sobre o trabalho em conjunto entre as polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros,

órgãos federais como Polícia Rodoviária Federal e a ABIN, entre outras, para combater crimes no estado do Ceará, em especial os de turismo sexual e tráfico de pessoas.

Iniciou a palestra explicando que a apresentação seria sobre um trabalho desenvolvido pelo secretário do Ceará, Dr. Roberto das Chagas Monteiro, que não pode estar presente ao evento. Em seguida, destacou que, como Fortaleza é uma cidade turística, a polícia local enfrenta muitos problemas relacionados ao turismo sexual e ao tráfico de pessoas na região. Para solucioná-los, o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) foi formatado por meio de gestão estratégica, tendo como integrantes titulares dos diversos órgãos de Segurança do Estado, da prefeitura e em nível federal.

Afirmou que o trabalho da GGI funciona da seguinte maneira: primeiro, as demandas são repassadas à Gestão de Inteligência. Após fazer o levantamento, esse órgão encaminha as demandas para a Gestão de Operações (coordenada por ele). Depois de realizada a ação, esta última presta contas à Gestão Estratégica.

“O fundamental é que é feito um trabalho integrado”.

Destacou que as parcerias não ocorrem apenas na área da Secretária de Segurança. O trabalho é realizado em conjunto com órgãos de inteligência, polícias civil e militar, corpo de bombeiros, órgãos federais, polícia rodoviária federal e ABIN. “O fundamental é que é feito um trabalho integrado”, opinou. Também a Secretária da Fazenda do Estado e a Secretaria Regional do Trabalho colaboram, caso a polícia não tenha condições de atuar de modo administrativo. A Secretaria do Desenvolvimento Social, a Secretaria da Infância e da Juventude e a Prefeitura Municipal de Fortaleza são outros grandes parceiros, segundo o delegado. Além disso, o DETRAN foi agregado ao GGI de forma intensa, porque, principalmente no interior do Estado, o órgão verifica se os veículos estão em condições de tráfego, entre outras irregularidades.

Como exemplo dessa atuação integrada, citou atuações na praia de Iracema, em Fortaleza, local muito atrativo para o turismo sexual. Acrescentou que já existe um projeto do governo de requalificar paisagisticamente a área, mas, enquanto isso não acontece, a polícia tem de trabalhar de uma forma muito intensa.

A conclusão foi que o GGI atua com todos os órgãos. “O serviço público é uno e é o que a população deseja, um retorno da segurança pública”, afirmou. Ressaltou, ainda, que é possível ver na imprensa o resultado do trabalho realizado.

Questionado sobre como é tratado o aspecto do sigilo do planejamento das operações integradas do GGI, respondeu que, primeiro, é realizado o trato da informação pelos órgãos das próprias instituições, quer dizer, fica em nível interno das forças que integram o GGI. Um pouco antes da operação, normalmente cerca de

quatro dias antes, é feita uma reunião final de planejamento, onde as informações são apresentadas para os titulares operacionais das forças. A operação é deflagrada de três a quatro dias mais tarde.

15.5 Gestão Orientada por Resultados: Criação do Sistema Nacional de Indicadores de Desempenho das Ações de Segurança Pública – Marcelo Otoni Durante

O palestrante, Dr. Marcelo Otoni Durante, discursou sobre a necessidade de haver um trabalho em conjunto entre polícia e comunidade. No entanto, segundo ele, para que se possam medir os resultados dessa parceria e avaliar se ela realmente existe, é preciso criar um sistema de indicadores de desempenho.

Falou sobre idéias em relação ao que seria um sistema de avaliação de resultado de política envolvendo polícia comunitária. Opinou que esse era um tema ainda novo entre as organizações brasileiras, mas que precisava ser trabalhado para que seja criada uma cultura de avaliação de resultados.

Porém, antes de criar o sistema, seria necessário melhorar a qualidade da coleta de informação. Outro ponto a ser melhorado seria a transformação de relatórios em instrumentos de gestão. “Nós temos Estados que conseguem produzir mapas, conseguem ter toda informação necessária (...), mas se este trabalho todo está resultando numa efetiva melhora da gestão, nós ainda não alcançamos”, disse.

Segundo ele, o grande objetivo da polícia comunitária é promover uma articulação sistêmica entre polícia e sociedade para manter a disciplina e a ordem social, com redução da incidência de acidentes, incidentes, desordem, incivilidade, conflitos, crimes e violência. Assim, seria possível criar não apenas uma aproximação da polícia com a sociedade, mas ter ela, própria, participando na área de Segurança Pública.

Completo que, para avaliar a presença de polícia comunitária, não basta ter os números de policiais reservados para atuação, existência de departamentos, cursos de polícia comunitária e recursos para atuação dessa polícia. Afirmou que esses indicadores são pertinentes, mas citou o exemplo de uma avaliação de 2005, que mostra que, até esse ano, não havia realmente polícia comunitária no Brasil: “Existia um formato piramidal”.

“A população não confia na polícia e a polícia não confia na população”.

Mais um ponto citado para que polícia e comunidade trabalhem juntos é que exista confiança entre eles. “A população não confia na polícia e a polícia não

confia na população”, comentou, demonstrando também a preocupação com a saúde dos policiais de segurança pública como fator importante.

Como último argumento, destacou que seria fundamental que a sociedade passasse a reconhecer o seu papel como ator significativo, que passasse a se organizar proativamente, cobrando ação e resultados da polícia. “Isso tudo envolve trabalhar com dados administrativos das polícias, com pesquisas com a população, pesquisas com os próprios policiais e que medida se está efetivamente estruturando nesse ambiente de equipe de trabalho, polícia e comunidade”, concluiu.

Quando questionado se o Brasil está preparado para o estabelecimento do policiamento comunitário efetivo, respondeu que existe informação com qualidade suficiente para poder fazer um planejamento estratégico da Segurança Pública no país.

15.6 Análise Criminal e Mapeamento da Criminalidade – GIS – Luiz Carlos Magalhães

O especialista em Gestão da Segurança Pública e Defesa Social, o Dr. Luiz Carlos Magalhães, falou sobre a importância da análise criminal e do mapeamento da criminalidade para a produção de informação para gestores que, mais tarde, poderão solucionar casos mais facilmente.

Explicou que a análise criminal consiste no mapeamento da criminalidade como instrumento de gestão, uma ferramenta que agrega um valor muito grande para a produção de conhecimento que será entregue ao gestor público. Especificamente, ela possui a missão de revelar com clareza as características do crime, além de outras questões. Dessa maneira, gera-se conhecimento para que a polícia chegue ao âmago do problema e possa apresentar uma solução. Citou como exemplo os juízes em geral, que procuram saber o local onde ocorre o fenômeno criminal e o fazem por meio do mapeamento de região, do mapeamento do fenômeno criminal. Esses profissionais agregam valor a um determinado mapa.

“Atuamos na gestão pública pensando no amanhã”.

Quando se fala de análise criminal, segundo ele, é preciso considerar três vertentes existentes: a estratégica, a tática e a administrativa, sendo a Análise Criminal Estratégica de longo prazo e a Tática, de médio prazo. O foco da Análise Criminal Estratégica seriam políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade; o planejamento e desenvolvimento de soluções a interação com outras secretarias; o direcionamento de investimentos; a formulação do plano orçamentário e o

acompanhamento e indicadores de desempenho. O foco da Análise Criminal Tática seria produzir conhecimentos voltados para os operadores de segurança pública. Já o foco da Análise Criminal Administrativa seria o fornecimento de informações sumarizadas de estatísticas descritivas; de informações gerais sobre tendências criminais, comparando com períodos similares e com outras cidades similares.

O ponto comum é entre elas, é que nas três a polícia busca padrões (característica que se repete em dois ou mais eventos) e tendências (uma inferência sobre um fenômeno cujo comportamento qualitativo aponta para uma diferente direção) criminais para a produção do conhecimento. Quando existem padrão de criminalidade e tendência, em tese, os gestores públicos conseguem tomar as suas decisões mais focados no que é necessário para a resolução dos problemas, disse. “Atuamos na gestão pública pensando no amanhã”, comentou.

Ressaltou, ainda, a importância da análise. Sem uma análise apropriada da informação adquirida, não se poderia contribuir efetivamente para a consecução dos objetivos estratégicos da instituição policial. Completou que, também, sem uma capacidade analítica, muito do que foi recebido de informação bruta permanece apenas como tal e esse é um grande dilema de quem trabalha com análise: uma pilha de papel onde a informação não foi trabalhada e, portanto, é inútil para o gestor público.

15.7 Operação Tio Patinhas – Antônio Roberto de Sá

O Dr. Antônio Roberto de Sá abordou o tema “Operação Tio Patinhas”, da Polícia Civil, que trata da apreensão de máquinas caça níquel com base na competência da Receita Federal. Segundo ele, antes de existir essa parceria, as máquinas eram apreendidas nos inquéritos das polícias civis, com base no decreto lei 2.688, código 41, e ficavam por anos e anos amontoadas em batalhões e delegacias. Além disso, como donos de bingos geralmente possuem relação com os mafiosos e influência em todos os poderes, conseguiam liminares autorizando o funcionamento de seus estabelecimentos.

“Uma maneira de dar um destino social às máquinas foi transformá-las em computadores para escolas carentes”.

Acrescentou que, nessa época, as liminares concedidas à polícia civil para a realização de apreensões causavam bastante confusão, pois, às vezes, o dono do negócio também possuía uma liminar. Também era comum que a polícia apre-

desse máquinas e a justiça mandasse soltá-las ou que não houvesse lugar apropriado para guardar o material apreendido. Por causa desses problemas, a partir de 2007, foram feitas reuniões envolvendo a Subsecretaria de Inteligência, a Secretaria de Segurança Pública, a Receita Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com o objetivo de agilizar os procedimentos de apreensão e destinação final de máquinas caça níquel.

“Idéias surgiram e nós resolvemos ir ao Tribunal de Justiça, conversar com o desembargador”, contou. Destacou que, quando apreendidas em um inquérito policial, as máquinas ficavam aguardando o julgamento da sentença, jogadas por anos. Portanto, apreender nos escopos de inquérito da polícia civil não era uma medida efetiva. Surgiu, então, a idéia de fazer essas apreensões com base na competência da Receita Federal e a polícia seria um braço na operação, disse. Completou que também foi de grande ajuda o prefeito editar em decreto municipal as penalidades para o dono do estabelecimento que permitisse a instalação de máquinas caça níquel, penas que vão desde a suspensão do funcionamento e até a cassação do alvará de licença.

Afirmou que a Receita Federal criou uma ficha de apreensão, inquirição, lacração e identificação de máquinas, para que as polícias pudessem atuar inclusive na ausência, no momento da apreensão, do auditor da Receita. Assim, foi realizada uma operação piloto em um bairro do Rio de Janeiro onde havia reduto de um grande bicheiro. O resultado, apenas do primeiro dia da operação, foi a apreensão de 275 máquinas, sendo 146 das carcaças avaliadas em um milhão e cem mil reais.

Mais tarde, segundo ele, houve outras 34 operações da Polícia Civil em conjunto com a Receita Federal até o dia 23 de outubro do mesmo ano, tendo sido apreendidas 13.114 máquinas. “Uma maneira de dar um destino social a essas máquinas foi transformá-las em computadores para escolas carentes”, contou.

A conclusão foi que “temos que olhar todos os lados da criminalidade”, afirmou, e que o ideal é trabalhar enfrentando o crime organizado não apenas com poder bélico, mas também no aspecto econômico, tentando tirar a fonte de renda da criminalidade organizada.

15.8 A Criação dos GGIs Municipais no Âmbito do PRONASCI – Vicente Carlos Y Plá Trevas

A palestra do Coordenador Executivo para Assuntos Federativos do Ministério da Justiça, o Dr. Vicente Trevas, abordou a maneira como foi criado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (**PRONASCI**) e o que é preciso

para constituir Gabinetes de Gestão Integrada nos municípios (GGIs). Ele chegou à conclusão de que é necessário investir em pesquisas sobre segurança pública e em capacitação de pessoas, além de observar como foram criadas políticas públicas em outras áreas sociais, entre outros.

Afirmou que, hoje, a agenda de Segurança Pública no país ganha cada vez mais centralidade e pesquisas mostram que o tema segurança é a primeira preocupação do brasileiro, ao lado de outro tema que varia de acordo com as regiões. Por exemplo: Segurança e Emprego, Segurança e Saúde, e assim por diante. Portanto, o país precisaria adotar uma agenda estratégica e constituir uma política de Estado na área de segurança pública que supere as políticas de governo.

Também contou que, para criar o PRONASCI com cidadania, o Ministério partiu de alguns enunciados. O primeiro foi de que para constituir uma agenda estratégica é preciso articular ações de contensão de repressão com ações de prevenção. Segundo, que era preciso dialogar com esforços feitos em outras áreas de segurança públicas, como, por exemplo, o Suspe, na área da saúde, e perceber como foram constituídas as políticas de estado.

“A integração não é um dado, é um esforço a ser obtido”.

Para a criação de GGIs nos municípios, disse, seria ainda importante preservar as cadeias de comando de algumas ações que compõem a gestão integrada. Além disso, cada região deveria gerenciar como ocorre a ação policial de senso integrada e construir mais conhecimentos sobre o perfil da violência, da criminalidade e do padrão de policiamento de cada local. Quer dizer, saber mais sobre as ações policiais, a cultura organizacional, os procedimentos utilizados etc.. “A integração não é um dado, é um esforço a ser obtido”, ressaltou. Por fim, outras ações importantes seriam a utilização de Telecentros no processo de capacitação e a construção de ações preventivas na área de segurança pública.

Questionado se a renda de estudos da segurança pública funcionaria como enriquecimento e melhorias da temática de segurança e como funcionaria a distribuição desse elemento para os órgãos de segurança da federação, respondeu que a renda é um esforço conduzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e que o Ministério esperava ter, até o final de 2008, 80 universidades na Rede Nacional de Estudos da Segurança Pública. Essa rede teria uma agenda importante desde produção de conhecimento até a formação de profissionais ou pensadores da segurança pública, por meio de cursos e mestrados e doutorado.

A idéia, afirmou, era que essa rede pudesse subsidiar um dos programas do PRONASCI, a Bolsa Formação, para transformar aqueles que vão operar em

diferentes frentes e modalidades no tema de segurança pública. Concluiu que estava dando uma resposta parcial, mas que assumia o compromisso de abrir um contato de quem fez a pergunta com os colegas da Senasp, que tinham um balanço das ofertas para o ano de 2008 a respeito da Rede Nacional de Estudos da Segurança Pública.

15.9 Painel 1: Experiências Municipais em Gestão Integrada

15.9.1 Fernando Roberto de Souza

O Inspetor da Polícia Rodoviária Federal discursou sobre a criação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) no município de Rondonópolis e sobre a eficiência de operações realizadas após essa criação. Disse que a integração é fundamental para o avanço das instituições de segurança pública.

“Mão na massa deve ser uma constante em nossas vidas”.

Contou que a equipe com que trabalhava abraçou a idéia de integração e, para consolidá-la, participou da reunião de instalação e logo em seguida assinou o protocolo de praxe. Assim, foi instalado um Gabinete de Gestão Integrada em Rondonópolis em 2 de fevereiro de 2005, do qual o inspetor é secretário pela segunda gestão.

Logo, completou, o gabinete deixou o planejamento e partiu para a ação. Entre as operações realizadas, citou o abafamento de um lixão postado ao lado da penitenciária da Mata Grande, que emanava gases altamente tóxicos. A população carcerária estaria sendo afetada continuamente com esse problema. Vigilantes e outros policiais e a população do entorno também estariam sendo internados constantemente por problemas respiratórios. “Houve uma pequena demora do poder público e voltamos a cobrar soluções e fizemos uma reunião em cima do lixão”, afirmou. A reunião envolveu a imprensa, o Poder Judiciário e o Ministério Público e fizemos. A partir daí, o processo caminhou mais rapidamente, garantiu.

Também falou de outras operações, como a Anjo da Guarda, de combate à exploração sexual infanto-juvenil e a pontos de prostituição. Na ocasião, vários pontos de exploração infantil teriam sido interditados e pessoas encaminhadas a autoridades. Já a operação denominada Hora H, contou, teve a participação das polícias Federal, Rodoviária Federal, Militar, judiciária civil, do Ministério Público e da Perícia Técnica: “Foi feito um trabalho de inteligência antes, com os núcleos de inteligência das várias forças policiais e em um só dia conseguimos cumprir esses 58 mandados”.

Citou ainda a Operação Tsunami, também uma operação integrada, que

empregou 300 policiais em todo o comando regional das Polícias Militar, Civil e Rodoviária Militar e Federal. Destacou que, quando deflagrada, foram feitas diversas apreensões e pessoas foram detidas e encaminhadas a autoridade policial. E que, além dessas operações, foi realizado um Fórum em 2007, onde estiveram presentes personalidades como o secretário de segurança. A comunidade acadêmica, agentes, técnicos administrativos, políticos e presidentes dos conselhos de segurança do município estiveram também envolvidos nas discussões, completou.

Concluiu o discurso dizendo que são esses tipos de experiências que vão consolidando o modelo de gestão integrada, tão necessário e fundamental para o avanço das instituições de segurança pública. “Porque via de regra a cultura dos grandes eventos deve ser priorizada e preservada, mas a mão na massa deve ser uma constante em nossas vidas sob pena de ficarmos na teorização”, finalizou.

15.9.2 Carlos Roberto Santana da Rosa

Durante a palestra, o Secretário Municipal de Segurança Pública da cidade de São Leopoldo do Rio Grande Sul, o Dr. Carlos Roberto Santana da Rosa, abordou a importância da criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública (Semusp) e do Gabinete de Gestão Integrada nesse município, localizado a 35 Km de Porto Alegre e, segundo estimativas do IBGE, com 212 mil habitantes. A idéia, segundo ele, era criar políticas públicas municipais de segurança com o objetivo de reduzir os índices de criminalidade locais.

Contou que foi criada em São Leopoldo, a partir de janeiro de 2005, uma Secretaria Municipal de Segurança Pública (Semusp) e montada a equipe que trabalharia no órgão: “Nasce a combinação de três conceitos: força tarefa, missões especiais e gabinetes de gestão”. Acrescentou que a lei que criou a secretaria estabeleceu como atribuições dela: a elaboração de uma política de segurança pública para a cidade; a articulação dos órgãos de segurança visando potencializar o combate a criminalidade e a violência e a implementação de medidas preventivas que visam promover a cidadania e inclusão social em setores ou regiões com foco de violência e criminalidade. Além disso, estabeleceu a nova adequação e funções da guarda municipal e, por fim, a integração com a comunidade, buscando o relacionamento democrático que vise à conscientização e colaboração acerca dos níveis de violência no município.

“Nasce a combinação de três conceitos: força tarefa, missões especiais e gabinetes de gestão”.

Afirmou que, também por lei, foi criado o Gabinete de Gestão Integrada do município de São Leopoldo e constituído o seu grupo de trabalho, denominado Gabinete de Gestão Integrada e Fiscalização de Segurança Urbana GGI/FSU, como fórum deliberativo e executivo que opera por consenso, com o objetivo permanente de promover a articulação do problema governamental na área de fiscalização e segurança urbana. Ressaltou que 11 instituições do município compõem esse gabinete de gestão integrada: o Gabinete do Prefeito, a Procuradoria Geral do Município, as secretarias da Fazenda, Habitação, Saúde, Desenvolvimento, Obras, Planejamento, Segurança Pública, Meio Ambiente e a Coordenadoria Municipal de Mobilidade Urbana. O conjunto dessas 11 secretarias municipais precisa contar com a presença do secretário, pois o gabinete tem o poder decisório, o que só pode ser exercido diretamente pelos secretários nas reuniões, explicou.

Por fim, concluí que, a partir dessa organização que envolve as secretarias municipais e atividade policial na busca da superação dos problemas de segurança pública, várias questões estão sendo debatidas e encaminhadas com sucesso, por exemplo, a exploração sexual infanto-juvenil, o uso de som automotivo no município, serviços clandestinos de moto táxi, furtos de cabos da rede de iluminação pública do município e hidrômetros do serviço de água e esgoto da cidade. Questionado sobre como se dá a participação da comunidade organizada no processo de construção de segurança pública no município, o secretário respondeu que é por meio de audiências públicas.

15.9.3 Orlando Zaccone

O Delegado de Polícia Civil titular da 52ª DP de Nova Iguaçu, o Dr. Orlando Zaccone, na ocasião representando o Professor Luiz Eduardo Soares, responsável pela criação do Gabinete de Gestão Integrada daquele município (GGI), proferiu palestra sobre o modelo de segurança ideal para se implantar no país. Segundo ele, esse modelo não pode ter como ideologia o criminoso como inimigo, mas deve ser visto como um assunto diretamente relacionado ao respeito à vida e à dignidade.

Iniciou o discurso contando sobre história da Segurança Pública, baseado em artigo de Hugo Velásquez (assessor e coordenador do programa de departamento de municípios seguros liderados pela Polícia Nacional da Colômbia). Afirmou que o desenvolvimento humano sustentável e a segurança humana começaram a ser delineados pelas Organizações das Nações Unidas, em 1994. Com o fim da Guerra Fria, surgiu necessidade de se ter outros parâmetros de Segurança Nacional,

que era sinônimo de Segurança de Estado, conceito diferente de Segurança Cidadã, que buscamos e que faz parte da Secretaria de Segurança do Maranhão. “Segurança não é mais somente o delito. Ela está ligada à vulnerabilidade das pessoas e à cidadania”, disse.

Em seguida, opinou que, na atualidade, a segurança é vista como um assunto diretamente relacionado a respeito à vida e à dignidade e que, por isso, inclui as seguranças econômica, alimentar, sanitária, ambiental, social, comunitária e política. Dimensões relacionadas com o objetivo do milênio.

“Segurança Cidadã é uma virada em relação à idéia do inimigo”.

Como exemplo, citou o projeto de maior sucesso do GGI de Nova Iguaçu: o Carceragem Cidadã, realizado com 300 presos. O projeto consistia, disse, em colocar essas pessoas estudando, matriculados na rede de ensino municipal. Eles tinham acesso a cultura, biblioteca, filmes e saúde (a Secretaria Municipal cedeu um ônibus para tratamento médico e odontológico dessas pessoas). “Essa nova visão de segurança cidadã, ela é uma virada em relação à idéia do inimigo”, comentou. Acrescentou que o pouco envolvimento dos municípios se dá pela limitação da idéia de segurança.

A conclusão foi que é um desafio criar um modelo de segurança, superando a ideologia que trata o criminoso como inimigo a ser exterminado. Quem atua na área de segurança precisaria pensar no modelo de segurança que quer implantar no país, modelo fundamental para definir se a Segurança Cidadã será efetivamente algo que transforme o país ou se será apenas uma ideologia. Isso seria muito importante para que os gabinetes obtenham sucesso, resultado, finalizou.

15.10 O Papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública como Indutora de Políticas Públicas – Ricardo Brisolla Balesteri

Durante a palestra, o Subsecretário de Segurança Pública do Ministério da Justiça, o Dr. Ricardo Brisolla Balesteri, tratou da importância de não seguir o senso comum na hora de criar Políticas Públicas e de como é preciso agir de forma racional e de acordo com a ciência, não repetindo os erros do passado no combate contra o crime. Por exemplo, seria importante transformar a figura do policial em alguém responsável pela proteção do cidadão, em vez de um profissional de combate, que se deva temer.

Contou que, historicamente, há uma tendência predominante no Brasil para que a segurança pública siga no rumo do senso comum. Isso seria bastante

arriscado, pois o senso comum não detém conhecimento científico, não conhece o tema da segurança pública e aponta soluções de ordem emocional, não de ordem racional. “Não podemos nos contaminar pela emoção desordenada”, disse. Destacou que esse senso, junto com a mídia, força a administração para que cuide de uma sensação de segurança que, muitas vezes, é falsa.

“A lógica da polícia é oferecer proteção e não combate”.

O senso comum também leva à vingança, afirmou, completando que quanto mais vingativos somos, mais aumenta a ciranda da violência e da criminalidade. Dessa maneira, seria preciso que o Estado mantivesse frieza racional no juízo nos fenômenos relacionados com segurança pública. Como exemplo, citou que a lógica da polícia é oferecer proteção e não combate. Dessa maneira, é preciso que o policial seja bem informado e capacitado. Também seria preciso fazer uma opção por tecnologias não letais, como o desarmamento do policial.

Afirmou que é preciso optar pela prevenção e que, para isso, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) traz o casamento das políticas sociais com políticas de segurança. Também seria necessário atacar as raízes do crime: “Temos que ter consciência forte que não é dando tiro na favela que vamos resolver o problema do crime e da violência”.

Disse, ainda, que o crime não é uma atividade paralela, mas um estado transversal presente nas mais glamorosas e elegantes instituições públicas e privadas, e que por isso é de difícil controle. Do ponto de vista indutor do PRONASCI, opinou que o programa não pode ser um banco de financiamento. Se for preciso optar onde aplicar o dinheiro, o indicado seria agir como, por exemplo, uma central em construção. Antes de construir a polícia comunitária, seria preciso construir a polícia de proximidade e, a partir disso, um sistema padrão de policiamento comunitário.

Concluiu, portanto, que a Senasp não poderia ser um mero banco de financiamento, ela teria que apontar seja por meio dos convênios ou da execução direta, as questões prioritárias para mudar o paradigma do que não funciona no sistema.

15.11 Combate aos Ilícitos Transnacionais – Romero Luciano de Menezes

O Diretor Executivo do Departamento de Polícia Federal, o Dr. Romero Luciano de Menezes, falou sobre as ações da Polícia Federal nas áreas de fronteiras entre o Brasil e os vizinhos. O objetivo principal seria impedir que criminosos de outros países migrem e expandam suas atividades para o interior brasileiro. Disse

que a preocupação com o comércio ilícito de drogas gera uma necessidade cada vez maior de intercâmbio entre a polícia federal, as polícias estaduais e principalmente com os nossos congêneres nos outros países.

“Que todos integrados possamos quebrar os paradigmas”

Considerando a dimensão do Brasil, afirmou, é possível perceber que a criminalidade existente nas fronteiras pode refletir diretamente na parte interna do país. Dessa maneira, seria importante que haja uma integração entre as polícias dos países vizinhos, de forma a aumentar a luta contra a criminalidade.

Citou algumas das medidas dos governos nesses locais. Uma delas foi o projeto de construção de uma ponte unindo a Guiana Francesa ao Brasil pelo estado do Amapá, uma integração entre a polícia federal brasileira e a daquele país, com o intuito de prever problemas de narcotráfico na região amazônica. Ressaltou que a criação de um posto de controle na região de fronteira no local estava prevista para o início de 2008.

Sobre a integração com a polícia colombiana, contou que existe uma experiência muito boa, talvez uma das melhores, no que diz respeito à cooperação internacional e ao intercâmbio de informações. A partir de Tabatinga, há um centro regional de inteligência compartimentado entre policiais colombianos, peruanos e brasileiros, o que tem melhorado a ação policial e a cooperação policial, principalmente na área de inteligência, voltado ao narcotráfico, destacou. A idéia era fazer algo semelhante a esse projeto no Oiapoque.

Falou também da importância da integração com o Peru, uma vez que existem muitos crimes contra o meio ambiente e problemas relacionados ao tráfico de drogas na fronteira do Brasil com aquele país. Tais problemas tendem a aumentar ainda mais, disse, uma vez que foi inaugurada uma ponte que liga o Brasil ao território peruano. Além disso, nosso país busca a saída para o Oceano Pacífico e o Peru investe em estradas rodoviárias, o que deverá mudar todo o cenário nas regiões de divisas com Peru, Bolívia e Colômbia, em razão de problemas ligados ao narcotráfico, completou.

Com o Uruguai, destacou as ações da polícia federal em relação às investigações de crimes financeiros. Por fim, falou sobre um importante projeto recém-criado. Após uma reunião dos chefes de polícia da América e do Caribe, nasceu a Mary Pol, uma comunidade de polícia das Américas que tem como objetivo incrementar o intercâmbio policial, principalmente nas áreas de inteligência, facilitando assim as ações combinadas ou conjuntas. Esse modelo da Mary Pol baseado na Euro Pol, já existente. “Que todos integrados possamos quebrar os paradigmas”, ressaltou.

15.12 Encontros Técnicos de Cooperação Internacional no Mercosul – Segurança Cidadã e Trabalho Especializado em Matéria Digital

15.12.1 Rafael Paternain¹⁵ – Uruguai

O uruguaio Rafael Paternain proferiu palestra com base em duas perguntas feitas a ele por participantes. A primeira delas pedia uma análise sobre o fato de o Uruguai apresentar baixos índices de homicídio, alta população carcerária e alto número de armas por 100 mil habitantes, enquanto o Brasil apresenta alto índice de homicídios, baixa população carcerária e promove o desarmamento da população. A segunda questão abordava quais eram os líderes de polícia existentes no Uruguai.

“No Uruguai, a insegurança subjetiva é muito superior à objetiva”.

Respondeu à primeira pergunta dizendo que o processo uruguaio está muito associado com cultura política do país. Há baixas de homicídio apesar dos altíssimos níveis de armas de fogo nas mãos da população. Essa porcentagem não estaria associada a fatores possibilitadores ou ao contrabando de armas, mas a respostas individuais aos processos crescentes de insegurança. Naquele país, existiria uma insegurança subjetiva muito superior à objetiva. Essa brecha explicaria a alta quantidade de armas no país, utilizadas para que a população se protegesse.

Continuou que, no entanto, esse alto número de armas não traz consequências particularmente negativas. Não existe uma ligação real entre a quantidade de armas de fogo e as taxas de homicídio e tampouco há dados que mostrassem isso. Pelo contrário, a maior quantidade de assassinatos é cometida por armas brancas, garantiu.

Segundo ele, outro motivo para acreditar que a quantidade de armas circulantes no Uruguai não implica no aumento na taxa de homicídios, é que não há a observação de processos consolidados de crime organizado que provassem um aumento na taxa de homicídios. Completou que apesar de a organização social estrutural do Uruguai ser muito diferente da brasileira, para evitar problemas no futuro, estavam sendo implementados alguns projetos, como campanhas a favor do desarmamento. Isso tornaria mais difícil o porte de armas de fogo.

Sobre os líderes de polícia existentes no Uruguai, explicou que, naquele país, existe uma única polícia, que depende do Ministério do Interior. Ela está distribuída por departamentos, que coincidem com os municípios. Nesse caso, os

chefes de polícia reportam diretamente ao ministro de interior e ao vice-ministro, também do interior. Para dar uma idéia de peso, ele disse que no Uruguai havia 26 mil funcionários policiais distribuídos por todo o país, sobre uma base de população de 3 milhões e 500 mil. Finalizou dizendo que essa taxa era relativamente alta em comparação, sobretudo, com as do Chile e do Brasil.

15.12.2 Enrique Sach¹⁶ – Argentina

Enrique Sach falou sobre o trabalho da polícia Argentina nas fronteiras e destacou a necessidade de haver um trabalho conjunto entre os países vizinhos para combater a criminalidade. Explicou que trabalha na fronteira com o Brasil e disse considerar que uma das coisas mais importantes é poder entender o vizinho e se fazer entender. Por isso, tentava aprender a falar Português. Também afirmou que, para o Uruguai, foi uma grande surpresa a possibilidade de participar no Fórum.

“Se um respeita, ele também será respeitado”.

Em seguida, contou que a polícia de fronteira trabalha no âmbito do narcotráfico, contrabando, terrorismo e outros delitos nacionais e internacionais. Naquele momento, por uma questão de segurança, essa polícia era utilizada em questões de segurança pública relacionadas ao contrabando bonaerense, em virtude da grande quantidade de delitos que estavam sendo cometidos no local.

Disse que o principal trabalho da polícia de fronteira é o de prevenção. A repressão seria feita apenas quando necessária, dentro do âmbito da legislação existente e do respeito fundamental aos Direitos Humanos. “Isso é fundamental para todas as instituições. Esse é um pensamento meu”, comentou.

Para lidar com as relações internacionais, explicou que existe um departamento, que possui uma agenda de trabalho para assinar convênios com demais países por meio do Ministério do Interior. Até o momento, era desse ministério que a polícia dependia. No entanto, em pouco tempo a dependência deveria ser trocada para o Ministério de Justiça, Segurança e Direitos Humanos.

Ressaltou que o mais importante para se fazer um trabalho conjunto é o intercâmbio de informações com a Polícia Federal do Brasil. A explicação é que as organizações, hoje em dia, não são feitas nas fronteiras. As fronteiras seriam um lugar comum, um espaço para que a polícia possa realizar suas atividades. Mas

completou que, dentro desse trabalho na fronteira, existe uma atividade conjunta, contínua, que incluía o tema da prevenção ambiental, muito importante para a preservação do meio ambiente.

Opinou que é importante conseguir um intercâmbio, além de coincidências em pontos importantes. Contou que, quando estava escutando palestrantes anteriores, percebeu que os problemas existentes nos diversos países participantes eram os meios. Por isso, aquele espaço de discussão era muito importante, uma vez que, a partir dali, todos sabiam com quem estavam falando. “Se um respeita, ele também será respeitado. Estamos trabalhando juntos e é importante conseguir um intercâmbio em pontos importantes”, completou.

Por fim, disse que o Mercosul é um desafio para todos e que cada qual tem sua designação, que deve ser respeitada. Como exemplo, citou a prisão de um criminoso brasileiro por autoridades argentinas, perto da cidade de Gramado. Por meio de convênios internacionais, esse cidadão deveria ser extraditado para o Brasil em breve. “Isso são relações internacionais”, finalizou.

15.12.3 Pehks Jones Gomes Silveira

O mediador da mesa, Pehks Jones, proferiu palestra com o intuito de contextualizar a questão da cooperação técnica internacional entre o Ministério da Justiça, o Mercosul e outros organismos internacionais, entre eles a Organização das Nações Unidas (ONU). Citou que uma das medidas efetivas foi a criação de diversos cursos de capacitação, já realizados em três cidades brasileiras e na Venezuela.

Afirmou que o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), possui uma cooperação técnica internacional denominada Segurança Cidadã. Trata-se de uma cooperação que teve início em 2004. Dentre as metas traçadas até 2008, disse que já foram cumpridas mais de 70%, por meio da parceria internacional. “Nós temos as melhores práticas de segurança cidadã”, garantiu.

Entre as ações desenvolvidas, destacou cursos de capacitação em inteligência policial e em desarmamento, tendo este último já sido realizado em Caracas, na Venezuela, em Foz do Iguaçu, em Tabatinga e no Rio de Janeiro (por ocasião da preparação dos jogos Pan-americanos). Dois policiais federais brasileiros teriam ministrado aulas em parceria com profissionais de outros países.

“Nós temos as melhores práticas de segurança cidadã”.

Contou que participam desses cursos, em geral, policiais locais, principalmente os de fronteira, membros das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), membros da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), do Ministério Público do Judiciário e da Guarda Municipal. O objetivo seria criar, efetivamente, o Sistema Único de Segurança, por meio da prática e da troca de informações entre os parceiros. Dentro dessa perspectiva, no âmbito do Mercosul, afirmou que já existe um grupo técnico especializado em segurança cidadã, que tem a missão de discutir e trocar experiências de êxito entre os países membros.

Falou, ainda, que foi enviada ao Ministério das Relações Exteriores a proposta de prorrogação do projeto de cooperação técnica internacional, que acabaria em 2008. A idéia era que ela fosse prorrogada até 2011, inclusive com aporte de recursos para que se realize no Brasil a Pesquisa Nacional de Vitimização, destacou. Seria a primeira no Brasil. “Julgamos importante para que possamos ter uma série histórica a respeito da criminalidade e da violência”, disse.

Concluiu que é necessário fazer um edital internacional para que empresas de aplicação de estatísticas possam aplicar o mesmo questionário já aplicado na Argentina, no Uruguai e no Chile, além de outros países da Europa e da América. Com isso, o Brasil poderia saber mais sobre a violência do Mercosul e, assim, criar políticas de prevenção.

15.13 Ações de Segurança Pública nas Faixas de Fronteiras

15.13.1 Luiz Alexandre Gomes da Silva

Durante a palestra, o Chefe da Primeira Delegacia da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, localizada em Campo Grande, o Insp. Luiz Alexandre Gomes da Silva, tratou da importância de ações policiais nas rodovias brasileiras, por onde passa diariamente a maioria das riquezas produzidas no país. Disse que para melhorar as operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), é importante que haja integração entre os agentes dos diferentes municípios e entre os policiais brasileiros e os estrangeiros nas fronteiras.

“Uma rodovia principal se faz um fator estratégico de integração”

Explicou que o Brasil, por suas dimensões, é considerado um país principalmente rodoviário. Assim, as rodovias se tornam um fator estratégico de integração e de segurança nacional. Contou que pelas rodovias passam mais de 80% da

riqueza produzida aqui e, por isso, a PRF está dividida, em todo Brasil, 565 pontos fixos de fiscalização pelas rodovias federais. “Uma rodovia principal se faz um fator estratégico de integração”, disse.

Acrescentou que o país possui mais de 15.000 Km de fronteiras terrestres com países vizinhos, uma área muito extensa em que ainda há dificuldades de fiscalização, apesar das 42 unidades policiais responsáveis pela faixa. Para aumentar essa fiscalização, opinou que todos os municípios precisam interagir, já que a segurança pública é um dever do Estado e de todos.

Ressaltou que a PRF baseia a sua parte operacional nos policiamentos federal, de emergência e operacional cotidiano. Porém, há também o chamado policiamento especial, que tem as operações potenciais em áreas integradas.

Sobre esforços institucionais que já existem na base de fronteiras, citou a Divisão de Combate ao Crime, que tem como objetivo principal fomentar operações na região. “Nos trouxe bons frutos ver policiais em várias centralizações facilitando a troca de conhecimentos e de seus agentes”, disse. E contou que, dessa forma, é possível a interação de policiais rodoviários federais em várias localidades do país. Por isso, ações que antigamente eram comuns apenas nas faixas de fronteiras, por parte da polícia federal, hoje se expandiram para outros estados. Exemplo disso foram apreensões inusitadas realizadas em São Paulo.

Citou, ainda, a central telefônica 191, que permite o contato de pessoas em qualquer lugar do país com a polícia. Afirmou que essa é uma forma da sociedade chamar quando necessita, assim como de informar a polícia sobre algum tipo de irregularidade que esteja acontecendo. Por fim, falou da importância dos Núcleos de Operações Especiais, que são os responsáveis pela execução, em âmbito regional, das operações especiais realizadas em todo o país. Também alertou sobre a necessidade da doação de medida visando o aumento do efetivo policial, pois aumentar o efetivo de forma que os policiais possam interagir com os demais órgãos seria melhorar a situação da polícia na segurança pública.

15.13.2 Salomão Kiermes Tavares

O Cel. Salomão Kiermes Tavares abordou as atribuições da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nas faixas de fronteiras e falou da necessidade de aumentar a repressão em áreas de menor densidade demográfica, como é o caso da Região Norte do Brasil, onde há a ocorrência de diversos delitos. Entre eles, o narcotráfico e o contrabando de animais.

Afirmou que está estabelecido por lei que a Marinha deve atuar por mediações preventivas e repressivas na faixa de fronteira contra crimes ambientais, executando ações de patrulhamento, revista de pessoas, prisões e flagrantes de delito. Também a Aeronáutica e outras forças armadas deveriam cooperar com órgãos federais na repressão de crimes de repercussão nacional e internacional.

Explicou que compete ao Ministério da Defesa investigar as faixas de fronteiras no Brasil, que possuem até 150 Km de largura. No entanto, para entender as investigações que ocorrem nessas faixas, seria importante conhecer as diferenças entre as diferentes partes, acrescentou. Na parte Norte, por exemplo, há baixa densidade demográfica. Além disso, o nível social é também baixo, as atividades econômicas são praticamente zero, as ligações humanas são constantes, disse. Essas características geográficas impediriam que o estado tenha uma presença efetiva na área.

Citou os crimes de maior frequência nas fronteiras do Brasil com outros países. Na fronteira com a Bolívia, destacou que existem problemas relacionados ao contrabando de várias espécies, à extração mineral, à imigração, ao Movimento Dignista, ao Movimento Separatista e ao narcotráfico. Isso se repete na fronteira com o Peru. No caso da Colômbia, os maiores problemas são os de contrabando de combustível, exploração mineral, movimentos indígenas e narcotráfico, comentou. Na Venezuela, o quadro seria mais ou menos parecido: haveria contrabando de várias espécies. Nas Guianas e no Suriname a quantidade de crimes diminuiria porque a extensão é menor, mas praticamente ocorrem os mesmos delitos citados. Crimes que deveriam, opinou, ser confrontados pelos órgãos de segurança pública e pelas forças armadas, reforçando a sua obrigação constitucional.

Contou que o exército se encontra na Amazônia com um Comando Militar de Área, cinco brigadas de infantaria, um grupamento de engenharia, um centro de embarcações com muitas embarcações e pelotões especiais de fronteira. Acrescentou que a Marinha se encontra com dois distritos navais e uma série de meios, pessoal e materiais e que a Força Aérea possui um comando aéreo regional em Manaus e três bases aéreas. Opinou que isso caracteriza o fortalecimento da presença militar nessa região do país.

“Um vazio demográfico, particularmente na parte Norte da nossa fronteira. A solução seria levar educação, saúde e segurança aos povos da região”.

Concluindo, afirmou que as leis impõem ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica ações de segurança pública na faixa de fronteira, isso é um fato. No entanto, existiria um problema para se cumprir essa missão: um vazio demográfico, particularmente na parte Norte da nossa fronteira. A solução seria levar educação,

saúde e segurança aos povos da região. “Não há como o órgão se responsabilizar por isso, é o setor da sociedade, tem que haver uma integração”, disse.

15.13.3 Carlos Brito de Lima

O Dr. Carlos Brito de Lima proferiu palestra bastante explicativa sobre o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) do Mato Grosso. Segundo ele, no estado, a Secretaria de Justiça atua com a denominação de segurança pública, por determinação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). No tema, principal órgão criado teria sido o Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron), com a missão de desencadear na região de fronteira operações sistemáticas de prevenção e repressão ao tráfico de drogas, contrabando e descaminho de bens e valores, roubo e furto de veículos e invasões de propriedades.

Antes de falar especificamente sobre esse órgão, explicou que o GGI local era composto pelo Ministério da Justiça, polícias Civil, Federal, Rodoviária Federal, Militar e Judiciária Civil, Corpo de Bombeiros, Perícia Oficial, Defesa Civil, Exército, ABIN, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, além de contar com um representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). “Um dos grandes segredos para dar certo é, no mínimo, compartilhar”, afirmou.

Disse que nesse GGI se trabalha com áreas temáticas, por exemplo: inteligência (conexão e correlação das informações), crimes contra a pessoa, crime organizado, Polícia Comunitária e Vitimização. Em seguida, citou dados do sistema prisional, para contextualizar a situação aos presentes. Contou que, ao todo, são 53 cadeias públicas, nove penitenciárias, 4.827 vagas existentes nas unidades, 9.108 presos e um déficit de 4.281 vagas. Seria necessário, portanto, o dobro do número de vagas disponíveis.

“Um dos grandes segredos para dar certo é, no mínimo, compartilhar”.

Sobre o cenário sul-americano, disse que o Mato Grosso faz fronteira com seis estados brasileiros e com a Bolívia. Nessa área, o maior problema seria o de conflitos agrários como, por exemplo, invasões de fazendas e grupos marginais. Foi para combater esses conflitos, em especial, que se criou o Gefron, em 2002, por meio de decreto estadual, explicou. E completou que o órgão é composto pelas PM, PC, BM e pela POLITEC e os objetivos mais específicos seriam: integração das ações policiais, redução de ameaças a produtores de veículos.

Afirmou, no entanto, que a criação do Gefron e o bloqueio estabelecido na fronteira gerou toda uma reação por parte da população boliviana, uma vez que operações ilícitas movimentam a economia da região. A reação aumentou ainda quando, em 2007, o órgão passou a agir apreendendo entorpecentes, disse.

Por fim, citou como resultados principais do Gefron a apreensão de caminhonetes roubadas, cocaína e caixas de contrabando e a prisão de criminosos. Concluiu que, de uma forma geral, esse era o GGI do Mato Grosso e que ele estava no caminho certo. “Nesse país, se deixou para depois o que já tinha que ter sido feito. Mas, lá na frente, seremos cobrados e teremos feito a nossa parte”, finalizou.

15.13.4 Wantuir Francisco Brasil Jacini

O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso, o Dr. Wantuir Francisco Brasil, tratou das ações de segurança pública nas faixas de fronteira, em especial daquelas realizadas pelo Departamento de Operação de Fronteira (DOF). Trata-se de um elemento executivo que tem a missão de atuar de forma preventiva e repressiva na faixa de fronteira, que toca 51 municípios brasileiros.

“Tem de haver uma repressão nas fronteiras, mas também deve existir uma cooperação internacional”.

Introduziu o tema dizendo que o mal que aflige a segurança pública no Brasil está concentrado em grandes vertentes: o tráfico de drogas e de armas e os crimes conexos decorrentes deles. Ressaltou que as drogas mais usadas no Brasil são produzidas fora. A cocaína, por exemplo, vem da Colômbia, do Peru e da Bolívia. Enquanto isso, a maconha de preferência nacional é feita no Paraguai. Brasileiros vão para esses países e, de lá, enviam as drogas, contou.

Acrescentou que os Estados Unidos, maiores produtores de armas, permitem a exportação para toda a América do Sul e não cumprem os acordos internacionais de controle, permitindo que essas armas sejam utilizadas pelo crime organizado e desorganizado. Portanto, destacou que tem de haver uma repressão nas fronteiras, mas também deve existir uma cooperação internacional.

Completo que o DOF aqui é um elemento operacional, mas por si só não consegue ter resultados satisfatórios e que atendam o objetivo nacional: a redução da criminalidade. As ações do departamento, assim como as de todas as polícias, teriam de estar calcadas em uma política de inteligência policial.

As principais vantagens do DOF são: a unidade de comando é representada por um só comandante, um coronel, PMs e representantes da polícia civil também. Quer dizer, existe uma integração com as outras instituições policiais; o departamento atua fora da rotina, pois não tem a responsabilidade rotineira do batalhão. Dessa maneira, atua de acordo com a missão que recebe; o departamento tem uma ótima aceitação pela comunidade dos fazendeiros, principalmente, além do apoio de vários órgãos públicos. Por fim, ele não tem custódia. Algumas delegacias da fronteira têm de oito a nove policiais com 40 presos dentro da delegacia e a missão principal passa a ser cuidar desses detidos.

As principais desvantagens, segundo o secretário, são: o espaço físico a ser patrulhado é de 51 municípios, consumando material insuficiente com a demanda no policiamento; faltam helicópteros na extensão da região da fronteira sem obstáculos físicos (mata, rio, montanha etc.), por 549 Km.

A conclusão foi que é preciso aprimorar, por meio do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), o elemento de ação do DOF, de que a polícia rodoviária faz parte. Também seria preciso aprimorar a execução da política de integração no Mato Grosso do Sul.

15.13.5 Robson Rubim Silva

O palestrante, Dr. Robson Rubim Silva, falou sobre o conceito de fronteira ao longo da história e da necessidade de que, hoje, as pessoas não a considerem apenas como uma divisa entre áreas, mas como um local de encontro das nações. Afirmou que é preciso haver um trabalho conjunto nessas áreas.

Apresentou-se informando que havia sido diretor da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), mas que, agora, estava assumindo a coordenação de projetos especiais junto à Secretaria Nacional Anti-drogas (SENAD). No novo cargo, ele disse que cumpriria a mesma missão que já cumpria antes. Quer dizer, que estaria focado na questão da segurança nas fronteiras.

“A fronteira é um local de encontro das nações”.

Comentou que essa ênfase na questão da fronteira tinha um propósito prático e que o tema tinha sido estrategicamente escolhido para o debate. Disse que todos haviam se reunido na ocasião para quebrar paradigmas e que nunca era tarde dizer que os elementos básicos formadores de uma nação eram o povo, o governo e o território. Acrescentou que, durante o evento, os presentes estavam tratando de uma parte desse território, que é a fronteira. “Fronteira não é sinônimo de limite, esse equívoco

há trezentos anos atrás, ele era vigente, então estou lhes dando essa introdução e convidando vocês para uma reflexão focada na área de segurança”, comentou.

Ressaltou que, nos últimos 300 anos, as nações reviram o conceito de fronteira, que se confundia com o de limite. O conceito de interior era o de uma região inóspita, de um obstáculo difícil de ser transposto ou, dito de outra maneira, era um lugar mais longe onde se podia chegar. Era esse o conceito existente em Roma, o de que a fronteira era um lugar distante e a gênese dessa fronteira costumava ser um rio, um deserto ou uma grande cadeia de montanhas. Disse que essa idéia estava equivocada.

Concluiu que o grande desafio é se livrar de um conceito errado de fronteira, pois ela não é um tratado ou uma linha no mapa, mas um local de encontro das nações. “A fronteira não é um limite, ela é uma grande região de diversidade cultural de integração entre povos”, finalizou.

15.14 Intercâmbio dos Estados/ Unidades Federativas na Segurança Transfronteiriça

15.14.1 Antônio Monteiro Neto

Durante a palestra, Antônio Monteiro Neto abordou a importância das ações conjuntas entre as polícias do Brasil, do Peru e da Bolívia nas áreas de fronteira, principalmente porque estavam sendo construídas pontes e rodovias que tornariam o fluxo de pessoas mais fácil entre esses lugares.

Explicou que as discussões sobre integração entre as polícias das fronteiras teve início há algum tempo, mas que não houve continuidade até 2005, quando foi realizada uma reunião no Mato Grosso. Naquele ano, ele havia passado de Secretário de Agricultura para Secretário de Segurança, disse. Acrescentou que, cerca de nove anos antes daquela reunião, o crime organizado era muito forte no estado do Acre. Havia, por exemplo, o chamado Esquadrão da Morte. O mesmo problema também existiria na Bolívia. No entanto, com a prisão de criminosos e a desarticulação do crime organizado viu-se a necessidade de intensificar a aproximação com a fronteira, pois existia um distanciamento com os agentes de defesa social, afirmou.

“É preciso que os estados abracem a integração com os irmãos”.

Portanto, em 2005 voltaram as discussões que, segundo ele, até aquele momento elas não haviam sido muito intensas. Dessa maneira, o Fórum Internacional havia sido um passo muito importante, principalmente porque o Acre seria uma

porta de entrada no Pacífico, com a construção da rodovia Transoceânica. Praticamente as construções já haviam sido finalizadas e investimentos por parte da Bolívia também estavam bastante avançados. Ressaltou que, em três anos, a rodovia estaria completamente asfaltada, em razão desses investimentos.

Contou, ainda, que em Manaus era finalizado o asfaltamento da rodovia 317, que ligaria a ponta do Acre com a Bolívia. Seria um corredor importantíssimo para o estado, em razão de características geoeconômicas. No entanto, o tráfico de drogas também traria problemas de segurança pública. Por isso, foi encaminhada uma solicitação ao ministro para que houvesse uma política mais focada na área de fronteiras. Até o momento existiriam dificuldades em termos de logística, aparelhamento e estrutura.

“Conseguimos recursos para fazer um portal de entrada que colocasse o estado num padrão de excelência nos portais com a Bolívia e o Peru”, afirmou. E acrescentou que nessas fronteiras, já funcionavam postos da Receita Federal, da Polícia Federal e de Segurança Pública. Além disso, 150 policiais civis já faziam curso de formação para serem lotados nas áreas de fronteira. Também seriam contratados 50 delegados.

Declarou, ainda, que as ações prioritárias de um acordo trinacional entre Brasil, Peru e Bolívia seriam: ações contra a exploração sexual infanto-juvenil; cooperação para recuperar veículos e outros bens de origem ilícita; combate ao narcotráfico; contrabando e descaminho. “É preciso que os estados abracem a integração com os irmãos”, disse.

Finalizou tratando da necessidade de os estados que fazem fronteira abraçarem a idéia de integração com os irmãos, para dificultar a logística de interferência na área de Segurança Pública pelos que participam do crime organizado. Dessa forma, os países poderiam ter saúde não só na fronteira, mas em outras partes afetadas por crimes como o tráfico de drogas, por exemplo.

15.14.2 Paul Domingo Monar Arias¹⁷ – Peru

O Coronel da Polícia Nacional do Peru e Chefe da região policial de Madre de Dios, Paul Domingo Monar Arias, discursou sobre os crimes mais comuns no Peru, focando, em especial, na questão do tráfico de drogas. Opinou que os países vizinhos que apresentam os mesmos problemas deveriam se unir, buscando integração. O objetivo seria melhorar a vida dos cidadãos de cada localidade.

Contou que, poucos meses antes, participou do II Encontro Trinacional, realizado em Rio Branco, no Acre, e que o evento havia sido muito importante.

17 Texto traduzido

Explicou que, na ocasião, foi possível combinar e justificar uma série de problemas existentes. Afirmou que, no Peru, não existe o nome Segurança Pública. Fala-se em Segurança Cidadã. Era um tipo de segurança que todos os países do mundo buscavam, onde as pessoas pudessem se desenvolver livremente e realizar sem risco todas as suas atividades, disse.

Destacou que, naquele país, especificamente, há problemas graves com drogas. Explicou que dos centros peruanos são levadas substâncias ilícitas para o Brasil e Bolívia e, mais tarde, essas substâncias são transportadas a países europeus. Uma cidade portuária peruana, por exemplo, já havia se transformado em um corredor por onde passam drogas destinadas a outros países. Afirmou ainda que, antigamente, a cidade costumava ser tranquila e apresentava os índices policiais mais baixos de todo o país. No entanto, o desenvolvimento do local trouxe consequências boas e ruins e, hoje, o tráfico de drogas não é o único delito existente no lugar.

“Os delitos ultrapassam fronteiras”.

Ressaltou que a polícia do Peru não está organizada por estados ou por regiões e que existe uma única polícia. “São mais de 90 mil policiais por todo o país”, garantiu. E completou que, no pouco tempo que vinha trabalhando em Madre de Dios, havia podido pôr em prática um serviço relacionado à segurança cidadã. Policiais saem em dupla, num total de aproximadamente 20 homens por turnos, para fazerem policiamento em diversos pontos da cidade, principalmente nos pontos mais críticos, explicou. Dessa maneira, teriam o controle de certas ações.

Durante o Fórum, disse, uma das questões apontadas foi a necessidade de se firmar um acordo entre os países, com o intuito de solucionar problemas relacionados ao tráfico de pessoas, ao contrabando e ao tráfico de drogas. Assim, concluiu que é preciso, pouco a pouco, buscar uma integração entre os países vizinhos, pois “os delitos ultrapassam fronteiras”. Dessa forma, o ideal seria que cada um levasse informação ao outro. Além disso, se houver integração, será possível combinar os aspectos relativos à segurança, a fim de que as populações vivessem melhor a cada dia, opinou.

15.14.3 David Alberto Murakami¹⁸ – Bolívia

O Secretário de Segurança Cidadã, o Dr. David Alberto Murakami, tratou da questão do narcotráfico em áreas fronteiriças e disse que grande parte dessas

áreas permaneciam sem policiamento. Disse que vários outros delitos são decorrentes de um principal, o tráfico de drogas, e defendeu a integração internacional para aumentar a luta contra o problema, além da construção de muros nas fronteiras.

“O narcotráfico é uma fonte de criminalidade”.

Contou que entendia por segurança cidadã a criação de condições necessárias para que as pessoas pudessem desenvolver suas atividades e estar seguras de que seus familiares tampouco corriam riscos. Opinou que o narcotráfico é a mãe de todo delito.

Afirmou que, na fronteira onde vive como chefe de segurança cidadã, há o ingresso de droga em muita quantidade. “Não é pouca droga”, garantiu. Explicou que a fronteira da Bolívia com o Brasil e com o Peru é 198 km de longitude e que está completamente abandonada. Apenas com o Brasil, a fronteira é de 22 km, mas aí não haveria problemas com relação a assentamentos de brasileiros.

No caso do Peru, comentou que a fronteira se converteu em uma ponte para o narcotráfico. Isso traria consigo vários tipos de delinquência, como a prostituição, por exemplo, pois, segundo ele, “o narcotráfico é uma fonte de criminalidade”. Completou que esse era o tema que mais preocupava: a ponte de narcotráfico em que a fronteira se havia convertido e que isso acontece por descuido da força especial de luta contra o narcotráfico. No entanto, afirmou que, em 90 dias, haviam sido apreendidas mais de meia tonelada de drogas, o que queria dizer que o trabalho estava sendo feito e se estava atacando o narcotráfico, essa mãe de todos os delitos.

Disse, ainda, que, referente ao Brasil, há avanços. Um exemplo era o convênio firmado no encontro de Rio Branco, mas que, apesar dos esforços, continua havendo fronteiras completamente ameaçadas pelo narcotráfico e era necessário que os estados se comprometessem e que cada país construísse quatro muros fronteiriços nesses 198 km de fronteira. Dessa forma, haveria um combate frontal contra o crime.

Acrescentou que, primeiro, nessas fronteiras, é necessário combater o narcotráfico. Assim, diminuiriam crimes decorrentes, como roubos de carros, entre outros. Com relação à Bolívia, contou que era feito um trabalho para combater a delinquência, por meio de programas preventivos. Por exemplo, teriam sido construídas quatro delegacias policiais. Além disso, a polícia teria sido equipada com motocicletas, o que seria uma forma de apoio e de incentivo aos policiais, para que se tenha resultados em pouco tempo.

Por fim, opinou que é preciso lutar contra o narcotráfico para que os outros delitos fossem evitados. Mostrou-se bastante preocupado com o tema do narcotráfico e disse que essa preocupação fez com que a Bolívia reiterasse seu compromisso

de lutar contra a produção de drogas e do tráfico ilícito. Concluiu que é preciso por em prática o princípio de responsabilidade compartilhada com a comunidade internacional, para que se pudesse investir nas fronteiras, tapar a brecha por onde ingressa a droga. Dessa forma, se chegaria a um arremate na questão.

15.14.4 Aldo Alves Ferreira

O Secretário Especial de Desenvolvimento da Defesa Social e Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública do Estado do Amapá, Delegado de Polícia Federal Aldo Alves Ferreira, discursou sobre as dificuldades de se estabelecer uma integração entre as polícias brasileira e da Guiana Francesa. Segundo ele, além dos idiomas diferentes, a legislação Guiana é muito parecida com a de países europeus, e torna complicadas ações conjuntas.

“Não se sabe a quem procurar ou a quem perguntar. Não há comunicação oficial. É preciso que haja integração”.

Afirmou que o Amapá é um dos poucos estados que fazem fronteira com aquele país e que a dificuldade de se ter uma comunicação com o país vizinho ocorre por vários motivos. Um deles seria a língua, diferente da de todas as outras de países Sul-americanos. Em segundo seria possível citar que toda a parte militar e estrutura de alfândega, de polícia judiciária, de magistrado e de procuradores de justiça vêm da França e são trocados a cada dois anos.

Mais uma complicação seria a legislação específica da Guiana, mais parecida com a de países europeus. Por exemplo, ela prevê, no caso de polícia judiciária, quando há a apreensão de um bem em área fronteira, a destruição desse bem de imediato. Não se discute o processo e não existe a possibilidade de o brasileiro ter a restituição do bem que foi apreendido. Acrescentou que, ao contrário daquele país, caso o bem de um estrangeiro seja apreendido, os policiais brasileiros são obrigados a cautelar até que se transite em julgado o processo.

Também a troca de informações com a polícia da Guiana Francesa seria extremamente difícil. Disse que a legislação do país não permite a discussão quando há brasileiros presos, mas que os policiais de lá desejavam que a polícia brasileira fornecesse os dados a eles, sendo o caso invertido.

Garantiu que já havia tentado acordos em outubro de 2007, durante eventos realizados no Brasil. No entanto, tudo havia ficado mais na base crítica, sem que houvesse um andamento muito rápido na solução dos problemas. “Vamos necessitar de

um empenho maior dos ministérios da Justiça e Relações Exteriores para poder implementar esses acordos internacionais. Como está atualmente, fica difícil”, declarou.

Quanto a ações brasileiras, ressaltou que haviam sido realizados concursos para Delegados, Agentes, Escrivães, Peritos Criminais, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, para reforçar a área de segurança. Mas destacou que, apesar desses esforços, a polícia ainda estava distante de estancar ou controlar melhor essa área de fronteira. Além disso, toda a avalanche de migração por rios navegáveis e estradas transitáveis faziam aumentar o número de crimes. Os vizinhos precisariam estreitar os laços para trabalhar de forma mais ágil e eficaz.

Finalizou dizendo que não havia patrulhamento nas áreas de fronteira ou pontos específicos para serem fiscalizados. Tampouco existiria um bom contato com a polícia do país vizinho, principalmente pela ausência de um órgão específico na Guiana Francesa, que fosse responsável pelo repasse de informações ao Brasil. “Não se sabe a quem procurar ou a quem perguntar. Não há comunicação oficial. É preciso que haja integração”, disse.

15.14.5 Enrique Jorge Holub¹⁹ – Argentina

O palestrante, o Dr. Enrique Jorge Holub, discursou sobre a extensa fronteira do Brasil com a Argentina onde não há policiamento efetivo e, por isso, se torna muito fácil o tráfego de pessoas e a prática de delitos. Defendeu uma ação conjunta entre as polícias brasileira e argentina.

“É preciso conhecer as normas dos diferentes países para evitar problemas”.

Declarou que a Argentina faz fronteira com dois estados brasileiros: Paraná e Santa Catarina. A extensão da divisa é de 225 km, sendo 35 deles de fronteira seca e 70 de fácil circulação, onde qualquer pessoa pode atravessar caminhando. Essa extensa zona permeável, segundo ele, torna mais fácil que as pessoas cometam delitos, especialmente os relacionados ao narcotráfico e contrabando.

Opinou que, para dificultar a prática de crimes na zona fronteiriça, é necessária uma união entre as forças de segurança do Brasil e da Argentina. Além disso, o trabalho feito pelos policiais nas divisas beneficiaria ambos os países. Assim, a maior estratégia seria a integração, pois ela traria mais força à luta contra o crime. Coordenar as funções táticas e integrar-se é a melhor forma de combate, opinou.

19 Texto traduzido

Afirmou, também, que além da integração e da troca de informações, a polícia Argentina tem outro objetivo: a criação de um banco de ações limitadas, que respeitem as normas de cada país e suas jurisdições. “O procedimento da Argentina não se distingue muito do Brasil, mas como é feito um trabalho na fronteira é preciso conhecer as normas dos diferentes países para evitar problemas”, declarou.

Com o intercâmbio de informações permanentes, os dados chegariam mais rápido aos países e as forças de segurança poderiam combater mais rapidamente os delitos e abordar os delinquentes. Acrescentou que, na fronteira, são cometidos muitos crimes diariamente e que, se os países tentassem combatê-los sozinhos, não chegariam a resultado nenhum. Seria necessária uma complementação de forças.

No entanto, disse que não basta haver troca de informações, elas devem ser oportunas. Citou como exemplo um episódio em que houve troca de dados sobre uma possibilidade de narcotráfico. Com operações simples, a polícia brasileira conseguiu interceptar um veículo que havia cruzado a fronteira e que trazia droga em seu interior. Portanto, foi evitada a ação de um traficante. Completou que o procedimento não teria sido possível sem a interação conjunta entre as duas polícias: “O intercâmbio de informações de forma oportuna e rápida é muito importante”.

Por fim, exaltou a necessidade de evitar que a fronteira se torne um refúgio ou uma forma de cobertura para o delinquente. Destacou que é possível combater esse problema com uma ação integrada e conjunta e falou da surpresa daqueles que cometem um delito num país e que são detidos pela polícia do outro. Seja por coisa pequenas, como o roubo de uma bicicleta, como por delitos mais graves, como o tráfico de drogas, finalizou.

15.14.6 Adelino Roberto Toigo

O Delegado de Polícia em Santa Catarina Adelino Roberto Toigo, abordou as operações integradas que eram realizadas nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e operações integradas com a Argentina (estados de Chaco, Misiones, Corrientes, Entre Rios, Formosa e Santa Fé) e o Paraguai. Disse que essas ações estavam sendo muito bem desenvolvidas.

“Ao mesmo tempo nós estamos fazendo uma operação de divisa segura e combatendo os crimes transfronteiriços”.

Explicou que o Conselho de Segurança do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) tem os objetivos de coordenar e integrar ações e operações

dos órgãos policiais no território dos estados membros e de propiciar a integração das instituições policiais estaduais e federais desses estados e fomentar a busca de cooperação mútua com países membros do Mercosul. Além disso, afirmou que o conselho busca estabelecer procedimentos comuns no campo da segurança pública, especialmente no combate ao crime organizado; promover a integração de informações; otimizar recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho e unificar, nas questões regionais e nacionais, o posicionamento dos estados membros em relação às questões de segurança pública, sempre que discutido com o Governo Federal.

Já as operações conjuntas no Sul do país teriam como objetivo, contou: combater crimes interestaduais e transfronteiriços; fortalecer a política administrativa e institucional das instituições policiais e de fiscalização que atuam nas divisas e nas fronteiras; consolidar uma metodologia de ação policial e de fiscalização conjunta para o combate aos crimes interestaduais e transfronteiriços.

Nessas operações, ressaltou, é adotada a seguinte metodologia: primeiramente, são feitos o levantamento de inteligência e o estudo da situação. Em seguida, realiza-se uma reunião para a priorização da ação policial para determinar onde, como e quem serão os alvos da ação. Completou que participam desses encontros as Polícias Civil, Militar, Rodoviária Federal, Federal, as Secretarias da Receita Estadual e da Receita Federal, a Secretaria da Agricultura, o Ibama, a Gendameri (órgão argentino) e a Polícia Nacional do Paraguai.

Explicou que dentro da metodologia adotada, parte-se para a definição da data da ação e para os locais de atuação. Depois, é elaborado um plano de ação. Há também a subdivisão dos órgãos participantes e a avaliação dos resultados.

Dessa maneira, já foram realizadas muitas prisões e apreensões, garantiu. Acrescentou que já tinha sido implementada uma operação interna com 24 pontos de polícia rodoviária e 23 de polícia estadual, sendo o resultado bom e de baixo custo operacional. Um diferencial: todas as outras instituições de controle fixo unitário como as receitas Federal e Estadual também teriam participado das operações, elevando o número de contingentes. “Ao mesmo tempo nós estamos fazendo uma operação de divisa segura e combatendo os crimes transfronteiriços”, comentou.

Por fim, citou como exemplo um trabalho conjunto das Polícias Civil, Militar e Federal, quando foram apreendidos mais de duzentos quilos de maconha, vinda do Paraguai. “É sinal de que essa integração está funcionando”, disse. Como pontos positivos nas operações integradas, destacou a redução da incidência criminal, a troca de informações, a visibilidade, o baixo custo operacional, a mídia positiva e a sensação de segurança para as populações dos três países.

15.14.7 Sérgio Flores

O Major da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Sérgio Flores, falou sobre as experiências de integração na cidade de Santa Rosa, que faz fronteira com a Argentina. Afirmou que todas as características apresentadas anteriormente pelo delegado de polícia em Santa Catarina, Adelino Roberto Toigo, faziam parte da experiência dessa brigada. No entanto, durante a palestra, reforçou alguns dos aspectos e opinou: “Me parece que estamos no caminho certo”.

Ressaltou que o Fórum reforçava a questão da polícia de conectividade, no âmbito transnacional e era necessário atacar um ponto crucial: a falta de comunicação na polícia, tanto interna como externa. Completou que não existe integração sem comunicação e que era necessário reconhecer a interdependência e potencializar as competências dos entes que faziam parte do sistema de segurança.

“A integração era uma questão de transpor nossas próprias fronteiras”.

No caso de Santa Rosa, disse que o reconhecimento da interdependência exigiu uma mudança de atitude. Até então, os profissionais de lá viam a integração com a Argentina ao nível do futebol, comentou, acrescentando que, em 2002, criou-se uma parceria entre a polícia local, a polícia de Misiones, na Argentina, e o Exército Brasileiro, com um grande respaldo da Receita Federal brasileira. Explicou que a fronteira é feita por meio do Uruguai e que, antes da integração, havia um conflito, pois a Argentina vinha fiscalizar do lado brasileiro. Esse problema teria resultado na decisão de haver um trabalho em conjunto: “A integração era uma questão de transpor nossas próprias fronteiras”.

Contou que as operações serviram para estimular o contato rotineiro entre as polícias dos dois países e, com esse objetivo, são realizados reuniões e contatos operacionais, sendo que a comunicação é feita via rádio. Acrescentou que as operações eram de baixo custo, tendo sido utilizados 200 Policiais Militares e de 30 a 40 viaturas para mais de duas mil pessoas abordadas. “Realmente nós estamos integrados”, garantiu. “Se falamos em segurança cidadã, o elemento primordial da estratégia deve ser o cidadão, que não perde suas garantias pelo simples fato de atravessar a fronteira”.

As conclusões finais foram as seguintes: a integração é conjunta, não subordinada. É preciso ter respeito às diferenças e comprometimento das chefias e dos comandos, que devem estar sempre presentes nas ações, em gestão de conflitos, organização e mediação. Citou como o grande problema existente a fragilidade, pois a iniciativa é de polícias regionais. Não existiria legitimidade do estado.

Por fim, sugeriu que era preciso aproveitar avanços do Mercosul para integrar agentes subnacionais e desenvolver um acordo de intercâmbio de informações, além de um mandado de prisão único no Mercosul. E propôs um curso de polícia de fronteira e a inclusão da língua espanhola na formação dos policiais.

15.14.8 Douglas Sabatini Dabul

O Major Douglas Sabatini Dabul focou a palestra na criação de um Sistema Integrado de Cadastro de Operações Conjuntas. Numa página na Internet, profissionais podem inserir informações sobre as operações desenvolvidas. Por exemplo, fica disponível para consulta dados sobre quem participou de determinada ação, o que foi apreendido e em que quantidade.

Afirmou que polícias militares normalmente atua de forma proativa, mas que os dados são pouco registrados e pouco explorados. Por isso, havia sido elaborado um relatório e apresentado em reunião realizada em Itajaí, com a presença das Polícias Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal, além das receitas Federal e Estadual. A partir desse primeiro relatório desenvolveu-se um Sistema Integrado.

“Cada pessoa abordada por equipes integradas vai comentar isso, o que gera uma preocupação no crime organizado”.

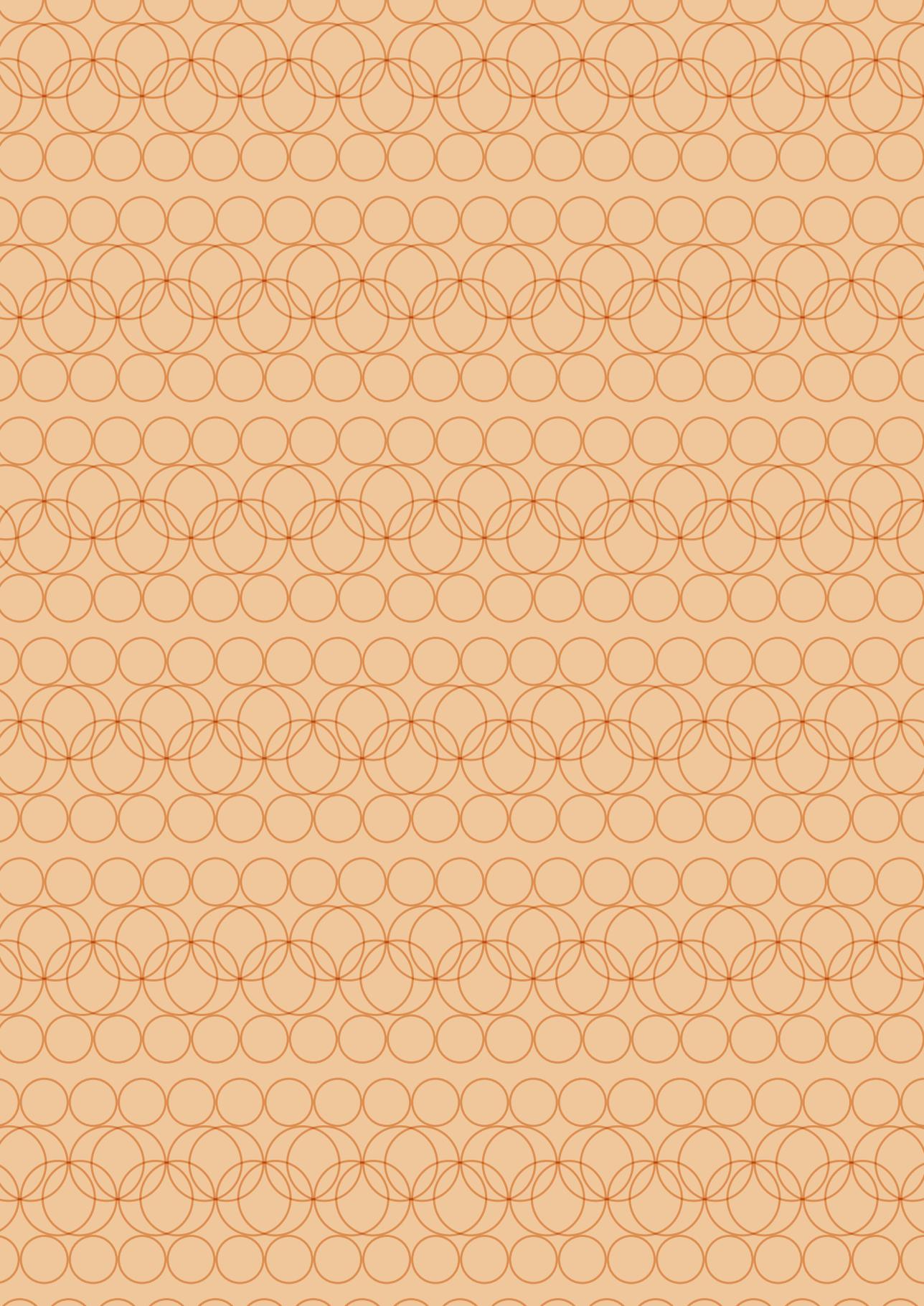
Durante a palestra, apresentou o sistema, modelo inicial do projeto, e explicou o seu funcionamento. Ocorre da seguinte forma: primeiro, o servidor entra na página utilizando seu RG e senha, necessários para o acesso às informações. Em seguida, escolhe a operação sobre a qual deseja inserir informações. O acesso é somente permitido a algumas pessoas. O próximo passo é escolher se deseja inserir dados sobre a data da operação, local ou autoridades responsáveis por ela.

Quem acessa o sistema pode pesquisar sobre, inclusive, o número de profissionais de cada instituição que atuaram no caso. Se a ação for referente a veículos, é possível saber para onde foi mandado, o modelo e a placa. No caso de objetos, a descrição deles fica registrada.

Completo que fatos relevantes, que possam repercutir em termos de notícia e resultar em mídia espontânea, também são acrescentados ao sistema. Por último, o relatório é lançado para o banco de dados. Na hora de pesquisar, o resultado final aparece em Excel, por dia da operação.

O objetivo do relatório, segundo ele, é sintetizar tudo o que aconteceu, para otimizar a coleta de dados e fornecer uma resposta imediata para quem

precisa dos dados. Além disso, com uma mídia espontânea positiva, era possível diminuir a sensação de insegurança da população e passar um pouco mais de tranquilidade às pessoas. “Cada pessoa abordada por equipes integradas vai comentar isso, o que gera uma preocupação no crime organizado”, acrescentou. Apreensivos, os criminosos repensariam as suas forma de agir e se realmente agiriam naquele estado, finalizou.



PARTE IV



ARTIGOS

Os textos a seguir são contribuições individuais e coletivas elaboradas em momentos distintos. Alguns deles foram escritos por ocasião do Fórum Nacional de Segurança Pública de 2005 e os demais, produzidos pelos secretários executivos dos GGIs com o objetivo de subsidiar esta obra com relatos de boas práticas de gestão integrada. Consta, ainda, a participação especial de Luis Eduardo Soares, que aborda a Gênese do GGI no Brasil. Vale ressaltar que os GGIs estaduais e os municipais mais antigos foram convidados a contribuir para esta coletânea.

16. ESPECIAL:

GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA: GÊNESE; IMPLANTAÇÃO; DESDOBRAMENTOS

Luiz Eduardo Soares²⁰

Em sua versão original, de janeiro a outubro de 2003, período em que fui secretário nacional de segurança pública, o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública (GGI-SP), enquanto instrumento operacional do Sistema Único de Segurança Pública, foi concebido e implantado pelo governo federal, através da Senasp, em parceria com os governos estaduais, como um fórum deliberativo e executivo, além de espaço de diálogo, produção de consensos, identificação de prioridades comuns, formulação de pautas que pudessem ser compartilhadas e celebração de acordos em torno de medidas e/ou ações conjuntas ou complementares voltadas para a segurança pública.

A observação das experiências, à época recentes, revelavam que as Forças-Tarefa, adotadas em diferentes ocasiões por distintos governos, vinham apresentando resultados muito superiores à média das operações policiais tradicionais, marcadas pela dispersão de energias e pelo isolamento das corporações. As virtudes das Forças-Tarefa eram a definição objetiva das metas, o estabelecimento de condições materiais e humanas adequadas e compatíveis com o alcance das metas assinaladas, sabendo-se que entre essas condições destacavam-se a cooperação inter-institucional (nos sentidos federativo e intra-estadual), a inter-disciplinaridade e o planejamento. A deficiência era a transitoriedade da iniciativa, que se esgotava com o cumprimento da meta –como se ela fosse a única e como se as demais pudessem, sem prejuízo, ser alcançadas pelo trabalho padrão das corporações policiais, agindo isoladamente (quando não, enfrentando rivalidades).

A intenção do GGI era manter as virtudes e eliminar os problemas desse formato. O propósito, em outras palavras, era institucionalizar a experiência da Força-Tarefa, dotando-a de permanência, continuidade e cercando-a dos ingredientes indispensáveis para a realização de todas as suas potencialidades –ampliando o leque dos parceiros envolvidos, por exemplo. O grande desafio, entretanto, passaria

²⁰ Secretário Municipal de Assistência Social e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu-RJ e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em antropologia social e doutor em ciência política, com pós-doutorado em filosofia política.

a ser político: não se sentiriam as instituições e os governos afetados em suas respectivas autonomias?

Para evitar esse temor, esse risco real, e desembaraçar o GGI de compreensíveis e previsíveis resistências, firmou-se o compromisso de que as agências públicas representadas não se submeteriam a qualquer hierarquia que maculasse sua independência. Por isso, as decisões seriam tomadas por consenso. Considerou-se que, pelo menos nos primeiros passos a cumprir, havia já tanto consenso consolidado quanto a urgências e desafios críticos para a sociedade e o Estado, em todas as esferas, que dificilmente emergiriam divergências paralisantes. A médio prazo, todavia, impor-se-iam normatizações legislativas, ao nível federal, que evitassem a política de veto ou disputas contraproducentes, que nos remetessem de volta ao horizonte que tentávamos superar – marcado por isolamento e fragmentação. Mas quando esse segundo momento surgisse, a experiência positiva da cooperação já teria tido oportunidade de demonstrar às instituições, aos governantes e à opinião pública as vantagens do trabalho integrado e, portanto, da integração progressiva entre as instituições pertinentes ao campo da segurança pública e da Justiça Criminal.

Os atores institucionais que estariam representados nos GGIs seriam: as polícias estaduais e federais, a Secretaria de Segurança e de assuntos penitenciários, a Perícia, pelo menos um representante estadual das Guardas Civis municipais, e, por convite, as Forças Armadas, a Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

É importante salientar que a ausência de representantes da sociedade na composição do GGI não indicia subestimação de sua importância. Apenas expressa a natureza peculiar do Gabinete, que é uma instância deliberativa e não consultiva, destinada a lidar, diretamente, com questões concretas da segurança pública. Um representante da sociedade ou de entidades da sociedade civil ficaria exposto a riscos, uma vez que lhe seria atribuída a co-responsabilidade pelas decisões práticas do gabinete. Isso não significa que a participação social não seja decisiva. Todavia, ela deveria dar-se por intermédio de conselhos sociais ou comunitários de segurança, os quais seria facultada a oportunidade de encontros periódicos com representantes do GGI.

A experiência dos GGIs, entretanto, na maioria dos estados, não avançou, lamentavelmente, por razões políticas. Disputas entre governos estaduais e o governo federal levaram, em vários casos, ao abandono dos compromissos assumidos nas cartas de intenções e publicamente celebrados, no primeiro semestre de 2003, em cerimônias das quais participaram todos os governadores de Estado, o ministro da Justiça e o Secretário Nacional de Segurança Pública, além de gestores superiores e autoridades representantes das instituições da segurança e da Justiça Criminal.

A despeito dos revezes, em alguns estados os GGIs foram mantidos, cultivados e se converteram em agências efetivas da segurança pública. Onde a experiência prosperou e a política não a destruiu, as conquistas foram indiscutíveis. Esse quadro demonstra a validade da iniciativa e o interesse do GGI como formato proto-institucional.

Por que proto-institucional? Porque as atuais limitações constitucionais impõem uma camisa-de-força à estrutura organizacional das polícias, engessando a institucionalidade da segurança em um modelo irracional, fragmentário, reativo e refratário à gestão racional –ou seja, incapaz de adaptar-se ao tríptico (dados qualificados/diagnóstico-planejamento-avaliação/monitoramento). Porque, em o fazendo, tais limitações constitucionais impedem qualquer iniciativa que institucionalize uma nova agência de gestão cujas condições de funcionamento determinem alguma redução à autonomia de cada polícia envolvida. Ou seja, não se pode transformar em lei o GGI, porque isso implicaria reduzir a independência das polícias, mesmo que fosse apenas por obrigar cada uma delas a respeitar a decisão da maioria dos componentes do referido Gabinete de Gestão Integrada, os quais, eventualmente, se pronunciassem por voto ou por decisão soberana de um de seus membros, nomeado, ainda que rotativa e provisoriamente, diretor executivo, ao qual se conferisse a autoridade de escolher entre opções, quando houvesse impasse decisório. Em uma palavra, o GGI só poderia ser objeto de normatização que o institucionalizasse, se fosse rebaixado à condição de fórum consultivo – o que, evidentemente, degradaria sua natureza e o condenaria à irrelevância.

Enquanto fórum deliberativo, não pode existir, legalmente, senão por convênio, operando por consenso. Seja porque um fórum deliberativo precisa deliberar e, por isso, necessita de regras e métodos para fazê-lo, de modo a evitar a tirania do veto individual; seja porque o GGI só se completa, só se realiza enquanto instância intersetorial e integradora, se instituições da Justiça criminal aceitarem participar e essas não podem ser regidas por entidades submetidas ao Poder Executivo. Em suma, elas participam apenas se e enquanto desejarem, por opção própria. Por outro lado, o GGI apenas pode funcionar como fórum deliberativo se e enquanto houver consenso em suas decisões. Sintetizando: o GGI é um espaço extremamente precário, na melhor das hipóteses proto-institucional e qualquer veleidade institucionalizante importaria, desafortunadamente, em sua inviabilização. O GGI depende da boa vontade das instituições envolvidas e requer extraordinário cuidado em sua condução. A vontade política dos agentes políticos, dos gestores superiores e

dos representantes locais cumpre, nesse caso, mais do que nunca, função decisiva. Claro que não se faz uma verdadeira política de segurança assim, com esse grau de fragilidade e de imprevisibilidade. Mas são essas as condições nas quais navegamos – e navegar é preciso... Esperemos que o êxito prático, efetivo, dos GGIs realmente existentes, a despeito de tudo e contra o senso-comum, na contramão de rotinas e hábitos, mentalidades congeladas e instituições fossilizadas, demonstre as vantagens da integração e de uma gestão racional. No Brasil, idealizamos o formalismo das leis e temos a tendência a buscar solucionar problemas criando novas leis. O GGI, quando o concebi, pretendia ser uma reversão desse padrão. Ele se anteciparia às mudanças legais, as quais viriam em seu rastro, uma vez comprovado seu sucesso – ainda que, paradoxalmente, esse sucesso esteja sempre sob ameaça da informalidade, da carência de regras e obrigações, isto é, da ausência de lei. Mas, nesse caso, é o preço a pagar. Não há como evitar os riscos. Melhor ousar do que rendermo-nos à realidade atual.

Com a posse, em 2007, nos executivos estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo, dos governadores Sérgio Cabral e José Serra, e com suas primeiras medidas – entre as quais se destacam a convocação do GGI e sucessivas manifestações favoráveis à definição da segurança pública como questão de Estado, não de governo, acima de diferenças políticas-, abriu-se um novo campo para o avanço de parcerias, trabalhos cooperativos e para a celebração do sonhado – e sempre postergado, por inviável e irrealista – Pacto pela Paz. É necessário acrescentar que minhas profundas divergências com a política de segurança, especialmente com a chamada “política de confronto” adotada pelo governo do Rio de Janeiro, não devem impedir que eu reconheça aspectos positivos da administração Cabral-José Mariano Beltrame – entre elas, destaco a revalorização do GGI.

Menciono Rio e São Paulo, porque foi nesses estados que o GGI sofreu, em fins de 2003 e início de 2004, logo após minha saída da Senasp, os mais significativos golpes, aqueles que mais extensa e intensamente desaceleraram a afirmação do GGI, como protagonista e método de gestão, conceito e prática de integração.

Em outros estados, também a partir de 2007, atitudes igualmente positivas tiveram lugar, impulsionando a experiência do GGI. A tal ponto que se tornou possível a criação de uma nova modalidade do GGI: o Gabinete de Gestão Integrada Municipal, cuja originalidade está no foco local e no envolvimento da Prefeitura – além dos comandos locais das instituições pertinentes –, seja por meio da Guarda Civil, seja de secretaria municipal dedicada à implementação de políticas

preventivas. Observe-se que o ministro da Justiça, Tarso Genro, com o endosso entusiástico do Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Ballestreri, mais do que apoiou a iniciativa: transformou-a em exigência aos municípios que desejem credenciar-se a receber recursos do Ministério da Justiça, através do PRONASCI, seja do FNSP, gerido pela Senasp.

Só a união de todos (de todas as forças políticas e da sociedade civil) em torno da civilização, contra a barbárie – para além de todas as divergências políticas, partidárias ou ideológicas – criará condições suficientes para um verdadeiro salto de qualidade, o qual exigirá sacrifícios, precipitará riscos de desestabilização e desencadeará grandes resistências.

O Brasil não pode mais adiar a construção de ampla coalizão pela paz, pela segurança pública cidadã, pela legalidade democrática, pela redução das desigualdades no acesso à Justiça, pela reforma das polícias e a valorização dos profissionais da segurança pública, pela valorização da vida e a prevenção da violência, pela salvação da juventude vulnerável. Esse esforço poderia começar com um grande mutirão pela vida, um mutirão voltado para a prevenção do homicídio doloso, a prevenção do crime letal.

Para que se tenha uma idéia mais precisa e objetiva de como pode funcionar um GGI municipal e de quais podem ser suas prioridades e seus compromissos, apresento o exemplo do GGI de Nova Iguaçu-RJ, do qual sou coordenador.

Já em sua instalação, em 30 de março de 2007, propusemos ao governador, às autoridades policiais e aos representantes das diversas instituições envolvidas que nos lançassemos em um verdadeiro mutirão pela vida, pela proteção da juventude vulnerável, contra o homicídio. Do GGI Municipal de Nova Iguaçu participariam, segundo o acordo firmado entre os governos municipal, estadual e federal: representantes do Estado e da União (Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, Secretaria de Segurança, de Administração Penitenciária e Perícia), a Prefeitura de Nova Iguaçu, através de sua Secretaria de Valorização da Vida e Prevenção da Violência (atualmente, a Prefeitura participa por meio da Secretaria de Assistência Social e Prevenção da Violência, da qual sou titular). Seriam também convidados representantes da Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A contra-partida da Prefeitura dar-se-ia por um conjunto de políticas públicas preventivas e pelo compartilhamento de informações relevantes para a definição de estratégias adequadas.

Proteger a vida, compromisso supremo do GGI-Municipal, envolveria:

- Combate à exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes.
- Repressão às armas ilegais, com o apoio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

- Credenciamento, treinamento e fiscalização da segurança privada, o que seria possível com o envolvimento da Polícia Federal, no âmbito do GGI Municipal.
- Identificação e repressão de homicidas que se apresentam como justiceiros e que já são amplamente conhecidos pela sociedade local.
- Estabelecimento de programas de proteção às mulheres.
- Estabelecimento de programas de prevenção à gravidez precoce e ao tratamento inadequado das crianças na primeira infância.
- Fortalecimento de programas de controle da dependência química, contra a adição ao álcool, à nicotina e às drogas ilícitas.
- Estabelecimento de programas de proteção aos membros de grupos alvo de preconceitos e discriminação, que têm se tornado alvo de brutalidade inclusive letal.
- Acompanhamento e investimento na reinserção dos egressos do sistema penitenciário e do sistema sócio-educativo.
- Identificação dos jovens que abandonaram a escola para que se criem condições de apoio a suas famílias (gerando-se emprego e renda e aplicando-se programas específicos) e de estímulo a que se apliquem na complementação educacional. A valorização de sua auto-estima, via incentivo a redes locais na área da criação cultural, é indispensável ao êxito do programa, em seu conjunto. É também fundamental a tessitura de redes de cooperação, na ponta, entre agentes de saúde da família, educadores do Bairro-Escola (principal programa municipal) e da Rede Estadual de Ensino, e operadores de programas sociais, do Município e do Estado, com a participação de conselheiros tutelares e lideranças sociais.
- Outro ponto chave é a mudança nas relações entre a sociedade (especialmente a juventude) e as polícias, particularmente a PM. Por isso, no âmbito do GGI, haveria espaço para a implantação de projetos já testados, vitoriosos, na matéria, assim como para o investimento em formação policial complementar (para a qual a Prefeitura, dada sua parceria já celebrada com a Senasp, proporcionaria os meios).
- De sua parte, a Polícia Militar, em Nova Iguaçu, aplicaria, de forma pioneira, o Termo Circunstanciado, nos casos correspondentes à Lei 9.099 (crimes de pequeno potencial ofensivo, conduzidos aos Juizados Especiais), para agilizar o atendimento e multiplicar sua presença ostensiva.
- A PM investiria no Policiamento Comunitário, nas áreas identificadas pelo GGI como mais graves, e o faria, certamente, depois de operações

rigorosas porém legalistas para a prisão de criminosos armados que dominam comunidades.

- Numa ação conjunta Município-Estado, a 52 DP, que abriga mais de 400 presos, seria reformada, receberia o apoio de Defensores Públicos e advogados Pro-Bono para que a situação dos detentos se esclarecesse, o que provavelmente proporcionaria a liberação de um grande número, facilitando a provisão de educação e trabalho aos remanescentes.
- A Polícia Civil criaria um Núcleo de Investigação de Homicídios, com apoio da Polícia Federal e da PRF, no âmbito do GGI Municipal, visando o controle e a redução dos homicídios.

O GGI Municipal em Nova Iguaçu seria a moldura institucional-política para o exercício ilimitado da cooperação prática entre a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado e o Governo Federal. Nesse ambiente de colaboração, seria imprescindível a participação crítica e solidária da sociedade civil.

Espero que os colegas das universidades pesquisem as experiências concretas dos GGIs, municipais, estaduais e regionais, para que o debate se enriqueça e para que a principal função dos Gabinetes se cumpra: abrir passagem –via geração de novos consensos-- para as mudanças constitucionais e infra-constitucionais inadiáveis, conducentes à implantação do SUSP (Sistema Unido de Segurança Pública) e às transformações profundas das estruturas organizacionais das polícias.

17. ESPECIAL: GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL: UMA ALTERNATIVA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

Juarez Pinheiro e Magda Fernanda M. Fernandes²¹
(Assessoria Federativa do Ministério da Justiça)

O Programa Nacional de Segurança com Cidadania - PRONASCI é um programa transformador de paradigmas. Criado em 2007, pelo Governo Federal, o PRONASCI acolhe um novo modelo de gestão integrada da segurança que altera a forma do Estado enfrentar a violência e a criminalidade a partir da articulação entre ações de segurança com ações de natureza social e preventiva. Trata-se de abandonar a concepção estritamente reativa da segurança pública para absorver uma concepção pró-ativa voltada para o cidadão e a cidadã, respaldada pela atuação conjunta de todos os entes federados.

O fomento a essa agenda política federativa ampliou a interlocução em segurança pública como compromisso de todos e previu um novo lugar para os municípios, evidenciando-o enquanto lócus privilegiado de formulação e implementação de políticas de segurança, para além das organizações policiais.

A consolidação desse novo paradigma e o envolvimento de novos atores na segurança pública requereu também novas estruturas de gestão com capacidade de cooperação intergovernamental, que resultou na criação dos chamados Gabinetes de Gestão Integrada Municipais – GGIM. Os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais pautam-se na tendência à descentralização da macro-política pública e encampam o conceito da gestão integrada, reunindo em uma só unidade as principais autoridades responsáveis pelo combate à criminalidade e especialistas na área social. Compostos pelas três esferas de governo: União, Estados e Municípios, os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais se constituem em instâncias democráticas de negociação e consenso permanentes, que atuam em consonância com as atribuições e autonomias previstas na lei. Conforme orientação do Ministério da Justiça, os gabinetes devem reunir em sua composição mínima o prefeito, as autoridades municipais responsáveis pela segurança pública e defesa social e pelas ações sociais e preventivas, as autoridades estaduais e federais da área de segurança que atuam no município, tais como polícia civil, polícia militar, defesa civil, polícia federal, polícia rodoviária federal, entre outros, além de representantes do Ministério da Justiça, quando se fizerem presente. Trata-se, por conseguinte, de estabelecer arranjos conciliadores entre as

21 As considerações aqui expostas são observações preliminares obtidas a partir dos Seminários Estaduais de Gestão realizados em 2009 nos estados signatárias do PRONASCI.

várias instituições integrantes, sem ferir hierarquias e autonomias, movidos, sobretudo, pelos interesses comuns e pelos compromissos firmados, na tentativa de superar os desafios impostos no combate à violência e à criminalidade.

A idealização dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais decorreu do acúmulo de experiências e aprendizados positivos, tomando por base, inicialmente, o trabalho integrado das forças-tarefas realizadas pelas forças policiais, seguida da prática de funcionamento permanente e contínuo dos Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais, implantados desde 2003.

No começo, a indução para a constituição dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais visou referenciar o PRONASCI, garantindo, por meio da sua estruturação física, condições necessárias para o trabalho das equipes responsáveis pela execução dos projetos sociais.

Gradativamente, a proposta gerencial dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais foi agregando proporções. Cada vez mais, os gabinetes se constituíram em espaços de coordenação e deliberação, promovendo sinergia entre os parceiros e as ações conjuntas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade. Ciente desse crescente, a Lei Nº 11.707 de 2008 condicionou a todos municípios que aderiram ao PRONASCI a criação obrigatória dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, a serem instituídos formalmente por normativa local. Assim, dos 109 municípios que assinaram o Convênio de Cooperação Federativo e se comprometeram a criar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal, a totalidade já concluiu ou está em vias de formalizar a instalação dos respectivos Gabinetes.

Assim, atualmente, considera-se que a concepção está amplamente difundida e que a instalação formal já é uma realidade. Tal constatação, contudo, não pode ser entendida como suficiente para tornar os gabinetes em uma ferramenta de gestão permanente e atuante. O desafio que ora se coloca envolve transitar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal do formal para o material. Várias dificuldades se apresentam na execução desse propósito.

Inicialmente, uma das questões se refere a estágio de implantação dos gabinetes. De forma geral, os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais estão em fase embrionária. O tempo reduzido de implantação do PRONASCI, associado às reestruturações conjunturais dos municípios em decorrência das recentes eleições, ocasionaram majoritariamente a renovação dos seus integrantes e, por conseguinte, originou a necessidade de resignificar a própria instalação dos gabinetes.

Uma segunda questão envolve a capacidade dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais de intervir de forma estruturada nos processos de gestão. Trata-se de reconhecer que a atribuição deliberativa e executiva designada aos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais tem expressado um tímido e incipiente exercício de ges-

tão compartilhada. Com efeito, tal situação remete ao confronto entre a perspectiva de gestão tradicionalmente centralizada e a recente prática de compartilhamento. Minimizar esse confronto está relacionado a uma mudança de cultura gerencial, que envolve transpor a estrutura de poder hierárquico das instituições, aliada a inclusão paradigmática da transversalidade do fenômeno da violência como algo inquestionável. Tais mudanças traduzem-se no reconhecimento de que o enfretamento da violência não pode ser responsabilidade exclusiva dos órgãos de segurança pública, mas, ao contrário, partilhada de forma sistêmica com as políticas sociais preventivas. Desta forma, um dos grandes entraves à melhoria efetiva de resultados dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais reside na baixa articulação entre as diversas instituições integrantes, assim como na dificuldade em aceitar os canais de diálogos entre perspectivas historicamente tão diferenciadas. Além do mais, faltam mecanismos legais que garantam a permanência dessas instituições na atuação dos gabinetes. Há de lembrar que os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais firmam-se enquanto acordos proto-institucionais e que, portanto, são passíveis de dissolução. Assim, esse caráter, de certa forma, transitório propicia baixa participação das instituições e dilui a importância dos compromissos firmados pelos membros que o compõe. Tal afirmação pode ser aferida mediante a frequente alternância e substituição dos membros designados para compor os Gabinetes, cuja constância tem gerado descontinuidades e prejudicado o andamento das matérias abordadas. Igualmente, cabe destacar que esses membros, via de regras, não possuem representatividade suficiente nos seus órgãos para deliberar junto aos gabinetes sobre matérias consideradas relevantes ou urgentes. De forma similar, a fragilidade dessa representatividade também prejudica a execução das deliberações tomadas nos gabinetes junto aos seus órgãos de origem. Não à toa, para fins de garantir sucesso no processo de deliberação e execução das questões tratadas nos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, o Ministério da Justiça orienta que as autoridades que os compõem sejam dirigentes dos seus órgãos, com participação direta e regular nas reuniões.

Outra questão se refere à configuração estrutural dos gabinetes e sua correspondente efetivação. É oportuno lembrar que o modelo dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais proposto pelo Ministério da Justiça concebe em sua estrutura espaços inovadores, que aliam informação e tecnologia na promoção de políticas de segurança e prevê as seguintes atribuições:

- O Observatório de Segurança Pública é responsável pela gestão do conhecimento e deve produzir e sistematizar informações através de estudos e análise científicas sobre os problemas de segurança pública da cidade.
- A Sala de Situação e Operações é dedicada à gestão das ações policiais integradas, mediante a obtenção de dados da situação em tempo real

através do videomonitoramento dos principais pontos da cidade.

- O Espaço Multidisciplinar de Prevenção opera na gestão das ações preventivas, trabalhando para implementar ações junto à comunidade que busquem reduzir e evitar a violência.
- A Estrutura de Formação e Qualificação é voltado à gestão da comunicação, da formação e mobilização, ofertando cursos e treinamento presenciais e à distância que capacitem os diversos atores do sistema de segurança.

Ocorre que, ao contrário do estimado em sua concepção sistêmica e complementar original, observou-se que as diversas partes dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais tiveram desenvolvimentos sobrepostos e aglutinadores. A título de exemplo, por vezes, o destaque dado ao videomonitoramento da Sala de Situação e Operações vem insinuando impactos negativos para o sistema como um todo, traduzidos nas atuações acanhadas ou inexistentes dos demais espaços. É importante ressaltar que tal situação tem originado a equivocada similaridade entre o videomonitoramento e a própria concepção dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais. Neste sentido, cumpre-se harmonizar essa estrutura e criar mecanismos que possibilite o pleno funcionamento dos gabinetes em suas atividades.

Uma última questão toca a atuação em rede dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais. Considerando que se assiste a ampliação dos debates e do conjunto de atores envolvidos com a temática, a aproximação gradual com outros setores que extrapolam os órgãos policiais e agregam outros canais de interlocução devem ser assegurados. Neste contexto, um dos canais imprescindível é a própria população. A interação por meio dos fóruns municipais e comunitários de segurança contribui para a mobilização social em defesa do direito à segurança, analisando e discutindo estratégias de atuação na região, assim como legitimando a tomada de decisão dos gabinetes.

Dentre outros canais de interlocução de importante valor, destacam-se os Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais – GGIE. Novamente vale pontuar a concepção da transversalidade do fenômeno da violência e destacar a importância da interseção e proximidade de atuação dessas duas instâncias. Neste sentido, não se pode negar a importância em agregar as experiências e aprendizados dos Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais na perspectiva de apoiar as ações preventivas de segurança públicas, tratadas em especial no âmbito do Programa de Segurança com Cidadania – PRONASCI. Assim como, não se pode esquecer que é no município onde o cidadão vive e é lá que o mesmo deve se sentir seguro. Motivo pelo qual, as questões locais, amplamente tratadas nos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, devem ser compartilhadas e apreendidas pelos Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais. Cabe, portanto, fomentar essa interlocução para, de fato, possibilitar um salto qualitativo para a segurança pública.

18. AÇÕES INTEGRADAS DE COMBATE À PIRATARIA

Carlos Alberto de Camargo²²

Como ficou comprovado durante os trabalhos da CPI da Pirataria, há por trás dessa atividade diversas organizações criminais que se comunicam mutuamente e que se vinculam, na clandestinidade, a outras manifestações de crime organizado, formando uma imensa rede de ilegalidade, que se aproveita da banalização dos considerados pequenos delitos, da omissão e tolerância do Estado – justificada muitas vezes pelo problema social do desemprego – do comprometimento de alguns agentes públicos, de brechas na legislação e da impunidade.

Essa organização criminal da Pirataria encaixa-se como uma luva no conceito de crime organizado: grupo que detém a estrutura hierárquico-piramidal para a prática de infrações penais, contando com uma divisão de tarefas entre membros restritos, envolvimento direto ou indireto de agentes públicos, voltado para a obtenção de dinheiro e poder, com domínio territorial determinado.

A ação da organização criminal da Pirataria vai muito além dos limites de cada uma das unidades da federação, atingindo toda a extensão do território nacional e mesmo ultrapassando suas fronteiras, por conta de sua vinculação com máfias internacionais.

Mas, apesar disso, ela é, via de regra, combatida microscopicamente por delegacias de bairro, onde sequer as informações de um inquérito policial são aproveitadas nos demais inquéritos, que acabam limitando-se a reportar o produto de uma apreensão, o laudo pericial e a identificação de quem o estava vendendo ou alugando, guardando etc., deixando de investigar toda a rede criminal envolvida. A maior parte dos casos sequer é investigada, e muitas buscas e apreensões não se tornam sequer inquéritos policiais.

Essa desorganização do Estado tem sido incapaz de enfrentar com um mínimo de eficácia a organização do crime, permitindo a compartimentação entre agências policiais, e justificando o não envolvimento de outras agências do governo, compondo uma equação perversa que permite os eventos de falta de controle, desarticulação, corrupção, omissão, tolerância, envolvimento, falta de compromisso com a eficácia etc.

Só a organização do Estado será capaz de fazer frente ao crime organizado

22 Cel PM ex- Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Diretor Executivo da Associação de Defesa da Propriedade Intelectual. Membro do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual.

da Pirataria, o que torna vital a criação de um sistema de agências governamentais federais, estaduais e municipais, policiais e não policiais, que atue de maneira permanente, continuada, espontânea, enérgica e, sobretudo, articulada, com a colaboração do setor privado, dentro de uma rotina de prevenção e repressão.

A atuação sistêmica de agências governamentais de todos os níveis, mercê do compartilhamento de informações e do emprego operacional articulado, provocará uma verdadeira sinergia de competências, capaz de opor a organização do Estado à organização do crime. Todo esforço nesse sentido justifica-se, seja pela sua lógica operacional, seja pela imensa quantidade de interesses sociais altamente relevantes ofendidos profundamente pela Pirataria.

O combate mais eficaz à organização criminal da Pirataria, assim como ao crime organizado de uma maneira geral, deve ser baseado não apenas em operações eventuais ou no trabalho temporário e excepcional de forças-tarefas, mas em uma rotina intransigente de prevenção e repressão que se contenha no trabalho diário e normal de cada agente público, dentro de um sistema de órgãos articulados.

Criado recentemente pelo governo federal, o CNCP-Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual, criou e vem trabalhando com afinco na implantação do Plano Nacional de Combate à Pirataria, que contempla uma centena de ações destinadas, exatamente, a organizar o Estado e a Sociedade para essa tarefa. São ações de caráter operacional, econômico e educativo, para serem implementadas a curto, médio e longo prazo, com vistas a um combate organizado e consistente à pirataria.

Diferentemente do que ocorreu com o extinto Comitê Interministerial de Combate à Pirataria, desta vez, o governo integrou no CNCP representantes de diversos ministérios e da sociedade civil.

O que nos dá confiança de que o Plano Nacional de Combate à Pirataria será realmente implementado é o fato de que o governo federal assumiu agora, publicamente, esse compromisso, não com os seis representantes da sociedade no Conselho, mas com toda a nação brasileira.

19. PLANO DE GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Jozanes Neris de Assunção²³ e Maria Antonieta Fernandes²⁴

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso, vem mantendo um diálogo constante com a comunidade, buscando caminhos para satisfazer as necessidades sociais, não no quadro de uma lógica conservadora, mas, indo além, atenta aos sinais de evolução social. Um destes sinais de mudança, que vem ocorrendo em nível de Brasil, é a remodelação dos sistemas de polícia, em busca de uma atuação uniforme, integrada em ações conjuntas.

Diante disso, por acreditar que a experiência da gestão integrada na área da segurança pública é um dos passos decisivos para a construção de um Brasil seguro, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP e a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT formalizaram parceria, a fim de subsidiar a elaboração do *Plano de Gestão Integrada em Segurança Pública* para o Estado.

A primeira etapa do trabalho constituiu-se da realização de uma pesquisa desenvolvida nas diversas corporações do Estado, com objetivo de obter informações sobre o estágio de integração em que se encontrava o Sistema de Segurança Pública do Estado. A pesquisa desenvolveu-se em três etapas, sendo a primeira delas o desenvolvimento da metodologia utilizada para levantamento dos dados, optando-se pelo questionário semi-estruturado. Proposta a metodologia, foram feitas pesquisas-piloto para testar a sua aplicabilidade e fazer os ajustes necessários.

Nessa etapa, foram incluídas algumas sugestões dos participantes, principalmente no que diz respeito à operacionalização. Definida a metodologia, iniciou-se a pesquisa nas principais regiões do Estado, onde questionou-se sobre existência de ações integradas no que dizia respeito a serviços, à formação e treinamento, ao espaço físico, a comunicações, a operacionalizações e questões diversas, com intuito de mensurar o grau de conhecimento, envolvimento e satisfação dos envolvidos com a integração. Participaram, efetivamente, da pesquisa 247 profissionais. 58% dos respondentes foram do nível operacional, 23,4% do estratégico e 19% do tático, sendo estes representantes da Polícia Militar - PM, da Polícia Judiciária Civil

23 Titulação: Mestra em Educação, End. Av. Fernando Correia, Campus Universitário – Faculdade de Direito – Cep 78.000 (e-mail: jozanes@globo.com)

24 Titulação: Mestra em Educação, End. Av. Fernando Correia – Campus Universitário – Pró-Reitoria de Planejamento – Cep 78.000 (e-mail: nietta@ig.com.br)

- PJC, do Corpo de Bombeiros - CBM, da Superintendência de Perícias e Identificação - SPI, do Sistema Prisional - SP e do Poder Judiciário.

A segunda etapa do trabalho constituiu-se da realização de um Seminário que objetivou socializar os resultados da pesquisa realizada e produzir de forma coletiva as Diretrizes de Gestão Integrada nos níveis operacionais, táticos e estratégicos, visando construir uma proposta de Integração, com foco no atendimento às necessidades da sociedade. Participaram do evento 350 (trezentos e cinquenta) profissionais da alta gerência, gerentes e técnicos operacionais de instituições diversas.

A última etapa foi a sistematização e publicação do Plano de Gestão Integrada em Segurança Pública, em que se discute os principais Problemas levantados na pesquisa e abordados no seminário, apontando-se as medidas prioritárias para a integração das ações de Segurança Pública e destacando-se as recomendações das reuniões do Gabinete de Gestão Integrada, bem como as do Dr. Paulo Sette Câmara, Consultor em Segurança Pública. Vale ressaltar que o resultado da pesquisa e as conclusões dos grupos de trabalho do seminário oferecem um dado altamente expressivo: a percepção clara da conveniência e da oportunidade da integração e o desejo de vê-la consumada, relacionando ações pontuais.

Em todas essas etapas, buscou-se agregar sugestões, idéias dos mais variados segmentos do Sistema de Segurança Pública, acreditando que somente integrando e somando esforços conseguiremos superar os problemas da criminalidade em nosso país.

20. INSTRUMENTOS DE INTELIGÊNCIA E INTEGRAÇÃO DOS ORGANISMOS DE REPRESSÃO À CRIMINALIDADE ORGANIZADA

Marcelo Zenkner²⁵

INTRODUÇÃO

É inegável que a ação do crime organizado por meio de golpes de corrupção, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal está cada vez mais ostensiva e ousada. Toda a semana, inúmeros casos despontam na mídia falada e escrita, deixando os cidadãos de bem completamente perplexos diante das cifras que são divulgadas.

Assim, diante do crescimento quantitativo e da acentuada sofisticação dessas ações delituosas, tornou-se imprescindível a adoção de estratégias conjuntas de ação e o aprimoramento dos procedimentos de obtenção, cruzamento e centralização de informações sobre organizações criminosas. Nesse sentido, os organismos de repressão devem estar preparadas para uma resposta à altura e, para tanto, têm que assumir um novo papel diante do desafio que se apresenta, buscando uma maior proximidade e integração nas investigações de maior complexidade, enfrentando o problema com um antídoto que faça frente à chaga do crime organizado.

Particularmente no tocante ao Ministério Público, foi criado, em 22 de fevereiro de 2002, por iniciativa do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, o GNCOC – Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, que reúne promotores e procuradores de Justiça de 26 MPs estaduais, além do Ministério Público Federal, MP Militar e MP do Distrito Federal e Territórios. A iniciativa se deu um mês após a morte do promotor de Justiça de Minas Gerais, Francisco José Lins do Rêgo Santos, ocorrida em Belo Horizonte, quando o promotor investigava casos de adulteração de combustível naquele estado.

O objetivo do GNCOC é organizar ações integradas entre os diversos MPs do país para o enfrentamento à criminalidade organizada. O Grupo tem trabalhado de maneira integrada com as Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, bem como com as receitas estaduais e federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Secretaria de Direito Econômico, Agência Brasileira de Inteligência, entre outros órgãos.

25 Promotor de Justiça/ES, Ex-integrante do Grupo de Repressão ao Crime Organizado – GRCO/MPES, Especialista em Direito Processual Civil pela UCP/RJ, Mestre em Direito pela FDV/ES, Professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FDV/ES, Professor do CEP – Centro de Evolução Profissional/ES. E-mail: mzenkner@mpes.gov.br

Quanto à atuação efetiva desses grupos especializados de Promotores de Justiça, ainda questiona-se a respeito da legalidade dos atos investigatórios a serem realizados diretamente pelo *Parquet* no âmbito criminal. Apesar da Constituição Federal reservar um tratamento dialético diferenciado entre as agências policiais e o Ministério Público, as diligências e atos investigatórios promovidos pelo Ministério Público são de seu interesse pessoal e aproveitam a ele mesmo para formação da *opinio delicti*, pelo que é impossível obstar-se a tal procedimento²⁶.

Também não há que se falar em impedimento ou suspeição para o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público investigante. A esse respeito, Cristiano Chaves de Farias, em importante trabalho publicado pelo IBCCrim²⁷, concluiu, acertadamente:

a) ao investigar pessoalmente infrações penais ou quando acompanhar diligências policiais, não existe incompatibilidade do representante do Ministério Público para o oferecimento de denúncia ou pedido de arquivamento, por se tratar de função própria e essencial (a atividade investigatória) para o exercício da acusação;

b) não existindo previsão legal (CPP, arts. 252, 254 e 258) de impedimento ou suspeição, pode o membro de PARQUET que investigou e colheu as provas atuar em juízo, uma vez que aquela atuação investigatória não lhe retira a necessária imparcialidade para defender os superiores interesses públicos do processo.

Mas não basta dar estrutura e garantir a eficácia e validade do trabalho dos Promotores de Justiça – seus poderes precisam ser ampliados através de alterações legislativas para agilização das investigações, vez que, se estabelecermos uma comparação com outros países onde o Ministério Público é bastante atuante, iremos verificar que as armas dos membros do Ministério Público Brasileiro ainda são de pequena potência.

Na Itália, os integrantes do *Parquet* podem decretar a prisão temporária do investigado e têm acesso direto às informações sigilosas, como dados bancários e fiscais. Além disso, podem determinar escutas em telefones e apreender documentos; na Alemanha, também podem apreender documentos e bens, interceptar correspondências e ligações telefônicas, determinar a infiltração de agentes em quadrilhas e decretar prisões temporárias; nos Estados Unidos, a polícia trabalha sob comando da promotoria. Promotores precisam da ordem de um juiz para ter acesso às informações sigilosas, mas conseguem o que precisam em 90% dos casos.

26 No caso concreto, o STF ainda discute o Inquérito nº 1.968 em que o deputado federal licenciado Remy Trinta, do Maranhão, é acusado de ter desviado dinheiro do SUS.

27 A investigação direta pelo Ministério Público e a inexistência de impedimento/suspeição para o oferecimento da denúncia. Boletim IBCCrim, nº 85, dezembro/1999, p. 3.

Desse modo, principalmente em se tratando de investigações que envolvam crimes de corrupção em sua generalidade, cumulados com indícios de existência de organização criminosa, o acesso do Ministério Público às informações bancárias, fiscais e às comunicações telefônicas precisa ser facilitado.

Como as regras de sigilo bancário e telefônico não são absolutas, podendo ser sobrepostas pelo interesse público, a possibilidade de sua quebra deveria ser confiada, mediante regulamentação legal expressa, diretamente aos membros do Parquet, os quais poderiam tomar toda e qualquer providência necessária para efetivação da medida, mediante decisão fundamentada nos autos de um inquérito policial ou de um procedimento investigatório criminal regularmente instaurado, desde que presentes, obviamente, os elementos mínimos de prova quanto à autoria dos delitos. O mesmo deveria valer para diligências de busca e apreensão de documentos e/ou outros elementos de prova.

O inciso III do art. 2º da Lei nº 9.034/95, ao permitir, em caso de crime organizado, o acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais, mas exigindo, para tanto, autorização judicial, além de reforçar o entendimento acima preconizado, deu uma pequena demonstração que a evolução legislativa caminha exatamente neste sentido.

São necessários, portanto, aparatos legais mais eficazes, capazes de conferir aos agentes responsáveis pelo ônus da prova, principalmente aos membros do Ministério Público, autorização para a prática dos autos preparatórios e adoção das medidas cautelares necessárias ao combate ao crime organizado, o que importará na justa e correta persecução penal, sem o risco de alegação futura de quaisquer nulidades decorrentes da ilicitude da prova ou de se vazarem as informações já coligidas e/ou as diligências que estão por se realizar. Quanto menos pessoas tiverem acesso aos autos de inquérito, maior a chance de êxito das investigações.

O ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso, ao defender a criação de juizados de instrução, chegou a dizer que apresentaria ao Senado Federal uma proposta para dar maiores poderes ao Ministério Público. Por esta proposta, a investigação criminal passaria a ter duas fases. A primeira apuraria a plausibilidade da acusação, seria sigilosa e dirigida por Promotores de Justiça, que teriam a polícia a seu serviço.

Segundo Velloso, os objetivos de se restringir a divulgação das informações nessa fase seriam não atrapalhar as investigações e garantir que não haja mácula à reputação das pessoas antes da existência de provas contra elas.

A segunda fase da investigação seria pública. Verificada a plausibilidade da acusação, o Ministério Público faria denúncia do acusado ao juiz de instrução e,

caso fosse ela recebida, a investigação se tornaria pública. Após a instrução, a ação seria submetida a julgamento por um outro juiz²⁸.

Ainda que não venha a vingar a proposta do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, pela legislação em vigor já existe suporte legal para decretação do sigilo na fase pré-processual, impedindo o acesso aos autos pelo investigado ou mesmo por seu advogado, a fim de que não sejam frustradas as diligências a serem realizadas. Neste sentido: Marcelo Batloni Mendroni²⁹ e Carlos Ernani Constantino³⁰.

OS INSTRUMENTOS LEGAIS JÁ EXISTENTES

Como já ressaltado, a criminalidade de massa e a criminalidade organizada tem impulsionado o Estado brasileiro a sair em busca de soluções para o enfrentamento da crise de segurança pública experimentada com invulgar destaque neste início de Século XXI. Com as recentes novidades copiadas do Direito da “*Common Law*”, pode-se afirmar, portanto, que o Brasil de hoje conta com legislação processual que admite todas as modernas técnicas de investigação criadas a partir da experiência mundial recente de combate à criminalidade organizada.

Em 1995, buscou o legislador, através da Lei nº 9.034, armar os segmentos estatais comprometidos funcionalmente com o combate ao crime organizado. Assim, procurou instrumentalizar juridicamente o aparelho policial e o Poder Judiciário para que estes pudessem enfrentar a superioridade das empresas delinquentes. Nos limites impostos ao presente estudo, serão abordados os temas mais destacados da legislação brasileira atual, notadamente no que interessa à repressão ao crime organizado na Administração Pública.

Com advento da Lei nº 10.217, de 11 de abril de 2.001, que alterou dispositivos da lei em análise e dispôs sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, importante modificação foi introduzida logo no artigo 1º da Lei nº 9.034/95, o qual passou a anunciar, de modo muito mais abrangente, que tal lei define e regula “*meios de prova e procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo*”.

Tal alteração teve em vista o fato da legislação em tela ter por objetivo a repressão à macrocriminalidade e não às “*quadrilhas de bagatela*”. A alteração é

28 Jornal Folha de São Paulo, edição de 19 de agosto de 2000.

29 Boletim IBCCrim, nº 83, outubro/1999, pp. 10/11.

30 Revista da Associação Paulista do Ministério Público, nº 85, out-nov/2000, pp. 53/55.

profundamente salutar, pois, conforme já examinado, o conceito doutrinário de “organização criminosa” é muito mais amplo que o de “quadrilha ou bando”. Aliás, as características já enumeradas no presente estudo não esgotam o rol de inúmeras outras que podem influenciar na configuração de uma organização criminosa.

Luiz Flávio Gomes chega a sugerir, em sua obra sobre o assunto, redação para um projeto de lei que poderia servir para elucidar de vez a questão, onde se exige pelo menos três das onze características enumeradas para caracterização de uma associação ilícita organizada³¹. Entretanto, perdeu a Lei nº 10.217/2.001, quando de sua redação e edição, uma boa chance para incorporar a sugestão a seu texto.

Ainda através dessa recente lei, o legislador brasileiro, após alguns anos de hesitação, finalmente introduziu em nosso ordenamento jurídico a figura do “agente infiltrado” ao inserir o inciso V no artigo 2º da Lei nº 9.034/95.

O novel mecanismo, associado à possibilidade de retardamento da ação policial com vistas a um melhor aproveitamento probatório do fato (“ação controlada” – inciso II do artigo 2º da Lei nº 9.034/95), terá o condão de produzir importantes resultados no combate à corrupção e demais crimes praticados contra a Administração Pública, se utilizado corretamente.

Claro que, para que o êxito seja alcançado, será indispensável a constituição de grupos de Promotores de Justiça especializados, agindo de forma integrada com agentes policiais ou de inteligência rigorosamente selecionados, bem remunerados e exaustivamente treinados, que voluntariamente se disponham a realizar o trabalho, pois a menor falha ou um pequeno vazamento de informações poderá colocar todo o trabalho a perder. Para viabilizar este importante instrumento na prática, também há necessidade de criação de mecanismos de proteção aos agentes, estabelecendo-se, por exemplo, o direito de uso prolongado ou permanente da identidade falsa atribuída durante a operação de infiltração, o de retirar-se para ocupar funções diversas, temporária ou permanentemente, em caso de risco pessoal ou aos familiares etc.

A própria Lei nº 9.034/95, em seu art. 4º, demonstra que ela não pode ser aplicada sem esta providência ao estabelecer que os órgãos de polícia judiciária “*estruturarão setores e equipes de policiais especializados no combate à ação praticada por organizações criminosas*”. Trata-se de norma programática que ficará à mercê da vontade (nem sempre boa) dos administradores públicos, dado o grau de envolvimento da maioria com as organizações criminosas e o seu interesse em preservar o “*status quo*”.

O problema, aqui, tem correlação imediata com os obstáculos que são encontrados para implementação das alterações legislativas, visto que muitos dos

31 Crime organizado. 2ª ed. Ed. RT : São Paulo, p. 99/100.

membros de organizações criminosas, “cidadãos acima de qualquer suspeita”, são integrantes do próprio Poder Legislativo.

Caso a estrutura de trabalho e estes pequenos ajustes venham a acompanhar as inovações legislativas, será possível, por exemplo, infiltrar agentes de polícia ou de inteligência em determinado órgão público, onde há suspeitas de formação de organização criminosa com o propósito de facilitar a responsabilização criminal dos respectivos componentes. Ali poderá o “agente infiltrado”, passando-se por funcionário público, captar valiosas informações, importantes documentos e apontar, com exatidão, o momento adequado para se efetivar a prisão em flagrante dos envolvidos, desde que mantido sob observação e acompanhamento todo o “*iter criminis*”.

Com isto, haverá uma produção de provas mais robusta do delito perpetrado e indícios mais fortes de outros ilícitos que guardem liame com aquele. A experiência prática demonstra ser o ônus da prova uma das maiores dificuldades no combate à criminalidade organizada na Administração Pública, vez que há a necessidade de ser a mesma irrefutável e indubitosa, não admitindo outra interpretação senão aquela que leva à condenação, dada a enorme pressão e influência que os envolvidos, ocupantes de cargos de relevância no Poder Público, podem exercer sobre o órgão julgador.

Exatamente por isso é que a Lei nº 10.217/2.001 ainda fez inserir o inciso IV no artigo 2º da Lei nº 9.034/95. Agora, esse “agente infiltrado”, além de retardar a ação policial, também poderá, com vistas a um melhor aproveitamento probatório do fato, “captar e interceptar ambientalmente sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, realizando seu registro e posterior análise”. Assim, valendo-se do livre acesso que possuirá ao se passar por funcionário público, poderá, por exemplo, acoplar uma escuta ambiental em uma sala de reuniões, ou no gabinete de determinada autoridade sobre a qual já existem elementos sérios de convicção a respeito de seu envolvimento com crimes relacionados à dilapidação do erário.

É verdade que, no Estado Democrático de Direito, o exercício do poder político se subordina aos limites impostos pelos direitos individuais consagrados na Constituição e nos pactos de proteção aos quais tenha aderido. Haveria que se falar, então, em inconstitucionalidade do novo inciso IV no artigo 2º da Lei nº 9.034/95 em função do mesmo poder afetar gravemente o “direito à intimidade e a vida privada dos cidadãos” (artigo 5º, inciso X, da Carta Magna)?

Conforme já examinamos, o problema da criminalidade organizada não é só do Brasil, é mundial – em razão dela a democracia e as liberdades estão vulneráveis e podem morrer se não for ela contida. Ora, o artigo 1º da Constituição Federal dá a soberania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e do

Estado Democrático de Direito em que ela se constitui, e esta soberania estatal é derivada dos poderes outorgados pelos cidadãos ao Estado para a promoção do bem comum, o que permite a este optar por uma maior ou menor rigidez no controle das perturbações sociais, desde que os contornos dessa atuação sejam fixados por lei.

Se tomarmos por apoio o artigo 60, § 4º, da Constituição Federal, teremos, então, conflito entre princípios fundamentais do nosso ordenamento jurídico, quais sejam, o *princípio democrático ou da soberania popular* (art. 1º, parágrafo único, da Constituição) e *os princípios elencados entre os “direitos e garantias fundamentais”* (Título II da Constituição Federal).

Para solução do choque que se apresenta, devemos nos socorrer de um outro princípio constitucional – o da “proporcionalidade” – segundo o qual, diante do conflito aparente entre princípios, deve ser determinada:

[...] a busca de uma ‘solução de compromisso’, na qual se respeita mais, em determinada situação, um dos princípios em conflito, procurando desrespeitar o mínimo ao outros, e jamais lhe faltando minimamente com o respeito, isto é, ferindo o seu ‘núcleo essencial’³².

Ainda em se tratando da proporcionalidade, deve-se comprovar não só a adequação do meio eleito para se atingir a finalidade abrigada na norma constitucional, como também a exigibilidade do meio como o sendo menos agressivo aos *“bens e valores constitucionalmente protegidos, que porventura colidam com aquele consagrado na norma interpretada”*³³. A proporcionalidade, então, impõe uma harmonia entre os valores constitucionalmente consagrados, de modo a inexistir contradição ou sobreposição de uns para com os outros.

Desse modo, como não se concebe a violação de direitos ou garantias fundamentais sem a existência de motivo jurídico razoável, os novos instrumentos contidos nos incisos IV e V do artigo 2º da Lei nº 9.034/95 somente seriam mediante utilizados mediante “circunstanciada autorização judicial estritamente sigilosa”, obviamente fundada na suspeita de prática de infração penal, e desde que presente o requisito inafastável da existência de investigação formal em curso, não havendo que se falar, portanto, em qualquer inconstitucionalidade.

Por fim, caso o agente infiltrado, no exercício de suas funções, venha a se encontrar em uma situação, onde se veja obrigado ao cometimento de determinadas infrações, para que o objetivo principal seja alcançado, obviamente estaremos diante de uma excludente da ilicitude, pois, no caso, existirá uma norma situada

32 Guerra Filho, Willis Santiago. A Interpretação especificamente Constitucional. In Revista da Procuradoria Geral do Estado, Fortaleza, p. 109.

33 Ob. citada, p. 110.

fora do Direito Penal que permitirá, nestas circunstâncias, por dever de ofício e sem abusos e/ou excessos, a prática do fato que a norma penal considera típico. De qualquer sorte, para que não se estabeleça qualquer dúvida a respeito, é conveniente que esta questão seja expressamente regulamentada.

Outro mecanismo que pode produzir extraordinários efeitos é o da “colaboração espontânea e eficaz”, também conhecido na doutrina por “delação premiada”, introduzido no nosso ordenamento, pela primeira vez, através do artigo 6º da Lei nº 9.034/95, segundo o qual, nos crimes praticados em organização criminosa, “a pena será reduzida de um a dois terços, quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais e sua autoria”.

Trata-se de instituto inspirado no modelo italiano, a *Procura Nazionale Antimafia*, que atende os criminosos arrependidos, dotando-os de condições essenciais para que eles prestem o testemunho, contribuindo, assim, para a prisão de outros mafiosos. A idéia fez inserir na nossa legislação a possibilidade de redução da pena do copartícipe que colaborar para o esclarecimento da infração penal e da autoria desta. Tal benefício já estava previsto no artigo 9º da Lei dos Crimes Hediondos e no artigo 159, § 4º, do Código Penal (extorsão mediante sequestro), sendo que, em seguida, outras leis ainda se preocuparam em premiar o “arrependido” (vide Leis nº 9.080/95, nº 9.613/98 e nº 9.807/99).

Entretanto, esbarramos, mais uma vez, na falta de estrutura para dar cumprimento à medida, o que, presentemente, a leva à ineficácia. Isso porque nossos presídios e penitenciárias são desprovidos de celas especiais capazes de garantir a integridade física dos delatores e, com isso, o atrativo da possibilidade de redução da pena não consegue se sobrepor à certeza da morte, que é o destino mais comum para os alcaçuetes na cadeia.

Numa tentativa de revogar duas outras leis – a lei do medo e a lei do silêncio – foi promulgada, no dia 13 de julho de 1999, a Lei nº 9.807, que:

“[...] estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal”.

Mesmo antes da edição da lei supra citada, já havia sido criado o PROVI-TA – Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas da Violência, através do qual as testemunhas e seus familiares têm direito a um acompanhamento psicossocial e médico, bem como à assistência jurídica. É subsidiado por verbas estaduais e

recursos federais, provenientes do Ministério da Justiça, via Secretária Nacional de Direitos Humanos. A burocracia no repasse desse numerário, entretanto, vem dificultando as atividades do programa em alguns Estados da Federação, inclusive o Espírito Santo.

No processo de inclusão, a testemunha passará, obrigatoriamente, por um processo seletivo, onde se levará em consideração a grave ameaça à integridade física ou psicológica do beneficiado, a dificuldade de prevenção pelos meios convencionais e a importância para a produção da prova.

Aprovada sua inserção, a testemunha assinará um termo de compromisso no sentido de que aceita os termos do programa e de que deixará de praticar uma série de atos em prol de sua própria segurança, poderá ter seu nome completo alterado (art. 9º), receberá uma ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, caso esteja impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda, e deslocar-se-á para local de conhecimento apenas dos integrantes do programa.

Em se tratando de funcionário público que estivesse a contribuir com o desbaratamento de organizações criminosas existentes na Administração Pública, poderia haver a previsão de o mesmo ser encaminhado a outro Estado da Federação, onde continuaria a exercer função assemelhada àquela que exercia anteriormente, com manutenção de seus vencimentos, vez que, obviamente, não estaria ele disposto a perder as vantagens decorrentes do cargo público, nem a receber uma ajuda de custo de baixo valor, em troca das importantes informações de que é detentor ou de sua inserção no programa.

A mesma Lei nº 9.807/99 cuidou, ainda, da proteção aos réus colaboradores para tentar suprir as deficiências da delação premiada já apontadas, prevendo, inclusive, não só a possibilidade de redução da pena (art. 14), mas também a possibilidade de concessão do perdão judicial àquele que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que essa colaboração tenha contribuído para um dos resultados previstos no artigo 13 da mencionada lei.

Para os réus colaboradores, ainda são previstas, no artigo 15 e seus parágrafos, medidas protetivas de sua integridade física, as quais, espera-se, saiam do papel e venham a se efetivar na prática.

Com um raciocínio muito simplista, podemos concluir que é fisicamente impossível carregar todo o dinheiro que é desviado do patrimônio público, razão pela qual ele precisa ser “lavado” em instituições financeiras pelas organizações criminosas que dele se apoderam. Apesar disso, no Brasil somente em 1998 foi instituída lei com vistas à repressão da lavagem de capitais, a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

O crime previsto nesta lei pressupõe a prática de um crime antecedente, o qual, de acordo com nossa legislação, pode ser, dentre outros, qualquer crime praticado contra a Administração Pública, como a corrupção ativa e passiva, o peculato, a concussão ou, em termos genéricos, “a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos” (inciso V do artigo 1º).

Se o agente público, após enriquecer-se ilicitamente às custas do erário, for proprietário de uma casa de bingo ou de máquinas eletrônicas, facilmente poderá tornar lícito aquele numerário adquirido de forma criminosa. Se, por exemplo, tiver vendido 50 mil bilhetes de um sorteio, bastará registrar que vendeu 500 mil que, assim, embora vá pagar mais imposto, terá conseguido tornar “legal” o equivalente a 90% do faturamento oficial. O dinheiro obtido através da prática de um ilícito contra a Administração Pública já poderá circular, porque foi “fruto” de uma empresa legal de jogo.

Entretanto, como converteu os valores provenientes do crime antecedente em ativos lícitos para ocultar ou dissimular sua utilização, caso seja comprovada a conduta estará sujeito a uma pena de prisão de três a dez anos e multa, prevista no § 1º, inciso I, do artigo 1º da Lei nº 9.613/98, sem prejuízo da sanção do delito anterior.

Dois pontos importantes da lei ainda merecem destaque para o eficaz combate à lavagem de dinheiro. O primeiro apresenta-se no artigo 4º, que estabelece a apreensão ou o sequestro de bens objeto da lavagem, o que é fundamental para diminuir o poder econômico das organizações criminosas, inibindo a continuidade de suas atividades ilícitas.

O segundo é a inversão do ônus da prova previsto no § 2º do artigo 4º, ou seja, a lei remete ao acusado a obrigação de provar a origem lícita dos bens e valores apreendidos. Porém, não ficam os órgãos de repressão isentos de comprovar o crime antecedente, o qual configura pressuposto imprescindível e elementar para a caracterização do crime de lavagem de capitais, apesar da existência de louváveis entendimentos doutrinários em sentido contrário³⁴.

CONCLUSÃO

Há quem entenda que é tarde demais: em razão das vultosas quantias envolvidas, uma crise financeira internacional sem precedentes poderia ocorrer caso o dinheiro controlado pelo crime organizado deixe de circular de repente.

34 D’ávila, Fábio Roberto. A certeza do crime antecedente como elementar do tipo nos crimes de lavagem de capitais. Boletim IBCCrim, nº 79, junho/1999, p. 4.

A interrupção da lavagem de dinheiro provocaria uma crise internacional nas maiores bolsas do mundo e milhares de indústrias seriam fechadas, assim como centenas de bancos.

Mas esta séria possibilidade não pode provocar a paralisação do combate à criminalidade organizada, principalmente aquela existente no âmbito da Administração Pública, pois, como já foi exaustivamente ressaltado, milhares de pessoas são prejudicadas ou até mesmo vêm a morrer em função do emprego privado de verbas que deveriam ter destinação pública.

Para isto, temos inúmeros instrumentos e mecanismos legais, ainda que com algumas imperfeições. Cumpre a quem for manejá-los procurar colocá-los à serviço da luta pela reversão do insuportável quadro de domínio da criminalidade organizada. Aos políticos sérios, resta dar estrutura para que o trabalho seja realizado, procurando implementar, desde já, as providências que a lei lhes confere.

O conformismo e a passividade do povo diante das flagrantes e constantes usurpações do patrimônio público que ocorrem nos dias de hoje, aliados à convicção de impunidade por parte dos responsáveis, ainda acabam por contribuir como fator germinador e incentivador da macro-corrupção e da criminalidade organizada na estrutura do Estado.

Por isso, ao cidadão comum incumbe o papel mais importante. Há muito tempo já se dizia que *“um povo de cordeiros sempre terá um governo de lobos...”* Se assim o é, as autoridades responsáveis, para obter sucesso no árduo trabalho que têm pela frente, deverão estar de mãos dadas com a participação popular. Pelo estágio atual da democracia brasileira, tem o cidadão a função importantíssima de denunciar e de cobrar atitudes e soluções, sem tréguas.

21. O PAPEL DOS GGI^s NO GERENCIAMENTO DE CRISES

Rodolfo Pacheco³⁵

A Brigada Militar, desde 1996, desenvolve cursos regulares de Gerenciamento de Crise, contemplando policiais de todo os Estados do Brasil e países do Mercosul.

Em 2000, o Ministério da Justiça, através da Senasp, realiza parceria com a Secretaria da Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul, passando a Brigada Militar a coordenar o Curso de Resolução de Conflitos e Situações de alto Risco, para as Polícias de todo o país.

O Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Justiça e Segurança, constituiu seu Gabinete de Gestão Integrada, composto pelo Secretário Ajunto da Secretária da Justiça e Segurança e seus Diretores de Departamentos (Relações Institucionais, Assuntos Estratégicos e de Recursos Humanos), pelo Comandante Geral da Brigada Militar, Chefe da Polícia Civil, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, representante designado pela Polícia Federal, Diretor do Instituto Geral de Perícias, Superintendente dos Serviços Penitenciários e o Diretor do Detran.

Duas são as instâncias decisórias: a política e a técnica.

A política, com esta composição interdisciplinar, visa o interesse público, possuem suas competências definidas e é de uma ação indireta.

A técnica é uma ação policial e de ação direta.

O Estado do Rio Grande do Sul prevê na lei complementar de Nr 10.991, de 18 Ago 1997, que é de competência da Brigada Militar, atuar repressivamente, em caso de perturbação da Ordem Pública e no gerenciamento técnico de situações de alto risco. Através da Portaria Nr 178, de 20 Ago 1998, a Secretaria da Justiça e Segurança, estabelece a Política de Combate a Criminalidade, definindo através de um fluxograma as ações operacionais integradas, de cada órgão, em Situações de Risco.

Em face da realidade, a Brigada Militar, tem buscado: a qualificação de seus oficiais para o exercício técnico no gerenciamento de crises, através de cursos periódicos; a especialização de oficiais, do quadro orgânico do BOE (Batalhão de Operações Especiais), com missões específicas de assessoramento de negociadores e gerentes de crises; qualificação dos praças, através da inclusão no conteúdo programático dos cursos, da matéria, medidas preliminares em local de crise, onde os procedimentos iniciais são essenciais, para o encaminhamento do êxito da missão.

Através de regulamentações internas da instituição, ficou estabelecido o deslocamento de tropa especializada (BOE) para os locais de crise, com finalidade

35 É Tenente Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

de um melhor nível de isolamento do primeiro perímetro, mas principalmente, para a liberação dos recursos humanos do OPM de Responsabilidade Territorial, para que este possa dar continuidade, sem maiores prejuízos, nas ações de Polícia Ostensiva.

A consciência da necessidade de melhor qualificar seus profissionais, nesta área, foi fundamental, pois diversas ocorrências, algumas de repercussões nacionais, reforçam esta posição, pois em situações de crise, se espera da Polícia o preparo técnico e uma resposta especial menos gravosa para a sociedade.

22. REDUÇÃO DE HOMICÍDIO

Antônio Benedito de Campos Filho³⁶ e Milton Teixeira Filho³⁷

A polícia e a sociedade têm um papel significativo na prevenção criminal, pois a polícia sozinha não é suficiente para controlar as causas dos crimes. A polícia existe justamente porque outros fatores psicológicos, morais e sociais podem falhar ao lidar com as causas.

Cabe à polícia atuar em relevantes condições que favorecem a eclosão dos comportamentos criminosos. Há motivos irrecusáveis para que a polícia assuma a responsabilidade de prevenir crimes, principalmente o homicídio, o delito que atinge o bem maior – a vida – e de forma irreparável.

A polícia tem autoridade reconhecida e respeitada praticamente por toda a população. Seu poder de constrangimento legal constitui um semáforo social relevante para assinalar os limites da impunidade e inibir condutas impróprias.

Polícia eficiente nos locais de alta incidência de homicídio é fator crítico de sua prevenção. A organização policial dotada de poderosos recursos, tendo meios ágeis e alcance flexível a qualquer hora e área crítica onde se desenvolvem condições favoráveis à eclosão de violência. Deslocando-se rapidamente para atender situações de disputas pessoais pode interromper um ciclo de violência capaz de resultar em morte.

O policiamento de base territorial, ao executar atividade de intenso relacionamento comunitário, atua numa faixa social mais profunda do que a habitual predisposição da polícia de guiar suas ações pela mera aplicação da lei aos que já cometeram o crime. Essa experiência é extremamente promissora para ampliar o papel da prevenção, pois, através de suas atividades junto à população, o policiamento desenvolve poderoso potencial de influência na comunidade em que atua, podendo agir mais diretamente nas condições e circunstâncias que favorecem a eclosão de desordens e crimes, além de poder motivar a participação da sociedade local na resolução de problemas que favorecem a violência.

Entendemos que a participação conjunta de todos os órgãos de segurança e das secretárias estaduais e municipais, além das entidades diversas, é fundamental na redução da criminalidade, respeitando a especificidade da missão de cada uma, mas com o foco voltado somente para um resultado. A interação dos órgãos de segurança com a participação da sociedade é fundamental para o encontro das

36 É Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; E-mail: camposfilho@pm.mt.gov.br

37 É Delegado da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso; E-mail: milteixeira@bol.com.br

alternativas capazes de reverter esse quadro preocupante de homicídios, observando as realidades locais e possibilidades de recursos.

A integração dos órgãos possibilitou o desencadeamento de ações, que reduziram em números expressivos os homicídios em áreas críticas, como também reduziram muitos outros delitos que ocorriam nesta capital. Portanto, se somarmos esforços podemos reduzir os índices de homicídios, que é o delito que atinge o bem-maior, a vida, e de forma irreparável.

23. PRÁTICAS EXITOSAS DE ENFRENTAMENTO INTEGRADO NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Théo Espindola Basto³⁸

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania - SSPDC, tendo sido criada em 16 de maio de 1997 e recebido nova denominação em 07 de março de 2003, com o advento da Lei Estadual nº 13.297, passou a se chamar Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS. Subordinando operacionalmente as vinculadas: Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, tem como principal objetivo propiciar, através de um comando único, a integração entre as já tradicionais instituições do Estado. Através de iniciativas pioneiras, tais como: a criação de um Centro Integrado de Operações de Segurança - CIOPS, reunindo a gerência das comunicações dos órgãos vinculados e dos institutos da segurança pública; e a criação do Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER, hoje contando com quatro aeronaves para atendimento à sociedade. Em continuidade à integração dos serviços, sempre focados nos impactos e resultados esperados pela população cearense, buscando a melhor aplicação dos recursos e evitando a superposição de ações, desenvolvemos ainda estruturas integradas:

- Centro Integrado de Inteligência da Segurança Pública – CIISP;
- Gabinete de Gerenciamento de Crises – GCRISES;
- Diretoria Técnico-Científica, coordenando os Institutos de Identificação, Criminalística e Médico Legal;
- Programa de Apoio ao Interior – PAI;
- Áreas Operacionais Integradas – AOPI;
- Diretoria de Defesa Social, coordenando os Conselhos Comunitários de Defesa Social - CCDS.

Nesse contexto, a integração operacional no Estado do Ceará, compreende a união de forças que possibilita modernização organizacional e técnica, mudança comportamental e reforma estrutural, inclusive com o emprego de tecnologias sofisticadas de comunicação e transmissão de dados, visando tornar mais eficiente a prestação dos serviços de segurança pública para a população. Ressalte-se não se tratar de mero agrupamento de atividades afins, mas principalmente da vivência de novos conceitos e da moderna mentalidade que caracterizam uma verdadeira

38 É General de Divisão do Exército Brasileiro. Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (2005)

integração. Tenho a convicção de que os sonhos e as ousadias são essenciais, mas o fundamental é a participação de todos, de forma unida, na busca de soluções para os problemas que geram conflitos e desaguam na violência e na criminalidade. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social busca, com persistência e determinação, integrar e continuamente corrigir rumos, utilizando tecnologia e aprimoramentos para atender efetivamente às necessidades da sociedade cearense.

24. PRÁTICAS EXITOSAS DE ENFRENTAMENTO INTEGRADO NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA Rogério Filippetto de Oliveira³⁹

A missão da Secretaria de Estado de Defesa Social é promover a segurança da população em Minas Gerais, desenvolvendo ações de prevenção à criminalidade, integração operacional dos órgãos de Defesa Social, custódia e reinserção social dos indivíduos privados de liberdade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida. Para tanto, necessário se faz que os órgãos componentes do Sistema de Defesa Social estejam integrados e suas capacidades produtivas harmonizadas.

Nesse contexto, cabe salientar a integração das Polícias Militar e Civil, desde 2003, através da implantação de diversas ações, dentre elas, o “Treinamento Policial Integrado”, o “Gabinete Integrado de Segurança Pública” e a “Integração da Gestão em Segurança Pública”. O Projeto Treinamento Policial Integrado – TPI - capacita profissionais das Polícias Militar e Civil, integradamente, para atuarem como multiplicadores, promovendo melhor desempenho dessas organizações, acompanhando a evolução dos novos contextos sócio-político-econômicos e culturais pelos quais vem passando a sociedade mineira.

Na fase I do TPI, foram treinados 1.189 policiais militares e civis de Belo Horizonte; na fase II, a previsão é treinar 2.490 policiais das Áreas Integradas de Segurança Pública da RMBH; em seguida, planeja-se estender tal treinamento para as AISP's do interior do Estado, nas Academias de Polícia Militar e Civil de forma alternada. O TPI tem uma carga horária de 40 horas/aula, distribuídas ao longo de uma semana, quando são ministradas disciplinas como Planejamento Operacional Integrado e Polícia Comunitária.

A coordenação do curso é realizada de forma integrada por ambas as Academias de Polícia e pela Secretaria. As aulas são ministradas por dois professores simultaneamente, um policial civil e um militar, tendo em vista a necessidade de padronizar a abordagem dos conteúdos das disciplinas, integrando o discurso e a metodologia adotada.

O Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública – GISP – é um órgão pluriagencial, consultivo e executivo, que atende às especificidades de Minas Ge-

39 Mestre em Ciências Penais pela UFMG, Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais e Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

Endereço: Rua Rio de Janeiro, no. 471, 23o andar, Bairro Centro, Belo Horizonte – MG

e-mail: felipeto@defesasocial.mg.gov.br

rais, ou seja, não somente realiza a gestão e o monitoramento da segurança pública nas áreas prioritárias, mas também executa ações utilizando uma rede orgânica integrada, constituída pelas Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa e Superintendências das Polícias Federal e Rodoviária Federal em Minas Gerais.

O GISP desenvolve diagnósticos, estratégias e ações integradas em três eixos prioritários: combate ao crime organizado, apuração de crimes praticados contra policiais e autoridades e proteção de autoridades. Fortaleceu-se os recursos humanos da rede orgânica que serve ao GISP, pois 246 policiais civis, militares, federais e rodoviários federais, membros do Ministério Público, servidores da SEDS, da Receita Federal e Estadual realizaram o curso de atividade de inteligência.

Posteriormente, com a inauguração do GISP, servidores da PMMG, PCMG, SEDS e MP estão trabalhando diariamente em conjunto, planejando ações, estabelecendo uma rotina de trabalho integrado e ampliando a atuação de suas instituições no Estado.

A Integração de Gestão em Segurança Pública – IGESP – é um modelo de organização e gestão do trabalho policial para integrar ações e informações de segurança. É uma ação inovadora no Brasil, cujo objetivo é aumentar a eficiência da prevenção e do combate ao crime.

Esse modelo, já implantado na capital, compreende reuniões semanais de trabalho em cada uma das Áreas Integradas de Segurança Pública – AISPs - e mensais nas Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública, cujo objetivo é confeccionar um Documento Gerencial de Trabalho, que abrange questões relativas a dados quantitativos sobre atividades criminais nas áreas; qualificação de investigação relacionada às atividades; descrição das atividades/operações para solucionar problemas; mecanismos de interação comunitária; descrição de problemas de qualidade e correição do trabalho policial.

O ápice desse processo são as reuniões mensais de avaliação do IGESP, quando são apresentadas pelas AISPs as principais ocorrências e problemas identificados nas reuniões semanais, as ações planejadas/implementadas e sua efetividade na prevenção e controle do crime.

O IGESP conta com a consultoria do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP -, ligado à UFMG. Assim, Minas Gerais centra-se na implementação de ações voltadas para a efetiva e constante integração das organizações policiais, a partir de uma visão sistêmica e orientada para resultados concretos e globais, com um objetivo comum: redução dos níveis de criminalidade. Os projetos supra elencados materializam a busca pelo aumento da eficiência das organizações policiais e a necessidade de resgatar-se o sentimento de confiança da população no sistema de segurança pública estadual.

25. MATRIZ DOUTRINÁRIA PARA A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Priscila Antunes⁴⁰

Este trabalho está inserido no âmbito do debate sobre a reelaboração de uma doutrina nacional para a área de Inteligência de Segurança Pública no Brasil. Tem como proposta oferecer uma matriz doutrinária para a área, que deverá ser debatida juntamente com as principais autoridades atualmente responsáveis pela atividade no país. Visa fornecer subsídios capazes de solucionar alguns dos principais dilemas identificados em reuniões realizadas em Brasília e através de documentação repassada por profissionais da Senasp. Está dividido em duas partes. Na primeira parte, apresenta um mapeamento histórico sobre a gênese da atual reformulação doutrinária, identificando a legislação pertinente e as demandas relacionadas ao SISP desde sua criação. A segunda parte, apresenta a discussão relacionada aos principais conceitos vinculados à ISP, entendida como subsídios atuais e necessários para a elaboração da mesma, além de algumas sugestões acompanhadas dos argumentos acadêmicos e legais que as justificam. Os contornos conceituais que foram definidos ao longo do trabalho procuraram atender às demandas estabelecidas pelos gestores federais da área de Inteligência de Segurança Pública do país: uma definição conceitual adequada à legislação existente, considerando que no caso brasileiro a Inteligência de Segurança Pública não deverá se restringir às questões relacionadas estritamente ao trabalho policial. A ausência de um debate civil sobre o tema, tanto no âmbito político quanto acadêmico, tem imposto no Brasil, desde o surgimento das anteriormente denominadas “atividades de informações”, o uso de conceitos e definição de procedimentos excessivamente vinculados às práticas e necessidades da inteligência tática militar. Desta forma, um dos maiores desafios colocados por essa discussão doutrinária diz respeito, primeiro, à produção de uma conceituação eminentemente civil, adequada às necessidades e práticas contemporâneas da segurança pública no país. Este desafio é proporcional à resistência de vários setores à substituição de velhas práticas. Neste sentido, as atuais diretrizes da Senasp no sentido de adequação legal e atualização doutrinária tornam este momento um dos mais propícios para a efetivação de mudanças há muito percebidas como necessárias. O segundo desafio é o de que a doutrina ora em discussão seja

40 Doutora em Ciências Sociais, professora da Universidade Federal de Minas Gerais. priscila_antunes@terra.com.br

capaz de expressar um efetivo grau de consenso entre os principais atores envolvidos na atividade, de modo a evitar que a mesma não se transforme em letra morta, configurando em um total desperdício de tempo, esforços e de dinheiro público. Esses consensos precisam ser alcançados, sobretudo, no que diz respeito aos graus de precisão e amplitude que se deseja imprimir à atividade de Inteligência de Segurança Pública.

26. ESTRATÉGIAS INTELIGENTES DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DO GGI NO RIO GRANDE DO SUL

Áureo Luiz Figueiredo Martins⁴¹

O Instituto-Geral de Perícias (IGP) é um órgão vinculado à Secretaria da Justiça e da Segurança, do Estado do Rio Grande do Sul, tendo essa nomenclatura desde 17 de julho de 1997 (Emenda à Constituição Estadual nº 19). O IGP integra o Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública gaúcho desde a sua criação em 2003. Dentre as estratégias de integração, o Instituto destaca a sua participação no Ciclo da Informação de Segurança Pública no Rio Grande do Sul, por intermédio de três sistemas informatizados: ICC (Identificação Civil e Criminal), CPE (Protocolo do Departamento Médico-Legal) e PDC (Protocolo do Departamento de Criminalística). Além desses, no futuro próximo, o IGP também participará no Banco de Dados da Segurança Pública gaúcho com o sistema LAT (Impressões Digitais Latentes). O resultado dessa integração de informações é o sistema de Consultas Integradas, acessado via web com protocolo https. No Consultas Integradas, há uma interface gráfica para todos os sistemas de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Dentre eles, outro sistema do IGP se destaca: PAED (Programa de Arquivamento Eletrônico de Documentos), que conta com um acervo de aproximadamente 10,2 milhões de imagens registros de identificação e cerca de 300 mil registros criminais. O PAED iniciou como um dos principais sistemas a disponibilizar seus dados para o sistema de Consultas Integradas. Transformou-se em pouco tempo em uma ferramenta vital a todos os órgãos da Secretaria da Justiça e da Segurança, entre outros. Dentro das Consultas Integradas, o ICC acumula um crescimento de consultas de 41,5% (150 mil consultas em junho de 2005) no primeiro semestre de 2005 e as consultas do PAED cresceram nesse período 26% (70 mil acessos em junho de 2005). A integração pode ser verificada na prática ao se alinhar as principais instituições que tem acessado esses sistemas em 2005: Polícias Militares do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, Polícia Civil, Secretaria da Justiça e da Segurança, Superintendência de Serviços Penitenciários, Detran, Procuradoria-Geral do Estado, Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público do Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça do Rio

41 É Presidente do Conselho dos Dirigentes-Gerais de Órgãos Periciais Forenses do Brasil, Diretor-Geral do Instituto-Geral de Perícias, Perito Criminalístico Engenheiro, Engenheiro Civil, Especialista em Planejamento Governamental, Pós-Graduado em Consultoria Empresarial, Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, endereço eletrônico: aureo-martins@igp.rs.gov.br

Grande do Sul, Casa Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Aérea Brasileira, Exército, Justiça Federal, Ministério Público Federal, Conselho de Desenvolvimento dos Estados do Sul, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina e Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul, entre outros. Cita-se ainda entre as Estratégias Inteligentes do IGP a realização nos dois últimos anos de Encontros dos Órgãos Periciais do Brasil e o 1º Seminário de Integração Pericial com a Setec, da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, que será realizada nos dias 08 e 09 de dezembro 2005.

27. ESTRATEGIAS INTELIGENTES PARA DAS AÇÕES DO GGIs – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL Isnard Alves Ferreira⁴²

A sociedade global, e em especial a brasileira, vem acumulando dificuldades imensas devido ao crescimento desordenado de suas populações, ocorrendo com estes fenômenos um inchaço urbano que não encontra contrapartida econômico-social por parte dos governantes, causando a instabilidade político-social, em sua forma mais perversa, ou seja, enquanto se amplia a ocupação dos grandes centros e hoje já se deslocando para o meio rural, cria-se combustível para alimentar a pobreza, má distribuição de renda e principalmente os conflitos sociais pela posse dos bens indispensáveis à sobrevivência humana. Os governos ficam, senão impassíveis, atônitos pela não possibilidade do cumprimento de seus deveres constitucionais, tendo em vista que depende, para seus investimentos em infraestrutura, de meios advindos da área econômica e do desenvolvimento dependente de estudos estratégicos e políticos, que devido ao acúmulo da demanda muito pouco pode amenizar em curto prazo deste verdadeiro caos social.

Com a diversidade de áreas sob influência deste fenômeno urbano, cresce a necessidade de se dar uma atenção devida e de forma emergencial ao papel de Polícia, cuja competência o Estado possui, como forma de minimizar os efeitos causados pela ausência de investimentos em educação, saúde e principalmente segurança, que é para onde se canaliza os efeitos desastrosos da demora em solucionar as questões sociais.

A segurança é dever do Estado e este não se furta a executá-la; somente não o consegue com a velocidade deste crescimento desordenado, pois como Instituição Regular, depende de estudos e projetos em seus vários níveis, devidamente aprovados técnica e politicamente, sem o qual os órgãos de fiscalização, educação e de contenção deste caos, permanecem engessados a espera de soluções que poderão vir a longo prazo, mas que a população carente não tem como esperar e nem pode, sob o risco de guerrilhas urbanas eclodirem nos quatro cantos deste país de dimensões continentais.

As forças policiais do Estado estão, alguns há séculos, desempenhando seu papel de proteção ao Estado, reprimindo, as condutas agressivas aos direitos das comunidades.

42 É Inspetor do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/SRPA, isnard.ferreira@dprf.gov

Estas organizações foram criadas em vários momentos da história, obedecendo as necessidades inerentes à cada situação jurídica específica, o que causou esta diversidade da atuação, ocasionando com isto uma tremenda dificuldade aos legisladores de adequar a força de polícia do Estado às necessidades inerentes ao crescimento populacional desordenado e suas causas, devido a um leque de competências não compartilhadas.

Esta aparente inércia nas mudanças, visando adequação ao quadro ora existente, deve-se, não a vontade de seus gestores, e sim a peculiaridades de cada instituição, muitas vezes com estruturas extremamente complexas, inviabilizando soluções únicas para a modernização do aparelho policial, encontrando óbice inclusive de seus próprios integrantes, preocupados com mudanças de paradigmas, onde poderá haver perda de competência ou espaço organizacional.

O que fazer para aguardar estes extensos e intermináveis programas de reorganização das polícias?

A população não consegue entender que a polícia A só pode fazer até a competência da B, que por conseguinte só o faz até C. Ela quer ação e solução, não entende falta de equipamento, pessoal e capacitação, ela quer se sentir VIVA, ter a sensação de segurança, venha de onde vier.

UMA SOLUÇÃO INTELIGENTE QUE TEM DADO CERTO

O Pará vem sendo palco de inúmeros eventos, causados pelos diversos conflitos sociais inerentes a situação deste Estado, rico em sua estrutura sob o ponto de vista capitalista, mas extremamente paupérrimo na distribuição de renda deste capital, causando com isto um imenso contingente de excluídos, tanto deste Estado, quanto imigrantes que ofuscados pelo sonho de ter para si uma parte deste “Eldorado”, para cá se deslocam, causando um estranho congestionamento movido à miséria, doença e ódio, combustíveis estes que facilmente inflamam a fogueira da violência, carregando para todos os lados o rescaldo deste incêndio social.

Estamos nos dividindo em dois, três e até dez para darmos conta das missões nos mais distintos rincões deste Estado e para tanto temos que nos multiplicar, o que é impossível, tornando inviável os trabalhos de proteção a sociedade de forma isolada.

O que fazer para que este caos social não se desenvolva?

Desde o ano de 1999, a PRF e os Órgãos de Segurança do Estado do Pará vêm celebrando uma parceria, como forma de estendermos nossa atuação em

conjunto, de forma a não haver solução de continuidade, devido às barreiras de competência.

Esta integração permite a todos os Órgãos de Segurança em atuação neste estado, quer seja Federal, Estadual ou Municipal, agir com efetivos e equipamentos não tão grandes, sem grandes investimentos. E, principalmente, devido à capilaridade das Instituições, estarmos a qualquer momento em toda parte, mantendo como princípio básico desta parceria a individualidade e o respeito interinstitucional.

A criação do Conselho de Segurança do Meio Norte (COMEN) permitiu, vencer as barreiras legais, inclusive entre os Estados integrantes, ampliando as ações além das fronteiras, e isto sem alteração alguma nas organizações, quer seja de efetivo ou infra-estrutura.

Com a implantação do Gabinete de Gestão Integrada, a visão de integração se consolidou, demonstrando que o caminho era o certo e temos na bagagem centenas de operações em conjunto executadas com êxito, cujos resultados, com certeza, a todo o momento nos propicia atender a demanda social que ora se instala no Estado.

Para complementar esta integração, dois itens se tornaram prioridade absoluta, sem os quais não seria possível manter estes resultados.

O primeiro tem a ver com a criação do Instituto de Ensino Superior do Estado do Pará – IESP, modelo nacional na capacitação policial do Estado e hoje aberto à multiplicação de agentes oriundos de outras instituições, cujo ensino, além das especialidades inerentes a formação específica das instituições, produz e transmitem conhecimentos comuns a qualquer ação de segurança, garantindo assim a uniformidade nas ações integradas.

Sua formação em nível superior o coloca no topo da base da segurança nacional e internacional, abrindo seus portões de conhecimento a vários países formando com isto técnicos de várias línguas, falando sobre uma segurança única.

O GGI – Grupo de Gestão Integrada vem ao encontro dos anseios da área da segurança nos Estados, permitindo assim que ações antes isoladas possam ser compartilhadas com um ou mais parceiros, com a certeza do sucesso, porém há a necessidade da continuação de um macro projeto de reestruturação do organismo policial brasileiro.

O segundo e talvez mais complexo é a atuação em conjunto das áreas de inteligência.

Esta área é muito delicada e o compartilhamento de informações torna-se essencial para o êxito de qualquer missão, mas se integração é a meta, o apoio desta especialidade tem servido para que nossas organizações tenham o sucesso desejado.

Acreditamos nos inúmeros esforços dos governos em criar condições para resolver seus problemas, criando soluções através de uma política nacional voltada para modernização da máquina do Estado ligada à Segurança Pública, pois é este o anseio da sociedade, mas independente da forma, dos estudos e principalmente da vontade política, estaremos em curto prazo nos mobilizando para dar continuidade à integração na sua forma mais ampla, oferecendo ao cidadão, não a farda, a cor da viatura, o equipamento, mas fazendo com que a sensação de segurança seja sentida nos quatro cantos deste país.

28. ESTRATÉGIAS INTELIGENTES PARA A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DO GGI

Romel Luiz dos Santos⁴³

O Estado de Mato Grosso, por meio dos órgãos que compõem o sistema de justiça, estabeleceu algumas estratégias inteligentes para a integração das ações do GGI (Ativação do Comitê de Gerenciamento de Crise do Estado; Curso de Gestão Estratégica em Gerenciamento de Crises; Instalação dos GGIs Regionais de Cáceres, Rondonópolis, Barra do Garças, Tangará da Serra e Sinop; Criação do Grupo de Trabalho para Combate aos Homicídios Provenientes do Tráfico de Drogas e Criação do Grupo de Inteligência). Entre elas ressaltamos o Grupo de Inteligência, composto por nove instituições (PJC/PM/PF/PRF/ABIN/SSP/EB/GEFRON e SISTEMA PRISIONAL) que se reúnem uma vez por mês, sob a coordenação de um anfitrião, para tratar de questões indígenas, ambientais, fundiárias e tráfico de entorpecentes. O grupo também se reúne extraordinariamente, quando há um tema em evidência, direcionando todo conhecimento neste específico e depois se elabora um relatório de inteligência (RELINT) que é dirigido à pessoa jurídica responsável pela realização do serviço. Além das arroladas acima, também foram implementadas estratégias integradas para a redução de homicídios vinculados ao tráfico de drogas, com envolvimento das unidades setoriais dos órgãos policiais. Na ocasião, foi constituída Força – Tarefa para Redução dos Homicídios na Capital denominada “Operação Focalizada” atuando pontualmente, no foco do problema, com ações para redução dos homicídios nos bairros, conforme necessidade apresentada pela análise da mancha de criminalidade. Como metodologia, foram tabeladas informações importantes para o desenvolvimento das ações, como: dia da semana (maior incidência); bairros, principais horários (combinado com bairro e dia da semana); causas e meios empregados; idade das vítimas; locais de ocorrência dos fatos (via pública, bar, residência etc.). Estas ações possibilitaram a integração entre as instituições, resultando em curto lapso de tempo a redução do índice de homicídios na região focalizada.

43 É Delegado da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso. Diretor Geral da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso.

29. REFLEXOS DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS INVESTIMENTOS ECONÔMICOS DO PAÍS

Joelcio de Campos Silveira⁴⁴

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, desejo manifestar meu contentamento em participar deste I Fórum Nacional do Gabinete de Gestão Integrada do Sistema de Segurança Pública e da Justiça Criminal, representando o Presidente da FIESP - Sr. Paulo Antonio Skaf, nesta bela capital, onde tive a oportunidade de residir e comandar as tropas do Exército de nove Estados do Nordeste Brasileiro, nos anos de 1999 e 2000.

Há cerca de um mês, assisti, na sede da FIESP, em São Paulo, uma brilhante exposição do Sr. Secretário Nacional de Segurança Pública – Senasp – Dr. Luís Fernando Corrêa, sobre o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, que tem como objetivo maior a integração das ações e a compatibilização dos esforços do Governo Federal com os governos estaduais, visando à redução da criminalidade e da violência no nosso país.

Percebi, naquela oportunidade, a intenção do sistema de ampliar a eficiência da Segurança Pública, reformando as instituições policiais, para reduzir as taxas de criminalidade e bloquear o crime organizado e o tráfico de armas e de drogas, intenções essas extremamente elogiáveis.

Vi, com grande satisfação, como uma das ações estruturantes, a criação da Força Nacional da Segurança Pública, que é um instrumento que visa estabelecer a interoperabilidade entre as forças policiais estaduais, que permitirá, com toda certeza, ações conjuntas, em substituição ao indevido emprego das FFAA em policiamento civil, na Segurança Pública. A Força, mesmo em fase de estruturação, já apresentou eficiência em algumas atuações.

Como integrante do Exército Brasileiro por mais de cinquenta anos, nunca fui favorável a esse tipo de missão em que ele vinha sendo empregado, cada vez com mais frequência, quando se esgotavam os recursos das Polícias Militares Estaduais, de acordo com nossa Constituição. O Exército não possuía e nem possui equipamento e pessoal suficientemente adestrado para participar dessas ações urbanas e corria o risco de, como sendo o último recurso, exacerbar em suas ações, o que poderia prejudicar a sua imagem e o atendimento aos objetivos colimados.

44 General de Exército, joelcio.silveira@uol.com.br

Tendo servido no antigo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), depois de 1999 – Ministério da Defesa, em quatro oportunidades, assim como em todas as grandes regiões do país, em minhas andanças pelo mundo, vi diferentes soluções, praticadas com relativo sucesso, para o problema comum de Segurança Pública.

Sempre aspirei fosse encontrada uma solução para nosso país, baseada na Constituição, com uma doutrina nacional adequada para atender, afinal, o que deseja o nosso povo: viver com tranquilidade e segurança, que, no plano econômico, permitirão sejam feitos maiores investimentos e uma conseqüente alavancagem do desenvolvimento do país.

DESENVOLVIMENTO

A organização deste Fórum nos pede para comentar os “Reflexos da Segurança Pública nos Investimentos Econômicos do País” e, para tal, convidou representantes da Confederação Nacional das Indústrias - CNI, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP para exporem suas idéias sobre o tema.

A FIESP

A FIESP, fundada em 1928, reúne colegiados de natureza consultiva integrados por empresários, juristas, políticos, economistas, diplomatas, militares, técnicos - cientistas sociais, inclusive estrangeiros, para debater e orientar temas essenciais ao país.

A FIESP possui uma organização estrutural composta de diretoria, conselhos e de comitês, em condição de atender a todos os setores abrangidos pelo SUSP, no que tange ao fornecimento de soluções tecnológicas e industriais. Entre os comitês, cito o Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa (COMDEFESA), do qual sou membro e que é integrado por representantes das diversas indústrias de materiais de defesa e segurança, do Ministério da Defesa, da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE) e da Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras (AIAB).

Dentro desse ambiente, posso afirmar que a FIESP, hoje, tem um peso específico bastante expressivo no cenário nacional, pois congrega os interesses de 131 entidades de classe, de 18.000 empresas, oferecendo mais de 3 milhões de empregos diretos e cuja produção representa 32% do Produto Interno Bruto e 40% da produção

industrial brasileira, que resultam em R\$ 30 bilhões de faturamento. A parte específica de materiais e serviços de defesa e segurança representa 20% das receitas.

Com o apoio do Serviço Social da Indústria – SESI/SP e do Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial – SENAI/SP, a FIESP exerce sua ação regional, de forma capilarizada, em todo o estado de São Paulo, acompanhando, orientando e avaliando as atividades de cada um dos segmentos industriais instalados na região. Mas, apesar disso, o Dr. Paulo Skaf tem andado por todo o nosso país, visitando a Amazônia, as instalações do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM e do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM e, brevemente visitará as áreas de interesse do Projeto Calha Norte, buscando, assim, ter uma visão holística do país.

Hoje, como um modesto colaborador da entidade, percebo que ela se tem tornado protagonista das grandes decisões nacionais, ao exercitar sua legítima representatividade, em defesa da indústria, do crescimento sustentado e, consequentemente, do bem-estar social do povo brasileiro.

Por tudo isso, é muito fácil levantar os reflexos da Segurança Pública nos investimentos econômicos do país. Hoje, sou obrigado a reconhecer que o país não vai bem no setor da Segurança Pública, prejudicada no combate ao crime organizado, à prática da pirataria, ao crescente problema do roubo de cargas, à expansão dos crimes eletrônicos (por ex., em pesquisa recente da Unysis, em oito países selecionados, o Brasil ocupa o terceiro lugar em maior número em fraudes bancárias, realizadas por meio de roubo de dados pessoais), à espionagem industrial, ao contrabando. Por conta disso, as empresas têm sido obrigadas a ter elevados dispêndios com a contratação de empresas particulares de segurança de pessoas, de equipamentos e de instalações, as quais envolvem, hoje, um efetivo maior do que o das Forças Armadas. Evidentemente, que se não fossem desviados recursos para esse mister pelas empresas, maiores investimentos poderiam contribuir para o desenvolvimento da indústria, com o consequente crescimento da economia. Reconheço, no entanto, que existe contribuição para o mercado de trabalho, mas é notória a existência da atividade ilegal e informal.

NOTÍCIAS RECENTES SOBRE O TEMA

A Gazeta Mercantil publicou na última quarta-feira: “As empresas brasileiras reduzem planos de investimento. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, de 21 indústrias, 18 previram valores menores para o próximo ano. Em 2005, os empresários brasileiros aplicaram recursos para um crescimento que não ocorreu. A produção encolheu 2% e as indústrias, sobretudo, nos ramos de material de construção e de bens de capital, termômetros de investimentos, tiveram um mau resultado esse ano. Emprego, expor-

tações, faturamento, negócios, todos os quesitos investigados pela FGV apontam mais pessimismo. Foram consultadas 1015 empresas responsáveis por ¼ das exportações do país e, no último mês de outubro, as projeções do crescimento do PIB caíram 3%.”

Continua o artigo da Gazeta: “Entre os motivos que reduziram a produção, a capacidade instalada e os planos de investimentos da indústria, estão, entre outras razões, a perspectiva de um menor ritmo de exportações em 2006. Empresários da categoria de bens de capital minguaram drasticamente as suas projeções. As companhias que planejavam aumentar as vendas externas despencaram de 91% em novembro de 2004, para 16% neste atual mês de novembro.

Pesquisa recente da CNT/SENSUS apontou, na última terça-feira, a Segurança Pública como a área de pior desempenho do Governo Federal em 2005. Dentre os quatro quesitos sociais levantados (saúde, educação, pobreza e violência), para 82,7% dos entrevistados a violência nos últimos 6 meses só fez aumentar. No entender de Ricardo Guedes, diretor do Instituto SENSUS, ética, Segurança Pública e gestão pública de resultados serão os temas que nortearão as campanhas eleitorais em 2006.

Parece-me que a estratégia que está sendo adotada pela Senasp de envolver os agentes públicos estaduais responsáveis pela execução das ações integradas será coroada de sucesso.

O SUSP integrará a Força Nacional de Segurança Pública, as Polícias Civis, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (INFOSEG), o Sistema Automatizado de Impressões Digitais (AFIS). Redes de Laboratórios de DNA, o Sistema Nacional de Inteligência, os Canis Regionais, a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS), Aviação Policial, o Portal Comunitário de Segurança Cidadã e a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (RENAESP). Todos esses órgãos serão administrados de forma centralizada, o que vai permitir que o reaparelhamento e a modernização dos órgãos do sistema sejam realizados de maneira a otimizar os recursos disponíveis do Governo Federal.

Faz-se necessário, no entanto, que essa integração produza um planejamento, de médio e longo prazo, do reaparelhamento e da modernização dos diversos meios, de modo que as indústrias possam, também, elaborar seus planos de investimentos, a fim de satisfazer às exigências do SUSP, o que permitirá maior escala de produção e um adequado fluxo de fornecimento, com preços mais convenientes.

PROPOSTA DA FIESP

A FIESP propõe a se apresentar como uma parceira para auxiliar o SUSP a exercer suas ações. Nesse sentido, poderá trabalhar em conjunto com os diversos ór-

gãos integrantes do Sistema, nas atividades de busca da integração, da padronização e da interoperabilidade dos meios existentes e, principalmente, dos projetos futuros.

Por outro lado, faz-se necessário que sejam preconizadas ações por parte dos diversos órgãos da Segurança Pública, no sentido de que haja a liberação do orçamento previsto para a Senasp no nível federal.

REFLEXOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Os reflexos positivos da implantação do Sistema sobre o setor econômico, caso ocorra a disponibilização dos recursos orçamentários e o estabelecimento da parceria, poderão ser:

- O setor industrial terá condições de melhor se planejar a longo prazo e de fazer os investimentos necessários para atender às encomendas, e
- Ocorrerá maior comprometimento entre as partes na busca de soluções tecnológicas otimizadas e de menor custo.
- Caso as ações previstas para o Sistema não sejam efetivadas, os reflexos na indústria correlata poderão ser os seguintes:
- Prejuízos nos investimentos do setor industrial, ou mesmo a sua inviabilização, com a conseqüente perda da competitividade e da capacidade tecnológica e produtiva;
- Fornecimentos esporádicos e fracionados, em virtude da descoordenação das aquisições dos diversos órgãos integrantes do Sistema, o que poderá redundar em custos maiores;
- A continuidade do dispêndio de recursos financeiros das empresas com a segurança privada, desviando-os dos investimentos necessários para o aumento da competitividade tecnológica e de sua sustentabilidade.

CONCLUSÃO

Ao encerrar minha participação, quero agradecer o convite feito à FIESP pela Senasp e cumprimentar os organizadores deste Fórum pela bela iniciativa de se trocar idéias, nesta oportunidade, sobre a prática da Gestão Integrada do SUSP, por meio dos GGI, com enfoque no controle da violência e na redução da criminalidade dos Estados da Federação.

30. MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: GESTÃO INTEGRADA E DEMOCRÁTICA

Carlos Roberto Sant'Ana da Rosa⁴⁵

Criado em julho de 2006 por Lei Municipal, o Gabinete de Gestão Integrada de Fiscalização e Segurança Urbana de São Leopoldo deu início a uma nova e produtiva fase nas relações entre os órgãos de segurança pública que operam no município. Além das polícias estaduais e federais, também a Administração Municipal participa da composição do Pleno do GGI com todas as Secretarias que exercem de alguma forma o Poder de Polícia Administrativo, isto é, aquelas Pastas que executam alguma atividade fiscalizatória das posturas municipais. Partindo de princípios segundo os quais sem gestão não há política pública de segurança e que a gestão depende da integração sistêmica das instituições, o GGI leopoldense passou a reunir instituições municipais, estaduais e federais, para que, nos limites de suas atribuições e competências, fossem protagonistas de ações integradas.

Com o objetivo de tornar mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos de segurança, a fim de apoiar as secretarias municipais e polícias estaduais e federais na fiscalização administrativa e na prevenção e repressão da violência e da criminalidade, além de contribuir para a harmonização da atuação e integração operacional dos órgãos municipais, estaduais e federais de fiscalização, prevenção, investigação e informação, o GGI conquistou ao longo desses anos uma importância estratégica no Governo Municipal. Ao estabelecer uma atitude proativa em relação aos problemas de segurança pública da cidade, integrando ações policiais operacionais repressivas com atividades sociais preventivas e redutoras da vulnerabilidade à violência, o Gabinete garantiu um salto qualitativo nas relações com a comunidade.

Foram realizadas reuniões para ouvir a população sobre problemas locais de violência e criminalidade, definidos anteprojetos de lei sobre regulação do horário de funcionamento de bares e lojas de conveniência, e atendidas demandas comunitárias sobre policiamento ostensivo.

O Sistema Integrado de Monitoramento, que garante a vigilância dos espaços públicos por câmeras de vídeo em toda a cidade, foi planejado, definido, regu-

45 Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul
Secretário Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo – RS
Secretário-Executivo do GGI de São Leopoldo
E-mail: santana@via-rs.net, santana@saoleopoldo.rs.gov.br
Fone: (51) 35.66.16.12, Fax: (51) 35.66.14.64

lamentado, executado e está sendo operado pelo GGI. Neste ano de 2009 o grupo entrará numa segunda e significativa fase: a institucionalização. Um dos objetivos será a produção de conhecimento na área de segurança pública cumprindo uma de suas atribuições legais que é a de produzir e analisar dados estatísticos e realizar estudos sobre as práticas infracionais, criminais e administrativas a fim de subsidiar a ação governamental municipal em sua prevenção e repressão.

O Telecentro da Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública ficará vinculado ao GGI, bem como a gestão dos programas sociais de prevenção primária e secundária do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Com o suporte do PRONASCI, o Gabinete leopoldense passará a ter uma estrutura permanente de gestão, inteligência e execução, consolidando a atuação integrada e a vocação democrática na segurança pública.

31. AMAZONAS – PRÁTICA EXITOSA DO GGI NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

**Francisco Sá Cavalcante⁴⁶, Ary Renato Oliveira da Silva⁴⁷
e Ana Maria Agra Pereira⁴⁸**

O Estado do Amazonas, com a extensão de 1.570.745.680 Km², é a maior unidade federativa do Brasil. Faz parte da região Norte, limitando-se com a Venezuela e Roraima ao norte, Pará a leste, Mato Grosso a sudeste, Rondônia a sul, Acre a sudoeste, Peru a oeste e Colômbia a noroeste. Comporta 62 municípios. Suas terras estão cobertas pela maior floresta tropical do mundo, da qual 98% estão intactas. O clima é equatorial. Sua economia é baseada, principalmente, na indústria e no extrativismo. Possui petróleo e gás natural. Dentre seus municípios, com vistas ao Protocolo de Intenções de nº. 14/2003 do Ministério da Justiça, Parintins foi o primeiro a ter implantado o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI Municipal, órgão que foi instituído pela Lei Municipal nº. 394/2007.

O GGI Municipal vem operando em consenso, sem hierarquia, respeitando a autonomia das instituições que o compõem, entre as quais entidades governamentais e não governamentais. Saliente-se que naquele município é realizado anualmente um festival folclórico considerado como uma das maiores manifestações populares do mundo. Durante o evento, Parintins recebe um número extraordinário de visitantes provenientes de outros Estados e de vários países, o que faz dobrar a sua população residente, que é de 112.636 habitantes.

A economia local, que gira em torno da pesca e da pecuária, do comércio e do turismo, recebe considerável incremento por ocasião de tais festividades, atraindo indivíduos que buscam enriquecimento rápido e ilícito, com o tráfico de substâncias entorpecentes e a prática de pequenos delitos. A partir do funcionamento do GGI Municipal, a integração entre os órgãos permitiu a criação de comissões temáticas, que identificaram questões de relevância não apenas da Segurança Pública, mas também na área social e econômica, na de saúde pública e de infra-estrutura.

Assim, depois de determinar a origem da problemática detectada, passou-se a analisá-la e propor estratégias para monitoramento das ações, buscando resultados específicos, a fim de efetuar um estudo prévio com fito de combatê-la e

46 Secretário de Estado de Segurança Pública/AM

47 Secretário Executivo do Gabinete de Gestão Integrada/AM

48 Assistente Técnico SSP/AM, Assistente Social

erradicá-la. No ano de 2007, as reuniões do GGI-Parintins foram de fundamental importância para que se concretizasse a mediação entre os órgãos.

Nessas reuniões, foram discutidas e apresentadas soluções sobre contendas existentes entre comunidades indígenas e órgãos de defesa do meio ambiente a respeito do comércio de adereços confeccionados com penas de animais silvestres, além de outras relativas a serviços de engenharia e infra-estrutura no aeroporto e nas vias urbanas, ao combate à exploração sexual e ao trabalho infantil, bem como ao monitoramento terrestre, fluvial e aéreo. Registre-se, finalmente, que as citadas atividades do GGI-Parintins alcançaram pleno êxito, o que diz muito bem do acerto de sua criação.

32. DISTRITO FEDERAL – PRÁTICAS EXITOSAS DO GGI Valmir Lemos de Oliveira⁴⁹ e Telir José Deponti Fumaco⁵⁰

O Gabinete de Gestão Integrada do Distrito Federal é um fórum de Segurança Pública, deliberativo e propositivo, que opera em nível estratégico, por consenso, sem hierarquia e respeita a autonomia das instituições e órgãos que nela atuam de forma direta e indireta no Distrito Federal. Tem como finalidade o desenvolvimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O GGI-DF foi estruturado em conformidade com o Convênio de Cooperação Federativa MJ/GDF n.º. 39/2007, de 09DEZ, decreto n.º. 28.469 de 26NOV07, DODF de 27NOV07, institucionalizando no DF, o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania).

Participam os seguintes entes natos: Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, Subsecretário de Programas Comunitários, Subsecretário de Operações de Segurança Pública, Subsecretário de Defesa Civil, Subsecretário do Sistema Penitenciário, Subsecretário de Inteligência. Participam também representantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar, da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, da Secretaria de Estado de Obras, da Secretaria de Estado de Educação, da Secretaria de Estado de Saúde, da Secretaria de Estado de Cultura, da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, da Coordenadoria das Cidades, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, da Senasp, do PRONASCI (Coordenador do PRONASCI para o DF), do 1º Distrito Rodoviário/DPRF, da Superintendência Regional DPF/DF, da Superintendência Regional da ABIN, das Administrações Regionais do Itapoá, Planaltina (Arapoanga) e Estrutural e representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança, de Itapoá, Planaltina (Arapoanga) e Estrutural por se tratarem de áreas “carentes” no que diz respeito à Segurança Pública. Como membros convidados temos representante do MPDFT e do TJDF. O GGI-DF se reúne mensalmente de forma itinerante e extraordinariamente de acordo com as demandas da Segurança Pública local, para juntos acordarem e dar encaminhamentos às ações e decisões, a partir das quais foi possível enumerar os projetos com maior importância por priori-

49 Secretário De Segurança Pública E Coordenador Do GGI-DF

50 Secretário Executivo do GGI-DF.

dades. Em 2008, a SSP-DF buscou a Coordenação do PRONASCI DF/GO – Entorno, com o intuito de facilitar a elaboração dos PROJETOS e agilizar as ações PRONASCI. Após esses contatos, foram feitos alguns cursos para os gestores sobre a elaboração de projetos para o PRONASCI.

Após esse trabalho em conjunto, vários projetos foram aprovados. O Distrito Federal, ao contrário dos municípios, não possui os GGIM, entretanto, criou-se os GGI-RAs, (Gabinete de Gestão Integrada das Regiões Administrativas – Itapoã, Estrutural e Arapoanga), de acordo com o memorial descritivo para os GGIs, o qual está sendo implantado inicialmente em Itapoã, com a finalidade de promover a integração da comunidade e as Polícias, através da articulação entre as forças de Segurança (Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar) e os representantes da sociedade Civil. O GGI-RAs organizarão atividades, que levarão ao debate as ações de Segurança Pública, além da atuação de equipes multidisciplinares, que atuarão no PRONASCI (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos) prestando aos GGIs subsídios por intermédio de informações sobre projetos que podem ser implementados em apoio à comunidade. É, também, por meio do GGI-RA que se dará o projeto Vídeo-monitoramento, com vistas à instalação de aproximadamente 25 câmeras para monitorar as regiões mais violentas da cidade de Itapoã.

33. ESPÍRITO SANTO – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Rodney Rocha Miranda⁵¹ e Antônio Marcos de Souza Reis⁵²

No ano de 2003, o Governador do Estado eleito Paulo César Hartung Gomes iniciou seu primeiro mandato com um desafio sem precedente: governar um Estado quase ingovernável, afundado em dívidas, com policiais civis em greve e policiais militares aquartelados, reivindicando três meses de salários atrasados e denúncias de corrupção generalizada nos três poderes, em diversos níveis. A área de segurança pública representava um dos maiores vértices deste desafio, pois máquina da corrupção funcionava como uma organização, uma empresa.

O crime era organizado e bem estruturado. Além do comprometimento óbvio de vários agentes, não havia estrutura em termos de recursos humanos e materiais; muito menos vontade e motivação para realizar o feito de enfrentar a poderosa estrutura criminosa que ainda estava instalada e, de forma alguma, queriam sair. Em agosto do mesmo ano, o Governo do Estado, o Ministério da Justiça, o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual firmaram um Protocolo de Intenções, visando buscar soluções para o que foi definido como “foco estratégico da criminalidade e da violência”. Nascia neste ato o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (doravante denominado GGI), composto, além dos órgãos operativos das instituições mencionadas, pela ABIN, Delegacia Regional da Receita Federal, Secretaria de Estado da Justiça, OAB, Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e cinco representantes da Sociedade Civil Organizada.

O objetivo primordial foi dar continuidade ao trabalho iniciado pela Missão Especial do Ministério da Justiça instalada em 2002 no Estado: o combate direto e sistemático contra a corrupção e o crime organizado aqui instalado e consolidado. As reuniões de seus membros, que na maioria das vezes eram sigilosas tanto em conteúdo quanto em local, fora o ponto de partida para definição de diversas ações contra o grupo criminoso; ações estas que resultaram em investigações, processos e prisões contra policiais, magistrados políticos de expressão e personalidades da alta sociedade capixaba.

51 Delegado da Polícia Federal e Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo; Ex-Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco e Ex-Secretário Municipal de Defesa Comunitária de Caruaru (PE).

52 Major da PMES, Chefe de Gabinete SESP e Secretário Executivo do GGI-E; Especialista em Segurança Pública (UFES) e Mestrando em Administração (UFES).

Este conjunto de ações constitui a prática mais exitosa da atuação do GGI-E desde sua criação; isso sem falar no alinhamento de pensamento a respeito dos rumos da segurança pública no Estado e no permanente canal de comunicação aberto entre as diversas instituições que compõem a segurança pública e a justiça criminal nos níveis federal, estadual e, mais recentemente, no municipal. O GGI-E do Espírito Santo foi o primeiro implantado em todo país e seus parâmetros serviram de fundamento para criação e instalação de outros gabinetes, que também obtiveram êxito em seu funcionamento e as decisões estratégicas oriundas da atuação do Gabinete ajudaram a consolidar o novo momento de ética, integridade e correção de atitude, que se vive no Espírito Santo. Não por acaso, constitui-se de um dos pilares da gestão da segurança pública do Estado.

34. GOIÁS – A POLÍTICA GGI

Ernesto Roller⁵³ e Vicente Carvelo Jr⁵⁴

O Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Goiás, instituído através do Decreto nº 5.942 de 07 de maio de 2004, embasa-se considerando a política do Governo Federal de implantação do Sistema Único de Segurança Pública, que traçou diretrizes aos Estados visando à padronização e integração das ações governamentais na área de segurança pública. Sendo assim, o Estado de Goiás vem mantendo o compromisso de utilizar o GGI-GO com o objetivo de aperfeiçoar os esforços através da inclusão sistêmica de todos os organismos que compõe o sistema de Segurança Pública.

A nova visão Senasp de modelo de gestão, através do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) foi incorporada ao GGI-GO. O projeto de desenvolver trabalhos na área de segurança com foco social tem sido exaustivamente trabalhado na política do Estado. Nos últimos anos, o Secretário da Segurança Pública Estadual, Deputado Ernesto Roller, convocou reuniões com a participação das Secretarias da Saúde e da Educação por entender que o projeto GGI é muito mais amplo do que a atividade fim de segurança pública e disse que *“Trabalhos desenvolvidos em harmonia com os integrantes do GGI-GO com a presença da Secretarias da Saúde e Educação corroboram com a nova concepção da Secretaria Nacional de Segurança Pública. O Estado de Goiás na atual gestão do Governador Alcides sensibiliza-se com o anseio social de segurança e por isso não tem medido esforços para revolucionar o sistema, trabalhando de forma conjunta com todas as áreas, inclusive saúde e educação, para que possam contribuir diretamente no trabalho policial.”*

A Câmara de Segurança “Goiás na Copa de 2014” foi mais uma iniciativa do Gabinete de Gestão Integrada. A Câmara, instituída pelo Coordenador do Gabinete elaborou um pré-projeto na área de segurança pública visando eleger a cidade de Goiânia como uma das cidades-sede da Copa do Mundo no Brasil em 2014. O trabalho foi magistralmente desempenhado por todos os agentes em nível federal, estadual e municipal, sendo elogiado pelo Comitê Organizador da FIFA. O trabalho é de profunda relevância, a partir do momento que Goiás, por englobar uma das sedes, receberá diversos recursos podendo implementar projetos que acarretem em melhorias para a população.

Entende-se que o Gabinete procurou acelerar o processo de evolução natural na área de segurança dando agilidade às necessidades eminentes da população.

53 Coordenador

54 Secretário Executivo do GGI-GO

Acreditamos que o papel do GGI nesse processo contribuiu (e contribuirá) para que a meta seja alcançada. No ano de 2009, o GGI-GO elaborou um calendário anual de reuniões, possibilitando aos participantes análise minuciosa dos temas que serão debatidos no encontro, sabendo-se que a expectativa é de um crescimento nas relações institucionais que integram o Gabinete, destacando-o ainda mais no cenário nacional.

35. DESOCUPAÇÃO DA ÁREA DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO - UHE Adécio Luís Vieira⁵⁵

Duzentos manifestantes que integram a Via Campesina, da cidade de Nazaré, no Tocantins, bloquearam na manhã do dia 11 de março de 2008 a entrada de acesso ao canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Estreito, localizado às margens da BR-010, no sentido Estreito – Carolina, no sul do Maranhão. De posse de pedaços de madeira, arrancados de um loteamento próximo à usina, os manifestantes obstruíram a entrada e saída dos trabalhadores e ergueram um acampamento no local. De acordo com divulgação da Via Campesina, o canteiro de obras foi invadido por manifestantes oriundos do chamado Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A ação fazia parte da chamada “Jornada de lutas do 14 de março – dia internacional de luta contra as barragens, pelos rios e pela vida”. Os manifestantes exigiam a paralisação das obras da usina e demais empreendimentos realizados ao longo do rio Tocantins, objetivando pressionar o Consórcio Estreito Energia (CESTE) e os poderes públicos para que fosse elaborado um novo levantamento de impacto ambiental. O MAB defende que o estudo anterior omite que cerca de vinte e uma mil pessoas que serão atingidas diretamente pela barragem, além de comunidades quilombolas do Bico do Papagaio. A organização dos movimentos sociais divulgou também que a mobilização se estenderia pelos próximos dias e mais manifestantes chegariam até que o Ministério de Minas e Energia, a Casa Civil e o Ibama discutissem a pauta levantada pelos movimentos.

Diante dos fatos o Consórcio Estreito Energia (CESTE), concessionário do empreendimento, entrou com uma ação judicial para reintegração de posse e para impedir a paralisação das obras da usina, que é parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que garantirá o abastecimento de energia elétrica a partir de 2010. Em nota oficial o CESTE afirmou que a ocupação causaria sérios transtornos ao andamento dos trabalhos construtivos da UHE Estreito, pondo em risco a segurança de aproximadamente 2 mil funcionários do empreendimento. Além do que a manifestação também poderia causar sérios transtornos ao empreendimento e comprometer gravemente o cronograma de obras da hidrelétrica, gerando proble-

55 Coronel da ativa da Polícia Militar do Maranhão, é graduado em Economia pela Universidade Federal do Maranhão e também possuidor dos cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), pela Escola Superior de Guerra e Polícia Comunitária, pela Senasp.

mas para o suprimento da demanda energética do país. De imediato, objetivando tentar garantir a segurança no local, um efetivo de setenta homens do 3º BPM da Polícia Militar, com sede em Imperatriz, foi deslocado para fazer a cobertura das entradas de acesso ao canteiro, às margens direita e esquerda. Acreditava-se que a ocupação fazia parte de outros movimentos sociais que já vinham acontecendo desde o final de semana em vários outros estados da federação, a exemplo de Minas Geras e Goiás.

No início da manhã do dia seguinte, a Dra. Eurídice Vidigal, Secretária de Estado da Segurança Cidadã e Coordenadora do Gabinete de Gestão Integrada, determinou ao secretário-Executivo para que convocasse o núcleo efetivo do Gabinete, a fim de se discutir a melhor maneira de atender a requisição de reforço policial contida no Ofício nº. 188/2008, da lavra do Dr. Gilmar de Jesus Everton Vale da 2ª Vara da Comarca de Estreito/MA, com vistas ao cumprimento do Mandado Liminar de Manutenção de Posse, Processo nº. 1162007, em favor do Consórcio Estreito Energia - CESTE e em desfavor do Centro de Trabalho Indigenista e outros. Ocorre que as demandas estabelecidas pelo chamado Movimento dos Atingidos por Barragens, em suas linhas gerais, pouco se relacionavam com atividades desenvolvidas pelos órgãos do Sistema de Segurança Pública, visto que tratavam especialmente da realização de um novo estudo de impactos cumulativos de todos os projetos sobre os Rios Tocantins e Araguaia, além de outras questões envolvendo proprietários de terra e infra-estrutura familiar. Por outro lado, a proposta de realização de um Foro de Negociação, sob a coordenação do Ibama e com a participação do MPF, MPE, Funai, SEAP, INCRA, as empresas envolvidas e as famílias devidamente atingidas, seria o espaço perfeito para analisar e dar encaminhamento a todas as demandas apresentadas pelo Movimento.

Se por um lado havia a pronta disposição de se cumprir a decisão judicial, principalmente levando-se em conta que a Secretaria de Estado da Segurança Cidadã contempla em sua missão exatamente a parceria com outros órgãos, em busca da resolução de problemas que aflijam as comunidades como um todo, por outro lado decidiu também o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) – reunidos especificamente para esse caso a Secretária de Estado da Segurança Cidadã, o Delegado Geral da Polícia Civil, o comandante geral da Polícia Militar, o Superintendente Regional da Polícia Federal, o Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal, presentes como convidados os representantes do Centro Integrado de Inteligência Cidadã e da Funai/MA, respectivamente – recomendar que as solicitações propostas fossem submetidas aos órgãos de Governo, competentes para viabilizar as providências necessárias para a consecução das respectivas demandas, considerando ser a UHE Estreito um empreendimento integrante do Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC), que, através do aproveitamento potencial da bacia do rio Tocantins, busca garantir o abastecimento de energia elétrica a partir de 2010. Foi então deliberado por consenso o encaminhamento de farta documentação ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, dando-lhe conhecimento da real situação no local. Paralelo a isso, um efetivo policial apoiado pelo helicóptero do Grupo Tático Aéreo (GTA) foi mantido no local, sob o comando de um major PM, visando principalmente impedir o recrudescimento das hostilidades entre trabalhadores e manifestantes, em função da obstrução do acesso à Usina, e conseqüentemente da quebra da rotina diária dos trabalhos. Decidiu por último o GGI, pelo deslocamento imediato de negociadores do Sistema de Segurança, a fim de atuarem na mediação do conflito junto aos diversos grupos de manifestantes, no intuito de evitar que o acirramento dos ânimos pudesse gerar condições propícias para o surgimento inesperado de outro episódio do tipo “Eldorado dos Carajás”, naquela região.

A invasão de manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) às obras da Usina Hidrelétrica de Estreito não trouxe preocupação somente para a direção do Consórcio, mas também para o setor empresarial da cidade de Estreito, distante cerca de setecentos quilômetros da capital. Dessa forma, na manhã de 17 de março, empresários de Estreito e municípios vizinhos realizaram uma reunião para discutir os prejuízos que já teriam sido causados pela paralisação do canteiro de obras da usina, produzindo como resultado da reunião, que foi denominada de Fórum Empresarial Pró-Usina de Estreito, a elaboração de um documento de repúdio à paralisação das obras, a ser distribuído à população da região, informando principalmente que a cidade estaria sendo prejudicada pelas ações do Movimento e que a maioria dos manifestantes seria de outros lugares. Durante o fórum, que contou com a participação de empresários dos setores de agropecuária, comércio e prestação de serviços, o grupo deixou claro que não concordava com a invasão. De fato, para o empresariado, a presença dos manifestantes trouxe insegurança à comunidade, por se tratar de grupos que agem com violência e até mesmo o prefeito da cidade afirmou ser contrário à manifestação, pois se as obras ficassem paradas, seria enorme o tamanho do impacto e do prejuízo para a cidade e para os funcionários.

Após oito dias de impasse, e coincidindo com a remessa da documentação elaborada pelo GGI, os Movimentos sociais integrantes da Via Campesina, Ministério Público Federal (MPF) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) realizaram uma reunião com o objetivo de discutir o fim das manifestações. De resultado prático, firmou-se a criação de fórum permanente de discussão para acompanhar a execução do projeto ao longo dos doze municípios maranhenses e do estado de

Tocantins. Na reunião, que foi realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Imperatriz, o CESTE, lamentavelmente, não se fez representar, porém a superintendente do Ibama no Estado do Maranhão afirmou aos manifestantes que a entidade passaria a acompanhar mais de perto aquelas questões ambientais, sociais e econômicas que envolvem a construção da barragem da UHE de Estreito. Segundo a superintendente, isso significaria examinar mais cuidadosamente os relatórios de impacto ambiental; averiguar a questão das indenizações às populações atingidas; a preservação da fauna e da flora; o transporte para outras áreas, bem como a assistência aos municípios ribeirinhos atingidos pelo empreendimento. Com isto, as diversas lideranças deixaram a reunião com o objetivo de discutir as propostas apresentadas, em uma assembléia geral nas proximidades do canteiro de obras da usina. Coincidência ou não, já na madrugada do dia seguinte, 18 de março, o acampamento começou a ser desmontado e a diretoria do Consórcio se apressou em informar que os trabalhos voltariam logo à normalidade, restando somente as marcas do movimento: pedaços de madeira espalhados pelo chão, enorme quantidade de lixo, restos de comida, lonas, palhas secas e até mesmo facões esquecidos no local pelos manifestantes. Durante todo o movimento, cerca de trinta integrantes do movimento eram selecionados para ficar de guarda durante à noite. Eles não permitiam a circulação de pessoas próximo à rodovia, para que não ocorressem incidentes e havia intensa organização dos grupos, que utilizavam carros, caminhonetes, microônibus e, até mesmo, um coletivo particular. Um sistema de som também era usado nas reuniões, que geralmente só aconteciam à noite. No momento em que um líder explanava as principais ideologias do movimento ao restante do grupo, proibia-se qualquer tipo de conversa paralela. Na noite do dia 18 de março, às 22horas, uma peça foi encenada por cerca de 15 jovens do MST, homenageando as lutas da classe. Durante o ato, houve cenas em que os manifestantes enfrentavam a polícia, sendo todos mortos pela segurança pública ao final da luta. Por último, houve gritos de “Força!” e “A luta continua!”, findando com aplausos dos expectadores. De acordo com as palavras da coordenadora estadual do MAB, tão logo se confirmou que um fórum de discussões sobre os impactos ambientais causados nos municípios do Maranhão e de Tocantins seria criado, sob a coordenação do Ibama, os manifestantes resolveram dar início à paralisação dos protestos e à desocupação completa da área.

36. RIO GRANDE DO NORTE – AÇÕES DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA Agripino Oliveira Neto⁵⁶ e Durval de Araújo Lima⁵⁷

O Gabinete de Gestão Integrada do Rio Grande do Norte (GGI) teve seu Regimento Interno publicado no Diário Oficial do Estado em 20 de junho de 2005. A primeira reunião ordinária para o corrente ano aconteceu no dia 04 de março, com a presença de todos os membros natos e convidados, conforme o preconizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Em 2009, planejamos as seguintes ações: somar esforços junto a outras Secretarias do Estado e instituições públicas que fazem a Segurança Pública de forma direta e indiretamente, na esfera Federal e Municipal, nos seus diversos níveis; incluir a presença do GGI no Programa Governo nas Cidades; gerenciar a reunião com o Consórcio das Guardas Municipais existentes no Estado; mapear os perfis dinâmicos e permanentes dos principais bairros de Natal; articular com os clubes de serviços que atuam com foco nas ações sociais contidas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI); incentivar pesquisas de vitimização; Formar a equipe do Gabinete de Gerenciamento de Crise para a Região Metropolitana de Natal e posteriormente abranger o interior do Estado; realizar a capacitação de servidores para o emprego de avaliação de risco na execução de atividades de médio e alto risco no âmbito da atividade policial; realizar a adequação de manuais na prevenção acidentes em instruções policiais; apresentar projetos acadêmicos realizados pelos alunos do Curso Superior de Polícia do Centro de Estudos Superiores da Polícia Militar – com foco em entidades privadas ou públicas para trabalhar o capital social da instituição policial potiguar; realizar o planejamento integrado para as ações referentes ao policiamento do carnaval fora de época de Natal (Carnatal); criar uma comissão para programar indicadores de impacto e informativo, que possam aperfeiçoar o trabalho das polícias Militar e Civil; mapear as redes de proteção social que servem de suporte para as ações preventivas existentes no Estado, objetivando desenvolver uma rede interna e outra externa, denominada “REPOL”, sob a administração do Gabinete do Secretário de Segurança Pública e da Defesa Social ou outro órgão a ser definido pelo Secretaria (Sesed); criar um link no site da Sesed sobre as “Boas práticas policiais” que são realizadas no âmbito estadual pelas polícias militar e ci-

56 Secretário de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte

57 Secretário Executivo do Gabinete de Gestão Integrada

vil; inserir o roteiro religioso do Estado nas pautas das reuniões ordinárias do GGI, realizando o planejamento integrado para as ações referentes ao policiamento do período das principais festas religiosas do interior; inserir o calendário dos festejos juninos na pauta das reuniões ordinárias do GGI, realizando o planejamento integrado para as ações referentes ao policiamento das festas.

* Agripino Oliveira Neto é delegado da Polícia Federal e assumiu o cargo de Secretário de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte em julho de 2008. Ocupou os cargos de superintendente da Polícia Federal nos Estados da Paraíba e Roraima. Atuou como adido da Polícia Federal no Paraguai e em diversas Delegacias Especializadas e na Corregedoria da Polícia Federal no Rio Grande do Norte. E-mail: sesed@rn.gov.br

* Durval de Araújo Lima é tenente-coronel da Polícia Militar do Rio Grande do Norte e Secretário Executivo do Gabinete de Gestão Integrada. Administrador Superior em Segurança Pública pela Academia de Ciências de Carabineiros do Chile. E-mail: celaraujolima@rn.gov.br

37. RORAIMA – AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA NO PERÍODO 2003-2008⁵⁸

Cláudio Lima de Souza⁵⁹

Cel. PM Cezar Augusto dos Santos Rosa⁶⁰

Cel. QOPM Jairo Francisco Moura Elgaly⁶¹

Cel. QOPM Paulo Sergio Santo Ribeiro⁶²

DPC Eduardo Wainer Santos Brasileiro⁶³

Cel. QOPM Gerson Chagas⁶⁴

Cel. QOPM Gleisson Vitória da Silva⁶⁵

Insp. Marco Aurélio Almeida Pinto⁶⁶

Dpf José Maria Fonseca⁶⁷

Cel. QOPM Ronan Marinho Soares⁶⁸

Cap. Crésio Aparecido Pinheiro⁶⁹

Cícero Hério Carreiro Batista⁷⁰

RESUMO

Como forma de apresentar as ações desenvolvidas pelos entes que compõem o Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Roraima e os resultados obtidos a partir dessas ações, o presente artigo vem contribuir para com as demais unidades de Gabinetes de Gestão do país na medida em que torna público as ações executadas. A proposta das ações partiram das reuniões ordinárias do GGI RR e de contatos entre os entes que compõem no decorrer do exercício anual e tendências policiais em nível local e regional.

58 Artigo das práticas exitosas do Estado de Roraima – região Norte, ggoraima@gmail.com

59 Secretário de Estado da Segurança Pública de Roraima, SESP-RR, claudio.souza@sesp.rr.gov.br

60 Secretário Adjunto de Estado da Segurança Pública de Roraima e Secretário Executivo do GGI-RR, SESP-RR, gabinete@sesp.rr.gov.br

61 Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima, PM/RR, elgaly@bol.com.br

62 Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima, CBM/RR, psergio@hotmail.com

63 Delegado Geral de Polícia Civil do Estado de Roraima, PC/RR, wayner@ofm.com.br

64 Secretário de Estado de Justiça e Cidadania de Roraima, SEJUC/RR, coronelchagas@smn.com, sejud@click21.com.br

65 Diretor da Academia de Polícia Integrada do Estado de Roraima, API/RR, g.vitorias@click21.com.br

66 Inspetor Chefe da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Roraima, DPRF/RR, aurelio.almeida@dprf.gov.br

67 Superintendente da Polícia Federal Seção Roraima, PF/RR, fonseca.jmfadpf@gov.br

68 Secretário Municipal de Segurança Urbana e Trânsito, ronanmar@hotmail.com

69 Diretor da Guarda Municipal de Boa Vista, GMBV, guardamunicipal@pmbv.rr.gov.br

70 Diretor Presidente do Detran-RR, cicero@detran.rr.gov.br

PALAVRAS-CHAVE: GGI, práticas, ações policiais

O Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Roraima foi criado em 09 de julho de 2003 através do Protocolo de Intenções MJ nº 013/2003 celebrado entre a União por intermédio do Ministério da Justiça e o Governo do Estado de Roraima, e em agosto/2003 é apresentado o Plano Estadual de Segurança Pública do exercício 2003-2004 para aqueles que comporiam o GGIRR. É importante ressaltar que na perspectiva do desenvolvimento de ações integradas entre os órgãos de segurança, a Secretaria reuniu em maio do mesmo ano, as unidades de segurança do Estado para a elaboração de um projeto conjunto que resultou na Ação Intitulada Operação Cobra, uma operação conjunta na fronteira Brasil/Venezuela e coordenada pela Polícia Federal, cujo objetivo foi coibir os crimes de tráfico de combustível.

A partir da implantação do GGI, as ações desenvolvidas foram no sentido de promover os serviços de segurança de forma mais eficaz. Para isso a elaboração de projetos que atendessem às necessidades dos órgãos foram desenvolvidos. Em reunião, foram apresentados e aprovados os Projetos para aquisição de equipamentos, viaturas, prevenção, a partir do ano de 2004, sempre de forma integrada. As reuniões contribuíram não apenas para a questão dos projetos mas concomitantemente contribuíram para que os componentes compreendessem a atuação de cada unidade e como poderiam integrar-se no processo. Um exemplo foi a redistribuição territorial das áreas de atuação das polícias civil e militar. Pontos negativos também foram tratados a partir das reuniões como a necessidade de realizar novo concurso para Bombeiros e cursos diversos como prática cartorária, gerenciamento de crise, direção defensiva. As vagas ofertadas para os cursos de Formação de Promotores em Polícia Comunitária para o Estado (mil vagas) atenderam aos órgãos e aproximou ainda mais a população.

Ações como a criação das comissões temáticas para tratar sobre o descaminho de combustível e prostituição desencadearam na apreensão de milhares de litros de combustível, desbaratamento de quadrilhas de tráfico de combustíveis. No exercício de 2005, 2006 e 2007, várias outras ações foram realizadas das quais pode-se destacar: mais de 500 palestras ministradas pela polícia civil e militar do estado em escolas públicas, associações e comunidades para jovens, adultos e idosos como forma a promover a informação e atuar na prevenção; mais de 200 operações conjuntas entre PC, PM, Detran, DMTRAN e CBM para coibir o uso de álcool no trânsito (LEI SECA) nos períodos de festas e reduzir os índices de acidentes de trânsito na cidade; operações pagamento, cujo objetivo era coibir assaltos nas portas das unidades bancárias, operação para coibir roubos e furtos de fios de cobre, as quais foram realizadas nos ferros velho da cidade, operação para coibir furto de motos e

coibir a venda para a República Federativa da Guiana; mais de 500 estabelecimentos de diversões públicas visitados foram instruídos sobre a presença de menores, horário de funcionamento e a questão do volume do som; operações no sistema penitenciário para coibir uso de drogas e violência também foram realizadas.

No período de 2007 a 2008, as ações pautaram-se na promoção da formação das polícias civil, militar, corpo de bombeiros, agentes de trânsito do estado e município (mais de 1957 servidores atendidos) e convênios firmados com a Guarda Venezuelana, para aproximar as atividades de fronteira; ações para coibir a pirataria, mandados de prisão cumpridos. Os resultados obtidos nesses últimos cinco anos de atuação do GGI-RR fazem frente às ações do Ministério da Justiça quanto ao incremento das ações entre os órgãos que compõem o sistema de segurança pública; ampliam a melhoria dos serviços de segurança; apontam não apenas a eficácia da proposta, mas reduzem significativamente os esforços despendidos nas ações; otimizam recursos e aumentam o impacto dos resultados.

Membros Natos do GGI-RR.

38. O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA EM MATO GROSSO

Diógenes Gomes Curado Filho⁷¹

Vagner Jorge Santino da Silva⁷²

Antonio Roberto Monteiro de Moraes⁷³

A história do Gabinete de Gestão Integrada em Mato Grosso nos mostra o poder fantástico do processo de integração para a consecução plena das ações propostas nos Planos Nacional e Estadual de Segurança Pública, onde as metas nos traduzem a participação igualitária dos diferentes atores que compõem o sistema, através do uso do planejamento estratégico, estatística e inteligência como ferramentas fundamentais no processo decisório; enfim, a busca real pela aproximação dos entes que fazem parte do ciclo da Justiça Criminal, visando o enfrentamento qualificado da criminalidade e a verdadeira inclusão social das pessoas que vivem nas regiões de descoesão social.

O GGI de Mato Grosso foi instalado no ano de 2003, buscando a implementação de programas e projetos que pudessem realizar a articulação das três esferas do Poder no desenvolvimento das ações de segurança pública, como a troca de experiências através das práticas exitosas nas diversas regiões do Estado.

O processo de implementação das ações do GGI se deu com a instalação dos gabinetes regionais nos municípios de Cáceres, Rondonópolis, Barra do Garças, SINOP e Tangará da Serra, entre os anos de 2004 e 2006, com o desenvolvimento imediato de ações integradas conforme a necessidade de cada região; fator este que motivou o GGI Regional de Rondonópolis a ser destaque como prática exitosa no 1º Fórum Internacional dos GGIs, no ano de 2007, na cidade de São Luís.

Outra ação inovadora foi o Plano de Gestão Integrada em Segurança Pública (2004), documento elaborado com a participação efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso e diversos segmentos sociais (controle social externo), onde foi realizada uma pesquisa nas instituições de segurança pública do Estado, com o objetivo de: obter informações sobre o estágio da integração entre os órgãos naquele momento; identificar os serviços oferecidos pelo sistema de segurança pública do Estado; identificar os problemas prioritários de articulação, cooperação e integração na atuação dos três níveis dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública. A pesquisa

71 Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do estado de Mato Grosso

72 Major BM – Secretário Executivo do GGI - MT

73 Coronel PM – Secretário Adjunto de Segurança Pública de Mato Grosso

nos trouxe o pensamento das instituições como um todo, uma vez que foram ouvidos profissionais de nível estratégico, tático e operacional, facilitando assim que a proposta de integrar fosse aceita primeiramente pelo público interno.

A grande ferramenta aqui apresentada passou a fazer parte dos Planos Estaduais de Segurança Pública (2004-2007/2008-2011), transformando-se em programa de governo, criando assim sustentabilidade junto aos diversos setores.

Fator preponderante no processo de implementação da política de integração foram as diversas ações e operações integradas desenvolvidas ao longo desse período, com destaque especial para as de combate aos homicídios (2005 em diante), combate ao tráfico doméstico de entorpecentes, combate a exploração sexual infanto juvenil, bem como a participação direta para dirimir conflitos de naturezas distintas: agrário, indígena, bloqueio de rodovias. O GGI recebeu, no ano de 2006, a missão do Sr. Governador do Estado de criar um grupo temático para atuação direta no combate ao trabalho escravo no estado, o que originou a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE, contando com a participação dos diversos segmentos sociais e do poder público. Como fruto de seu trabalho, foi originado o “Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo”, com metas direcionadas para ações preventivas, repressivas e políticas públicas, com práticas exitosas de alcance social já comprovadas.

Alinhando-se com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, o GGI-MT buscou novos municípios para divulgar e implementar o processo de integração das ações de segurança pública, com receptividade muito além do esperado, tendo assim implantado desde dezembro de 2008 os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, em Várzea Grande e Cuiabá, na região metropolitana, SINOP, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste, Água Boa, Tapurah, Barra do Bugres, Tangará da Serra e Alta floresta, com resultados imediatos de questões que vão desde o tráfico doméstico de entorpecentes à iluminação pública. Sendo que alguns destes implantaram Fundos Municipais de Segurança Pública, com ampla participação social e, também, já foram realizados os estudos para implantação dos GGIs Municipais em Diamantino, Pontes e Lacerda, Juína e Juara, Juara, Colider e Jaciara, levando para estas regiões longínquas do estado as metas estabelecidas nos Planos Estadual e Nacional de Segurança Pública.

39. ESTADO DO TOCANTINS – GGI-TO EM AÇÃO

Gisele Lacerda Ferreira⁷⁴

O Gabinete de Gestão Integrada do Tocantins foi instituído pelo Decreto nº 2.269/2004 e já realizou a sua 21ª Reunião Ordinária. As reuniões, em sua maioria, são itinerantes, realizadas nos municípios do Estado do Tocantins, em que as estatísticas apontam um maior índice de criminalidade.

O GGI-TO transformou a forma de atuação dos órgãos ligados direta e indiretamente à Segurança Pública, que passaram a trabalhar de forma mais integrada, com maior parceria, dividindo responsabilidades e somando esforços para solucionar as questões de segurança pública que afligem a sociedade.

A participação dos membros natos e dos convidados nas reuniões é efetiva, propiciando melhor interação entre os órgãos, bem como demonstrando o interesse de todos nos assuntos pertinentes à Segurança Pública. Juntamente com as reuniões itinerantes são executadas operações policiais nas regionais, em parceria com os diversos órgãos que integram o Gabinete, como a Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, onde são realizadas diversas apreensões e fiscalizações. A exemplo tivemos a operação: “**Segurança Cidadã e Paz Social**” que foi realizada na regional de Gurupi-TO, nos dias 26 e 27 de outubro de 2007.

Na operação foram apreendidos 4.602 DVDs e 9.061 CDs pirateados; 09 armas de fogo; 06 veículos com ocorrência de furto/roubo; 108 munições; 09 caça-níqueis; 45 gramas de maconha; 50 Kg de pescados (pirarucu e tucunaré) e 40 kg de caça (animais silvestres). Ocorreu, ainda, a fiscalização de 562 veículos e foram executados 21 mandados de busca e apreensão. Foram destruídas 71 máquinas caça-níqueis apreendidas. Foram realizadas palestras, pelo Conselho Antidrogas, vinculado à Secretaria da Cidadania e Justiça, em várias unidades de ensino de Gurupi e foram expedidas, gratuitamente, 560 carteiras de identidade em Gurupi, através do Instituto de Identificação. Como se vê, o GGI-TO vem implementando medidas repressivas e preventivas da criminalidade, através dos órgãos que o integram.

É importante ressaltar, ainda, que após serem desenvolvidos estudos por Comissão instituída no âmbito do GGI-TO foi criado o Comitê de Gerenciamento de Crises do Estado do Tocantins – CGC-TO (Decreto nº 3.301, de 22 de fevereiro de 2008), objetivando gerenciar e buscar soluções legais às crises na área de ação dos órgãos de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado.

74 Secretária Executiva do GGI-TO - Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins – giselelacerdaf@pop.com.br

40. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Edson Oliveira Goularte⁷⁵ e Cláudio Roberto da Cunha Machado⁷⁶

O Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública no Rio Grande do Sul foi estruturado a partir da celebração, em 30 de abril de 2007, do Protocolo de Intenções firmado entre o Ministério da Justiça e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com o fim de institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, como sistema Federativo e Democrático de gestão das instituições de Segurança Pública no país.

Em 08 de maio do mesmo ano, através do Decreto nº 45.045, o Governo do Estado cria o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança, estabelecendo sua competência e composição. Desde então houve a realização de 19 (dezenove) reuniões ordinárias do colegiado estadual e 1 (uma) reunião congregando representação de todos os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, está última, ocorrida em 27 de fevereiro de 2009.

O foco do trabalho do GGI/RS é o trabalho conjunto, estabelecendo eficientes elos entre os seus componentes (ARTICULAÇÃO), INTEGRANDO de forma COORDENADA todas as estruturas e serviços que possam convergir para uma atuação SISTÊMICA, independentemente de atribuições e responsabilidades específicas, definindo METAS e OBJETIVOS comuns a serem perseguidos, permitindo ainda o exercício compartilhado da FISCALIZAÇÃO E CONTROLE sobre todas as ações desenvolvidas.

Dentro desta perspectiva, durante a realização das reuniões ordinárias, sempre com pauta previamente definida e temas devidamente instruídos e de interesse comum aos componentes do colegiado, estimulou-se o conhecimento mútuo, a valorização e reconhecimento da relevância dos serviços prestados por cada instituição que integra o GGI, dedicando-se o período inicial de cada reunião para que um dos integrantes realiza-se a apresentação de sua Instituição aos demais.

Com essa prática, além da valorização de cada instituição, foi possível identificar de forma mais clara no que a mesma pode contribuir com as demais organizações e o que essa espera das demais, sempre tendo como foco a melhoria da prestação de serviço à sociedade. Nesse período se fortaleceu a convicção que uma

75 Secretário de Estado da Segurança Pública e Coordenador do GGI/RS

76 Secretário Executivo do GGI/RS

segurança pública melhor é possível, desde que caminhemos, todos, compartilhando do mesmo sentido e direção.

GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA/RS

Rua Voluntários da Pátria, 1358 – SALA 818 – 8º andar

CEP: 90.230-010 – Porto Alegre – RS

Fone: 3288.1941/fax 3288.1940/Cel 8445.8714

E-mail:ggi@sps.rs.gov.br

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS QUANTO À TRAJETÓRIA DOS GGI⁷⁷

A implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada constitui uma etapa fundamental do processo de aperfeiçoamento da gestão das ações e políticas de segurança pública no sentido de garantir o alcance de resultados efetivos sobre o problema da segurança pública no Brasil. O estabelecimento de um processo de gestão – onde todos os atores responsáveis pelo problema da segurança pública estejam reunidos para atuar, cada um dentro da sua especialidade e vocação, de forma conjunta e coordenada para a solução dos problemas – é condição fundamental para passarmos efetivamente a produzir uma situação de segurança pública no Brasil com enfoque na construção de relações centradas na paz e no respeito aos direitos humanos.

Nesta última década, a gestão das ações e políticas de segurança pública, em âmbito nacional e internacional, tem passado por uma reformulação de seus objetivos, práticas e estratégias. O que observamos nesta área é a transição do modelo tradicional de policiamento para a gestão orientada por resultados, refletindo aquilo que ocorre numa perspectiva mais ampla na gestão pública: a transição do modelo burocrático para o modelo gerencialista. Uma boa compreensão deste processo foi exposta em um estudo realizado por Skogan e Frydl, em 2004, com o objetivo de avaliar os resultados de diferentes estratégias de policiamento utilizadas nos Estados Unidos. Estas estratégias foram distribuídas segundo dois eixos principais: a focalização do objeto alvo da ação, onde a evolução é sair de uma ação não focalizada para uma ação focalizada sobre o problema abordado, e a ampliação do conjunto de estratégias de policiamento utilizadas, onde a evolução é superar uma perspectiva reativa restrita apenas ao reforço da lei e passar para uma perspectiva abrangente, que inclui também uma aproximação da polícia com a comunidade e a realização de ações sociais preventivas para atuar nas causas do problema.

Nesse contexto de transição dos modelos de policiamento, que tomou corpo em termos de política nacional com a criação do SUSP – Sistema Único de Segurança Pública, a proposta é que a concepção de segurança pública como uma

77 Este texto foi elaborado por Marcelo Ottoni Durante e Wilquerson Felizardo Sandes, servidores da Senasp, com base nas suas experiências práticas no acompanhamento direto das atividades executadas pelos Gabinetes de Gestão Integrada em âmbito nacional, entre 2003 e 2009.

guerra, na qual era preciso derrotar o inimigo interno, seja substituída por uma nova concepção que percebe o problema da segurança pública como resultante de problemas sociais, valorizando os direitos humanos e a cidadania, a expansão da responsabilização pela segurança pública para além dos órgãos policiais e a gestão científica das ações e políticas de segurança pública. Enquanto na gestão orientada por resultados, a principal estratégia de intervenção é a promoção de mudanças nas condições que fazem do crime um problema recorrente; na estratégia tradicional de policiamento, o principal é fornecer respostas reativas aos incidentes já ocorridos.

No contexto da estratégia tradicional, na qual a focalização é inexistente e a estratégia envolve apenas o reforço da lei, a pesquisa realizada por Skogan e Frydl conclui que não existem evidências empíricas de um resultado efetivo das ações em relação à redução da incidência criminal. Por outro lado, no policiamento orientado por resultados⁷⁸, marcado pela focalização da ação e pelo uso de um conjunto diversificado de estratégias orientadas para a solução dos problemas abordados, a pesquisa identificou fortes evidências empíricas de um resultado efetivo em relação à redução da incidência criminal.

Neste contexto, cabe destacar que o exercício da gestão orientada por resultados não implica necessariamente chegar à conclusão de que os recursos de ação priorizados pelo modelo tradicional de policiamento (arma, viatura e efetivo) eram desnecessários para o alcance de resultados efetivos sobre o problema da segurança pública. De fato, o que o novo modelo de gestão questiona é a forma como estes recursos eram geridos e, também, se apenas o uso destes recursos daria conta de resolver o problema da segurança pública.

Assim, cabe esclarecer que a expressão ser contra o “mais do mesmo”, não implica em ser simplesmente contra o aumento do número de armas, viaturas e de profissionais de segurança pública, mas que a identificação da necessidade do aumento da quantidade destes recursos seja reflexo de um processo de gestão técnica, pautado em um diagnóstico científico do problema. Um simples exemplo talvez seja mais claro para evidenciar esta afirmativa. Uma praça, mal iluminada e com mato alto nos seus canteiros, possui um sério problema de uso de drogas. Qual a primeira solução a ser promovida para a solução do problema? Cuidar das condições de uso da praça, promovendo melhor iluminação, jardinagem e o uso da praça pela população que reside nas suas proximidades, ou colocar uma viatura constantemente designada para vigiar a praça? O que vai ocorrer quando ocorrer à troca de turno e a praça perder o seu vigilante formal? Como efetivamente trazer uma solução definitiva para o problema da segurança naquela praça?

78 Clarke & Eck (2003)

A gestão orientada por resultados, na medida em que busca alterar as condições sociais que fazem do crime um problema recorrente, traz uma resposta para os problemas que envolvem não apenas o uso das técnicas científicas na produção do diagnóstico das causas do problema e do monitoramento dos resultados alcançados pelas ações executadas, mas também a ampliação da responsabilidade pela solução dos problemas de segurança pública para além dos órgãos policiais. As causas identificadas podem envolver ações relacionadas às diversas áreas sobre as quais a polícia não possui nenhuma gestão, por exemplo, saúde, educação, infraestrutura urbana, dentre outras áreas.

A implementação prática desta nova forma de fazer segurança pública possui obstáculos praticamente intransponíveis em ambientes de gestão pública, onde ainda predomina a cultura da gestão burocrática. Apesar de ter sido definido como o modelo de gestão mais racional e democrático existente⁷⁹, a implementação prática do modelo de gestão burocrática, especialmente nos países em desenvolvimento, teve como resultado a criação de uma cultura, tanto entre as burocracias públicas quanto entre seus funcionários, que vai de encontro com os princípios da gestão orientada por resultados.

Martins (1985), ao abordar a expansão do Estado brasileiro após 1964, apontou a ocorrência de um movimento integrado por forças centrípetas (concentração de recursos financeiros e decisões normativas no governo federal) e forças centrífugas (agências relativamente independentes e autônomas para alocação desses recursos e tomada de decisões). Esse modo de expansão do Estado no Brasil levou ao fortalecimento político e à diferenciação interna de sua burocracia, que satisfazia seus próprios interesses por meio da ampliação constante do intervencionismo estatal.

Pereira (1982) chega a defender o aparecimento no Brasil de um modo tecno-burocrático de produção, que leva à constituição da tecno-burocracia como classe social dominante. Neste contexto, é preciso deixar de perceber o Estado como um ator unitário face à sociedade, para percebê-lo pelo prisma de suas relações internas. O que é significativo, no caso brasileiro, foi que a tendência para a independência das agências e a autonomia relativa dos atores, a partir das lógicas particulares e específicas a cada qual, inscreveu-se no próprio modo de expansão do Estado.

Segundo Martins, por estas razões, o Estado no Brasil não pode ser abordado apropriadamente como um sistema de complexidade crescente, mas como um universo em expansão por meio da multiplicação de atividades e de agências que se relacionam mais ao Estado, enquanto conceito, do que se articulam entre si, e nele concretamente se integram para formarem um sistema. As partes que integram

79 Weber (1982)

o Estado passam a ter, deste modo, existência própria e se apresentam mais como confederadas em torno do conceito de Estado do que têm uma existência definida pela sua subordinação a ele.

Desta caracterização da expansão do Estado brasileiro, que envolveu em linhas gerais uma contínua ampliação do número de atividades e agências independentes, cabe destacar como resultados deste processo: a relativa autonomia dos gestores públicos para pautar seus processos de tomada de decisão no sentido de satisfazer seus interesses próprios e a independência das burocracias públicas na gestão de suas ações. Os Estados modernos agem de uma forma em que eles são “proprietários” dos problemas que eles mesmos têm a responsabilidade de resolver. Os gestores de burocracias públicas definem os assuntos públicos, elaboram e organizam as demandas para eles mesmos e estabelecem quais são as estratégias que devem ser tomadas para a solução dos problemas.

Por fim, esta situação encontra os fundamentos de sua continuidade na inexistência de uma obrigação efetiva dos gestores públicos prestarem contas dos resultados alcançados pelas suas ações. Fora a ausência de mecanismos de transparência, cabe salientar também que a avaliação do sucesso dos gestores públicos na execução de suas ações está muito mais centrada no percentual da execução financeira dos recursos disponíveis do que na averiguação dos resultados efetivos alcançados pelas suas ações. Assim, a gestão dos recursos públicos passa a estar pautada por um processo que visa menos atacar efetivamente as causas do problema público do que garantir a satisfação dos interesses próprios dos gestores e a manutenção do prestígio político e recursos financeiros para o órgão público que conseguir ganhar a titularidade de responsável pela solução do problema.

Por esta razão, é bastante comum entre os gestores públicos, ao assumirem um novo cargo, acabarem com o que era realizado, independentemente se aquilo que vinha sendo feito estivesse trazendo resultados efetivos para solução do problema. Assim como é comum ocorrerem reuniões nas quais diferentes órgãos públicos brigam para chegar à conclusão sobre quem deve ganhar a responsabilidade, os recursos financeiros e o prestígio político para solucionar o problema.

A constituição dos Gabinetes de Gestão Integrada constitui um esforço fundamental no sentido de acabar com os obstáculos trazidos por esta cultura de gestão típica dos ambientes burocráticos. Primeiro, os GGIs, ao serem um ambiente onde não existe o predomínio da autoridade de algum órgão público em especial, terão a capacidade de produzir diagnósticos que efetivamente apontem as causas reais dos problemas de segurança pública e quais os órgãos públicos devem ser convocados para atuar sobre o problema dentro de uma

perspectiva sistêmica. Segundo, na medida em que os GGIs constituam salas de situação, alimentadas continuamente com informações trazidas pelo monitoramento dos resultados alcançados pelas ações dos diversos responsabilizados pelos problemas públicos, as reuniões constituem ambientes onde haverá um processo mútuo de compartilhamento de responsabilidades. Os membros do GGI farão a cobrança uns aos outros quanto à execução das suas responsabilidades para a solução dos problemas.

No âmbito do Gabinete, um exercício fundamental é traduzir em uma linguagem compreensível as diferentes culturas, formas de comunicação e percepções institucionais. Às vezes os gestores não conseguem visualizar pontos cegos em relação ao conjunto ou diferentes cenários, exigindo assim a soma dos diferentes ângulos para gerar sinergia. Para exemplificar, recorreremos à parábola “Os cegos e o elefante” contada na obra de Mintzberg. Narra que seis homens cegos são chamados para conhecer um elefante pela primeira vez. O primeiro cego tocou um lado do elefante e o achou parecido com uma parede. O segundo achou parecido com uma cobra ao tocar a tromba. O terceiro tocou no dente de marfim e o achou agudo como um espeto. O quarto tocou nas patas e disse assemelhar-se a uma árvore. O quinto tocou na orelha e disse ser um abanador e o último o tocando no rabo disse ser uma corda. Todos estavam convictos do que era um elefante, cada um defendendo firmemente sua posição. É óbvio que todos estão certos, mas também errados, porque o elefante é mais que a soma de todas as partes percebidas. Transportando a metáfora para o GGI, cabe aos participantes uma visão sistêmica do problema segurança pública, não apenas como um caso de polícia ou social, mas um fenômeno de alta complexidade e múltiplos atores, sendo essencial à comunicação e o entendimento, via de regra por meio de consenso.

Desta forma, os GGIs contribuem, não só para o alcance de resultados efetivos sobre o problema público, mas também para a quebra de um processo de gestão onde cada órgão público fazia o seu diagnóstico particular sobre o problema e sempre encontrava uma forma parcial e isolada de resolver o problema. Por fim, contribuem, inclusive, para a estruturação de um processo de trabalho em equipe, no qual todos passarão a se sentir fazendo parte de um esforço coletivo para a solução do problema da segurança pública.

Obstáculos sempre existirão para este projeto, pois, como destacamos acima, a implantação deste novo processo de gestão envolve uma mudança cultural e também tem impactos diretos sobre o prestígio e poder de alguns atores que estão atualmente no poder. O primeiro esforço de criação dos GGIs, realizado no ano de 2003 pelo governo federal, foi bastante eficaz, pois estabeleceu que só receberia recursos do FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública) os Estados que criassem

seus GGIs. No entanto, esta eficácia não lançou bases sólidas de efetividade, pois, apesar do esforço no sentido de convencer os gestores estaduais da importância da implantação dos Gabinetes para a gestão pública no Brasil, o fator que mais pesou no sentido de criação dos Gabinetes, na grande maioria dos estados, foi a imposição pela Senasp da condição de que o Estado que não os criasse, deixaria de receber recursos financeiros do FNSP.

Para refletir sobre os GGIs e os seus resultados, é necessário voltar no tempo, ao final da década de 90, onde os órgãos policiais protagonizavam, entre si, grandes embates e disputas corporativas, com pouco diálogo e flexibilidade. Tais situações criaram muitos campos de discussões públicas sobre a necessidade de reformas no meio policial, principalmente em função da fragmentação, rivalidade e superposição de papéis. O advento do GGI, em 2003, possibilitou a criação de um espaço de neutralidade institucional, sem hierarquia, com respeito à autonomia dos órgãos e deliberação por consenso. A primeira grande conquista foi colocar frente a frente diferentes atores da área de segurança pública e justiça criminal, mediante uma agenda nacional que reforçava o discurso de integração do trabalho e união de esforços para enfrentamento da violência e criminalidade.

Em geral, nas primeiras reuniões dos GGIs, percebemos um interessante fenômeno: o diálogo iniciava a partir de relações protocolares das autoridades em posições muito defensivas, todavia, na medida em que os participantes, ao longo dos eventos, se familiarizavam dentro do grupo, abriam parte das “caixas pretas” institucionais com apontamentos sobre pontos fracos e pontos fortes no exercício das atividades finalísticas. Surgia um movimento de solidariedade em torno das dificuldades e frustrações e os participantes se sensibilizavam sobre a necessidade de compreender melhor as diferentes atribuições e papéis, visando identificar possibilidades de parcerias. Um efeito notado foi a substituição dos ofícios protocolares e longa burocracia, por ligações telefônicas gerenciais recíprocas com rápida articulação de demandas interinstitucionais.

Um papel importante do GGI foi proporcionar um ambiente dialógico entre os dirigentes institucionais. Porém alguns pontos frágeis foram observados ao longo do processo, por exemplo, em situações limite, ocorre uma tendência de endurecimento do diálogo entre os diversos atores, principalmente ao perceberem uma invasão da fronteira institucional. Neste caso uma medida de contingência envolve a habilidade de mediação e retomada de assuntos de potencial consenso. Usando uma metáfora, deve-se evitar no espaço do GGI, a celebração de casamentos litigiosos. O esforço de pautar temas conflitantes tende a causar tensões e o esvaziamento dos dirigentes nas reuniões.

Neste primeiro momento, no qual ainda predominava uma cultura centra-

da nos princípios do modelo tradicional de policiamento, grande parte dos gabinetes assumiu um caráter muito operacional, onde os órgãos policiais se aproximavam para planejar a realização de ações conjuntas. Cabe, porém, salientar que o conceito de gestão integrada não se restringe somente na realização de ações com data, hora e local, mas também, na articulação de ações com objetivos comuns, convergindo esforços para um mesmo ponto, ou seja, juntos em objetivos e compartilhando informações.

Dois pontos de fundamental importância no modelo de gestão trazido pelos GGIs ainda eram fortemente questionados neste primeiro esforço, iniciado em 2003: primeiro, a necessidade de trazer para dentro dos Gabinetes todos os atores responsáveis pela solução do problema da segurança pública, incluindo órgãos da área da saúde, educação, infra-estrutura urbana, dentre outras áreas, e, segundo, o avanço da gestão do sentido de trabalhar com a dimensão estratégica, ou seja, realizar diagnósticos da situação da segurança pública em uma perspectiva ampla, elaborar planos de ação envolvendo todos os atores dos GGIs e promover o monitoramento contínuo do alcance das metas estabelecidas nestes planos.

De 2003 para 2009, assistimos um contínuo processo de amadurecimento do trabalho executado no âmbito dos GGIs. Cada vez se torna mais consensual entre os atores dos Gabinetes a visão da necessidade da efetivação da transição dos modelos de policiamento no ambiente de trabalho desses órgãos de gestão. Um sinal bastante claro deste amadurecimento foi o fato de constar entre três diretrizes aprovadas na Conferência Nacional de Segurança Pública/PRONASCI, realizada em 2009, a idéia da necessidade da consolidação dos Gabinetes de Gestão Integrada, como forma de integrar a sociedade e o poder executivo, por meio da integração com os Conselhos de Segurança Pública. Neste contexto, vale a pena inclusive destacar uma das diretrizes aprovadas:

“Criar, estruturar, implantar, compor, e fortalecer, democraticamente, Gabinetes de Gestão Integrada nos três níveis de governo, para: promover a atuação conjunta e coordenada dos organismos de segurança pública com entidades públicas e privadas, respeitando e acatando as diretrizes e deliberações dos conselhos de segurança pública”.

Atualmente, os GGIs ainda são uma instância com baixa institucionalidade, vulneráveis aos interesses e determinações políticas dos gestores públicos responsáveis pela área de segurança pública e carentes dos recursos necessários para efetivamente pautarem suas deliberações segundo o modelo da gestão orientada por resultados, tanto em termos da disponibilidade de recursos humanos dedicados

exclusivamente para atuar no GGI quanto da existência de uma metodologia de trabalho dos GGIs reconhecida nacionalmente como a melhor para garantir o aperfeiçoamento da eficácia, efetividade e eficiência das ações dos atores responsáveis pela solução dos problemas de segurança pública.

Implantar um GGI não garante mudanças instantâneas no cenário da segurança pública, fases precisam ser trabalhadas e amadurecidas, meio a acertos e erros. Uma palavra chave é a persistência, pois o ambiente do GGI é elástico, ora avança, ora retrai, ora estaciona. Um levantamento das necessidades para aperfeiçoamento do trabalho executado junto aos Gabinetes de Gestão Integrada atualmente existentes trouxe como retorno uma disposição no sentido da valorização institucional dos gabinetes e da profissionalização do seu processo de trabalho que se destaca, por exemplo, nas seguintes questões:

- Garantia da existência de condições mínimas de trabalho, envolvendo instalação do espaço físico, apoio financeiro e logístico.
- Quanto ao cargo de Secretário Executivo do GGI: o estabelecimento de requisitos mínimos para assumir o cargo e as necessidades da atividade; assumir um caráter de dedicação exclusiva e o cargo ser por mandato, tornando-o mais forte diante das pressões políticas.
- Promover uma integração e articulação entre os GGIs por meio de um sistema via Internet, visando contribuir para a realização de ações conjuntas entre os estados e entre os municípios e para a troca de experiências.
- Institucionalizar os GGIs como o setor responsável por elaborar a política estadual de segurança pública e monitorar a gestão das ações e os resultados alcançados.
- Incluir na grade curricular das Instituições de Ensino de Segurança Pública (academias e centros de formação) o tema da integração entre as instituições e a gestão dos GGIs.
- Criar um sistema de avaliação dos GGIs, estabelecendo indicadores para avaliar suas condições de funcionamento e os resultados alcançados, principalmente em termos estratégicos, e identificar possíveis correções a serem empreendidas.
- Condicionar o repasse de recursos do FNSP para os Estados e municípios em função do desempenho dos GGIs.
- Institucionalizar uma obrigação legal e moral de prestação de contas das ações realizadas pelos órgãos de segurança pública nas reuniões dos GGIs, visando fortalecer o compromisso com o trabalho em equipe e com o alcance de resultados.

- Necessidade de divulgação ampla das atividades realizadas pelos GGIs, envolvendo as atas de reuniões e ações realizadas, para os demais órgãos públicos.
- Garantir o comprometimento dos secretários estaduais e municipais de segurança pública com as deliberações estabelecidas no ambiente dos GGIs.

Como podemos perceber pelas questões levantadas acima, os GGIs já se tornaram um ambiente de difusão dos princípios da gestão orientada por resultados. Cabe destacar que, uma pesquisa recentemente realizada pela Senasp com mais de 65 mil entrevistas mostrou que entre os profissionais de segurança pública já é dominante a valorização dos princípios do novo modelo de policiamento. Como previsto pela CONSEG e solicitado pelos próprios atores membros dos GGIs, nosso esforço a partir de agora será pela institucionalização dos Gabinetes de Gestão Integrada como órgão central da gestão das políticas e ações de segurança pública em âmbito municipal, estadual e nacional, fazendo deles a instância responsável por reunir todos os atores responsáveis pela solução dos problemas de segurança pública em uma equipe de trabalho comprometida com o alcance de resultados efetivos.

Vale destacar que a tarefa de integrar não exige grande empreendimento financeiro, mas grandes empreendimentos nas relações intrapessoal e interpessoais. Um encontro dos membros do GGI pode ocorrer com sucesso mesmo em condições muito simples, por exemplo, com as pessoas reunidas sobre a sombra de uma árvore frondosa. Isto posto, exige-se dos participantes algumas qualidades, tais como: controle das vaidades pessoal e institucional; capacidade de estabelecer confiança; bom-humor; senso de cooperação; resistência à frustração e elevado comprometimento social. Essas atitudes permitem extrair consensos e garantem mútua ajuda na solução de problemas. É importante entender que os problemas comuns unem as pessoas, enfatizando que o exercício do consenso tem que ser o ponto central nas tomadas de decisões efetivas em torno do tema segurança pública. Isto possibilita contribuir com a concretização do preceito constitucional do artigo 144: “[...] dever do estado, direito e responsabilidade de todos.” (C.F. 1988)

PRONASCI

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Secretaria Nacional
de Segurança Pública

Ministério
da Justiça

